

CONHECENDO AS
DOCTRINAS DA BÍBLIA

MYER PEARLMAN



MAIS DE 180.000 EXEMPLARES VENDIDOS

Conhecendo as Doutrinas da Bíblia

CONTEÚDO

Introdução: Um confronto teológico

I. A natureza da doutrina	6
II. O valor da doutrina	8
III. A classificação da doutrina.....	10
IV. Um sistema de doutrina.....	11

Capítulo I: As Escrituras

I. A necessidade das Escrituras	15
II. A inspiração das Escrituras	17
III. A verificação das Escrituras	22

Capítulo II: Deus

I. A existência de Deus	27
II. A natureza de Deus.....	43
III. Os atributos de Deus	49
IV. O Triúno Deus	59

Capítulo III: Os anjos

I. Os Anjos	67
II. Satanás.....	72
III. Espíritos Maus.....	77

Capítulo IV: O Homem

I. A origem do homem	80
II. A natureza do homem	84
III. A imagem de Deus no homem	95

Capítulo V: O pecado

I. O fato do pecado	99
II. A origem do pecado	101
III. A natureza do pecado.....	106
IV. Conseqüências do pecado	111

Capítulo VI: O Senhor Jesus Cristo

I. A natureza de Cristo.....	115
II. Os ofícios de Cristo	134
III. A obra de Cristo	139

Capítulo VII: A Expição

I. A Expição no Antigo Testamento	149
II. A Expição no Novo Testamento.....	157

Capítulo VIII: A Salvação

I. A natureza da salvação.....	175
--------------------------------	-----

II. A Justificação	183
III. A Regeneração	194
IV. A Santificação	201
V. A Segurança da Salvação	217

Capítulo IX: O Espírito Santo

I. A natureza do Espírito Santo.....	225
II. O Espírito no Antigo Testamento	233
III. O Espírito em Cristo.....	240
IV. O Espírito na experiência humana.	244
V. Os Dons do Espírito Santo	259
VI. O Espírito na Igreja.....	267

Capítulo X: A Igreja

I. A natureza da Igreja	274
II. A Fundação da Igreja	278
III. Os membros da Igreja.	279
IV. A obra da Igreja.	280
V. As ordenanças da Igreja	281
VI. A Adoração da Igreja.	287
VII. A Organização da Igreja	289

Capítulo XI: As últimas coisas

I. A morte	293
II. O estado intermediário.	295
III. A ressurreição.	297
IV. A vida futura.	301
V. O destino dos justos.....	304
VI. O destino dos ímpios.....	308
VII. A segunda vinda de Cristo.	310

Questionário

INTRODUÇÃO: UM CONFRONTO TEOLÓGICO

A teologia, sobre a qual versa este livro, no sentido etimológico, é: "o assunto acerca de Deus", assunto o mais elevado de que é capaz de se ocupar a mente humana. Vários métodos de teologia têm sido propostos, como sejam: especulativo, deístico, racionalista, dogmático e místico. Esses têm conduzido os homens a conclusões contrárias às Escrituras, conclusões que violam ao mesmo tempo a nossa natureza moral.

O método teológico, que ao mesmo tempo honra as Escrituras e também satisfaz à alma do homem é o método indutivo, tal qual o autor deste livro, Myer Pearlman, o emprega. A Bíblia é para o teólogo o que a natureza é para o homem de ciência. É sua fonte de fatos concretos. O teólogo reverente adota, para averiguar o que a Bíblia ensina, o mesmo método que o filósofo adota para averiguar o que a natureza ensina.

Nesse processo, que requer grande diligência, precaução e exaustivo trabalho, derivam-se os princípios dos fatos, e não os fatos dos princípios. Os grandes fatos da Bíblia devem ser aceitos tais quais são, e deles edificar-se o sistema teológico, a fim de abraçá-lo na sua integridade.

É motivo de grande satisfação notarmos que as Escrituras contêm todos os fatos da teologia, admitindo verdades intuitivas, tanto intelectuais como morais, por causa da nossa constituição como seres racionais e morais. Ao mesmo tempo admitem as Escrituras o poder controlador sobre as crenças exercido pelo ensino íntimo do Espírito Santo, ou seja a experiência religiosa. Esta verdade ao bem se ilustra na palavra do apóstolo Paulo que disse: "A minha palavra, e a minha pregação não consistiu em palavras persuasivas de sabedoria humana, mas em demonstração de Espírito e de poder" (1 Cor. 2:4). Esse ensino ou "demonstração" íntima do Espírito Santo limita-se às verdades objetivamente reveladas nas Escrituras, não como revelação de novas verdades, mas como iluminação da mente que a torna apta para perceber a verdade, a excelência e a glória das coisas anteriormente reveladas.

Assim disse o apóstolo Paulo em continuação da passagem: "Mas Deus no-las revelou pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Porque, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem, que nele está ? Assim também ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus. Mas nós não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que provém de Deus, para que pudéssemos conhecer o que nos é dado gratuitamente por Deus. As quais também falamos, não com palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo ensina, comparando as coisas espirituais com as espirituais. Ora o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. Mas o que é espiritual discerne bem tudo, e ele de ninguém é discernido. Porque, quem conheceu a mente do Senhor, para que possa instruí-lo? Mas nós temos a mente de Cristo" (1 Cor. 2:10-16).

Essa posição doutrinária e bíblica, simples e espiritual, é a posição tomada pelo autor, o irmão Myer Pearlman, posição do apóstolo Paulo.

Nessa posição a Bíblia contém todos os fatos e todas as verdades reveladas pelo Espírito de Deus ao homem.

N. Lawrence Olson

I. A NATUREZA DA DOUTRINA

A doutrina cristã (a palavra "doutrina" significa "ensino" ou "instrução") pode definir-se assim: as verdades fundamentais da Bíblia dispostas em forma sistemática. Este estudo chama-se comumente: "teologia", ou seja, "um tratado ou um discurso racional acerca de Deus". (Os dois termos serão usados alternadamente nesta seção.) A teologia ou a doutrina assim se descreve: a ciência que trata do nosso conhecimento de Deus e das suas relações para com o homem. Trata de tudo quanto se relaciona com Deus e com os propósitos divinos.

Por que descrevemos a teologia ou a doutrina como sendo uma "ciência"? A ciência é a disposição sistemática e lógica de fatos comprovados. A teologia é chamada ciência porque consiste em fatos relacionados com Deus e com as coisas de ordem divina, apresentadas de uma maneira lógica e ordenada.

Qual é a conexão entre a teologia e a religião? Religião vem da palavra latina "ligare" que significa "ligar"; religião representa as atividades que "ligam" o homem a Deus numa determinada relação. A teologia é o conhecimento acerca de Deus. Assim a religião é a prática, enquanto a teologia é o conhecimento. A religião e a teologia devem coexistir na verdadeira experiência cristã; porém, na prática, às vezes, se acham distanciadas, de tal maneira que é possível ser teólogo sem ser verdadeiramente religioso, e por outro lado a pessoa pode ser verdadeiramente religiosa sem possuir um conhecimento sistemático doutrinário.

"Se conheces estas coisas, feliz serás se as observas", é a mensagem de Deus ao teólogo. "Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade" (2Tim. 2:15), é a mensagem de Deus ao homem espiritual.

Qual é a diferença entre doutrina e dogma? Doutrina é a revelação da verdade como se encontra nas Escrituras; dogma é a declaração do homem acerca da verdade quando apresentada em um credo.

Esperamos confiadamente que a teologia ou doutrina encontre o lugar que merece no pensamento e na educação religiosa.

Para um ser imortal, a verdade acerca de Deus, do destino humano e do caminho para a vida eterna, nunca pode ser de pouca importância.

Todos os homens que raciocinam devem tomar em consideração essas coisas. São perguntas tão antigas quanto a própria raça humana e só podem ser esquecidas quando a raça houver submergido na idiotice ou houver perdido a imagem de Deus.

"Assim como o homem pensa no seu oração, assim ele é. Toda a existência do homem gira em torno do que pensa, especialmente do que pensa acerca de Deus"

— David S. Clarke.

II. O VALOR DA DOCTRINA

1. O conhecimento (doutrinário) supre a necessidade de haver uma declaração autoritária e sistemática sobre a verdade.

Há uma tendência em certos meios de não somente procurar diminuir o valor de ensinamentos doutrinários como também de dispensá-los completamente como sendo desnecessários e inúteis. Porém, enquanto os homens cogitam sobre os problemas da sua existência, sentirão a necessidade de uma opinião final e sistemática sobre esses problemas. A doutrina sempre será necessária enquanto os homens perguntarem: "De onde vim? quem sou eu? e para onde vou?"

Muitas vezes se ouve esta expressão: "não importa o que a pessoa crê uma vez que faça o bem." Essa opinião dispensa a doutrina por julgá-la de nenhuma importância em relação à vida.

Mas todas as pessoas têm uma teologia, queiram ou não reconhecê-lo; os atos do homem são fruto de sua crença. Por exemplo, quão grande diferença haveria no comportamento da tripulação um navio que estivesse ciente de que viajava em direção a um destino determinado, e o comportamento da tripulação dum navio que navegasse à mercê das ondas e sem rumo certo.

A vida humana é uma viagem do "tempo" para a eternidade, e é de grande importância a pessoa saber que essa viagem não tem significado ou rumo certo, ou que é uma viagem planejada pelo seu Criador e dirigida por ele para um destino celestial.

2. O conhecimento doutrinário é essencial para o pleno desenvolvimento do caráter cristão.

As crenças firmes produzem caráter firme; crenças bem definidas produzem também convicções bem definidas. Naturalmente, a crença doutrinária da pessoa não é sua religião, assim como a espinha dorsal do seu organismo não é a sua personalidade. Mas assim como uma boa espinha dorsal é parte essencial do corpo, assim um sistema definido de crença é uma parte essencial da religião.

Alguém disse: "O homem não precisa expor a sua espinha dorsal, no entanto deve possuí-la para estar bem apumado. Da mesma forma, o cristão precisa de uma definição doutrinária para não ser um cristão volúvel e até corcundo!" Certo pregador francês unitário fez a seguinte declaração: "A pureza de coração e de vida importa mais do que a opinião correta." A essa declaração outro pregador francês respondeu: "A cura também é mais importante que o remédio; mas sem o remédio não haveria cura!" Sem dúvida é mais importante viver a vida cristã do que apenas conhecer as doutrinas cristãs; porém não pode haver experiência cristã enquanto não houver conhecimentos das doutrinas cristãs.

3. O conhecimento doutrinário é um baluarte contra o erro. (Mat.22:29; Gál. 1:6-9; 2 Tim. 4:2-4.)

Diz-se com razão, que as estrelas surgiram antes da astronomia, e que as flores existiram antes da botânica, e que a vida existia antes da biologia, e que Deus existia antes da teologia.

Isto é verdade. Mas os homens em sua ignorância conceberam idéias supersticiosas acerca das estrelas, e o resultado foi a pseudociência da astrologia. Os homens conceberam falsas idéias acerca das plantas, atribuindo-lhes virtudes que não possuíam, e o resultado foi a feitiçaria. O homem na sua cegueira formou conceitos errôneos acerca de Deus e o resultado foi o paganismo com suas superstições e corrupção.

Porém surgiu a astronomia com seus princípios verdadeiros acerca dos corpos celestes e dessa maneira expôs os erros da astrologia. Surgiu a botânica com a verdade sobre a vida vegetal

e dessa maneira foram banidos os erros da feitiçaria. Da mesma maneira, as doutrinas bíblicas expurgam as falsas idéias acerca de Deus e de seus caminhos.

"Que ninguém creia que erro doutrinário seja um mal de pouca importância", declarou D. C. Hodge, teólogo de renome. "Nenhum caminho para a perdição jamais se encheu de tanta gente como o da falsa doutrina. O erro é uma capa da consciência, e uma venda para os olhos."

4. O conhecimento doutrinário é uma parte necessária do equipamento de quem ensina a Palavra de Deus.

Quando uma remessa de mercadorias chega a uma casa comercial, essas mercadorias são desempacotadas, devidamente registradas, e colocadas em seus devidos lugares nas prateleiras para serem vendidas. Essa ilustração mostra que deve haver certa ordem. Da mesma maneira, um dos propósitos do estudo sistemático é pôr as doutrinas em ordem. A Bíblia obedece a um tema central. Mas existem muitas verdades relacionadas com o tema principal que se encontram nos diversos livros da Bíblia. Assim sucede que, para adquirir um conhecimento satisfatório das doutrinas, e para poder entregá-lo a outrem, devem-se combinar as referências relacionadas ao assunto e organizá-las em tópicos e subtópicos.

III. A CLASSIFICAÇÃO DA DOUTRINA

A teologia inclui muitos departamentos:

1. A teologia exegética (exegética vem da palavra grega que significa "sacar" ou "extrair" a verdade) procura descobrir o verdadeiro significado das Escrituras. Um conhecimento das línguas originais nas quais foram escritas as Escrituras pertence a este departamento da teologia.

2. A teologia histórica traça a história do desenvolvimento da interpretação doutrinária, e envolve o estudo da história da igreja.

3. A teologia dogmática é o estudo das verdades fundamentais da fé como se nos apresentam nos credos da igreja.

4. A teologia bíblica traça o progresso da verdade através dos diversos livros da Bíblia, e descreve a maneira de cada escritor apresentar as doutrinas importantes.

Por exemplo: segundo este método ao estudar a doutrina da expiação estudar-se-ia a maneira como determinado assunto foi tratado nas diversas seções da Bíblia — no livro de Atos, nas Epístolas, e no Apocalipse. Ou verificar-se-ia o que Cristo, Paulo, Pedro ou João disseram acerca do assunto. Ou descobrir-se-ia o que cada livro ou seção das Escrituras ensinou concernente às doutrinas de Deus, de Cristo, da expiação, da salvação e de outras.

5. A teologia sistemática. Neste ramo de estudo os ensinamentos bíblicos concernentes a Deus e ao homem são agrupados em tópicos, de acordo com um sistema definido; por exemplo, as Escrituras relacionadas à natureza e à obra de Cristo são classificadas sob o título: "Doutrina de Cristo".

A matéria contida no presente livro é uma combinação de teologia bíblica e sistemática. É bíblica no sentido de que as verdades são extraídas das Escrituras e o estudo acompanha as perguntas: "Que dizem as Escrituras (exposição) e que significam as Escrituras (interpretação)"? É sistemática no sentido de que a matéria está agrupada segundo uma ordem definida.

IV. UM SISTEMA DE DOCTRINA

Qual é a ordem a que vai obedecer o agrupamento desses tópicos? Não se pode fazer uma regra rígida. Há muitos modos de fazer esses agrupamentos, cada qual possuindo o seu valor peculiar.

Procuraremos seguir a ordem baseada sobre as relações de Deus com o homem, nas quais Deus visa a redenção da humanidade.

1. A doutrina das Escrituras. De que fonte extrairemos a verdade inerente acerca de Deus? A natureza, na verdade, revela a existência, o poder e sabedoria de Deus. Mas não expõe o caminho do perdão, e nenhum meio provê de escapar ao pecado e suas conseqüências. Ela não supre incentivo algum para a santidade e nenhuma revelação fornece acerca do futuro. Deixando de lado o primeiro livro de Deus — a natureza — vamos ao outro livro de Deus — a Bíblia — na qual encontramos a revelação perfeita de Deus concernente a esses assuntos.

Qual a razão de se aceitarem as opiniões bíblicas como sendo a pura verdade? A resposta a tal pergunta leva-nos ao estudo da natureza das Escrituras, a sua inspiração, precisão e confiança.

2. A doutrina de Deus. Procuramos verificar o que as Escrituras ensinam acerca do maior de todos os fatos — o fato de Deus, sua natureza e existência.

3. A doutrina dos anjos. Do Criador naturalmente passamos ao estudo de suas criaturas, e, portanto, vamos considerar as mais elevadas de suas criaturas: os anjos. Este tópico também inclui os anjos maus, Satanás e os demônios.

4. A doutrina do homem. não nos demoraremos muito tempo no tema dos espíritos maus e bons, mas passaremos a considerar a opinião bíblica acerca do homem, porque todas as verdades bíblicas se agrupam ao redor de dois pontos focais — Deus e o homem. Em segundo lugar em importância, após o estudo de Deus, está o estudo acerca do homem.

5. A doutrina do pecado. O fato mais trágico em conexão com o homem é o pecado e suas conseqüências. As Escrituras nos falam de sua origem, natureza, conseqüências e remédio.

6. A doutrina de Cristo. Segue-se, depois do pecado do homem, o estudo da pessoa e da obra de Cristo, o Salvador do homem.

7. A doutrina da expiação. Sob este título consideramos os fatos que esclarecem o significado da obra de Cristo a favor do homem.

8. A doutrina da salvação. Como se aplica a expiação às necessidades do homem e como se faz real em sua experiência? Os fatos que nos dão essa resposta agrupam-se sob a doutrina da salvação.

9. A doutrina do Espírito Santo. Como se faz real no homem a obra de Cristo? Isto é assunto tratado na doutrina da natureza e da obra do Espírito Santo.

10. A doutrina da igreja. Os discípulos de Cristo obviamente necessitam de alguma organização para se realizarem os propósitos de adoração, instrução, comunhão e propagação do Evangelho. O Novo Testamento nos fala acerca da natureza e da obra dessa organização.

11. A doutrina das últimas coisas. É natural dirigirmos o nosso olhar para o futuro e pensar: "Qual será o resultado final de todas as coisas — a vida, a história, o mundo?" — Tudo o que se relaciona com o futuro então se agrupa sob o título: "As últimas coisas".

CAPÍTULO I: AS ESCRITURAS

"O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar" (Mat. 24:35).

"Seca-se a erva, e caem as flores, porém a palavra de nosso Deus subsiste eternamente" (Isa. 40:8).

"Quem destruísse este Livro, como já tentaram fazer os inimigos da felicidade humana, nos deixaria profundamente desconhecedores do nosso Criador, da criação do mundo que habitamos, da origem e dos progenitores da raça, como também do nosso futuro destino, e nos subordinaria para sempre ao domínio do capricho, das dúvidas e da concepção visionária. A destruição deste Livro nos privaria da religião cristã, com todos os seus confortos espirituais, esperanças e perspectivas animadoras, e no lugar desses, nada nos deixaria a não ser a penumbra triste da infidelidade e as monstruosas sombras do paganismo. A destruição deste Livro despovoaria o céu, fechando para sempre suas portas contra a miserável posteridade de Adão, restaurando ao rei dos terrores o seu aguilhão; enterraria no mesmo túmulo que recebe os nossos corpos, todos os que antes de nós morreram, e deixando a nós o mesmo triste destino. Enfim, a destruição deste Livro nos roubaria de uma vez tudo quanto evita que a nossa existência se tome a maior das maldições; cobriria o sol; secaria o oceano e removeria a atmosfera do mundo moral, e degradaria o homem a ponto de ele ter ciúmes da posição dos próprios animais."

I. A NECESSIDADE DAS ESCRITURAS

"Que é a verdade?" perguntou Pilatos, e o tom de sua voz inferiu que em vão se buscaria essa qualidade.

Se não houvesse um meio de chegar ao conhecimento de Deus, do homem e do mundo, Pilatos então teria razão.

Mas não há razão de andar às apalpadelas nas dúvidas e no ceticismo, porque existe um livro — as Sagradas Escrituras — que "podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus" (2 Tim. 3:15).

1. Essa revelação é desejável.

O Deus que criou o universo só pode ser um Deus sábio, e um Deus sábio certamente terá um propósito para suas criaturas. Negligenciar esse propósito é loucura e contrariá-lo constitui pecado. "Mas, como se verifica com certeza o propósito divino? A história prova que os homens chegam a conclusões muito diversas e muitas pessoas não chegam a conclusão nenhuma! A experiência demonstra que esse problema não se resolve somente pelos estudos. Alguns não dispõem de tempo suficiente, e outros, ainda que tenham o desejo, não possuem a habilidade; mesmo que alcançassem êxito, suas conclusões seriam alcançadas lentamente e com grande desconfiança. Os sábios são capazes de levantar escadas de pensamentos no esforço de alcançarem as verdades celestiais, mas a escada mais elevada ainda estaria muito aquém da necessidade. "O mundo pela sabedoria (filosofia) não conheceu a Deus." As verdades que informam o homem como passar da terra para o céu devem ser enviadas do céu à terra. Em outras palavras, o homem precisa de uma revelação.

2. Essa revelação é de se esperar.

A natureza é a revelação de Deus que se alcança pela razão. Mas quando o homem está algemado pelos seus pecados e sobrecarregada a alma, a natureza e a razão são impotentes para esclarecer e aliviar a situação. Vamos permitir que os homens da razão testemunhem. Disse Kant, um dos maiores pensadores de todos os tempos, acerca dos cristãos: "Fazem bem em basear a sua

paz e piedade nos Evangelhos porque somente neles está a fonte das verdades profundas e espirituais, depois de a razão haver explorado em vão todas as possibilidades." Outro físico de renome, Hegel, quando estava no leito de morte, não permitiu que se lesse nenhum outro livro para ele a não ser a Bíblia. Ele disse que no caso de se prolongar a sua vida ele faria desse Livro o seu único estudo, pois nele encontrara o que a razão não lhe pudera proporcionar.

Se existe um bom Deus, como cremos, é razoável crer que ele conceda às suas criaturas uma revelação pessoal de si mesmo. Assim escreveu David S. Clarke: " não podemos crer que um pai se oculte para sempre de seu filho, sem nunca se comunicar com ele. Nem tampouco podemos imaginar um Deus que retivesse o conhecimento do seu ser e de sua vontade, ocultando-o às suas criaturas que ele criara à sua própria imagem.

Deus fez o homem capaz e desejoso de conhecer a realidade das coisas. Será que ele ocultaria uma revelação que satisfizesse esse anelo? A mitologia egípcia antiga conta a história da fabulosa Esfinge que propunha enigmas aos transeuntes e como os matava quando não lhe podiam decifrá-los. Não é de crer que um Deus amoroso e sábio permita que o homem pereça por falta de conhecimento, perplexo diante do enigma do universo. E o Dr. Hodges escreve: "A inteligência divina nos leva a crer que Deus tenha adaptado os meios ao fim, e que ele, enfim, coroará essa natureza religiosa com uma religião sobrenatural. A benevolência de Deus nos conduz a esperar que ele solucione a grave perplexidade e evite o perigo para as suas criaturas. A justiça de Deus nos conduz à esperança de que falará ele em tons claros e com autoridade à nossa consciência."

3. Essa revelação deveria estar em forma escrita.

É razoável que sua mensagem tomasse forma de livro. Como disse o Dr. Keyser: "Os livros representam o melhor meio de preservar a verdade em sua integridade e transmiti-la de geração a geração. A memória e a tradição não merecem confiança. Portanto, Deus agiu com a máxima sabedoria e também dum modo normal dando ao homem a sua revelação em forma de livro. De nenhuma outra maneira, pelo que podemos ver, podia ter ele entregue aos homens um ideal infalível que estivesse acessível a todos os

homens e que continuasse intacto através dos séculos e do qual todos os povos pudessem obter a mesma norma de fé e prática."

É razoável concluir que Deus inspirasse os seus servos a arquivarem essas verdades, verdades que não poderiam ser descortinadas pela razão humana. E, finalmente, é razoável crer que Deus tivesse preservado, por sua providência, os manuscritos das escrituras bíblicas e que tivesse influenciado a sua igreja a incluir no cânon sagrado somente os livros que fossem divinamente inspirados.

II. A INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS

É possível que haja uma religião divina sem uma literatura inspirada. O professor Francis L. Patton observa: Se o simples testemunho histórico prova que Jesus operou milagres, pronunciou profecias e proclamou a sua divindade — se pode ser demonstrado que ele foi crucificado para redimir os pecadores, e que foi ressuscitado dentre os mortos e que fez com que o destino dos homens dependesse de aceitá-lo como o seu Salvador então, sejam inspirados ou não os registros, aí daquele que descuidar de tão grande salvação."

Todavia, não tomaremos mais tempo com isso, pois não existe nenhuma dúvida quanto à inspiração da Bíblia. "Toda a Escritura é divinamente inspirada" (literalmente: "é dada pelo sopro de Deus"), declara Paulo. (2 Tim. 3:16.) "Porque a profecia não foi antigamente produzida por vontade de homem algum", escreve Pedro, "mas os homens santos de Deus falaram, inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pedro 1:21).

Assim define Webster a inspiração: "A influência sobrenatural do Espírito de Deus sobre a mente humana, pela qual os profetas, apóstolos e escritores sacros foram habilitados para exporem a verdade divina sem nenhuma mistura de erro."

Segundo o Dr. Gaussen, "é o poder inexplicável que o Espírito Divino exerce sobre os autores das Escrituras, em guiá-los até mesmo no emprego correto das palavras e em preservá-los de todo erro, bem como de qualquer omissão".

Assim escreveu o Dr. William Evans: "A inspiração divina, como é definida por Paulo nesta passagem (2 Tim. 3:16), é a forte inspiração espiritual de Deus sobre os homens, capacitando-os a expressarem a verdade; é Deus falando pelos homens, e, por conseguinte, o Antigo Testamento é a Palavra de Deus. é como se o próprio Deus houvesse falado cada palavra do livro. As Escrituras são o resultado da divina inspiração espiritual, da mesma maneira em que o falar humano é efetuado pela respiração pela boca do homem." Podemos dizer que a declaração de Pedro revela que o Espírito Santo estava presente duma maneira especial e milagrosa sobre os escritores das Escrituras, revelando-lhes as verdades que antes não conheciam e guiando-os também no registro dessas verdades e dos acontecimentos, dos quais eram testemunhas oculares, de maneira que as pudessem apresentar com exatidão substancial ao conhecimento de outrem.

Alguém poderia julgar, pela leitura dos vários credos do Cristianismo, tratar-se de assunto bastante complexo, cheio de enigmas teológicos e tumultuado por definições obscuras. Mas esse não é o caso. As doutrinas no Novo Testamento, como originalmente expostas, são simples e se podem definir de maneira simples. Mas, com o passar dos tempos, a igreja teve de enfrentar doutrinas e opiniões erradas e defeituosas e, por conseguinte, se viu obrigada a cercar as doutrinas certas e protegê-las com definições. Deste processo de definições exatas e detalhadas surgiram os credos. As declarações doutrinárias ocuparam uma parte importante e necessária na vida da igreja, e constituíram impedimento a seu progresso unicamente quando uma aquiescência formal a essas doutrinas veio substituir a viva fé.

A doutrina da inspiração, como é apresentada na Palavra, é relativamente simples, mas o surgimento de idéias errôneas criou a necessidade de proteger a doutrina certa com definições completas e detalhadas. Contra certas teorias, é necessário afirmar que a inspiração das Escrituras é a seguinte:

1. Divina e não apenas humana.

O modernista identifica a inspiração das Escrituras Sagradas com o mesmo esclarecimento espiritual e sabedoria de que foram dotados tais homens como: Platão, Sócrates, Browning,

Shakespeare e outros gênios do mundo literário, filosófico e religioso. A inspiração, dessa forma, seria considerada apenas uma coisa puramente natural. Essa teoria rouba à palavra *inspiração* todo o seu significado e não combina, em absoluto, com o caráter sobrenatural e único da Bíblia.

2. Única e não comum.

Alguns confundem a inspiração com o esclarecimento. Refere-se à influência do Espírito Santo, comum a todos os cristãos, influência que os ajuda a compreender as coisas de Deus. (1 Cor. 2:4; Mat. 16:17.) Eles mantêm a opinião de que esse esclarecimento espiritual seja a explicação adequada sobre a origem da Bíblia. Existe uma faculdade nos homens, assim ensinam eles, pela qual se pode conhecer a Deus — uma espécie de olho da sua alma. Quando os homens piedosos da antiguidade meditavam em Deus, o Espírito Divino vivificava essa faculdade, dando-lhes esclarecimentos dos mistérios divinos.

Tal esclarecimento é prometido aos crentes e tem sido experimentado por eles. Mas este esclarecimento não é o mesmo que inspiração. Sabemos, segundo está escrito em 1Ped. 1:10-12, que às vezes os profetas recebiam verdades por inspiração e lhes era negado esclarecimento necessário à sua compreensão dessas mesmas verdades. O Espírito Santo inspirou-lhes as palavras mas não achou por bem conceder-lhes a compreensão do seu significado. Descreve-se Caifás como sendo o veículo duma mensagem inspirada (se bem que o foi inconscientemente), apesar de não estar ele pensando em Deus. Nesse momento ele foi inspirado mas não esclarecido. (João 11:49-52.)

Notemos duas diferenças específicas entre o esclarecimento e a inspiração:

1) Quanto à duração, o esclarecimento é, ou pode ser, permanente. "Porém a vereda dos justos é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito" (Prov. 4:18). A unção que o crente recebeu do Espírito Santo permanece nele, diz o apóstolo João (1 João 2:20-27). Por outro lado, a inspiração também era intermitente; o profeta não podia profetizar à vontade, porém estava sujeito à vontade do Espírito. "Porque a profecia não foi antigamente produzida por vontade de homem algum",

declara Pedro, "mas os homens santos de Deus falaram, inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pedro 1:21). Que a inspiração profética viesse repentinamente está implícita na expressão comum: "A palavra do Senhor veio" a este ou àquele profeta. Uma distinção clara se faz entre os verdadeiros profetas, que profetizam unicamente quando lhes vem a palavra do Senhor, e os profetas falsos que proferem uma mensagem de sua própria invenção. (Jer. 14:14; 23:11, 16; Ezeq. 13:2, 3.)

2) O esclarecimento admite a graduação, enquanto a inspiração não admite graduação alguma. Varia de pessoa para pessoa o grau de esclarecimento, mas no caso da inspiração, no sentido bíblico, a pessoa ou recebeu ou não recebeu a inspiração.

3. Viva e não mecânica.

A inspiração não significa ditado, no sentido de que os escritores fossem passivos, sem que tomassem parte as suas faculdades no registro da mensagem, embora sejam algumas porções das Escrituras ditadas, como por exemplo os Dez Mandamentos e a Oração Dominical. A própria palavra inspiração exclui o sentido de ação meramente mecânica, e a ação mecânica exclui qualquer sentido de inspiração. Por exemplo, um homem de negócios não inspira sua secretária ao ditar-lhe as cartas. Deus não falou pelos homens como quem fala por um alto falante. Antes seu Divino Espírito usou as suas faculdades mentais, produzindo desta maneira uma mensagem perfeitamente divina, e que, ao mesmo tempo, conservasse os traços da personalidade do autor. Embora seja a Palavra do Senhor, é ao mesmo tempo, em certo sentido, a palavra de Moisés, ou de Paulo.

"Deus nada fez a não ser pelo homem; o homem nada fez, a não ser por Deus. é Deus quem fala no homem, é Deus quem fala pelo homem, é Deus quem fala como homem, é Deus quem fala a favor do homem."

O fato de haver cooperação divina e humana na produção duma mensagem inspirada é bastante conhecido; mas "como" se processa esta cooperação é mais difícil de explicar. Se o entrosamento de mente e corpo já é um mistério demasiado grande, mesmo para o homem mais sábio; quanto mais não é o entrosamento do Espírito de Deus e o espírito do homem!

4. Completa e não somente parcial.

Segundo a teoria da inspiração parcial, os escritores seriam preservados do erro em questões necessárias à salvação dos homens, mas não em outras matérias como sejam: história, ciência, cronologia e outras semelhantes. Portanto, segundo essa opinião, seria mais correto dizer que "A Bíblia contém a Palavra, em lugar de dizer que é a Palavra de Deus".

Essa teoria nos submergiria num pântano de incertezas, pois quem pode, sem equívoco, julgar o que é e o que não é essencial à salvação? Onde está a autoridade infalível que decida qual parte é a Palavra de Deus e qual não o é? E se a história da Bíblia é falha, então a doutrina também o é, porque a doutrina bíblica se baseia na história bíblica. Finalmente, as Escrituras mesmas reivindicam para si a inspiração plenária. Cristo e seus apóstolos aplicaram o termo "Palavra de Deus" a todo o Antigo Testamento.

5. Verbal e não apenas de conceitos.

Segundo outra teoria, Deus inspirou os pensamentos mas não as palavras dos escritores. Isto é, Deus inspirou os homens, e deixou ao critério deles a seleção das palavras e das expressões. Mas a ênfase bíblica não está nos homens inspirados, mas sim nas palavras inspiradas. "Havendo antigamente falado aos pais pelos profetas" (Heb. 1:1). "Homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pedro 1:21). Ainda mais, é difícil separar a palavra do pensamento; um pensamento é uma palavra antes de ser ela proferida. ("não comeceis a dizer em vossos corações"; "o tolo disse em seu coração"); uma palavra é um pensamento ao qual se deu expressão. Pensamentos divinamente inspirados naturalmente teriam sua expressão em palavras divinamente inspiradas. Paulo nos fala de "palavras ensinadas pelo Espírito" (1Cor. 2:13). Finalmente, uma simples palavra é citada como sendo o fundamento de doutrinas básicas. (João 10:35; Mat. 22:42-45; Gál. 3:16; Heb. 12:26, 27.)

Precisamos fazer distinção também entre a revelação e a inspiração. Por revelação queremos dizer aquele ato de Deus pelo qual ele dá a conhecer o que o homem por si mesmo não podia

saber; por inspiração queremos dizer que o escritor é preservado de qualquer erro ao escrever essa revelação. Por exemplo, os Dez Mandamentos foram revelados, e Moisés foi inspirado ao registrá-los no Pentateuco.

A inspiração nem sempre implica revelação; por exemplo, Moisés foi inspirado a registrar eventos que ele mesmo havia presenciado e que dessa maneira estavam dentro do âmbito do seu próprio conhecimento. Distingamos também entre as palavras inspiradas e os registros inspirados. Por exemplo, muitos dizeres de Satanás são registrados nas Escrituras e sabemos que o diabo certamente não foi inspirado por Deus ao proferi-los; mas o registro dessas expressões satânicas foi inspirado.

III. A VERIFICAÇÃO DAS ESCRITURAS

1. Elas reivindicam inspiração.

O Antigo Testamento declara-se escrito sob uma inspiração especial de Deus. A expressão "e Deus disse", ou equivalente, é usada mais de 2.600 vezes. A história, a lei, os salmos e as profecias são declarados escritos por homens sob inspiração especial de Deus. (Vide Êxo. 24:4; 34:28; Jos, 3:9; 2 Reis 17:13; Isa. 34:16; 59:21; Zac. 7:12; Sal. 78:1; Prov. 6:23.) Cristo mesmo sancionou o Antigo Testamento, citou-o e viveu em harmonia com os seus ensinamentos. Ele aprovou a sua veracidade e autoridade (Mat. 5:18; João 10:35; Luc. 18:31-33; 24:25, 44; Mat. 23:1, 2; 26:54). E o mesmo fizeram os apóstolos. (Luc. 3:4; Rom. 3:2; 2 Tim. 3:16; Heb. 1:1; 2 Pedro 1:21; 3:2; Atos 1:16; 3:18; 1 Cor. 2:9-16.)

Arroga-se o Novo Testamento uma inspiração semelhante? Quanto à inspiração dos Evangelhos é garantida pela promessa de Cristo de que o Espírito traria à mente dos apóstolos todas as coisas que ele lhes havia ensinado, e que o mesmo Espírito os guiaria em toda verdade. Em todo o Novo Testamento ele se declara uma revelação mais completa e clara de Deus do que aquela dada no Antigo Testamento, e com absoluta autoridade declara a ab-rogação das leis antigas. Portanto, se o Antigo Testamento é inspirado, a mesma inspiração deve ter o Novo. Parece que Pedro procura colocar as epístolas de Paulo no mesmo nível dos livros do Antigo Testamento, (2 Ped. 3:15,16), e Paulo e

os demais apóstolos afirmam falar com a autoridade divina, (1 Cor. 2:13; 14:31; 1 Tess. 2:13; 4:2; 2 Ped. 3:2; 1 João 1:5; Apoc. 1:1.)

2. Dão a impressão de serem inspiradas.

As Escrituras se dizem inspiradas; um exame delas revelará o fato de que seu caráter sustenta essa posição. A Bíblia, ao se apresentar em juízo, o faz com bom testemunho! Quanto a seus autores, foi ela escrita por homens cuja honestidade e integridade não podem ser postas em dúvida; quanto ao seu conteúdo, há nele a mais sublime revelação de Deus ao mundo; quanto à influência, tem trazido a luz salvadora às nações e indivíduos, e possui um poder infalível para guiar os homens a Deus e transformar-lhes o caráter; quanto à sua autoridade, desempenha o papel dum tribunal supremo em assuntos religiosos, de maneira que até mesmo os cultos falsos são obrigados a citar suas palavras para poderem impressionar o público.

Falam sobre coisas específicas. Notemos:

1) Sua exatidão. Nota-se a ausência total dos absurdos que se encontram em outros livros "sagrados". não lemos, por exemplo, que a terra saísse dum ovo, tendo transcorrido certo número de anos para a sua incubação, descansando ele sobre uma tartaruga; a terra rodeada por sete mares de água salgada, suco de cana, bebidas alcoólicas, manteiga pura, leite coalhado, etc. Escreve o Dr. D. S. Clarke: "Há uma diferença insondável entre a Bíblia e qualquer outro livro. Essa diferença deve-se à sua origem."

2) Sua unidade. Contendo sessenta e seis livros, escritos por uns quarenta diferentes autores, num período de mais ou menos mil e seiscentos anos, abrangendo uma variedade de tópicos, ela, no entanto, demonstra uma unidade de tema e propósito que só se explica como tendo ela uma mente diretriz.

3) Quantos livros suportam serem lidos mesmo duas vezes? Mas a Bíblia pode ser lida centenas de vezes sem se poder sondar suas profundezas ou sem que se perca o interesse do leitor.

4) A sua assombrosa circulação, estando já traduzida em milhares de idiomas e dialetos, e lida em todos os países do mundo.

5) O tempo não a afeta. é um dos livros mais antigos do mundo e ao mesmo tempo o mais moderno. A alma humana nunca a pode dispensar. O pão é um dos alimentos mais antigos, e ao mesmo tempo o mais moderno. Enquanto os homens tiverem fome, desejarão o pão para o corpo; e enquanto anelarem por Deus e as coisas eternas, desejarão a Bíblia.

6) Sua admirável preservação em face de perseguição e a oposição da ciência. "Os martelos se gastam mas a bigorna permanece."

3. Sente-se que são inspiradas.

"Mas será que você crê naquele livro?" disse um professor de um colégio de Nova York a uma aluna que havia assistido às classes bíblicas. "Oh, sim," ela respondeu; "acontece que conheço pessoalmente o Autor." Ela declarou a mais ponderável razão de crer na Bíblia como a Palavra de Deus; a saber, o seu apelo ao nosso conhecimento pessoal, falando em tom que nos faz sentir sua origem divina.

A Igreja Romana assevera que a origem divina das Escrituras depende, em última análise, do testemunho da igreja, a qual se considera o guia infalível em todas as questões de fé e prática. "Como se a verdade eterna e inviolável de Deus dependesse do juízo do homem!" declarou João Calvino, o grande Reformador.

Ainda, declarou ele: Assevera-se que a igreja decide qual a reverência que se deve às Escrituras, e quais os livros que devem ser incluídos no cânone sagrado. Esta interrogação: "Como saberemos que vieram de Deus as Escrituras, a não ser que haja uma decisão da igreja?" é tão tola quanto a seguinte pergunta: "como discerniremos a luz das trevas, o branco do negro, o amargo do doce?" O testemunho do Espírito é superior a todos os argumentos.

Deus, na sua Palavra, é a única testemunha fidedigna concernente a si mesmo: da mesma maneira a sua Palavra não achará crença verdadeira nos corações dos homens enquanto não for selada pelo testemunho do seu Espírito. O mesmo Espírito que falou pelos profetas deve entrar em nossos corações para

convencer-nos de que esses profetas fielmente entregaram a mensagem que Deus lhes confiara. (Isa. 59:21.)

Que este então seja um assunto resolvido: aqueles que são ensinados internamente pelo Espírito Santo depositam confiança firme nas Escrituras; que as Escrituras são a sua própria evidência; que elas não podem legalmente estar sujeitas às provas e aos argumentos, mas sim que obtenham, pelo testemunho do Espírito, a confiança que merecem.

Sendo assim, por que aduzimos evidências externas da exatidão das Escrituras e de seu merecimento geral? Fazemos isto primeiramente, não para poder crer que são certas, mas sim porque sentimos que são certas; em segundo lugar, é natural motivo de alegria poder apontar evidências externas das coisas que cremos no coração; finalmente, estas provas servem de veículo e receptáculo, por assim dizer, pelos quais podemos expressar em palavras a nossa convicção íntima, e dessa maneira "estando sempre preparados para responder a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vos" (1 Ped. 3:15).

4. Provam ser inspiradas.

O Dr. Eugene Stock disse: Quando em menino, li uma história que me mostrou os diferentes meios pelos quais podemos ter certeza de que esta grande biblioteca de Livros Sagrados, a que chamamos bíblia, é realmente a Palavra de Deus, e sua revelação aos homens.

O escritor da história havia explicado três classes de evidências — a histórica, a interna e a experimental. Então ele contou como certa vez enviou um menino a um químico para comprar uns gramas de fósforo. O menino voltou com um pacotinho; seria mesmo fósforo? O menino relatou que foi à drogaria e pediu fósforo. O químico foi às prateleiras, tirou uma substância dum frasco, colocou-a num pacotinho e lho deu. O menino o levou diretamente à casa. Esta foi então a evidência histórica de que no pacotinho havia fósforo. Ao abrir-se o pacotinho, notava-se que o conteúdo parecia ser fósforo e cheirava também a fósforo. Essa foi a evidência interna. Quando ateou fogo à substância houve fortíssima combustão! Essa foi a evidência experimental!

As defesas intelectuais da Bíblia têm seu lugar; mas, afinal de contas, o melhor argumento é o prático. A Bíblia tem produzido resultados práticos. Tem influenciado a civilização, transformado vidas, trazido luz, inspiração e conforto a milhões e sua obra ainda continua.

CAPÍTULO II: DEUS

Vivemos num universo cuja imensidão pressupõe um Criador poderoso, universo cuja beleza, desenho e ordem apontam um sábio Legislador. Mas quem fez o Criador? Podemos recuar no tempo, indo da causa para o efeito, mas não podemos continuar nesse processo de recuo sem reconhecer um ser "Sempiterno". Aquele ser eterno é Deus, o Eterno, a Causa e a Origem de todas as coisas boas que existem.

I. A EXISTÊNCIA DE DEUS

1. Sua existência declarada.

Em parte alguma as Escrituras tratam de provar a existência de Deus mediante provas formais. Reconhece-se como fato auto-evidente e como crença natural do homem. As Escrituras em parte alguma propõem uma série de provas da existência de Deus como preliminar à fé; declaram o fato de Deus e chamam o homem a aventurar-se na fé. "O que se chega a Deus, creia que há Deus", é o ponto inicial na relação entre o homem e Deus.

A Bíblia, em verdade, fala de homens que dizem em seus corações que não há Deus, mas esses são "tolos", isto é, os ímpios praticantes que expulsariam a Deus dos seus pensamentos porque já o expulsaram das suas vidas. Esses pertencem ao grande número de ateus praticantes, isto é, esses que procedem e falam como se não existisse Deus. Seu número ultrapassa em muito o número de ateus teóricos, isto é, esses que pretendem aderir à crença intelectual que nega a existência de Deus. Note-se que a declaração " não há Deus" não implica dizer que Deus não exista, mas sim que Deus não se ocupa com negócios do mundo. Contando com a sua ausência, os homens corrompem-se e se comportam de maneira abominável. (Sal. 14.)

Assim escreve o Dr. A. B. Davidson: (a Bíblia) não tenta demonstrar a existência de Deus, porque em todas as partes da Bíblia subentende-se a sua existência. Parece não haver nenhuma

passagem no Antigo Testamento que represente os homens procurando conhecer a existência de Deus por meio da natureza ou pelos eventos da providência, embora haja algumas passagens que impliquem que as idéias falsas sobre a natureza de Deus podem ser corrigidas pelo estudo da natureza e da vida... O Antigo Testamento cogita tão pouco da possibilidade de conhecer a Deus quanto cogita de provar a sua existência. Por que os homens argumentariam sobre o conhecimento de Deus quando já estavam persuadidos de que o conheciam, cômicos de estarem em comunhão com ele, estando seus pensamentos cheios e iluminados por ele, sabendo que seu Espírito neles movia, e guiava-os em toda a sua história?

A idéia de que o homem chega ao conhecimento ou à comunhão com Deus por meio de seus próprios esforços é totalmente estranha ao Antigo Testamento. Deus fala; ele aparece; o homem ouve e vê. Deus aproxima-se dos homens; estabelece um concerto ou relação especial com eles; e dá-lhes mandamentos. Eles o recebem quando ele se aproxima: aceitam a sua vontade e obedecem aos seus preceitos. Moisés e os profetas em parte alguma são representados como pensadores refletindo sobre o Invisível, formando conclusões acerca dele, ou alcançando conceitos elevados da Divindade. O Invisível manifesta-se-lhes, e eles o conhecem.

Quando um homem diz: "Eu conheço o presidente", ele não quer dizer: "Eu sei que o presidente existe," porque isso se subentende na sua declaração. Da mesma maneira os escritores bíblicos nos dizem que conhecem a Deus e essas declarações significam a sua existência.

2. Sua existência provada.

Se as Escrituras não oferecem nenhuma demonstração racional da existência de Deus, por que vamos nós fazer essa tentativa? Pelas seguintes razões:

Primeiramente, para convencer os que genuinamente buscam a Deus, isto é, pessoas cuja fé tem sido ofuscada por alguma dificuldade, e que dizem: "Eu quero crer em Deus; mostra-me que seja razoável crer nele." Mas evidência nenhuma convencerá a pessoa, que, por desejar continuar no pecado e no

egoísmo, diz: "Desafio-te a provar que Deus existe." Afinal, a fé é questão moral e não intelectual. Se a pessoa não está disposta a aceitar, ela porá de lado todas e quaisquer evidências. (Luc. 6:31.)

Segundo, para fortalecer a fé daqueles que já crêem. Eles estudam as provas, não para crer, mas sim porque já crêem. Esta fé lhes é tão preciosa que aceitarão com alegria qualquer fato que a faça aumentar ou enriquecer.

Finalmente, para poder enriquecer nosso conhecimento acerca da natureza de Deus. Que maior objeto de pensamento e estudo existe do que ele?

Onde acharemos evidências da existência de Deus? Na criação, na natureza humana e na história humana. Dessas três esferas deduzimos as cinco evidências da existência de Deus:

1) O universo deve ter uma Primeira Causa ou um Criador. (Argumento cosmológico, da palavra grega "cosmos", que significa "mundo".)

2) O desígnio evidente no universo aponta para uma Mente Suprema. (Argumento teleológico, de "Teleos", que significa "desígnio ou propósito".)

3) A natureza do homem, com seus impulsos e aspirações, assinala a existência de um Governador pessoal. (Argumento antropológico, da palavra grega "anthropos", que significa "homem".)

4) A história humana dá evidências duma providência que governa sobre tudo. (Argumento histórico.)

5) A crença é universal. (Argumento do consenso comum.)

(a) O argumento da criação. A razão argumenta que o universo deve ter tido um princípio. Todo efeito deve ter uma causa suficiente. O universo, sendo o efeito, por conseguinte deve ter uma causa. Consideremos a extensão do universo. Nas palavras de Jorge W. Grey: "O universo, como o imaginamos, é um sistema de milhares e milhões de galáxias. Cada uma delas se compõe de milhares e milhões de estrelas. Perto da circunferência de uma dessas galáxias — a Via Láctea — existe uma estrela de tamanho médio e temperatura moderada, já amarelada pela velhice — que é o nosso Sol." E imaginem que o Sol é milhões de

vezes maior que a nossa pequena Terra! Prossegue o mesmo escritor: "O Sol está girando numa orbita vertiginosa em direção à circunferência da Via Láctea a 19.300 metros por segundo, levando consigo a Terra e todos os planetas, e ao mesmo tempo todo o sistema solar está girando num gigantesco circuito à velocidade incrível de 321 quilômetros por segundo, enquanto a própria galáxia gira, qual colossal roda gigante estelar. Fotografando-se algumas seções dos céus, é possível fazer a contagem das estrelas.

No observatório de Harvard College eu vi uma fotografia que inclui as imagens de mais de 200 Vias Lácteas — todas registradas numa chapa fotográfica de 35 x 42cm. Calcula-se que o número de galáxias de que se compõe o universo é da ordem de 500 milhões de milhões."

Consideremos nosso pequeno planeta e nele as várias formas de vida existentes, as quais revelam inteligência e desígnio divinos.

Naturalmente surge a questão: "Como se originou tudo isso?" A pergunta é natural, pois as nossas mentes são constituídas de tal forma que esperam que todo efeito tenha uma causa. Logo, concluímos que o universo deve ter tido uma Primeira Causa, ou um Criador. "No princípio — Deus" (Gên. 1:1).

Dum modo singelo este argumento é exposto no seguinte incidente:

Disse um jovem cético a uma idosa senhora: — Outrora eu cria em Deus, mas agora, desde que estudei filosofia e matemática, estou convencido de que Deus não é mais do que uma palavra oca.

— Bem — disse a senhora — é verdade que eu não aprendi essas coisas, mas desde que você já aprendeu, pode me dizer donde veio este ovo?

— Naturalmente numa galinha — foi a resposta.

— E donde veio a galinha?

— Naturalmente dum ovo.

Então indagou a senhora: — Permita-me perguntar: qual existiu primeiro, a galinha ou o ovo?

— A galinha, por certo — respondeu o jovem.

— Oh, então, a galinha existia antes do ovo?

— Oh, não, devia dizer que o ovo existia primeiro.

— Então, eu suponho que você quer dizer que o ovo existia antes da galinha.

O moço vacilou: — Bem, a senhora vê, isto é, naturalmente, bem, a galinha existiu primeiro.

— Muito bem — disse ela —, quem criou a primeira galinha de que vieram todos os sucessivos ovos e galinhas?

— Que é que a senhora quer dizer com tudo isto? — perguntou ele.

— Simplesmente isto — replicou ela: — Digo que aquele que criou o primeiro ovo ou a primeira galinha é aquele que criou o mundo. Você nem pode explicar, sem Deus, a existência dum ovo ou duma galinha, e ainda quer que eu creia que você pode explicar, sem Deus, a existência do mundo inteiro!

(b) O argumento do desígnio. O desígnio e a formosura evidenciam-se no universo; mas o desígnio e a formosura implicam um arquiteto; portanto, o universo é a obra dum Arquiteto dotado de inteligência suficiente para explicar sua obra. O grande relógio de Estrasburgo tem, além das funções normais dum relógio, uma combinação de luas e planetas que se movem, mostrando dias e meses com a exatidão dos corpos celestes, com seus grupos de figuras que aparecem e desaparecem com regularidade igual ao soarem as horas no grande cronômetro.

Declarar não ter havido um engenheiro que construiu o relógio, e que este objeto "aconteceu", seria insultar a inteligência e a razão humana. É insensatez presumir que o universo "aconteceu", ou, em linguagem científica, que procedeu "do concurso fortuito dos átomos"!

Suponhamos que o livro "O Peregrino" fosse descrito da seguinte maneira: o autor tomou um vagão de tipos de imprensa e com pá os atirou ao ar. Ao caírem no chão, natural e gradualmente se juntaram de maneira a formar a famosa história de Bunyan. O homem mais incrédulo diria: que absurdo! E a mesma coisa dizemos nós das suposições do ateísmo em relação à criação do universo.

O exame dum relógio revela que ele leva os sinais de desígnio porque as diversas peças são reunidas com um propósito prévio. Elas são colocadas de tal modo que produzem movimentos e esses movimentos são regulados de tal maneira que marcam as horas. Disso inferimos duas coisas: primeiramente, que o relógio teve alguém que o fez, e em segundo lugar, que o seu fabricante compreendeu a sua construção, e o projetou com o propósito de marcar as horas. Da mesma maneira, observamos o desígnio e a operação dum plano no mundo e, naturalmente, concluímos que houve alguém que o fez e que sabiamente o preparou para o propósito ao qual está servindo.

O fato de nunca termos observado a fabricação dum relógio não afetaria essas conclusões, mesmo que nunca conhecêssemos um relojoeiro, ou que jamais tivéssemos idéia do processo desse trabalho. Igualmente, a nossa convicção de que o universo teve um arquiteto, de forma nenhuma sofre alteração pelo fato de nunca termos observado a sua construção, ou de nunca termos visto o arquiteto.

Do mesmo modo a nossa conclusão não se alteraria se alguém nos informasse que "o relógio é resultado da operação das leis da mecânica e explica-se pelas propriedades da matéria". Ainda assim teremos que considerá-lo como obra dum hábil relojoeiro que soube aproveitar essas leis da física e suas propriedades para fazer funcionar o relógio. Da mesma forma, quando alguém nos informa que o universo é simplesmente o resultado da operação das leis da natureza, nós nos vemos constrangidos a perguntar: "Quem projetou, estabeleceu e usou essas leis?" Isso, em razão de ser implícita a presença de um legislador uma vez que existem leis.

Tomemos, para ilustrar, a vida dos insetos. Há uma espécie de escaravelho chamado "Staghorn" ou "Chifrudo". O macho tem magníficos chifres, duas vezes mais compridos do que o seu corpo; a fêmea não tem chifres. No estágio larval, eles enterram-se a si mesmos na terra e, silenciosamente, esperam na escuridão pela sua metamorfose. São naturalmente meros insetos, sem nenhuma diferença aparente e, no entanto, um deles escava para si um buraco duas vezes mais profundo do que o outro. Por quê? Para que haja espaço para os chifres do macho se desenvolverem com perfeição. Por que essas larvas, aparentemente iguais, diferem assim em seus hábitos? Quem ensinou o macho a cavar

seu buraco duas vezes mais profundo do que o faz a fêmea? é o resultado dum processo racional? Não, foi Deus, o Criador, quem pôs naquelas criaturas a percepção instintiva que lhes seria útil.

De onde recebeu esse inseto a sua sabedoria? Alguém talvez pense que a herdara de seus pais. Mas um cão ensinado, por exemplo, transmite à sua descendência sua astúcia e agilidade? Não.

Mesmo que admitamos que o instinto fosse herdado, ainda deparamos com o fato de que alguém havia instruído o primeiro escaravelho chifrudo. A explicação do maravilhoso instinto dos animais acha-se nas palavras do primeiro capítulo de Gênesis: "E disse Deus" — isto é: a vontade de Deus. Quem observa o funcionamento dum relógio sabe que a inteligência não está no relógio mas sim no relojoeiro. E quem observa o instinto maravilhoso das menores criaturas, concluirá que a primeira inteligência não era a delas, mas sim do seu Criador, e que existe uma Mente controladora dos menores detalhes da vida.

O Dr. Whitney, ex-presidente da Sociedade Americana e membro da Academia Americana de Artes e Ciências, certa vez disse que "um dia repele o outro pela vontade de Deus e ninguém pode dar razão melhor." "Que quer o senhor dizer com a expressão: a vontade de Deus?" alguém lhe perguntou. O Dr. Whitney replicou: "Como o senhor define a luz? ...Existe a teoria corpuscular, a teoria de ondas, e agora a teoria do quantum; e nenhuma das teorias passa duma conjectura educada. Com uma explicação tão boa como essas, podemos dizer que a luz caminha pela vontade de Deus... A vontade de Deus, essa lei que descobrimos, sem a podermos explicar — é a única palavra final."

O Sr. A. J. Pace, desenhista do periódico evangélico "Sunday School Times", fala de sua entrevista com o finado Wilson J. Bentley, perito em microfotografia (fotografar o que se vê através do microscópio). Por mais de um terço de século esse senhor fotografou cristais de neve. Depois de haver fotografado milhares desses cristais ele observou três fatos principais: primeiro, que não havia dois flocos iguais; segundo: todos eram de um padrão formoso; terceiro: todos eram invariavelmente de forma sextavada. Quando lhe perguntaram como se explicava essa simetria sextavada, ele respondeu: "Decerto, ninguém sabe senão Deus, mas a minha teoria é a seguinte: Como todos sabem, os

cristais de neve são formados de vapor de água a temperaturas abaixo de zero, e a água se compõe de três moléculas, duas de hidrogênio que se combinam com uma de oxigênio. Cada molécula tem uma carga de eletricidade positiva e negativa, a qual tem a tendência de polarizar-se nos lados opostos. O algarismo três, portanto, figura no assunto desde o começo."

"Como podemos explicar estes pontinhos tão interessantes, as voltas e as curvas graciosas, e estas quinas chanfradas tão delicadamente cinzeladas, todas elas dispostas com perfeita simetria ao redor do ponto central?" perguntou o Sr. Pace.

Encolheu os ombros e disse: "Somente o Artista que os desenhou e os modelou conhece o processo."

Sua declaração acerca do "algarismo três que figura no assunto" me pôs a pensar. não seria então que o triúno Deus, que modela toda a formosura da criação, rubrica a própria trindade nestas frágeis estrelas de cristal de gelo como quem assina seu nome em sua obra-prima? Ao examinar os flocos de neve ao microscópio, vê-se instantaneamente que o princípio básico da estrutura do floco de neve é o hexágono ou a figura de seis lados, o único exemplo disso em todo o reino da geometria a este respeito. O raio do círculo circunscrevente é exatamente igual ao comprimento de cada um dos seis lados do hexágono. Portanto, resultam seis triângulos eqüiláteros reunidos ao núcleo central, sendo todos os ângulos de sessenta graus, a terça parte de toda a área num lado duma linha reta. Que símbolo sugestivo do triúno Deus é o triângulo! Aqui temos unidade: um triângulo, formado de três linhas, cada parte indispensável à integridade do conjunto.

A curiosidade agora me impeliu a examinar as referências bíblicas sobre a palavra "neve", e descobri, com grande prazer, este mesmo "triângulo" inerente na Bíblia. Por exemplo, há 21 (3 x 7) referências contendo o substantivo "neve" no Antigo Testamento, e 3 no Novo Testamento, 24 ao todo. Então achei referencias, que falam da "lepra tão branca como a neve". Três vezes a purificação do pecado é comparada à neve. Achei mais três que falam de roupas "tão brancas como a neve". Três vezes a aparência do Filho de Deus compara-se à neve. Mas a maior surpresa foi ao descobrir que a palavra hebraica, "neve", é composta inteiramente de algarismos "três"! É fato, embora não seja geralmente conhecido que, não tendo algarismos, tanto os

hebreus como os gregos usavam as letras do seu alfabeto como algarismos. Bastava um olhar casual de um hebreu à palavra SHELEG (palavra hebraica que quer dizer "neve") para ver que ela significa o algarismo 333, bem como significa "neve". No hebraico a primeira letra, que corresponde à nossa "SH", vale 300; a segunda consoante "L" vale 30; e a consoante final, o nosso "G", vale 3. Somando-as, temos 333, três algarismos de três. Curioso, não é verdade? Mas por que não esperar exatidão matemática dum livro plenamente inspirado, tão maravilhoso quanto o mundo que Deus criou?

Acerca de Deus disse Jo: "Faz grandes coisas que não podemos compreender. Pois diz à neve: Cai sobre a terra" (Jo 37:5, 6). Eu já gastei dois dias inteiros para copiar com pena e tinta o desenho de Deus de seis cristais de neve e fiquei muito fatigado. E como é fácil para ele fazê-lo! "Ele diz à neve" — e com uma palavra está feito.

Imaginem quantos milhões de bilhões de cristais de neve caem sobre um hectare de terra durante uma hora, e imaginem, se puderem, o fato surpreendente de que cada cristal tem sua individualidade própria, um desenho e modelo sem duplicata nesta ou em qualquer outra tempestade. "Tal conhecimento é maravilhoso demais para mim; elevado é, não o posso atingir" (Sal. 139:6). Como pode uma pessoa ajuizada, diante de tal evidência de desígnios, multiplicados por um sem-número de variedades, duvidar da existência e da obra do Desenhista, cuja capacidade é imensurável?! Um Deus capaz de fazer tantas belezas é capaz de tudo, até mesmo de moldar as nossas vidas dando-lhes beleza e simetria.

(c) O argumento da natureza do homem. O homem dispõe de natureza moral, isto é, a sua vida é regulada por conceitos do bem e do mal. Ele reconhece que há um caminho reto de ação que deve seguir e um caminho errado que deve evitar. Esse conhecimento chama-se "consciência". Ao fazer ele o bem, a consciência o aprova; ao fazer ele o mal, ela o condena. A consciência, seja obedecida ou não, fala com autoridade. Assim disse Butier acerca da consciência: "Se ela tivesse poder na mesma proporção de sua autoridade manifesta, governaria o mundo, isto é, se a consciência tivesse a força de pôr em ação o que ordena, ela

revolucionaria o mundo." Mas acontece que o homem é dotado de livre arbítrio e, portanto, pode desobedecer àquela voz íntima. Mesmo estando mal orientada, sem esclarecimento, a consciência ainda fala com autoridade, e faz o homem sentir sua responsabilidade.

"Duas coisas me impressionam", declarou Kant, o grande filósofo alemão, "o alto céu estrelado e a lei moral em meu interior."

Qual a conclusão que se tira deste conhecimento universal do bem e do mal? Que há um Legislador que idealizou uma norma de conduta para o homem e fez a natureza humana capaz de compreender esse ideal. A consciência não cria o ideal; ela simplesmente testifica acerca dele, registrando a sua conformidade ou não-conformidade.

Quem originalmente criou esses dois poderosos conceitos do bem e do mal? Deus, o Justo Legislador! O pecado ofuscou a consciência e quase anulou a lei do ser humano; mas no Monte Sinai Deus gravou essa lei em pedras para que o homem tivesse a lei perfeita para dirigir a sua vida. O fato de que o homem compreende esta lei, e sente a sua responsabilidade para com ela, manifesta a existência dum Legislador que criou o homem com essa capacidade.

Qual é a conclusão que podemos tirar desse sentimento de responsabilidade? Que o Legislador é também um Juiz que recompensar os bons e castigar os maus. Aquele que impôs a lei finalmente defenderá essa lei.

Não somente a natureza moral do homem, como também todos os aspectos da sua natureza testificam da existência de Deus. Até as religiões mais degradadas demonstram o fato de que o homem, qual cego, tateando, procura algo que sua alma anela. A fome física indica a existência de algo que a possa satisfazer. Quando o homem tem fome, essa fome indica que há alguém ou algo que o possa satisfazer. A exclamação, "a minha alma tem sede de Deus" (Sal. 42:2), é um argumento a favor da existência de Deus, pois a alma não enganaria o homem com sede daquilo que não existisse. Assim disse certa vez um erudito da igreja primitiva: "Para ti nos fizeste, e nosso coração estará inquieto enquanto não encontrar descanso em ti."

(d) O argumento da história. A marcha dos eventos da história universal fornece evidência de um poder e duma providência dominantes. Toda a história bíblica foi escrita para revelar Deus na história, isto é, para ilustrar a obra de Deus nos negócios humanos. "Os princípios do divino governo moral encontram-se na história das nações tanto quanto na experiência dos homens", escreve D. S. Clarke. (Sal. 75:7; Dan. 2:21; 5:21.) "O protestantismo inglês vê a derrota da Armada Espanhola como uma intervenção divina. A colonização dos Estados Unidos por imigrantes protestantes salvou-os da sorte da América do Sul, e desta maneira salvou a democracia. Quem negaria que a mão de Deus estivesse nesses acontecimentos?" A história da humanidade, o surgimento e declínio de nações, como Babilônia e Roma, mostram que o progresso acompanha o uso das faculdades dadas por Deus e a obediência à sua lei, e que o declínio nacional e a podridão moral seguem a desobediência" (D. L. Pierson). A. T. Pierson, em seu livro, "Os Novos Atos dos Apóstolos", expõe as evidências da dominante providência de Deus nas missões evangélicas modernas.

Especialmente o modo de Deus tratar com os indivíduos fornece provas de sua ativa presença nos negócios humanos. Charles Bradiaugh, que foi em certo tempo o ateu mais notável na Inglaterra, desafiou o pastor Charles Hughá Price, para um debate.

Foi aceito o desafio e o pregador, por sua vez, desafiou o ateu da seguinte maneira: Como todos sabemos, Sr. Bradiaugh, "o homem convencido contra a própria vontade mantém sempre seu ponto de vista", e, visto que o debate, como ginástica mental que é, provavelmente não converterá a ninguém, proponho-lhe que apresentemos algumas evidências concretas da validade das reivindicações do cristianismo na forma de homens e mulheres redimidos da vida mundana e vergonhosa pela influência do cristianismo e pela do ateísmo. Eu trarei cem desses homens e mulheres, e desafio-o a fazer o mesmo.

Se o Sr. Bradiaughá não puder apresentar cem, contra os meus cem, ficarei satisfeito se trouxer cinqüenta homens e mulheres que se levantem e testemunhem que foram transformados duma vida vergonhosa pela influência dos seus ensinamentos ateus. Se não puder apresentar cinqüenta, desafio-o a apresentar vinte pessoas que testemunhem com rostos radiantes, como o farão os

meus cem, que tenham um grande e novo gozo na sua vida elevada, em resultado dos ensinamentos ateus. Se não puder apresentar vinte, ficarei satisfeito se apresentar dez. Não, Sr. Bradiaugh, desafio-o a trazer um só homem ou uma só mulher que dê tal testemunho acerca da influência enobrecedora dos seus ensinamentos. Minhas pessoas redimidas trarão prova irrefutável quanto ao poder salvador de Jesus Cristo sobre as suas vidas redimidas da escravidão do pecado e da vergonha.

Talvez, senhor Bradiaugh, essa será a verdadeira demonstração da validade das reivindicações do cristianismo.

O Sr. Bradiaugh retirou o seu desafio!

(e) O argumento da crença universal. A crença na existência de Deus é praticamente tão difundida quanto a própria raça humana, embora muitas vezes se manifeste em forma pervertida ou grotesca e revestida de idéias supersticiosas. Esta opinião tem sido contestada por alguns que argumentam existirem raças que não têm a menor concepção de Deus. Mas o Sr. Jevons, autoridade no assunto de raças e religiões comparadas, diz que esta opinião, "Como é do conhecimento de todos os antropólogos, já foi para o limbo das controvérsias mortas... todos concordam que não existem raças, por mais primitivas que sejam, totalmente destituídas de concepção religiosa! Embora alguém cite exceções, sabemos que a exceção não inutiliza a regra. Por exemplo, se fossem encontrados alguns seres humanos inteiramente destituídos de todo sentimento humano e compaixão, isso não serviria de base para dizer que o homem é essencialmente uma criatura destituída de sentimentos. A presença de cegos no mundo não prova que todos os homens são cegos." Como disse William Evans: "o fato de certas nações não conhecerem a tabuada de multiplicação não afeta a aritmética."

Como se originou esta crença universal? A maior parte dos ateus parece imaginar que um grupo de teólogos se tenha reunido em sessão secreta na qual inventaram a idéia de Deus, a qual depois apresentaram ao povo. Mas os teólogos não inventaram Deus como também os astrônomos não inventaram as estrelas, nem os botânicos as flores. É certo que os antigos mantinham idéias erradas acerca dos corpos celestes, mas esse fato não nega a existência dos corpos celestes. E visto que a humanidade já teve

idéias defeituosas acerca de Deus, isso implica que existe um Deus acerca do qual podiam ter noções errôneas.

Este conhecimento universal não se originou necessariamente pelo raciocínio, porque há homens de grande capacidade de raciocínio que também negam a existência de Deus. Mas é evidente que o mesmo Deus que fez a natureza, com suas belezas e maravilhas, fez também o homem dotado de capacidade para observar, através da natureza, o seu Criador. "Porquanto, o que se pode conhecer de Deus, neles está manifesto; pois Deus lho manifestou. As perfeições invisíveis dele, o seu poder eterno, e a sua divindade, claramente se vêem desde a criação do mundo, sendo percebidas pelas suas obras" (Rom. 1:19, 20). Deus não fez o mundo sem deixar certos sinais, sugestões e evidências claras, que falam das obras das suas mãos. "Mas os homens conhecendo a Deus, não o glorificaram como Deus, nem deram graças, antes se enfatuaram nas suas especulações e ficou em trevas o seu coração insensato" (Rom. 1:21). O pecado fez embaçar a sua visão; perderam de vista a Deus e, em vez de ver a Deus através da criatura, desprezaram-no pela ignorância e adoraram a criatura. Foi desta maneira que começou a idolatria. Mas até isto prova que o homem é criatura adoradora e que forçosamente procura um objeto de culto.

Esta crença universal em Deus é prova de quê? É prova de que a natureza do homem é de tal maneira constituída que é capaz de compreender e apreciar essa idéia, como o expressou certo escritor: "O homem é incuravelmente religioso", que no sentido mais amplo inclui: (1) A aceitação do fato da existência dum ser acima das forças da natureza. (2) Um sentimento de dependência de Deus como quem domina o destino do homem; este sentimento é despertado pelo pensamento de sua própria debilidade e pequenez e pela magnitude do universo. (3) A convicção de que se pode efetuar uma união amistosa e que nesta união ele, o homem, achará segurança e felicidade. Desta maneira vemos que o homem, por natureza, é constituído para crer na existência de Deus, para confiar na sua bondade, e para adorar em sua presença.

Este "sentimento religioso" não se encontra nas criaturas inferiores. Por exemplo, perderia seu tempo quem procurasse ensinar religião ao mais elevado dos tipos de símios. Mas o mais inferior dos homens pode ser instruído nas coisas de Deus. Por

quê? Falta ao animal a natureza religiosa — não é feito à imagem de Deus; o homem possui natureza religiosa e procura um objeto de adoração.

3. Sua existência negada.

O ateísmo consiste na negação absoluta da idéia de Deus. Alguns duvidam que haja verdadeiros ateus; mas se os houver, é impossível provar que estejam sinceramente buscando a Deus ou que sejam logicamente coerentes.

Visto que são os ateus que se opõem às convicções mais profundas e mais fundamentais da raça humana, a responsabilidade de provar a não-existência de Deus recai sobre eles. não podem sincera e logicamente dizer-se ateus enquanto não apresentarem provas irrefutáveis de que de fato Deus não existe. Inegavelmente, a evidência da existência de Deus ultrapassa de muito a evidência contra a sua existência. Nesta conexão, D. S. Clarke escreve: Uma pequena prova demonstrará que há Deus, porquanto nenhuma prova, por maior que seja, pode atestar a sua não-existência. As pegadas de uma ave sobre uma rocha junto ao mar provariam que em algum tempo um pássaro visitou as terras adjacentes ao Atlântico. Mas antes que se declarasse que pássaro nenhum jamais estivera por ali, seria necessário conhecer a história inteira dessa costa desde o começo da vida no globo terrestre. Um pouco de evidência demonstrará que existe Deus. Antes que se diga que não há Deus, devem-se analisar todos os elementos do universo; devem-se investigar todas as forças mecânicas, elétricas, biológicas, mentais e espirituais — deve-se ter conhecimento de todos os seres e compreendê-los completamente; deve-se estar em todos os pontos do espaço a um só tempo, para que possivelmente Deus não esteja em alguma outra parte e assim escape à sua atenção. Essa pessoa deve ser onipotente, onipresente, eterna; de fato, essa mesma pessoa deve ser Deus antes que ela afirme dogmaticamente que não há Deus. Por muito estranho que pareça, somente Deus, cuja existência o ateu nega, teria essa capacidade de provar que não há Deus!

Outrossim, mesmo a mais remota possibilidade de que existe um Soberano moral põe sobre o homem imensa responsabilidade, e a conclusão ateísta é inaceitável enquanto a inexistência de Deus não for demonstrada de maneira irrefutável.

A posição contraditória ateísta demonstra-se no fato de que muitos ateus, ao se encontrarem em perigo ou em dificuldades, têm orado. Quantas vezes, tempestades e lutas da vida têm varrido seu refúgio teórico, revelando os alicerces espirituais, e demonstrando comportamento humano. Dizemos "humano" porque aquele que nega a existência de Deus abala e suprime os instintos e impulsos mais profundos e nobres da alma. Como disse Pascal: "O ateísmo é uma enfermidade." Quando o homem perde a fé em Deus não é devido aos argumentos (não importa a lógica aparente com que se apresente a sua negação), mas "a algum desastre, traição, ou negligência íntimos ou algum ácido corrosivo destilado em sua alma que dissolveu a pérola de grande preço".

O seguinte incidente, contado por um fidalgo russo, esclarecer este assunto:

Foi em novembro de 1917, quando os bolcheviques venceram o governo de Kerensky e iniciaram um reinado de terror. O fidalgo estava na casa de sua mãe, tomado de constante medo de ser preso. A campainha da porta tocou e o criado que atendeu trouxe um cartão de visita com o nome do Príncipe Kropotkin — o próprio pai do anarquismo. Ele entrou e pediu permissão para examinar o apartamento. Não havia outra coisa a fazer a não ser permitir-lhe entrar, porque evidentemente estava autorizado a dar busca e até mesmo a requisitar a casa.

"A minha mãe permitiu-lhe passar adiante", diz o narrador. "Entrou num quarto e depois em outro, sem parar, como se tivesse morado ali antes e conhecesse a ordem dos cômodos. Entrou na sala de jantar; olhou em redor e, de repente, dirigiu-se ao quarto ocupado por minha mãe.

— Oh! me perdoe — disse minha mãe, quando o Príncipe ia abrir a. porta — ; é meu quarto de dormir.

Ele parou por um instante diante da porta, olhou para a minha mãe então, como se estivesse envergonhado, e com voz trêmula, disse rapidamente:

— Sim, sim, eu sei. Perdoe-me, mas preciso entrar neste quarto!

Pôs a mão na maçaneta e lentamente começou a abrir a porta, e então repentinamente fechou-a atrás de si depois de

entrar. "Fiquei tão agitado diante da conduta do Príncipe que me vi tentado a olhar. O Príncipe Kropotkin estava ajoelhado orando ante o oratório no quarto de minha mãe. Eu o vi ajoelhado fazer o sinal da cruz; não vi seu rosto nem seus olhos, pois o via por trás. Sua figura ajoelhada e sua oração fervorosa, fizeram-no parecer tão humilde enquanto sussurrava vagarosamente a reza. Estava tão ocupado que nem notou a minha presença." "De repente toda a minha ira e meu ódio contra esse homem tinham-se evaporado, qual cerração ante os raios do sol. Tão comovido fiquei que cuidadosamente cerrei a porta." O Príncipe Kropotkin permaneceu no quarto de minha mãe talvez vinte minutos. Finalmente saiu com o ar dum menino que tivesse cometido uma falta, e nem levantou os olhos, como que reconhecendo o seu erro. Entretanto, havia um sorriso no seu rosto. Chegou perto da minha mãe, tomou-lhe a mão, beijou-a e logo disse em voz muito baixinha: — Agradeço-lhe muito por haver-me permitido esta visita à sua casa. Não fique nervosa comigo... a Sra. vê, foi neste quarto que morreu a minha mãe. Foi grande consolação para mim, estar outra vez no seu quarto. Obrigado, muito obrigado." A sua voz tremia, e seus olhos estavam umedecidos. Logo se despediu e desapareceu. "Esse homem, apesar de ser anarquista, revolucionário, e ateu — ainda orou!

Não é evidente que ele ficou ateu porque esmagou os sentimentos mais profundos de sua alma? O ateísmo é um crime contra a sociedade, pois destrói o único fundamento da moral e da justiça — um Deus pessoal que põe sobre o homem a responsabilidade de guardar as suas leis. Se não há Deus, então não há lei divina, e todas as leis são do homem. Mas por que se deve proceder legalmente? Por que um homem, ou grupo de homens o ordenam? É possível que haja pessoas dotadas de relativa nobreza de espírito, e que essas façam o bem e sejam direitas, sem, contudo, possuírem crença em Deus, mas para a grande massa da humanidade existe somente uma sanção para fazer o que é reto e isso é — "Assim diz o Senhor", o Juiz dos vivos e dos mortos, o poderoso Governador do destino eterno.

Remover isso é destruir os fundamentos da sociedade humana.

Comenta James M. Gillis: O ateu é como um ébrio cambaleante que entra num laboratório de pesquisas e começa a ajuntar certas substâncias químicas que o podem destruir, bem

como a tudo ao seu derredor. Na verdade, o ateu está facilitando com forças mais misteriosas e mais poderosas que qualquer coisa que existe nos tubos de ensaios; mais misteriosas do que o muito falado raio da morte. Nem se pode imaginar qual seria o resultado se um ateu realmente extinguisse a fé em Deus; toda a trágica história deste planeta não registra um só evento que ilustre tal cataclismo universal que se verificaria.

O ateísmo é crime contra o homem. Ele procura arrancar do coração do homem o anelo pelas coisas espirituais, sua fome e sede do infinito. Os ateus protestam contra os crimes que se praticaram em nome da religião; reconhecemos que a religião tomou sido pervertida pelo sacerdotalismo e eclesiasticismo. Mas procurar apagar a idéia de Deus por ter havido abusos é tão absurdo quanto tentar arrancar o amor do coração humano porque em alguns casos esse amor se desvirtuou.

II. A NATUREZA DE DEUS.

1- Conceito bíblico (os nomes de Deus)

Quem é, e que é Deus? A melhor definição é a que se encontra no Catecismo de Westminster: "Deus é Espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade." A definição bíblica pode formular-se pelo estudo dos nomes de Deus. O "nome" de Deus, nas Escrituras, significa mais do que uma combinação de sons; representa seu caráter revelado. Deus revela-se a si mesmo fazendo-se conhecer ou proclamando o seu nome. (Êxo. 6:3; 33:19; 34:5, 6.) Adorar a Deus é invocar seu nome (Gên. 12:8); temê-lo (Deut. 28:58); louvá-lo (2 Sam. 22:50); glorificá-lo (Sal. 86:9); é sacrilégio tomar seu nome em vão. (Êxo. 20:7), ou profaná-lo ou blasfemá-lo (Lev. 18:21; 24:16). Reverenciar a Deus é santificar ou bendizer seu nome (Mat. 6:9). O nome do Senhor defende o seu povo (Sal. 20:1), e por amor do seu nome não os abandonará (1 Sam. 12:22).

Os seguintes nomes de Deus são os mais comuns que encontramos nas Escrituras:

(a) Elohim (traduzido "Deus".) Esta palavra emprega-se sempre que sejam descritos ou implícitos o poder criativo e a onipotência de Deus. Elohim é o Deus-Criador. A forma plural significa a plenitude de poder e representa a trindade.

(b) Jeová (traduzido "Senhor" na versão de Almeida.) Elohim, o Deus-Criador, não permanece alheio às suas criaturas. Observando Deus a necessidade entre os homens, desceu para ajudá-los e salvá-los; ao assumir esta relação, ele revela-se a si mesmo como Jeová, o Deus da Aliança. O nome JEOVÁ tem sua origem no verbo SER e inclui os três tempos desse verbo — passado, presente e futuro. O nome, portanto significa: Ele que era, que é e que há de ser; em outras palavras, o Eterno. Visto que Jeová é o Deus que se revela a si mesmo ao homem, o nome significa: Eu me manifestei, me manifestei, e ainda me manifestarei.

O que Deus opera a favor de seu povo acha expressão nos seus nomes, e ao experimentar o povo a sua graça, desse povo então pode dizer-se: "conhecem o seu nome." A relação entre Jeová e Israel resume-se no uso dos nomes encontrados nos concertos entre Jeová e seu povo. Aos que jazem em leitos de doença manifesta-se-lhes como JEOVÁ-RAFA, "o Senhor que cura" (Êxo. 15:26). Os oprimidos pelo inimigo invocam a JEOVÁ-NISSI, "o Senhor nossa bandeira" (Êxo. 17:8-15). Os carregados de cuidados aprendem que ele é JEOVÁ-SHALOM, "o Senhor nossa paz" (Jui. 6:24). Os peregrinos na terra sentem a necessidade de JEOVÁ-RA'AH, "o Senhor meu pastor" (Sal. 23:1). Aqueles que se sentem sob condenação e necessitados da justificação, esperançosamente invocam a JEOVÁ-TSIDKENU, "o Senhor nossa justiça" (Jer. 23:6). Aqueles que se sentem desamparados aprendem que ele é JEOVÁ-JIREH, "o Senhor que provê" (Gên. 22:14). E quando o reino de Deus se houver concretizado na terra, será ele conhecido como JEOVÁ-SHAMMAH, "o Senhor está ali" (Ezeq. 48:35).

(c) El (Deus) é usado em certas combinações: EL-ELYON (Gên. 14:18-20), o "Deus altíssimo", o Deus que é exaltado sobre tudo o que se chama deus ou deuses. EL-SHADDAI, "o Deus que é

suficiente para as necessidades do seu povo" (Êxo. 6:3). EL-OLAM, "o eterno Deus" (Gên. 21:33). (*)

(d) Adonai significa literalmente "Senhor" ou "Mestre" e dá a idéia de governo e domínio. (Êxo. 23:17; Isa. 10:16, 33.) Por causa do que Deus é e do que tem feito, ele exige o serviço e a lealdade do seu povo. Este nome no Novo Testamento aplica-se ao Cristo glorificado.

(e) Pai, emprega-se tanto no Antigo como no Novo Testamento. Em significado mais amplo o nome descreve a Deus como sendo a Fonte de todas as coisas e Criador do homem; de maneira que, no sentido criativo, todos podem considerar-se geração de Deus. (Atos 17:28.) Todavia, esta relação não garante a salvação. Somente aqueles que foram vivificados e receberam nova vida pelo seu Espírito são seus filhos no sentido íntimo da salvação. (João 1:12, 13.)

2- Crenças errôneas

Existem outras idéias extra-bíblicas acerca de Deus. Dessas, algumas originaram-se em verdades exageradas. Algumas são deficientes; outras pervertidas ou torcidas. Por que tomar o tempo para considerar essas idéias? Visto que é muito difícil descrever perfeitamente o ser de Deus, podemos, sabendo o que ele não, chegar a uma melhor compreensão do que ele realmente é.

(a) O agnosticismo (expressão originada de duas palavras gregas que significam "não saber") nega a capacidade humana de conhecer a Deus. "A mente finita não pode alcançar o infinito", declara o agnóstico. Mas o agnóstico não vê que há grande diferença entre conhecer a Deus no sentido absoluto e conhecer algumas coisas acerca de Deus. Não podemos compreender a Deus, isto é, conhecê-lo inteira e perfeitamente; mas podemos aprender, isto é, ter uma concepção da sua Pessoa.

* N. do T. — Poderia, também ter sido acrescentado o termo Emanu-El — Deus Conosco.

"Podemos saber quem é Deus, sem saber tudo o que ele é", escreve D. S. Clarke. "Podemos tocar a terra embora não possamos envolvê-la com os braços. Um menino pode conhecer a Deus enquanto o filósofo não pode descobrir todos os segredos do Todo-poderoso." As Escrituras baseiam-se no pensamento de que é possível conhecer a Deus; por outra parte, elas nos avisam que por agora "conhecemos em parte". (Vide Êxo. 33:20; Jo 11:17; Rom. 11:33, 34; 1 Cor. 13:9-12.)

(b) O politeísmo (culto de muitos deuses) era característico das religiões antigas e pratica-se ainda hoje em muitas terras pagãs. Baseia-se ele na idéia de que o universo é governado, não por uma força só, mas sim por muitas, de maneira que há um deus da água, um deus do fogo, um deus das montanhas, um deus da guerra, etc. Foi esta a conseqüência natural do paganismo, que endeusou os objetos finitos e as forças naturais e "adoraram e serviram à criatura antes que o Criador" (Rom. 1:25). Abraão foi chamado a separar-se do paganismo e a tomar-se uma testemunha do único verdadeiro Deus; sua chamada foi o começo da missão de Israel, a qual era pregar o monoteísmo (o culto a um só Deus), o contrário do politeísmo das nações vizinhas.

(c) O panteísmo (proveniente de duas palavras gregas que significam "tudo é Deus") é o sistema de pensamento que identifica Deus com o universo, árvores e pedras, pássaros, terra e água, répteis e homens — todos são declarados partes de Deus, e Deus vive e expressa-se a si mesmo através das substâncias e forças como a alma se expressa através do corpo. Como se originou esse sistema? O que está escrito em Rom. 1:20-23 desvenda esse mistério. Pode ser que na penumbra do passado os filósofos pagãos, havendo perdido de vista a Deus e expulsando-o de seus corações, tenham observado que era necessário achar alguma coisa que preenchesse o seu lugar, visto que o homem procura sempre um objeto de culto. Para preencher o lugar de Deus, deve haver algo tão grande quanto o próprio Deus. Havendo Deus se retirado do mundo, por que então não fazer do mundo Deus?

Desta maneira arrazoaram os homens e assim se iniciou o culto às montanhas e às árvores, aos homens e aos animais, e a todas as forças da natureza. À primeira vista essa adoração da

natureza tem certa feição lógica, mas leva a uma conclusão absurda. Pois se a árvore, a flor e a estrela são Deus, logo também o devem ser o verme, o micróbio, o tigre e também o mais vil pecador — uma conclusão absolutamente irrazoável. O panteísmo confunde Deus com a natureza. Mas a verdade é que o poema não é o poeta, a arte não é o artista, a música não é o músico, e a criação não é o Criador. Uma linda tradição judaica nos relata como Abraão observou essa distinção: Quando Abraão começou a refletir sobre a natureza de Deus, pensou primeiramente que as estrelas fossem divindades por causa de seu brilho e formosura. Mas quando percebeu que a lua as excedia em brilho, concluiu então que a lua era divindade. A luz da lua, porém, desvaneceu-se ante a luz do sol e este fato o fez pensar que este último era a Divindade. No entanto, à noite o sol também desapareceu. "Deve existir algo no mundo maior do que estas constelações", pensou Abraão. Desta maneira, do culto à natureza, ele se elevou ao culto ao Deus da natureza. As Escrituras corrigem as idéias pervertidas do panteísmo. Ao ensinar que Deus é revelado mediante a natureza, fazem a distinção entre Deus e a natureza. Os panteístas dizem que Deus é o universo; a Bíblia diz que Deus criou o universo. Onde se professa o panteísmo hoje? Primeiramente entre alguns poetas que atribuem divindade à natureza. Em segundo lugar, é a filosofia básica da maior parte das religiões da Índia, as quais a citam para justificar a adoração de ídolos. "Não será a árvore, da qual se fez a imagem, uma parte de Deus?" argumentam eles. Em terceiro lugar, a Ciência Cristã é uma forma de panteísmo porque um dos seus fundamentos é: "Deus é tudo e tudo é Deus." Tecnicamente falando, é panteísmo "idealista", porque ensina que tudo é mente ou "idéia," e que, por conseguinte, a toda matéria falta realidade.

(d) O materialismo nega qualquer distinção entre a mente e a matéria; afirma que todas as manifestações da vida e da mente e todas as forças são simplesmente propriedades da matéria. "O pensamento é secreção do cérebro como a bÍlis é secreção do fígado"; "o homem é apenas uma máquina", são alguns dos pensamentos prediletos dos materialistas. "O homem é simplesmente um animal", declaram eles, pensando que com isto poderão extinguir o conceito generalizado acerca da superioridade do ser humano e do seu destino divino. Essa teoria é tão absurda

que quase não merece refutação. No entanto, em dezenas de universidades, em centenas de novelas, e de muitos outros modos, discute-se e aceita-se a idéia de que o homem é animal e máquina; que não tem responsabilidade por seus atos e que não existe o bem nem o mal. Para refutar esse erro vamos observar:

1) A nossa consciência nos afirma que somos algo mais do que matéria e que somos diferentes das árvores e das pedras. Um grama de bom senso neste caso vale mais que uma tonelada de filosofia. Conta-se que Daniel O'Connell, orador irlandês, certa vez se encontrou com uma velha irlandesa, temida por sua linguagem causticante e seu vocabulário blasfemo. O orador, no encontro com a velha, cobriu-a com verdadeira salva de termos trigonométricos: "Você miserável rombóide", gritou ele, "você, hipotenusa sem escrúpulo! Todos que a conhecem sabem que você guarda um paralelogramo em sua casa", e assim por diante continuou ele até que deixou a pobre mulher confusa e perplexa. Da mesma maneira os filósofos modernos tentariam assustar-nos com palavras ostentosas. Mas o erro não se transforma em verdade somente porque se expressa em palavras multissilábicas.

2) A experiência e a observação demonstram que a vida procede unicamente de vida já existente e, por conseguinte, a vida que existe neste mundo teve sua causa em vida idêntica. Nunca se deu um caso em que a vida procedesse de substância morta. Há alguns anos, certos pesquisadores cientistas concluíram que haviam conseguido esse fenômeno, mas ao ser descoberta a presença de micróbios no ar, a sua teoria caiu por terra!

3) A evidência de uma inteligência superior e desígnio no universo refutam o materialismo cego.

4) Na hipótese de que o homem seja apenas máquina, mesmo assim a máquina não se faz por si mesma. A máquina não produziu o inventor, mas o inventor criou a máquina. O mal do materialismo está no fato de que destrói os fundamentos da moralidade. Pois se o homem fosse apenas máquina, então não seria responsável por seus atos. Conseqüentemente, não podemos tratar de nobre ao herói, nem de mau ao homem vil, pois não é capaz de agir de outra maneira. Portanto, um homem não pode condenar outro, como a serra circular não pode dizer à guilhotina: "Como pode você ser tão cruel?" Qual é o antídoto para o

materialismo? O antídoto é o Evangelho pregado com demonstração e poder do Espírito acompanhado dos sinais.

(e) O deísmo admite que haja um Deus pessoal, que criou o mundo; mas insiste em que, depois da criação, Deus o entregou para ser governado pelas leis naturais. Em outras palavras, ele deu corda ao mundo como quem dá corda a um relógio e o deixou sem mais cuidado da sua parte. Dessa maneira não seria possível haver nenhuma revelação e nenhum milagre. Esse sistema, às vezes, chama-se racionalismo, porque eleva a razão à posição de supremo guia em assuntos de religião; também se descreve como religião natural, como oposta à religião revelada. Tal sistema é refutado pelas evidências da inspiração da Bíblia e as evidências das obras de Deus na história. A idéia acerca de Deus, propagada pelo deísta, é unilateral. As Escrituras ensinam duas importantes verdades concernentes à relação de Deus para com o mundo: primeira, sua transcendência, que significa sua separação do mundo e do homem e sua exaltação sobre eles. (Isa. 6:1); segunda, sua imanência, que significa sua presença no mundo e sua aproximação do homem (Atos 17:28; Efê. 4:6). O deísmo acentua demais a primeira verdade enquanto o panteísmo encarece demais a segunda. As Escrituras apresentam a idéia verdadeira e absoluta: Deus, de fato, está separado do mundo e acima do mundo; por outro lado, ele está no mundo. Ele enviou seu Filho para estar conosco, e o Filho enviou o Espírito Santo para estar em nós. Desta maneira a doutrina da Trindade evita os dois extremos. à pergunta, "Está Deus separado do mundo ou está no mundo?" a Bíblia responde: "Ele está tanto separado do mundo como também está no mundo."

III. OS ATRIBUTOS DE DEUS

Sendo Deus um ser infinito, é impossível que qualquer criatura o conheça exatamente como ele é. No entanto, ele bondosamente revelou-se mediante linguagem compreensível a nós. São as Escrituras essa revelação. Por exemplo, Deus diz acerca de si mesmo: "Eu sou Santo"; portanto, podemos afirmar: Deus é Santo. A santidade, então, é um atributo de Deus, porque a

santidade é uma qualidade que podemos atribuir ou aplicar a ele. Dessa forma, com a ajuda da revelação que Deus deu de si mesmo, podemos regular os nossos pensamentos acerca de Deus. Qual a diferença entre os nomes de Deus e os seus atributos? Os nomes de Deus expressam as qualidades do seu ser inteiro, enquanto os seus atributos indicam vários aspectos do seu caráter. Muito se pode dizer de um ser tão grande como Deus, mas facilitaremos a nossa tarefa se classificarmos os seus atributos.

Compreender a Deus em sua plenitude seria tão difícil como encerrar o Oceano Atlântico numa xícara; mas ele se tem revelado a si mesmo o suficiente para esgotar a nossa capacidade. A classificação seguinte talvez nos facilite a compreensão: 1. Atributos sem relação entre si, ou seja, o que Deus é em si próprio, à parte da criação. Estes respondem à pergunta: quais são as qualidades que caracterizavam a Deus antes que alguma coisa existisse? 2. Atributos ativos, ou seja, o que Deus é em relação ao universo. 3. Atributos morais, ou seja, o que Deus é em relação aos seres morais por ele criados.

1. Atributos não relacionados (a natureza íntima de Deus).

(a) Espiritualidade. Deus é Espírito. (João 4:24). Deus é Espírito com personalidade; ele pensa, sente e fala; portanto, pode ter comunhão direta com suas criaturas feitas à sua imagem.

Sendo Espírito, Deus não está sujeito as limitações às quais estão sujeitos os seres humanos dotados de corpo físico. Ele não possui partes corporais nem está sujeito às paixões; sua pessoa não se compõe de nenhum elemento material, e não está sujeito às condições de existência natural. Portanto, não pode ser visto com os olhos naturais nem apreendido pelos sentidos naturais. Isto não implica que Deus leve uma existência sombria e irreal, pois Jesus se referiu à "forma" de Deus. (João 5:37; vide Fil. 2:6.) Deus é uma Pessoa real, mas de natureza tão infinita que não se pode apreendê-lo plenamente pelo conhecimento humano, nem tampouco satisfatoriamente descrevê-lo em linguagem humana. "Ninguém jamais viu a Deus", declara o apóstolo João (João 1:18; vide Êxo. 33:20); no entanto, em Êxo. 24:9,10 lemos que Moisés, e certos anciãos, "viram a Deus". Nisto não há contradição; João quer dizer que nenhum homem jamais viu a

Deus como ele é. Mas sabemos que o Espírito pode manifestar-se em forma corpórea (Mat. 3:16); portanto, Deus pode manifestar-se duma maneira perceptível ao homem. Deus também descreve a sua personalidade infinita em linguagem compreensível às mentes finitas; portanto, a Bíblia fala de Deus como ser que tem mãos, braços, olhos e ouvidos, e descreve-o como vendo, sentindo, ouvindo, arrependendo-se, etc. Mas Deus também é insondável e inescrutável. "Porventura... chegarás à perfeição do Todo-poderoso?" (Jo 11:7) — e nossa resposta só pode ser: "não temos com que tirar, e o poço é fundo" (João 4:11), usando a expressão da mulher samaritana.

(b) Infinitude. Deus é Infinito, isto é, não está sujeito às limitações naturais e humanas. A sua infinitude é vista de duas maneiras: (1) em relação ao espaço. Deus caracteriza-se pela imensidade (1 Reis 8:27); isto é, a natureza da Divindade está presente de modo igual em todo o espaço infinito e em todas as suas partes. Nenhuma parte existente está separada da sua presença ou de sua energia, e nenhum ponto do espaço escapa à sua influência. "Seu centro está em toda parte e sua circunferência em parte nenhuma." Mas, ao mesmo tempo, não devemos esquecer que existe um lugar especial onde sua presença e glória são reveladas duma maneira extraordinária; esse lugar é o céu. (2) Em relação ao tempo, Deus é eterno. (Êxo. 15:18; Deut. 33:27; Nee. 5:5; Sal. 90:2; Jer. 10:10; Apoc. 4:8-10.) Ele existe desde a eternidade e existirá por toda a eternidade. O passado, o presente e o futuro são todos como o presente à sua compreensão. Sendo eterno, ele é imutável — "o mesmo ontem, hoje, e eternamente". Esta é para o crente uma verdade confortadora, podendo assim descansar na confiança de que "O Deus da antiguidade é uma morada, e por baixo estão os braços eternos" (Deut. 33:27).

(c) Unidade. Deus é o único Deus. (Êxo. 20:3; Deut. 4:35,39; 6:4; 1 Sam. 2:2; 2 Sam. 7:22; 1 Reis 8:60; 2 Reis 19:15; Nee. 9:6; Isa. 44:6-8; 1 Tim. 1:17.) "Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor." Era esse um dos fundamentos da religião do Antigo Testamento, sendo também essa a mensagem especial a um mundo que adorava a muitos deuses falsos. Haverá contradição entre este ensino da unidade de Deus e o ensino da Trindade do

Novo Testamento? É necessário distinguir entre duas qualidades de unidade — unidade absoluta e unidade composta. A expressão "um homem" traz a idéia de unidade absoluta, porque se refere a uma só pessoa. Mas quando lemos que homem e mulher serão "uma só carne" (Gên. 2:24), essa é uma unidade composta, visto que se refere à união de duas pessoas. Vide também Esd. 3:1; Ezeq. 37:17; estas referências bíblicas empregam a mesma palavra para significar "um só" ("echad" na língua hebraica) como se usa em Deut. 6:4. Existe outra palavra ("yachidh" no hebraico) que se usa para exprimir a idéia de unidade absoluta. (Gên. 22:2, 12; Amós 8:10; Jer. 6:26; Zac. 12:10; Prov. 4:3; Jui. 11:34.) A qual classe de unidade se refere Deut. 6:4? Pelo fato de a palavra "nosso Deus" estar no plural (ELOHIM no hebraico), concluímos que se refere à unidade composta. A doutrina da Trindade ensina a unidade de Deus como unidade composta, inclusive de três Pessoas Divinas unidas na essencial unidade eterna.

2. Atributos ativos (Deus e o universo).

(a) Onipotência. Deus é onipotente. (Gên. 1:1; 17:1; 18:14; Êxo. 15:7; Deut. 3:24; 32:39; 1 Crôn. 16:25; Jo 40:2; Isa. 40:12-15; Jer. 32:17; Ezeq. 10:5; Dan. 3:17; 4:35; Amós 4:13; 5:8; Zac. 12:1; Mat. 19:26; Apoc. 15:3; 19:6.) A onipotência de Deus significa duas coisas:

1) Sua liberdade e poder para fazer tudo que esteja em harmonia com a sua natureza. "Pois para Deus nada será impossível." Isto naturalmente não significa que ele possa ou queira fazer alguma coisa contrária à sua própria natureza — por exemplo, mentir ou roubar; ou que faria alguma coisa absurda ou contraditória em si mesma, tal como fazer um círculo triangular, ou fazer água seca.

2) Seu controle e sabedoria sobre tudo que existe ou que pode existir. Mas sendo assim, por que se pratica o mal neste mundo? É porque Deus dotou o homem de livre arbítrio, cujo arbítrio Deus não violará; portanto, ele permite os atos maus, mas com um sábio propósito de, finalmente, dominar todo o mal. Somente Deus é Todo-poderoso e até mesmo Satanás nada pode fazer sem a sua permissão. (Vide Jó caps. 1 e 2.) Toda a vida é sustentada por Deus. (Heb. 1:3; Atos 17:25, 28; Dan. 5:23.) A existência do homem é qual som de nota de harmônio que soa enquanto os

dedos comprimem as teclas. Assim, sempre que a pessoa peca, está usando o poder do próprio Criador para ultrajá-lo. Todo pecado é um insulto contra Deus.

(b) Onipresença. Deus é onipresente, isto é, o espaço material não o limita em ponto algum. (Gên. 28:15, 16; Deut. 4:39; Jos. 2:11; Sal. 139:7-10; Prov. 15:3,11; Isa. 66:1; Jer. 23:23,24; Amós 9:2-4,6; Atos 7:48,49; Efés. 1:23.)

Qual a diferença entre imensidade e onipresença? Imensidade é a presença de Deus em relação ao espaço, enquanto onipresença é sua presença considerada em relação às criaturas. Para suas criaturas ele está presente nas seguintes maneiras:

1) Em glória, para as hostes adoradoras do céu. (Isa. 6:1-3.)

2) Eficazmente, na ordem natural. (Naúm 1:3.)

3) Providencialmente, nos assuntos relacionados com os homens. (Sal. 68:7, 8.)

4) Atentamente, àqueles que o buscam. (Mat. 18:19, 20; Atos 17:27.)

5) Judicialmente, às consciências dos ímpios. (Gên. 3:8; Sal. 68:1, 2.) O homem não deve iludir-se com o pensamento de que existe um cantinho no universo onde possa escapar à lei do seu Criador. "Se o seu Deus está em toda parte, então deve estar também no inferno", disse um chinês a um cristão na China. "Sua ira sim está no inferno", foi a pronta resposta.

6) Corporalmente em seu Filho. "Deus conosco" (Col. 2:9).

7) Misticamente na igreja. (Efés. 2:12-22.)

8) Oficialmente, com seus obreiros. (Mat. 28:19, 20.) Embora Deus esteja em todo lugar, ele não habita em todo lugar. Somente ao entrar em relação pessoal com um grupo ou com um indivíduo se diz que ele habita com eles.

(c) Onisciência. Deus é onisciente, porque conhece todas as coisas. (Gên. 18:18,19; 2 Reis 8:10,13; 1 Crôn. 28:9; Sal. 94:9; 139:1-16; 147:4-5; Prov. 15:3; Isa. 29:15,16; 40:28; Jer. 1:4-5; Ezeq. 11:5; Dan.2:22,28; Amós 4:13; Luc. 16:15; Atos 15:8, 18;

Rom. 8:27, 29; 1 Cor. 3:20; 2 Tim. 2:19; Heb. 4:13; 1 Ped. 1:2; 1 João 3:20.) O conhecimento de Deus é perfeito, ele não precisa arrazoar, ou pesquisar as coisas, nem aprender gradualmente — seu conhecimento do passado, do presente e do futuro é instantâneo.

Há grande conforto na consideração deste atributo. Em todas as provas da vida o crente tem a certeza de que "vosso Pai celestial sabe" (Mat. 6:8). A seguinte dificuldade se apresenta a alguns: sendo Deus conhecedor de todas as coisas, ele sabe quem se perderá; portanto, como pode essa pessoa evitar o perder-se? Mas a presciência de Deus sobre o uso que a pessoa fará do livre arbítrio não obriga a escolher este ou aquele destino. Deus prevê sem intervir.

(d) Sabedoria. Deus é sábio. (Sal. 104:24; Prov. 3:19; Jer. 10:12; Dan. 2:20,21; Rom. 11:33; 1 Cor. 1:24, 25, 30; 2:6, 7; Efés. 3:10; Col. 2:2, 3.) A sabedoria de Deus reúne a sua onisciência e sua onipotência. Ele tem poder para levar a efeito seu conhecimento de tal maneira que se realizem os melhores propósitos possíveis pelos melhores meios possíveis. Deus sempre faz o bem de maneira certa e no tempo certo. "Ele fez tudo bem." Esta ação da parte de Deus, de organizar todas as coisas e executar a sua vontade no curso dos eventos com a finalidade de realizar o seu bom propósito, chama-se Providência. A divina providência geral relaciona-se com o universo como um todo; sua providência particular relaciona-se com os detalhes da vida do homem.

(e) Soberania. Deus é soberano, isto é, ele tem o direito absoluto de governar suas criaturas e delas dispor como lhe apraz. (Dan. 4:35; Mat. 20:15; Rom. 9:21.) Ele possui esse direito em virtude de sua infinita superioridade, de sua posse absoluta de todas as coisas, e da absoluta dependência delas perante ele para que continuem a existir. Desta maneira, tanto é insensatez, como transgressão, censurar os seus caminhos. Observa D. S. Clarke: A doutrina da soberania de Deus é uma doutrina muito útil e animadora. Se fosse para escolher, qual seria preferível — ser governado pelo fatalismo cego, pela sorte caprichosa, pela lei natural irrevogável, pelo "eu" pervertido e de

curta visão, ou ser governado por um Deus sábio, santo, amoroso e poderoso? Quem rejeita a soberania de Deus, pode escolher ser governado dentre o que sobra.

3. Atributos morais (Deus e as criaturas morais).

Passando em revista o registro das obras de Deus para com os homens, aprendemos que:

(a) Santidade. Deus é santo. (Êxo. 15:11; Lev. 11:44, 45; 20:26; Jos. 24:19; 1 Sam. 2:2; Sal. 5:4; 111:9; 145:17; Isa. 6:3; 43:14,15; Jer. 23:9; Luc. 1:49; Tia. 1:13; 1 Ped. 1:15, 16; Apoc. 4:8; 15:3, 4.) A santidade de Deus significa a sua absoluta pureza moral; ele não pode pecar nem tolerar o pecado. O sentido original da palavra "santo" é "separado". Em que sentido está Deus separado? Ele está separado do homem no espaço — ele está no céu, o homem na terra. Ele está separado do homem quanto à natureza e caráter — ele é perfeito, o homem é imperfeito; ele é divino, o homem é humano; ele é moralmente perfeito, o homem é pecaminoso. Vemos, então, que a santidade é o atributo que mantém a distinção entre Deus e a criatura. não denota apenas um atributo de Deus, mas a própria natureza divina. Portanto, quando Deus se revela a si mesmo de modo a impressionar o homem com a sua Divindade, diz-se que ele se santificou (Ezeq. 36:23; 38:23), isto é, "revela-se a si mesmo como o Santo". Quando os serafins descrevem o resplendor divino que emana daquele que está sentado sobre o trono, exclamam: "Santo, santo, santo é o Senhor dos exércitos" (Isa. 6:3). Diz-se que os homens santificam a Deus quando o honram e o reverenciam como Divino. (Num. 20:12; Lev. 10:3; Isa. 8:13.) Quando o desonram, pela violação de seus mandamentos, se diz que "profanam" seu nome — que é o contrário de santificar seu nome. (Mat. 6:9.) Somente Deus é santo em si mesmo. Descrevem-se desta maneira o povo, os edifícios, e objetos santos porque Deus os fez santos e os tem santificado. A palavra "santo", quando se aplica a pessoas ou a objetos, é termo que expressa relação com Jeová — pelo fato de estar separado para o seu serviço. Sendo separados, os objetos precisam estar limpos; e as pessoas devem consagrar-se e viver de acordo com a lei da santidade. Esses fatos constituem a base da doutrina da santificação.

(b) Justiça. Deus é justo. Qual a diferença entre a santidade e a justiça? "A justiça é santidade em ação", esta é uma das respostas. A justiça é a santidade de Deus manifesta no tratar retamente com suas criaturas. "não fará justiça o Juiz de toda a terra?" (Gên. 18:25). A justiça é obediência a uma norma reta; é conduta reta em relação a outrem. Quando é que Deus manifesta este atributo?

1) Quando livra o inocente, condena o ímpio e exige que se faça justiça. Deus julga, não como o fazem os juizes modernos, que baseiam seu julgamento sobre a evidência apresentada perante eles por outrem. Deus mesmo descobre a evidência. Desta maneira o Messias, cheio do Espírito Divino, não julgará "segundo a vista dos seus olhos, nem reprovar segundo o ouvir dos seus ouvidos", mas julgará com justiça. (Isa. 11:3.)

2) Quando perdoa o penitente. (Sal. 51:14; 1 João 1:9; Heb. 6:10.)

3) Quando castiga e julga seu povo. (Isa. 8:17; Amós 3:2.)

4) Quando salva seu povo. A interposição de Deus a favor do seu povo se chama sua justiça. (Isa. 46:13; 45:24,25.) A salvação é o lado negativo, a justiça é o positivo. Ele livra seu povo dos seus pecados e de seus inimigos, e o resultado é a retidão de coração. (Isa. 51:6; 54:13; 60:21; 61:10.)

5) Quando dá vitória à causa de seus servos fiéis. (Isa. 50:4-9.) Depois de Deus haver libertado seu povo e julgado os ímpios então teremos "novos céus e uma nova terra, em que habita a justiça" (2 Pedro 3:13). Deus não somente trata justamente como também requer justiça. Mas que sucederá no caso de o homem haver pecado? Então ele graciosamente justifica o penitente. (Rom. 4:5.) Esta é a base da doutrina da justificação. Notar-se-á que a natureza divina é a base das relações de Deus para com os homens. Como ele é, assim ele opera. O Santo santifica, o Justo justifica.

[c] Fidelidade. Deus é fiel. Ele é absolutamente digno de confiança; as suas palavras não falharão. Portanto, seu povo pode descansar em suas promessas. (Êxo. 34:6; Num. 23:19; Deut. 4:31; Jos. 21:43-45; 23:14; 1 Sam. 15:29; Jer. 4:28; Isa. 25:1; Ezeq. 12:25; Dan. 9:4; Miq. 7:20; Luc. 18:7,8; Rom. 3:4; 15:8; 1

Cor. 1:9; 10:13; 2 Cor. 1:20; 1 Tess. 5:24; 2 Tess. 3:3; 2 Tim. 2:13; Heb. 6:18; 10:23; 1 Ped. 4:19; Apoc. 15:3.)

(d) Misericórdia. Deus é misericordioso. "A misericórdia de Deus é a divina bondade em ação com respeito às misérias de suas criaturas, bondade que se comove a favor deles, provendo o seu alívio, e, no caso de pecadores impenitentes, demonstrando paciência longânima" (Hodges). (Tito 3:5; Lam. 3:22; Dan. 9:9; Jer. 3:12; Sal. 32:5; Isa. 49:13; 54:7.) Uma das mais belas descrições da misericórdia de Deus encontra-se no Salmo 103:8-18. O conhecimento de sua misericórdia toma-se a base da esperança (Sal. 130:7) como também da confiança (Sal. 52:8). A misericórdia de Deus manifestou-se de maneira eloqüente ao enviar Cristo ao mundo. (Luc. 1:78.)

(e) Amor. Deus é amor. O amor é o atributo de Deus em razão do qual ele deseja relação pessoal com aqueles que possuem a sua imagem e, mui especialmente, com aqueles que foram santificados em caráter, feitos semelhantes a ele. Notamos a descrição do amor de Deus (Deut. 7:8; Efés. 2:4; Sof. 3:17; Isa. 49:15, 16; Rom. 8:39; Osé. 11:4; Jer. 31:3); notamos a quem é manifestado (João 3:16; 16:27; 17:23; Deut. 10:18); notamos como foi demonstrado (João 3:16; 1 João 3:1; 4:9, 10; Rom. 9:11-13; Isa. 38:17; 43:3, 4; 63:9; Tito 3:4-7; Efés. 2:4, 5; Osé. 11:4; Deut. 7:13; Rom. 5:5).

(f) Bondade. Deus é bom. A bondade de Deus é o atributo em razão do qual ele concede vida e outras bênçãos às suas criaturas. (Sal. 25:8; Naúm 1:7; Sal. 145:9; Rom. 2:4; Mat. 5:45; Sal. 31:19; Atos 14:17; Sal. 68:10; 85:5.) Escreve o Dr. Howard Agnew Johnson:

Há alguns anos fui convidado para almoçar em certa casa. O dono da casa me pediu que orasse. Depois de pedir a bênção e expressar a nossa gratidão pelos dons de Deus, ele disse com certa franqueza: "Realmente não vejo razão para isto: pois eu mesmo provi esta refeição."

Em resposta perguntamos: "O senhor nunca pensou que se falhassem a sementeira e a colheita uma só vez em toda a terra, a metade do povo morreria antes da próxima colheita? E não pensou também que se falhassem a sementeira e a colheita em dois anos sucessivos em todo o planeta, todos os homens morreriam antes da seguinte colheita?"

Evidentemente assombrado, ele admitiu que nunca pensara em tal possibilidade. Então sugerimos estar muito equivocado em dizer que fora ele quem fornecera aquela refeição para nós. Ele devia a Deus a sua própria vida e as forças para ganhar o dinheiro. Deus havia posto vida no grão e no animal que usávamos como alimento, coisa que ele nunca poderia fazer. Lembramos-lhe que ele havia sido um cooperador com Deus, participando das leis divinas para suprir as nossas necessidades. Então perguntamos: "Se alguém lhe desse alguma coisa, o senhor não diria "obrigado"? E se fossem repetidas as dádivas duas ou três vezes ao dia, o senhor não diria "obrigado" cada vez"? Com isso ele prontamente concordou. "Então o senhor entende por que dizemos 'obrigado' a Deus cada vez que recebemos suas bênçãos."

A isto ele exclamou: "Ah! isto não é mais do que boa educação, sem falar em ser inteligentemente agradecido!"

Para certas pessoas a existência do mal e do sofrimento apresenta um obstáculo à crença na bondade de Deus. "Por que um Deus de amor criou um mundo cheio de sofrimento?" perguntam alguns. As considerações seguintes poderão esclarecer o problema:

1) Deus não é responsável pelo mal. Se um trabalhador descuidado jogar areia numa máquina delicada, deve-se responsabilizar o fabricante? Deus fez tudo bom mas o homem danificou a sua obra. Praticamente todo o sofrimento que há no mundo é consequência da desobediência deliberada do homem.

2) Sendo Deus Todo-poderoso, o mal existe por sua permissão. Nem sempre podemos compreender porque ele permite o mal, pois os seus caminhos são inescrutáveis. Ao extremamente curioso ele diria: "Que tens tu com isso? Segue-me tu." No entanto, podemos compreender parte dos seus caminhos — o suficiente para saber que ele não erra. Assim escreveu Stevenson, notável autor: "Se eu, através do burquinho de guarita, puder enxergar com os meus olhos míopes minúscula fração do universo, e ainda

receber no meu próprio destino algumas evidências dum plano e algumas evidências duma bondade dominante, seria eu, então, tão insensato a ponto de queixar-me de não poder entender tudo? não deveria eu sentir surpresa infinita e grata, pelo fato de, em um empreendimento ao vasto, poder eu entender algo, por pouco que seja, e fazer com que este pouco inspire minha fé?"

3) Deus é tão grande que pode fazer o mal cooperar para o bem. Recordemos como dominou a maldade dos irmãos de José, e de Faraó, e de Herodes, e daqueles que rejeitaram e crucificaram a Cristo. Acertadamente disse um erudito da antiguidade: "Deus Todo-poderoso não permitiria, de maneira alguma, a existência do mal na sua obra se não fosse tão onipotente e tão bom que até mesmo do mal ele pudesse operar o bem." Muitos cristãos já saíram dos fogos do sofrimento com o caráter purificado e a fé fortalecida. O sofrimento os tem impelido ao seio de Deus. O sofrimento foi a moeda que comprou o caráter provado no fogo.

4) Deus formou o universo segundo leis naturais, e estas leis implicam a possibilidade de acidentes. Por exemplo, se a pessoa descuidada ou deliberadamente se deixar cair em um precipício, essa pessoa sofrerá as conseqüências de ter violado a lei da gravidade. Mas, ao mesmo tempo, estamos satisfeitos com estas leis, pois de outra forma o mundo estaria num estado de confusão.

5) é bom lembrar sempre que tal não é o estado perfeito das coisas. Deus tem em reserva outra vida e uma época futura em que mostrará a razão de todos os seus tratados e ações. Visto que ele opera segundo a "Hora Oficial Celestial", às vezes pensamos que ele esteja tardando, mas "bem depressa" fará justiça a seus escolhidos. (Luc. 18:7, 8.) Não se deve julgar a Deus enquanto não descer a cortina sobre a última cena do grande Drama dos Séculos. Então veremos que "Ele tudo fez bem".

IV. O TRIÚNO DEUS

1. A doutrina declarada.

As Escrituras ensinam que Deus é Um, e que além dele não existe outro Deus. Poderia surgir a pergunta: "Como podia Deus ter comunhão com alguém antes que existissem as criaturas

finitas?" A resposta é que a Unidade Divina é uma Unidade composta, e que nesta unidade há realmente três Pessoas distintas, cada uma das quais é a Divindade, e que, no entanto, cada uma está sumamente consciente das outras duas. Assim, vemos que havia comunhão antes que fossem criadas quaisquer criaturas finitas. Portanto, Deus nunca esteve só. Não é o caso de haver três Deuses, todos três independentes e de existência própria. Os três cooperam unidos e num mesmo propósito, de maneira que no pleno sentido da palavra, são "um". O Pai cria, o Filho redime, e o Espírito Santo santifica; e, no entanto, em cada uma dessas operações divinas os Três estão presentes. O Pai é preeminentemente o Criador, mas o Filho e o Espírito são tidos como cooperadores na mesma obra. O Filho é preeminentemente o Redentor, mas Deus o Pai e o Espírito são considerados como Pessoas que enviam o Filho a redimir. O Espírito Santo é o Santificador, mas o Pai e o Filho cooperam nessa obra. A Trindade é uma comunhão eterna, mas a obra da redenção do homem evocou a sua manifestação histórica. O Filho entrou no mundo duma maneira nova ao tomar sobre si a natureza humana e lhe foi dado um novo nome, Jesus. O Espírito Santo entrou no mundo duma maneira nova, isto é, como o Espírito de Cristo incorporado na igreja. Mas ao mesmo tempo, os três cooperaram. O Pai testemunhou do Filho (Mat. 3:17); e o Filho testemunhou do Pai (João 5:19). O Filho testemunhou do Espírito (João 14:26), e mais tarde o Espírito testemunhou do Filho (João 15:26). Será tudo isso difícil de compreender? Como poderia ser de outra maneira visto que estamos tentando explicar a vida íntima do Deus Todo-poderoso! A doutrina da Trindade é claramente uma doutrina revelada, e não doutrina concebida pela razão humana. De que maneira poderíamos aprender acerca da natureza íntima da Divindade a não ser pela revelação? (1 Cor. 2:16.) É verdade que a palavra "Trindade" não aparece no Novo Testamento; é uma expressão teológica, que surgiu no segundo século para descrever a Divindade. Mas o planeta Júpiter existiu antes de receber ele este nome; e a doutrina da Trindade encontrava-se na Bíblia antes que fosse tecnicamente chamada a Trindade.

2. A doutrina definida.

Bem podemos compreender porque a doutrina da Trindade era às vezes mal entendida e mal explicada. Era muito difícil achar

termos humanos que pudessem expressar a unidade da Divindade e ao mesmo tempo, a realidade e a distinção das Pessoas. Ao acentuar a realidade da Divindade de Jesus, e da personalidade do Espírito Santo, alguns escritores corriam o perigo de cair no triteísmo, ou a crença em três deuses. Outros escritores, acentuando a unidade de Deus, corriam perigo de esquecer-se da distinção entre as Pessoas. Este último erro é comumente conhecido como sabelianismo, doutrina do bispo Sabélio que ensinou que Pai, Filho, e Espírito Santo são simplesmente três aspectos ou manifestações de Deus. Este erro tem surgido muitas vezes na história da igreja e existe ainda hoje. Essa doutrina do sabelianismo é claramente antibíblica e carece de aceitação, por causa das distinções bíblicas entre o Pai, o Filho, e o Espírito. O Pai ama e envia o Filho, o Filho veio do Pai e voltou para o Pai. O Pai e o Filho enviam o Espírito; o Espírito intercede junto ao Pai. Se, então, o Pai, o Filho e o Espírito são apenas um Deus sob diferentes aspectos ou nomes, então o Novo Testamento é uma confusão. Por exemplo, a leitura da oração intercessória (João 17) com pensamento de que Pai, Filho e Espírito fossem uma só Pessoa, revelaria o absurdo dessa doutrina, isto é, seria mais ou menos isto: "Assim como eu me dei poder sobre toda a carne, para que eu dê a vida eterna a todos quantos dei a mim mesmo... eu me glorifiquei na terra, tendo consumado a obra que me dei a fazer. E agora eu me glorifico a mim mesmo com a glória que eu tinha comigo antes que o mundo existisse." Como foi preservada a doutrina da Trindade de não se deslocar para os extremos, nem para o lado da Unidade (sabelianismo) nem para o lado da Trindade (triteísmo)? Foi pela formulação de dogmas, isto é, interpretações que definissem a doutrina e a "protegessem" contra o erro. O seguinte exemplo de dogma acha-se no Credo de Atanásio formulado no quinto século: Adoramos um Deus em trindade, e trindade em unidade. Não confundimos as Pessoas, nem separamos a substância. Pois a pessoa do Pai é uma, a do Filho outra, e a do Espírito Santo, outra. Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma divindade, glória igual e majestade co-eterna. Tal qual é o Pai, o mesmo são o Filho e o Espírito Santo. O Pai é incriado, o Filho incriado, o Espírito incriado. O Pai é imensurável, o Filho é imensurável, o Espírito Santo é imensurável. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. E, não obstante, não há três eternos, mas sim um eterno. Da mesma forma não há três (seres) incriados, nem três

imensuráveis, mas um incriado e um imensurável. Da mesma maneira o Pai é onipotente. No entanto, não há três seres onipotentes, mas sim um Onipotente. Assim o Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus. No entanto, não há três Deuses, mas um Deus. Assim o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, e o Espírito Santo é Senhor. Todavia não há três Senhores, mas um Senhor. Assim como a veracidade cristã nos obriga a confessar cada Pessoa individualmente como sendo Deus e Senhor, assim também ficamos privados de dizer que haja três Deuses ou Senhores. O Pai não foi feito de coisa alguma nem criado, nem gerado. O Filho procede do Pai somente, não foi feito, nem criado, mas gerado. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procedente. Há, portanto, um Pai, três Pais; um Filho, não três Filhos; um Espírito Santo, não três Espíritos Santos. E nesta trindade não existe primeiro nem último; maior nem menor. Mas as três Pessoas co-eternas são iguais entre si mesmas; de sorte que por meio de todas, como acima foi dito, tanto a unidade na trindade como a trindade na unidade devem ser adoradas.

A declaração acima pode parecer-nos complicada, por tratar-se de pontos sutis; mas nos dias primitivos demonstrou ser um meio eficaz de preservar a declaração correta sobre verdades tão preciosas e vitais para a igreja.

3. A doutrina provada.

Visto como a doutrina da Trindade concerne à natureza íntima da Trindade, não poderia ser conhecida, exceto por meio de revelação. Essa revelação encontra-se nas Escrituras.

(a) O Antigo Testamento. O Antigo Testamento não ensina clara e diretamente sobre a Trindade, e a razão é evidente. Num mundo onde o culto de muitos deuses era comum, tornava-se necessário acentuar esta verdade em Israel, a verdade de que Deus é Um, e de que não havia outro além dele. Se no princípio a doutrina da Trindade fosse ensinada diretamente, poderia ter sido mal entendida e mal interpretada. Muito embora essa doutrina não fosse explicitamente mencionada, sua origem pode ser vista no Antigo Testamento. Sempre que um hebreu pronunciava o nome

de Deus (Elohim) ele estava realmente dizendo "Deuses", pois a palavra é plural, e às vezes se usa em hebraico acompanhada de adjetivo plural (Jos. 24:18, 19) e com verbo no plural. (Gên. 35:7.)

Imaginemos um hebreu devoto e esclarecido ponderando o fato de que Deus é Um, e no entanto é Elohim — "Deuses". Facilmente podemos imaginar que ele chegasse à conclusão de que exista pluralidade de pessoas dentro de um Deus. Paulo, o apóstolo, nunca cessou de crer na unidade de Deus como lhe fora ensinada desde a sua mocidade (1 Tim. 2:5; 1 Cor. 8:4); de fato, Paulo insistia em que não ensinava outra coisa senão aquelas que se encontravam na Lei e nos Profetas. Seu Deus era o Deus de Abraão, Isaque e Jacó. No entanto, pregava a divindade de Cristo (Fil. 2:6-8; 1 Tim. 3:16) e a personalidade do Espírito Santo (Efés. 4:30) e incluiu as três Pessoas juntas na bênção apostólica. (2 Cor. 13:14.) Todos os membros da Trindade são mencionados no Antigo Testamento:

1) O Pai. (Isa. 63:16; Mal. 2:10.)

2) O Filho de Jeová . (Sal. 45:6, 7; 2:6, 7, 12; Prov. 30:4.) O Messias é descrito com títulos divinos. (Jer. 23:5, 6; Isa. 9:6.) Faz-se menção do misterioso Anjo de Jeová que leva o nome de Deus e tem poder tanto para perdoar como para reter os pecados. (Êxo. 23:20,21.)

3) O Espírito Santo. (Gên. 1:2; Isa. 11:2, 3; 48:16; 61:1; 63:10.) Prenúncios da Trindade vêem-se na tríplice bênção de Num. 6:24-26 e na tríplice doxologia de Isa. 6:3.

(b) O Novo Testamento. Os cristãos primitivos mantinham como um dos fundamentos da fê o fato da unidade de Deus. Tanto ao judeu como ao pagão podiam testificar: "Cremos em um Deus." Mas ao mesmo tempo eles tinham as palavras claras de Jesus para provar que ele arrogou a si uma posição e uma autoridade que seriam blasfêmia se não fosse ele Deus. Os escritores do Novo Testamento, ao referirem-se a Jesus, usaram uma linguagem que indicava reconhecerem a Jesus como sendo "sobre todas as coisas, Deus bendito para sempre" (Rom. 9:5). E a experiência espiritual dos cristãos apoiava estas afirmações. Ao conhecer a Jesus, conheciam-no como Deus. O mesmo se verifica em relação a Deus e ao Espírito Santo. Os primitivos cristãos criam que o Espírito

Santo, que morava neles, ensinando-os, guiando-os, e inspirando-os a andar em novidade de vida, não era meramente uma influência ou um sentimento, mas um ser ao qual poderiam conhecer e com o qual suas almas poderiam ter verdadeira comunhão. E, ao examinarem o Novo Testamento, ali acharam que ele era descrito como possuindo os atributos de uma personalidade. Assim a igreja primitiva se defrontava com estes dois fatos: que Deus é Um, e que o Pai é Deus; o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus. E estes dois grandes fatos concernentes a Deus constituem a doutrina da Trindade. Deus, o Pai, era para eles uma realidade; o Filho era para eles uma realidade; e da mesma forma, o Espírito Santo. E, diante desses fatos, a única conclusão a que se podia chegar era a seguinte: que havia na Divindade uma verdadeira, embora misteriosa, distinção de personalidades, distinção que se tomou manifesta na obra divina para redimir o homem. Várias passagens do Novo Testamento mencionam as três Pessoas Divinas. (Vide Mat. 3:16, 17; 28:19; João 14:16, 17, 26; 15:26; 2 Cor. 13:14; Gál. 4:6; Efés. 2:18; 2 Tes. 3:5; 1Ped. 1:2; Efés. 1:3, 13; Heb. 9:14.) Uma comparação de textos tomados de todas as partes das Escrituras mostra o seguinte:

1) Cada uma das três Pessoas é Criador, embora se declare que há um só Criador. (Jo 33:4 e Isa. 44:24.)

2) Cada uma é chamada Jeová (Deut. 6:4)

4. A doutrina ilustrada.

Como podem três Pessoas ser um Deus? — é uma pergunta que deixa muita gente perplexa. Não nos admiramos dessa estranheza, pois, ao considerar a natureza interna do eterno Deus, estamos tratando de uma forma de existência muito diferente da nossa. Assim escreve o Dr. Peter Green: Suponhamos que houvesse um ser, uma espécie de anjo, ou visitante do planeta Marte, que nunca tivesse visto nenhum ser vivo. Quão difícil seria para ele compreender o fato do crescimento. Poderia talvez compreender que uma coisa pudesse aumentar de volume, por assim dizer, por acréscimo, como um montão de pedras se torna sempre maior ao serem nele colocadas outras pedras. Mas teria dificuldade em compreender como uma coisa pudesse crescer, por assim dizer, de dentro e por si mesma. A idéia de crescimento seria

para ele uma coisa muito difícil de ser compreendida. E se ele fosse orgulhoso, impaciente, e sem vontade de aprender, é quase certo que não a entenderia.

Agora suponhamos que esse mesmo ser estranho, tendo aprendido algo acerca da vida e do crescimento, como se vê nas árvores e nas plantas, fosse apresentado a um novo fato, a saber, o da inteligência, como se manifesta nos animais de ordem superior. Quão difícil seria para ele compreender o significado de gosto e desgosto, escolha e recusa, sabedoria ou ignorância. Se a vida já é difícil de entender, quanto mais o é a mente. Aqui, também, seria necessário ser humilde, paciente e ter vontade de aprender para entender essas idéias. Mas no momento em que começasse a compreender o que significa a mente e como funciona, teria que procurar entender algo mais elevado do que a mente, como a encontramos nos seres humanos. Aqui, outra vez, enfrentaria ele algo novo, estranho, e que não se explicaria por referência a coisa alguma que até então houvesse conhecido. Teria que ser cuidadoso, humilde, e estar disposto a ser instruído.

Ele, então, o tal anjo ou visitante de Marte, esperaria, e nós também fariamos bem em esperar, que ao passarmos da consideração da natureza do homem para a consideração da natureza de Deus encontraremos algo novo.

Mas existe um método pelo qual as verdades que estão além do alcance da razão ainda podem, até certo ponto, tomar-se perceptíveis a ela. Referimo-nos ao uso da ilustração ou da analogia. Porém elas devem ser usadas com cuidado, e não forçadamente.

"Toda comparação manca", disse um sábio da antiga Grécia. Até as melhores são imperfeitas e inadequadas. Elas podem ser comparadas a minúsculas lanternas elétricas que nos ajudam a enxergar algum tênue vislumbre da razão das verdades imensuráveis, vastas demais para serem perfeitamente compreendidas.

Obtemos de três fontes as ilustrações: a natureza; a personalidade humana; e as relações humanas.

(a) A natureza proporciona muitas analogias.

1) A água é uma, mas esta também é conhecida sob três formas — água, gelo e vapor.

2) Há uma eletricidade, mas no bonde ela funciona sob a forma de movimento, luz e calor.

3) O sol é um, mas se manifesta como luz, calor e fogo.

4) Quando São Patrício evangelizava os irlandeses, explicou a doutrina da Trindade usando o trevo como ilustração.

5) é de conhecimento geral que todo raio de luz realmente se compõe de três raios: primeiro, o actínico, que é invisível; segundo, o luminoso, que é visível; terceiro, o calorífero, que produz calor, o qual se sente mas não se vê. Onde há estes três, ali há luz; onde há luz, temos estes três. João o apóstolo, disse: "Deus é luz". Deus o Pai é invisível; ele se tomou visível em seu Filho, e opera no mundo por meio do Espírito, que é invisível, no entanto, é eficaz.

6) Três velas num quarto darão uma só luz.

7) O triângulo tem três lados e três ângulos; tirai-lhe um lado e não é mais triângulo. Onde há três ângulos há um triângulo.

(b) A personalidade humana.

1) Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança." O homem é um, e, no entanto, tripartido, constituído de espírito, alma e corpo.

2) O conhecimento humano assinala divisões na personalidade. Não temos sido cônscios, às vezes, de arrazoarmos com nós mesmos e de estarmos ouvindo a conversação? Eu falo comigo mesmo, e me escuto falando comigo mesmo!

(c) Relação

1) Deus é amor. Era eternamente Amante. Mas o amor requer um objeto a ser amado; e, sendo eterno, deve ter tido um objeto de amor eterno, a saber, seu filho. O Amante eterno e o Amado eterno! O Vínculo eterno e o caudal desse amor é o Espírito Santo.

2) Nosso governo é um, mas é constituído de três poderes: legislativo, judiciário e executivo.

CAPÍTULO III: OS ANJOS

Ao nosso redor há um mundo de espíritos, muito mais populoso, mais poderoso e de maiores recursos do que o nosso próprio mundo visível de seres humanos. Bons e maus espíritos dirigem os passos em nosso meio. Passam de um lugar para outro com a rapidez de um relâmpago e com movimentos imperceptíveis. Eles habitam os espaços ao redor de nós. Sabemos que alguns deles se interessam pelo nosso bem-estar; outros, porém, estão empenhados em fazer-nos mal.

Os escritores inspirados fazem-nos descortinar uma visão desse mundo invisível a fim de que possamos ser, tanto confortados como admoestados.

I. Os ANJOS

1. Sua natureza.

Os anjos são:

(a) Criaturas, isto é, seres criados. Foram feitos do nada pelo poder de Deus. Não conhecemos a época exata de sua criação, porém sabemos que antes que aparecesse o homem, já eles existiam havia muito tempo, e que a rebelião daqueles sob Satanás se havia registrado, deixando duas classes — os anjos bons e os anjos maus. Sendo eles criaturas, recusam a adoração (Apoc. 19:10; 22:8, 9) e ao homem, por sua parte, é proibido adorá-los. (Gal. 2:18)

(b) Espíritos. Os anjos são descritos como espíritos, porque, diferentes dos homens, eles não estão limitados às condições naturais e físicas. Aparecem e desaparecem à vontade, e movimentam-se com uma rapidez inconcebível sem usar meios naturais. Apesar de serem puramente espíritos, têm o poder de assumir a forma de corpos humanos a fim de tornar visível sua presença aos sentidos do homem. (Gên. 19:1-3.)

(c) Imortais, isto é, não estão sujeitos à morte. Em Lucas 20:34-36, Jesus explica aos saduceus que os santos ressuscitados serão como os anjos no sentido de que não podem mais morrer.

(d) Numerosos. As Escrituras nos ensinam que seu número é muito grande. "Milhares de milhares o serviam, e milhões de milhões" (Dan. 7:10). "Mais de doze legiões de anjos" (Mat. 26:53). "Multidão dos exércitos celestiais" (Luc. 2:13). "E aos muitos milhares de anjos" (Heb. 12:22). Portanto, seu Criador e Mestre é descrito como o "Senhor dos exércitos".

(e) Sem sexo. Os anjos sempre são descritos como varões, porém na realidade não têm sexo; não propagam a sua espécie. (Luc. 20:34, 35.)

2. Sua classificação.

Visto como "a ordem é a primeira das leis do céu", é de esperar que os anjos estejam classificados segundo o seu posto e atividade. Tal classificação é implícita em 1Ped. 3:22, onde lemos: "os anjos, as autoridades, e as potências". (Vide Col. 1:16; Efés. 1:20, 21.)

(a) Anjo do Senhor. A maneira pela qual o "Anjo do Senhor" é descrito, distingue-o de qualquer outro anjo. É-lhe atribuído o poder de perdoar ou reter pecados, conforme diz o Antigo Testamento. O nome de Deus está nele. (Êxo. 23:20-23.) Em Êxo. 32:34 se diz: "Meu anjo irá adiante de ti"; em Êxo. 33:14 há esta variação: "Minha presença (literalmente, 'meu rosto') irá contigo para te fazer descansar." As duas expressões são combinadas em Isa. 63:9; "Em toda a angústia deles foi ele angustiado, e o anjo da sua face os salvou." Duas coisas importantes são ditas acerca desse anjo: primeiro, que o nome de Jeová, isto é, seu caráter revelado, está nele; segundo, que ele é o rosto de Jeová, ou melhor, o rosto de Jeová pode-se ver nele. Por isso tem o poder de salvar (Isa. 63:9); de recusar o perdão (Êxo. 23:21). Veja-

se também a identificação que Jacó fez do anjo com o próprio Deus. (Gên. 32:30; 48:16.) não se pode evitar a conclusão de que este Anjo misterioso não é outro senão o Filho de Deus, o Messias, o Libertador de Israel, e o que seria o Salvador do mundo. Portanto, o Anjo do Senhor é realmente um ser incriado.

(b) Arcanjo. Miguel é mencionado como o arcanjo, o anjo principal. (Jud. 9; Apoc. 12:7; vide 1 Tess. 4:16.) Ele aparece como o anjo protetor da nação israelita. (Dan. 12:1.) A maneira pela qual Gabriel é mencionado, também indica que ele é de uma classe muito elevada. Ele está diante da presença de Deus (Luc. 1:19) e a ele são confiadas as mensagens de mais elevada importância com relação ao reino de Deus. (Dan. 8:16; 9:21.)

(c) Anjos eleitos são provavelmente aqueles que permaneceram fiéis a Deus durante a rebelião de Satanás, (1 Tim. 5:21; Mat. 25:41.)

(d) Anjos das nações. Dan. 10:13, 20 parece ensinar que cada nação tem seu anjo protetor, o qual se interessa pelo bem-estar dela. Era tempo de os judeus regressarem do cativeiro (Dan. 9:1, 2), e Daniel se dedicou a orar e a jejuar pela sua volta. Depois de três semanas, um anjo apareceu-lhe e deu como razão da demora o fato de que o príncipe, ou anjo da Pérsia, havia-se oposto ao retorno dos judeus. A razão talvez fosse por não desejar perder a influência deles na Pérsia. O anjo lhe disse que a sua petição para o regresso dos judeus não tinha apoio a não ser o de Miguel, o príncipe da nação hebraica. (Dan. 10:21.) O príncipe dos gregos também não estava inclinado a favorecer a volta dos judeus. (Dan. 10:20.) A palavra do Novo Testamento "principados" pode referir-se a esses príncipes angélicos das nações; e o termo é usado tanto para os anjos bons como para os maus. (Efês. 3:10; Gal. 2:15; Efês. 6:12.)

(e) Os querubins parecem ser de uma classe elevada de anjos relacionados com os propósitos retributivos (Gên. 3:24) e redentores (Êxo. 25:22) de Deus, para com o homem. Eles

são descritos como tendo rostos de leão, de homem, de boi e de águia, e isto sugere que representam uma perfeição de criaturas — força de leão, inteligência de homem, rapidez de guia, e serviço semelhante ao que o boi presta. Essa composição de formas e sua aproximação de Deus asseguram que "a própria criação será libertada do cativeiro da corrupção" (Rom. 8:21, V.B.).

(f) Os serafins são mencionados em Isaías, capítulo 6. Pouco sabemos acerca deles. Certo escritor crê que eles constituem a ordem mais elevada de anjos e que a característica que os distingue é um ardente amor a Deus. A palavra serafins significa literalmente "ardentes".

3. Seu caráter.

(a) Obedientes. Eles cumprem os seus encargos sem questionar ou vacilar. Por isso oramos: "Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu" (Mat. 6:10; vide Sal. 103:20; Jud. 6; 1 Ped. 3:22).

(b) Reverentes. Sua atividade mais elevada é a adoração a Deus. (Nee. 9:6; Fil. 2:9-11; Heb. 1:6.)

(c) Sábios. "Como um anjo... para discernir o bem do mal", era uma expressão proverbial em Israel. (2 Sam. 14:17.) A inteligência dos anjos excede a dos homens nesta vida, porém é necessariamente finita. Os anjos não podem diretamente discernir os nossos pensamentos (1 Reis 8:39) e os seus conhecimentos dos mistérios da graça são limitados, (1 Ped. 1:12.) Como diz certo escritor: "Imagina-se que a capacidade intelectual dum anjo tenha uma compreensão mais vasta do que a nossa; que uma só imagem na mente angelical contenha mais detalhes do que uma vida toda de estudos poderia proporcionar aqui."

(d) Mansos. não abrigam ressentimentos pessoais, nem injuriam os seus opositores. (2 Ped. 2:11; Jud. 9.)

(e) Poderosos. São "magníficos em poder" (Sal. 103:20).

(f) Santos. Sendo separados por Deus e para Deus, são "santos anjos" (Apoc. 14:10).

4. Sua obra.

(a) Agentes de Deus. São mencionados como os executores dos pronunciamentos de Deus. (Gên. 3:24; Num. 22:22-27; Mat. 13:39,41,49; 16:27; 24:31; Mar. 13:27; Gên. 19:1; 2 Sam. 24:16; 2 Reis 19:35; Atos 12:23.)

(b) Mensageiros de Deus. (Anjo significa literalmente "mensageiro".) Por meio dos anjos Deus envia: (1) Anúncios (Luc. 1:11-20; Mat. 1:20, 21). (2) Advertências (Mat. 2:13; Heb. 2:2). (3) Instrução (Mat. 28:2-6; Atos 10:3; Dan. 4:13-17). (4) Encorajamento (Atos 27:23; Gên. 28:12). (5) Revelação (Atos 7:53; Gál. 3:19; Heb. 2:2; Dan. 9:21-27; Apoc. 1:1).

(c) Servos de Deus. "não são porventura todos eles espíritos ministradores, enviados para servir a favor daqueles que hão de herdar a salvação?" (Heb. 1:14). Os anjos são enviados para sustentar (Mat. 4:11; Luc. 22:43; 1 Reis 19:5); para preservar (Gên. 16:7; 24:7; Êxo. 23:20; Apoc. 7:1); para resgatar (Num. 20:16; Sal. 34:7; 91:11; Isa. 63:9; Dan. 6:22; Gên. 48:16; Mat. 26:53); para interceder (Zac. 1:12; Apoc. 8:3,4); para servir aos justos depois da morte (Luc. 16:22). Lendo os versículos acima citados à luz das palavras de nosso Senhor em Mat. 18:10, alguns formaram a doutrina de "Anjos Protetores", a qual ensina que cada crente tem um anjo especial designado para guardá-lo e protegê-lo durante a vida. Eles afirmam que as palavras em Atos 12:15 implicam que os cristãos primitivos entenderam dessa maneira as palavras do Senhor. Não podemos ser dogmáticos sobre o assunto; entretanto, as promessas de ajuda por parte dos anjos são suficientemente numerosas e claras para proverem uma fonte de ânimo para todos os cristãos.

II. SATANÁS

Alguns afirmam que não existe tal ser, o diabo; mas depois de observar-se o mal que existe no mundo, é lógico que se pergunte: "Quem continua a fazer a obra de Satanás durante a sua ausência, se é que ele não existe? As escrituras nos revelam:

1. Sua origem.

Leia Isa. 14:12-15; Ezeq. 28:12-19.

A concepção popular de um diabo com chifres, pés de cabra, e de aparência horrível teve sua origem na mitologia pagã e não na Bíblia. De acordo com as Escrituras, Satanás era originalmente Lúcifer (literalmente, "o que leva luz"), o mais glorioso dos anjos. Mas ele, orgulhosamente, aspirou a ser "como o Altíssimo" e caiu na "condenação do diabo" (1 Tim. 3:6).

Notemos os antecedentes históricos nos capítulos 14 de Isaías e 28 de Ezequiel. Muitos têm perguntado: "Por que os reis da Babilônia e de Tiro são mencionados primeiramente, antes de relatar-se a queda de Satanás?" A resposta é: o profeta descreveu a queda de Satanás tendo em vista um propósito prático. Alguns dos reis de Babilônia e Tiro reivindicaram adoração como seres divinos, o que é uma blasfêmia (Vide Dan. 3:1-12; Apoc. 13:15; Ezeq. 28:2; Atos 12:20-23), e faziam de seus súditos o jogo de sua ambição cruel.

Para poder admoestar os tais, os inspirados profetas de Deus afastaram o véu do obscuro passado e descreveram a queda do anjo rebelde, que disse: "Eu serei igual a Deus." Esta é a lição prática: Se Deus castigou o blasfemo orgulho desse anjo de tão alta categoria, como deixar de julgar a qualquer rei que se atreva a usurpar o seu lugar? Notemos como Satanás procurou contagiar nossos primeiros pais com o seu orgulho. (Vide Gên 3:5; Isa. 14:14).

Notemos como o frustrado orgulho e ambição ainda o consomem, a ponto de desejar ser adorado (Mat. 4:9) como "deus deste mundo" (2 Cor. 4:4), uma ambição que temporariamente será satisfeita quando ele encarnar o anticristo. (Apo. 13:4.)

Como castigo por sua maldade, Satanás foi lançado fora do céu, juntamente com um grupo de anjos que ele havia alistado em sua rebelião. (Mat. 25:41; Apoc. 12:7; Efés. 2:2; Mat. 12:24.) Ele procurou ganhar Eva como sua aliada; porém, Deus frustrou o plano e disse: "Porei inimizade entre ti e a mulher" (Gên. 3:15).

2. Seu caráter.

As qualificações do caráter de Satanás são indicadas pelos seguintes títulos e nomes pelos quais é conhecido:

(a) Satanás literalmente significa "adversário" e descreve seus intentos maliciosos e persistentes de obstruir os propósitos de Deus. Essa oposição manifestou-se especialmente nas suas tentativas de impedir o plano de Deus ao procurar destruir a linhagem escolhida, da qual viria o Messias — atividade predita em Gên. 3:15. E desde o princípio ele tem persistido nesta luta. Caim, o primeiro filho de Eva, "era do maligno e matou a seu irmão" (1 João 3:12). Deus deu a Eva outro filho, Sete, que veio a ser a semente escolhida da qual procederia o Libertador do mundo. Mas o veneno da serpente ainda estava surtindo efeito na raça humana, e, no transcurso do tempo a linhagem de Sete cedeu às más influências e se deteriorou. O resultado foi a impiedade universal da qual resultou o Dilúvio. O plano de Deus, não obstante, não foi frustrado porque havia pelo menos uma pessoa justa, Noé, cuja família se tornou origem de uma nova raça. Dessa maneira fracassou o propósito de Satanás de destruir a raça humana e impedir o plano de Deus. De Sem, filho de Noé, descendeu Abraão, o progenitor de um povo escolhido, por meio do qual Deus salvaria o mundo. Naturalmente os esforços do inimigo se dirigiam contra esta família em particular. Certo escritor traça a astuta oposição de Satanás nos seguintes incidentes: A oposição de Ismael a Isaque, a intenção de Esaú de matar Jacó; e a opressão de Faraó aos israelitas. Satanás é descrito como procurando destruir a igreja, de duas maneiras: interiormente, pela introdução de falsos ensinamentos (1 Tim. 4:1; vide Mat. 13:38,39), e exteriormente pela perseguição (Apoc. 2:10).

Foi o que se verificou com Israel, a igreja de Deus do Antigo Testamento. A adoração do bezerro de ouro no princípio de sua vida nacional é um caso típico que constantemente ocorreu através de toda a sua história; e no livro de Ester temos o exemplo

de um esforço feito para destruir o povo escolhido. Mas o povo escolhido de Deus tem sobrevivido tanto à corrupção da idolatria, quanto à fúria do perseguidor, e isso por causa da graça divina que sempre tem preservado um restante fiel.

Quando se cumpriu o tempo, o Redentor veio ao mundo, e o malvado Herodes planejou matá-lo; porém, mais uma vez Deus prevaleceu e o plano de Satanás fracassou. No deserto, Satanás procurou opor-se ao Ungido de Deus e desviá-lo de sua missão salvadora, porém foi derrotado; e seu Conquistador "andou fazendo o bem, e curando a todos os oprimidos do diabo".

Este conflito secular chegará ao seu clímax quando Satanás se encarnar no anticristo e for destruído na ocasião da vinda de Cristo.

(b) Diabo significa literalmente "caluniador". Satanás é chamado assim porque calunia tanto a Deus (Gên. 3:2,4,5) como ao homem (Apoc. 12:10; Jo 1:9; Zac. 3:1, 2; Luc. 22:31).

(c) Destruidor é o sentido da palavra "Apollyon" (grego), "Abaddon" (hebraico) (Apoc. 9:11). Cheio de ódio contra o Criador e suas obras, o diabo desejava estabelecer-se a si mesmo como o deus da destruição.

(d) Serpente. "Essa antiga serpente, chamada o diabo" (Apoc. 12:9) nos faz lembrar aquele que, na antiguidade, usou uma serpente como seu agente para ocasionar a queda do homem.

(e) Tentador. (Mat. 4:3.) "Tentar" significa literalmente provar ou testar, e o termo é usado também com relação aos tratos de Deus (Gên. 22:1). Mas, enquanto Deus põe à prova os homens para seu próprio bem — para purificar e desenvolver o seu caráter — Satanás tenta-os com o propósito malicioso de destruí-los.

(f) Príncipe e deus deste mundo. (João 12:31; 2 Cor. 4:4.) Esses títulos sugerem sua influência sobre a sociedade organizada fora ou à parte da influência da vontade de Deus. "Todo o mundo

está no maligno" (no poder do maligno) (1 João 5:19) e está influenciado por ele. (1 João 2:16.) As Escrituras descrevem o mundo como sendo qual vasto conjunto de atividades humanas, cuja trilogia se resume nestas palavras: fama, prazer e bens. A esses três objetivos tudo está subordinado. Hábeis argumentos em defesa dos mesmos criam a ilusão de serem realmente dignos. Esses objetivos gozam ainda da vantagem de vastíssimo aparato literário, comercial e governamental, o qual constantemente reclama dos cidadãos do mundo o culto a esses objetivos, que, na mente, se associam aos mais elevados valores. Os aplausos do povo se dedicam àqueles que os conseguem. O juízo das coisas é pelo aspecto e o êxito aparentes, fundamentado sobre falsos postulados de honra e mediante falsas idéias de prazer, de valores e da dignidade da riqueza. Ademais, faz-se veemente apelo aos instintos inferiores da nossa natureza, apelo que se reveste da linguagem pretensamente (?)

3. Suas atividades.

(a) A natureza das atividades. Satanás perturba a obra de Deus (1 Tess. 2:18); opõe-se ao Evangelho (Mat. 13:19; 2 Cor. 4:4); domina, cega, engana e laça os ímpios (Luc. 22:3; 2 Cor. 4:4; Apoc. 20:7, 8; 1 Tim. 3:7). Ele aflige (Jo 1:12) e tenta (1 Tess. 3:5) os santos de Deus. Ele é descrito como presunçoso (Mat. 4:4, 5); orgulhoso (1 Tim. 3:6); poderoso (Efés. 2:2); maligno (Jo 2:4); astuto (Gên. 3:1 e 2 Cor. 11:3); enganador (Efés. 6:11); feroz e cruel (1 Ped. 5:8).

(b) A esfera das atividades. O diabo não limita as suas operações aos ímpios e depravados. Muitas vezes age nos círculos mais elevados como "um anjo de luz" (2 Cor. 11:14). Deveras, até assiste às reuniões religiosas, o que é indicado pela sua presença no ajuntamento dos anjos (Jo capítulo 1), e pelo uso dos termos: "doutrinas de demônios" (1 Tim. 4:1) e "a sinagoga de Satanás" (Apoc. 2:9). Frequentemente seus agentes se fazem passar como "ministros de justiça" (2 Cor. 11:15). A razão que o leva a frequentar as reuniões religiosas é o seu malicioso intento de destruir a igreja, porque ele sabe que uma vez perdendo o sal da terra o seu sabor, o homem torna-se vítima nas suas mãos inescrupulosas.

(c) O motivo das atividades. Por que está Satanás tão interessado em nossa ruína? Responde José Hussiein: "Ele aborrece a imagem de Deus em nós. Odeia até mesmo a natureza humana que possuímos, com a qual se revestiu o Filho de Deus. Odeia a glória externa de Deus, para a promoção da qual temos sido criados e pela qual alcançaremos a nossa própria felicidade eterna. Ele odeia a própria felicidade, para a qual estamos destinados, porque ele mesmo a perdeu para sempre. Ele tem ódio de nós por mil razões e de nós tem inveja." Assim disse um antigo escriba judeu: "Pela inveja do diabo veio a morte ao mundo: e os que o seguem estão a seu lado."

(d) As restrições das atividades. Ao mesmo tempo que reconhecemos que Satanás é forte, devemos ter cuidado de não exagerar o seu poder. Para aqueles que crêem em Cristo, ele já é um inimigo derrotado (João 12:31), e é forte somente para aqueles que cedem à tentação. Apesar de sua fúria rugidora ele é um covarde, pois Tiago disse: "Resisti ao diabo e ele fugirá de vós" (Tia. 4:7). Ele tem poder, porém limitado. não pode tentar (Mat. 4:1), afligir (Jo 1:16), matar (Jo 2:6; Heb. 2:14), nem tocar no crente sem a permissão de Deus.

4. Seu destino.

Desde o princípio Deus predisse e decretou a derrota daquele poder que havia causado a queda do homem (Gên. 3:15), e o castigo da serpente até o pó da terra foi um vislumbre profético da degradação e derrota final dessa "velha serpente, o diabo". A carreira de Satanás está em descensão sempre. No princípio foi expulso do céu; durante a Tribulação será lançado da esfera celeste à terra (Apoc. 12:9); durante o Milênio será aprisionado no abismo, e depois de mil anos, será lançado ao lago de fogo (Apoc. 20:10). Dessa maneira a Palavra de Deus nos assegura a derrota final do mal.

III. ESPÍRITOS MAUS

1. Anjos decaídos.

Os anjos foram criados perfeitos e sem pecado, e, como o homem, dotados de livre escolha. Sob a direção de Satanás, muitos pecaram e foram lançados fora do céu. (João 8:44; 2 Ped. 2:4; Jud. 6.) O pecado, no qual eles e seu chefe caíram, foi o orgulho. Alguns têm pensado que a ocasião da rebelião dos anjos foi a revelação da futura encarnação do Filho de Deus e da obrigação de eles o adorarem. Segundo as Escrituras, os anjos maus passam parte do tempo no inferno (2 Ped. 2:4) e parte no mundo, especialmente nos ares que nos rodeiam. (João 12:31; 14:30; 2 Cor. 4:4; Apoc. 12:4, 7-9.) Enganando os homens por meio do pecado, exercem grande poder sobre eles (2 Cor. 4:3, 4; Efés. 2:2; 6:11,12); este poder, não obstante, está aniquilado para aqueles que são fiéis a Cristo, pela redenção que ele consumou. (Apoc. 5:9; 7:13,14.) Os anjos não são contemplados no plano da redenção (1 Ped. 1:12), mas o inferno foi preparado para o eterno castigo dos anjos maus (Mat. 25:41).

2. Demônios.

As Escrituras não descrevem a origem dos demônios; essa questão parece ser parte do mistério que rodeia a origem do mal. Porém as Escrituras dão claro testemunho da sua existência real e de sua operação. (Mat. 12:26, 27.) Nos Evangelhos aparecem como os espíritos maus desprovidos de corpos, que entram nas pessoas, das quais se diz que têm demônio. Em alguns casos, mais de um demônio faz sua morada na mesma vítima. (Mar. 16:9. Luc. 8:2.) Os efeitos desta possessão se evidenciam por loucura, epilepsia e outras enfermidades, associadas principalmente com o sistema mental e nervoso. (Mat. 9:33; 12:22; Mat. 5:4, 5.) O indivíduo sob a influência de um demônio não é senhor de si mesmo; o espírito mau fala por seus lábios ou o emudece à sua vontade; leva-o aonde quer e geralmente o usa como instrumento, revestindo-o às vezes de uma força sobrenatural. Assim escreve o Dr. Nevius, missionário na China, que fez um estudo profundo sobre os casos de possessão de demônios: Notamos, em pessoas possuídas de demônios na China, casos semelhantes aos expostos nas Escrituras, manifestando-se algumas vezes uma espécie de dupla

consciência ou ações e impulsos diretamente opostos e contrários. Uma senhora em Fuchow, apesar de estar sob a influência de um demônio, cujo impulso era fugir da presença de Cristo, sentiu-se movida por uma influência oposta, a deixar seu lar e vir a Fuchow buscar ajuda de Jesus. O mesmo autor chega à seguinte conclusão, baseado num estudo da possessão de demônios entre os chineses: A característica mais surpreendente desses casos é que o processo de evidências de outra personalidade, e a personalidade normal nessa hora está parcial ou totalmente dormente. A nova personalidade apresenta feições de caráter diferentes por inteiro, daquelas que realmente pertencem à vítima em seu estado normal, e esta troca de caráter tende, com raras exceções, para a perversidade moral e impureza. Muitas pessoas, quando possuídas de demônios, dão evidências de um conhecimento do qual não podem dar conta em seu estado normal. Muitas vezes parece que conhecem o Senhor Jesus Cristo como uma pessoa divina, e mostram aversão e temor a ele. Notemos especialmente estas boas novas: Muitos casos de possessão de demônios têm sido curados por meio de adoração a Cristo, ou em seu nome; alguns mui prontamente, outros com dificuldades. Até onde temos podido descobrir, este método de cura não tem falhado em nenhum caso ao qual tenha sido aplicado; não importa ter sido o caso difícil ou crônico. E, em caso algum, até onde se pôde observar, o mal não voltou, uma vez que a pessoa se tornou crente e continuou a viver uma vida cristã... Como resultado da comparação feita, vemos que a correspondência entre os casos encontrados na China e aqueles registrados nas Escrituras é completa e circunstancial, cobrindo quase todos os pontos apresentados na narração bíblica. Qual o motivo que influi nos demônios a fim de apoderarem-se do corpo dos homens? O Dr. Nevius responde: A Bíblia ensina claramente que todas as relações de Satanás com a raça humana têm por objetivo enganar e arruinar, afastando a nossa mente de Deus e induzindo-nos a infringir suas leis, e trazer sobre nos o seu desagrado. Esses objetivos são conseguidos por meio da possessão de demônios. Produzem-se efeitos sobre-humanos que ao ignorante e desconhecedor parecem divinos. Ele exige e consegue a adoração e a obediência implícitas pela imposição de sofrimentos físicos e por falsas promessas e temíveis ameaças. Desse modo, os ritos e as superstições idólatras, entrelaçadas com os costumes sociais e políticos, têm usurpado em quase todas as nações da história o

lugar da adoração única a Deus. (Vide 1 Cor. 10:20,21; Apoc. 9:20; Deut. 32:16; Isa. 65:3.) Quanto aos próprios demônios, parece que eles têm motivos pessoais e próprios. A possessão dos corpos humanos parece proporcionar-lhes um lugar muito desejado de descanso e prazer físico. Nosso Salvador fala dos espíritos maus andando por lugares áridos buscando especialmente descanso nos corpos das vítimas. Quando privados de um lugar de descanso nos corpos humanos, são representados como buscando-o no corpo dos animais inferiores. (Mat. 12: 3-5.) Martinho Lutero disse: "O diabo é o contrafator de Deus." Em outras palavras, o inimigo sempre está contrafazendo as obras de Deus. E certamente a possessão de demônios é uma grotesca e diabólica contratação da mais sublime das experiências — a habitação do Espírito Santo no homem. Note alguns paralelos:

1) A possessão de demônios significa a introdução de uma nova personalidade no ser da vítima, tomando-a, em certo sentido, uma nova criatura. Note como o gadareno endemoninhado (Mat. 8:29) falava e se portava como que controlado por outra personalidade. Aquele que é controlado por Deus tem uma personalidade divina habitando nele. (João 14:23.)

2) As elocuções inspiradas pelo demônio são imitações satânicas daquelas inspiradas pelo Espírito Santo.

3) Já se observaram casos em que a pessoa que se rende conscientemente ao poder do demônio, muitas vezes recebe um dom estranho, de forma que pode ler a sorte, ser médium, etc. O Dr. Nevius escreve: "Nesse estado, o endemoninhado desenvolve certas habilidades psíquicas e se dispõe a ser usado. Ele é o escravo voluntário, treinado e acostumado com o demônio." é uma imitação satânica dos dons do Espírito Santo!

4) Frequentemente os endemoninhados manifestam uma força extraordinária e sobre-humana — uma imitação satânica do poder do Espírito Santo. O Senhor Jesus veio ao mundo para resgatar o povo do poder dos espíritos maus e pô-lo sob o controle do Espírito de Deus.

CAPÍTULO IV: O HOMEM

Somente Deus pode verdadeiramente revelar Deus. Esta revelação de si mesmo, tão necessária à salvação, encontra-se nas Escrituras. Da mesma fonte deriva a opinião de Deus sobre o homem, que é a opinião verdadeira, pois quem melhor pode conhecer o homem do que o seu Criador? Nestes dias, quando as falsas filosofias representam de modo errado a natureza humana, é de grande importância que conheçamos a verdade. Assim melhor poderemos compreender também as doutrinas sobre o pecado, o juízo e a salvação, as quais se baseiam no ponto de vista bíblico da natureza do homem.

I. A ORIGEM DO HOMEM

1. Criação especial.

A Bíblia ensina claramente a doutrina de uma criação especial, que significa que Deus fez cada criatura "segundo a sua espécie". Ele criou as várias espécies e então as deixou para que se desenvolvessem e progredissem segundo as leis do seu ser. A distinção entre o homem e as criaturas inferiores implica a declaração de que "Deus criou o homem à sua imagem".

2. Evolução.

Em oposição à criação especial, surgiu a teoria da evolução que ensina que todas as formas de vida tiveram sua origem em uma só forma e que as espécies mais elevadas surgiram de uma forma inferior. Por exemplo, o que outrora era caramujo transformou-se em peixe; o que era peixe chegou a ser réptil; o que outrora era réptil tomou-se pássaro, e (para encurtar a história) o que outrora era macaco evoluiu e tornou-se ser humano. A teoria é a seguinte: em tempos muito remotos apareceram a matéria e a força — mas como e quando, a ciência não o sabe. Dentro da matéria e da força surgiu uma célula viva — mas de onde ela surgiu também ninguém sabe. Nessa célula havia uma centelha de

vida, da qual se originaram todas as coisas vivas, desde o vegetal até ao homem, sendo este desenvolvimento controlado por leis inerentes. Essas leis, em conexão com o meio ambiente, explicam a origem das diversas espécies que têm existido e que existem, incluindo o homem. De maneira que, segundo essa teoria, houve uma ascensão gradual e constante desde as formas inferiores de vida às formas mais elevadas até chegar ao homem. Que constitui uma espécie? Uma classe de plantas ou animais que tenham propriedades e características comuns, e que se possam propagar indefinidamente sem mudarem essas características, constitui espécie. Uma espécie pode produzir uma variedade, isto é, uma ou mais plantas ou animais isolados possuindo uma peculiaridade acentuada que não seja comum à espécie em geral.

Por exemplo, um tipo especial de cavalo de corrida pode ser produzido por processo especial; mas é sempre cavalo. Quando se produz uma variedade e essa se perpetua por muitas gerações temos uma raça. De maneira que na espécie canina (cão) temos muitas raças que diferem consideravelmente uma das outras; porém, todas retêm certas características que as marcam como pertencentes à família dos cães. Ao lermos que Deus fez cada criatura segundo a sua espécie, não dizemos que Deus as fez incapazes de se desenvolverem em variedades novas; queremos dizer que ele criou cada espécie distinta e separada e colocou uma barreira entre elas, de maneira que, por exemplo, um cavalo não se deveria desenvolver de maneira que se transformasse em animal que não seja cavalo.

Qual é a prova pela qual se conhece a distinção entre as espécies? A prova é esta: se os animais podem cruzar-se, e podem produzir uma descendência fértil por tempo indefinido, então são da mesma espécie; de outra maneira, não o são. Por exemplo, sabe-se que os cavalos e os jumentos são de diferentes espécies, e, embora do cruzamento da égua com o jumento resulte a mula, esta não tem a capacidade de gerar outra mula, ou seja, a espécie mula. Este fato constitui argumento contra a teoria da evolução, pois mostra claramente que Deus colocou uma barreira entre as espécies para que uma espécie não se transforme em outra.

Define-se a ciência da seguinte maneira: "conhecimentos comprovados". Será a evolução um fato comprovado? A teoria mais propagada da evolução é a de Darwin. Entretanto, poderíamos citar os nomes de muitos cientistas eminentes que declaram que a

teoria de Darwin já caiu por faltas de provas. O Dr. Coppins escreve: Embora os cientistas hajam trabalhado muitos anos pesquisando a terra e os mares, examinando os restos de fósseis de um sem número de espécies de plantas e animais, e tenham aplicado todo o gênio inventivo do homem para obter e perpetuar novas raças e variedades, nunca conseguiram exibir uma prova decisiva de que a transformação das espécies, pelo menos uma vez, tenha sucedido. Os animais de hoje são como os que se vêem desenhados nas pirâmides ou mumificados nos túmulos do Egito. São iguais àqueles que deixaram sua forma fóssil nas rochas.

Muitas espécies já foram extintas, outras foram achadas das quais não se descobriu nenhum espécime muito antigo; mas não se pode provar que qualquer espécie tenha evoluído de outra. Há um abismo intransponível entre os irracionais e o homem — entre a forma mais elevada de animal e a forma inferior da vida humana. Nenhum animal usa ferramentas, acende fogo, emprega linguagem articulada, ou tem capacidade de conhecer as coisas espirituais. Mas todas essas coisas encontram-se na forma inferior de vida humana. O macaco mais inteligente não passa de um irracional; mas o espécime mais degradado do homem continua sempre um ser humano. Os evolucionistas inventaram um tipo de criatura pelo qual o macaco passou para o estágio humano. Esse é o tal "elo perdido" que se chama "*Pithecanthropus erectus*". Onde está a evidência? Há anos alguns ossos — dois dentes, um fêmur e uma parte de um crânio — foram descobertos na ilha de Java. Com um pouco de gesso reconstruíram o que dizem ser o elo perdido que une os homens com a criação inferior! Outros "elos" também se fabricaram da mesma maneira. Mas o Dr. Etheridge, examinador do Museu Britânico, disse: "Em todo este grande museu não há uma partícula de evidência da transmutação das espécies. Este museu está cheio de provas da falsidade dessas idéias." Nathan G. Moore escreveu o que podemos chamar um "exame de advogado" sobre a teoria da evolução. Seu livro baseia-se numa avaliação dos fatos expostos em algumas das obras científicas mais recentes escritas em favor dessa teoria. Sendo ele advogado e profissional nas leis da evidência, seu testemunho é de valor prático. O propósito desse escritor é "comparar os fatos principais e submeter ao juízo do leitor ponderado o seguinte: primeiro, se os fatos provam ou não a hipótese (uma explicação suposta) de que o

homem é produto da evolução em vez de ser criado; e, segundo, se existe ou não uma lei ou conjunto de leis que possam explicar as evidências de modo natural. Depois de um exame detalhado dos fatos, esse advogado chegou às seguintes conclusões: A teoria da evolução não explica, nem ajuda a explicar, a origem do homem; nem apresenta provas de que o homem tivesse evoluído de uma forma inferior, mesmo fisicamente. Essa teoria nem sequer sugere um método pelo qual o homem tenha adquirido essas qualidades mais elevadas que o distinguem das outras formas de vida. Outro advogado, Filipe Mauro, faz da seguinte maneira um resumo das evidências apresentadas pelos proponentes da teoria da evolução: Imaginem um litigante em juízo a quem cabe o ônus da prova. Ele insiste em que sua declaração está certa e exige sentença favorável; mas não apresenta provas que sustentem as suas alegações. Na verdade, toda a evidência apresentada em juízo depõe contra ele. Ele exige, todavia, que a decisão seja favorável por causa das seguintes suposições: 1) que grande número de provas, que já existiram (os "elos perdidos" etc.) foram totalmente destruídas; 2) se essas provas pudessem ser reproduzidas agora, elas seriam a seu favor! Tal é o estado absurdo de coisas em que a teoria da evolução se encontra atualmente. Os evolucionistas procuram unir o homem ao irracional, mas Jesus Cristo veio ao mundo para unir o homem a Deus. Ele tomou sobre si a nossa natureza para poder glorificá-la no seu destino celestial.

"Mas a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem no seu nome" (João 1:12).

Aqueles que participam de sua vida Divina chegam a ser membros de uma nova e mais elevada raça — sim, filhos de Deus! Porém, essa nova raça surgiu (o "homem novo" Efês. 2:15), não porque a natureza humana evoluísse até à Divina, mas porque a Divina penetrou na natureza humana. E àqueles que são "participantes da natureza divina" (2 Ped. 1:4), João, o apóstolo, diz: "Amados, agora somos filhos de Deus" (1 João 3:2).

II. A NATUREZA DO HOMEM

1. A tri-unidade humana.

Segundo Gên. 2:7, o homem se compõe de duas substâncias — a substância material, chamada corpo, e a substância imaterial, chamada alma. A alma é a vida do corpo e quando a alma se retira o corpo morre. Mas, segundo 1 Tess. 5:23 e Heb. 4:12, o homem se compõe de três substâncias — espírito, alma e corpo; alguns estudantes da bíblia defendem essa opinião de três partes da constituição humana versus doutrina de duas partes apenas, adotada por outros. Ambas as opiniões são corretas quando bem compreendidas. O espírito e a alma representam os dois lados da substância não-física do homem; ou, em outras palavras, o espírito e a alma representam os dois lados da natureza espiritual. Embora distintos, o espírito e a alma são inseparáveis, são entrosados um no outro. Por estarem tão interligados, as palavras "espírito" e "alma" muitas vezes se confundem (Ecl. 12:7; Apoc. 6:9); de maneira que em um trecho a substância espiritual do homem se descreve como a alma (Mat. 10:28), e em outra passagem como espírito (Tia. 2:26). Embora muitas vezes os termos sejam usados alternativamente, têm significados distintos. Por exemplo: "A alma" é o homem como o vemos em relação a esta vida atual. As pessoas falecidas descrevem-se como "almas" quando o escritor se refere à sua vida anterior. (Apoc. 6:9, 10; 20:4.) "O espírito" é a descrição comum daqueles que passaram para a outra vida. (Atos 23:9; 7:59; Heb. 12:23; Luc. 23:46; 1 Ped. 3:19.) Quando alguém for "arrebatado" temporariamente fora do corpo (2 Cor. 12:2) se descreve como "estando no espírito". (Apoc. 4:2; 17:3.) Sendo o homem "espírito", é capaz de ter conhecimento de Deus e comunhão com ele; sendo "alma", ele tem conhecimento de si próprio; sendo "corpo", tem, através dos sentidos, conhecimento do mundo. — Scofield.

2. O espírito humano.

Habitando a carne humana, existe o espírito dado por Deus em forma individual. (Num. 16:22; 27:16.) O Espírito foi formado pelo Criador na parte interna da natureza do homem, capaz de renovação e desenvolvimento. (Sal. 51:10.) Esse espírito é o centro e a fonte da vida humana; a alma possui e usa essa vida e lhe dá

expressão por meio do corpo. No princípio Deus soprou o espírito de vida no corpo inanimado e o homem "foi feito alma vivente". Assim a alma é um espírito encarnado, ou um espírito humano que recebe expressão mediante o corpo. A combinação desses dois elementos constitui o homem em "alma". A alma sobrevive à morte porque o espírito a dota de energia; no entanto, a alma e o espírito são inseparáveis porque o espírito está entrosado e confunde-se com a substância da alma. O espírito é aquilo que faz o homem diferente de todas as demais coisas criadas. é dotado de vida humana (e inteligência, Prov. 20:27; Jo 32:8) que se distingue da vida dos irracionais. Os irracionais têm alma (Gên. 1:20, no original) mas não têm espírito. Em Ecl. 3:21 a referência trata aparentemente do princípio de vida, tanto no homem como no irracional. Salomão registrou uma pergunta que fez quando se afastou de Deus. Assim, dessemelhante dos homens, os irracionais não podem conhecer as coisas de Deus (1 Cor. 2:11; 14:2; Efés. 1:17; 4:23) e não podem ter relações pessoais e responsáveis com ele. (João 4:24.) O espírito do homem, quando se torna morada do Espírito de Deus (Rom. 8:16), é centro de adoração (João 4:23,24); de oração, cântico, bênção (1 Cor. 14:15), e de serviço (Rom. 1:9; Fil. 1:27). O espírito humano, representando a natureza suprema do homem, rege a qualidade de seu caráter. Aquilo que domina o espírito toma-se atributo de seu caráter. Por exemplo, se o homem permitir que o orgulho o domine, ele tem um "espírito altivo". (Prov. 16:18.) Conforme as influências respectivas que o dominem, um homem pode ter um espírito perverso (Isa. 19:14); um espírito rebelde (Sal. 106:33); um espírito impaciente (Prov. 14:29); um espírito perturbado (Gên.41:18); um espírito contrito e humilde (Isa. 57:15; Mat. 5:3). Pode estar sob um espírito de servidão (Rom. 8:15), ou ser impelido pelo espírito de inveja (Num.5:14). Assim é que o homem deve guardar o seu espírito (Mal. 2:15), dominar o seu espírito (Prov. 16:32), pelo arrependimento tornar-se um novo espírito (Ezeq. 18:31) e confiar em Deus para transformar o seu espírito (Ezeq. 11:19). Quando as paixões vis exercerem o domínio e a pessoa manifestar um espírito perverso, significa que a alma (a vida egocêntrica ou vida natural) destronizou o espírito. O espírito lutou e perdeu. O homem é vítima de seus sentimentos e apetites naturais; e é "carnal". O espírito já não domina mais, e essa impotência se descreve como um estado de morte. Dessa maneira há necessidade de receber um espírito novo (Ezeq. 18:31; Sal. 51:10); e somente aquele que originalmente soprou no corpo

do homem o fôlego da vida poder soprar na alma do homem uma nova vida espiritual — isto é, regenerá-lo. (João 3:8; 20:22; Gal. 3:10.) Quando assim sucede, o espírito do homem novamente ocupa lugar de ascendência, e chega a ser homem "espiritual". Entretanto, o espírito não pode viver de si mesmo, mas deve buscar a renovação constante mediante o Espírito de Deus.

3. A alma do homem.

(a) A natureza da alma. A alma é aquele princípio inteligente e vivificante que anima o corpo humano, usando os sentidos físicos como seus agentes na exploração das coisas materiais e os órgãos do corpo para se expressar e comunicar-se com o mundo exterior.

Originalmente a alma veio a existir em resultado do sopro sobrenatural de Deus. Podemos descrevê-la como espiritual e vivente, porque opera por meio do corpo. No entanto, não devemos crer que a alma seja parte de Deus, pois a alma peca. É mais correto dizer que é dom e obra de Deus. (Zac. 12:1.)

Devem-se notar quatro distinções:

1. A alma distingue a vida humana e a vida dos irracionais das coisas inanimadas e também da vida inconsciente como a vegetal. Tanto os homens como os irracionais possuem almas (em Gên. 1:20, a palavra "vida" é "alma" no original). Poderíamos dizer que as plantas têm alma (no sentido de um princípio de vida), mas não é uma alma consciente.

2. A alma do homem o distingue dos irracionais. Estes possuem alma, mas é alma terrena que vive somente enquanto durar o corpo. (Ecl. 3:21.) A alma do homem é de qualidade diferente sendo vivificada pelo espírito humano. Como "toda carne não é a mesma carne", assim sucede com a alma; existe alma humana e existe alma dos irracionais. Evidentemente, os homens fazem o que os irracionais não podem fazer, por muito inteligentes que sejam; a sua inteligência é de instinto e não proveniente de razão. Tanto os homens como os irracionais constroem casas. Mas o homem progrediu, vindo a construir catedrais, escolas e arranha-céus, enquanto os animais inferiores constroem suas casas hoje da mesma maneira como as construíam quando Deus os criou. Os irracionais podem

guinchar (como o macaco), cantar (como o pássaro), falar (como o papagaio); mas somente o homem produz a arte, a literatura, a música e as invenções científicas. O instinto dos animais pode manifestar a sabedoria do seu Criador, mas somente o homem pode conhecer e adorar a seu Criador. Para melhor ainda ilustrar o lugar elevado que ocupa o homem na escala da vida, vamos observar os quatro degraus da vida, que se elevam em dignidade um sobre o outro, conforme a independência sobre a matéria. Primeiro, a vida vegetal, que necessita de órgãos materiais para assimilar o alimento; segundo, a vida sensível, que usa os órgãos para perceber as coisas materiais e ter contato com elas; terceiro, a vida intelectual, que percebe o significado das coisas pela lógica, e não meramente pelos sentidos; quarto, a vida moral, que concerne à lei e à conduta. Os animais são dotados de vida vegetativa e sensível; o homem é dotado de vida vegetativa, sensível, intelectual e moral.

3. A alma distingue um homem de outro e dessa maneira forma a base da individualidade. A palavra "alma" é, portanto, usada freqüentemente no sentido de "pessoa". Em Êxo. 1:5 "setenta almas" significa "setenta pessoas". Em Rom.13:1 "cada alma" significa "cada pessoa". Atualmente dizemos, " não havia nem uma alma presente", referindo-nos às pessoas.

4. A alma distingue o homem não somente das ordens inferiores, mas também das ordens superiores dos anjos, porque estes não têm corpos semelhantes aos dos homens. O homem tomou-se um "ser vivente", quer dizer, a alma enche um corpo terreno sujeito às condições terrenas. Os anjos se descrevem como espíritos (Heb. 1:14), porque não estão sujeitos às condições ou limitações materiais. Por essa mesma razão se descreve Deus como "Espírito". Mas os anjos são espíritos criados e finitos, enquanto Deus é o Espírito eterno e infinito.

(b) A origem da alma. Sabemos que a primeira alma veio a existir como resultado de Deus ter soprado no homem o sopro de vida. Mas como chegaram a existir as almas desde esse tempo? Os estudantes da Bíblia se dividem em dois grupos de idéias diferentes: (1) Um grupo afirma que cada alma individual não vem proveniente dos pais, mas sim pela criação Divina imediata. Citam as seguintes escrituras: Isa. 57:16; Ecl. 12:7; Heb. 12:9; Zac. 12:1

(2) Outros pensam que a alma é transmitida pelos pais. Apontam o fato de que a transmissão da natureza pecaminosa de Adão à posteridade milita contra a criação divina de cada alma; também o fato de que as características dos pais se transmitem à descendência. Citam as seguintes passagens: João 1:13; 3:6; Rom. 5:12; 1 Cor.15:22; Efés. 2:3; Heb. 7:10. A origem da alma pode explicar-se pela cooperação tanto do Criador como dos pais. No princípio duma nova vida, a Divina criação e o uso criativo de meios agem em cooperação. O homem gera o homem em cooperação com "o Pai dos espíritos". O poder de Deus domina e permeia o mundo (Atos 17:28; Heb. 1:3) de maneira que todas as criaturas venham a ter existência segundo as leis que ele ordenou. Portanto, os processos normais da reprodução humana põem em execução as leis da vida fazendo com que a alma nasça no mundo.

A origem de todas as formas de vida está encoberta por um véu de mistérios (Ecl. 11:5; Sal. 139:13-16; Jo 10:8-12), e esse fato deve servir de aviso contra a especulação sobre as coisas que estão além dos limites das declarações bíblicas.

(c) Alma e corpo. A relação da alma com o corpo pode ser descrita e ilustrada da seguinte maneira:

1. A alma é a depositária da vida; ela figura em tudo que pertence ao sustento, ao risco, e à perda da vida. É por isso que em muitos casos a palavra "alma" tem sido traduzida "vida". (Vide Gên. 9:5; 1 Reis 19:3; 2:23; Prov. 7:23; Êxo. 21:23,30; 30:12; Atos 15:26.) A vida é o entrosamento do corpo com a alma. Quando a alma e o corpo se separam, o corpo não existe mais; o que resta é apenas um grupo de partículas materiais num estado de rápida decomposição.

2. A alma permeia e habita todas as partes do corpo e afeta mais ou menos diretamente todos os seus membros. Este fato explica por que as Escrituras atribuem sentimentos ao coração e aos rins (Sal. 73:21; Jo 16:13; Lam. 3:13; Prov. 23:16; Sal. 16:7; Jer. 12:2; Jo. 38:36); às entranhas (File. 12; Jer. 4:19; Lam. 1:20; 2:11; Cânt. dos Cânt. 5:4; Isa. 16:11); e ao ventre (Hab. 3:16; Jo 20:23; 15:35; João 7:38). Esta mesma verdade, de que a alma permeia o corpo, explica porque em muitas passagens se descreve a alma executando atos corporais. (Prov. 13:4; Isa. 32:6; Num. 21:4; Jer. 16:16; Gên.44:30; Ezeq. 23:17, 22, 28.) "As partes

internas" ou "entranhas" é a expressão que geralmente descreve o entrosamento da alma com o corpo. (Isa. 16:11; Sal. 51:6; Zac. 12:1; Isa. 26:9; 1 Reis 3:28.) Essas passagens descrevem as partes internas como o centro dos sentimentos, de experiência espiritual e de sabedoria. Mas notemos que não é o tecido material que pensa e sente, e, sim a alma operando por meio dos tecidos. Corretamente falando, não é o coração de carne, mas a alma, por meio do coração, que sente.

3. Por meio do corpo a alma recebe suas impressões do mundo exterior. Essas impressões são percebidas por estes sentidos: vista, audição, paladar, olfato e tato, e são transmitidas ao cérebro por via do sistema nervoso. Por meio do cérebro a alma elabora essas impressões pelos processos do intelecto, da razão, da memória e da imaginação. A alma atua sobre essas impressões enviando ordens às várias partes do corpo por via do cérebro e do sistema nervoso.

4. A alma estabelece contato com o mundo por meio do corpo, que é o instrumento da alma. O sentir, o pensar, o exercer vontade e outros atos, são todos eles atividades da alma ou do "eu". É o "eu" que vê e não somente os olhos; é o "eu" que pensa e não meramente o intelecto; é o "eu" que joga a bola e não meramente o meu braço; é o "eu" que pede e não simplesmente a língua ou os membros. Quando um membro é ferido, a alma não pode funcionar bem por meio dele; em caso de lesão cerebral pode resultar a demência. A alma então passa a ser como um músico com um instrumento danificado ou quebrado.

(d) A alma e o pecado. A alma vive a sua vida natural através dos instintos, termo que vamos empregar por falta de outro melhor. Esses instintos são forças motrizes da personalidade, com as quais o Criador dotou o homem para fazê-lo apto a uma existência terrena (assim como o dotou de faculdades espirituais para capacitá-lo a uma existência celestial). Chamamo-los instintos porque são impulsos inatos, implantados na criatura a fim de capacitá-la a fazer instintivamente o que é necessário para originar e preservar a vida natural. Assim escreve o Dr. Leander Keyser: "Se no início de sua vida o infante humano não tivesse certos instintos, não poderia sobreviver, mesmo com o melhor cuidado paterno e médico." Vamos considerar os cinco instintos

mais importantes. O primeiro é o instinto da auto-preservação que nos avisa de perigo e nos capacita a cuidar de nós mesmos. O segundo, é o instinto de aquisição (conseguir), que nos conduz a adquirir as provisões para o sustento próprio. O terceiro, é o instinto da busca de alimento, o impulso que leva a satisfazer a fome natural. O quarto é o instinto da reprodução que conduz à perpetuação da espécie. O quinto, é o instinto de domínio que conduz a exercer certa iniciativa própria necessária para o desempenho da vocação e das responsabilidades. O registro desses dotes (ou instintos) do homem concedidos pelo Criador acha-se nos primeiros dois capítulos de Gênesis. O instinto de autopreservação implica a proibição e o aviso: "Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás porque no dia em que dela comeres certamente morrerás." O instinto de aquisição aparece no fato de ter Adão recebido da mão de Deus o lindo jardim do Éden. O instinto da busca de alimento percebe-se nas palavras: "Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão sementes, as quais se acham sobre a face de toda a terra, e todas as árvores em que há fruto que dê semente ser-vos-á para alimento." Ao instinto de reprodução referem-se estas declarações: "Homem e mulher os criou." "Deus os abençoou e lhes disse: frutificai, multiplicai-vos." Ao quinto instinto, domínio, refere-se o mandamento: "Enchei a terra, e sujeitai-a; dominai.

"Deus ordenou que as criaturas inferiores fossem governadas primeiramente pelos instintos, mas o homem foi elevado à dignidade de possuir o dom de livre arbítrio e a razão, com os quais poderia disciplinar-se a si mesmo e tornar-se árbitro do seu próprio destino. Como guia para o regulamento das faculdades do homem, Deus impôs uma lei. O entendimento do homem quanto a essa lei produziu uma consciência, que significa literalmente "com conhecimento". Quando o homem deu ouvidos à lei, teve a consciência esclarecida; quando desobedeceu a Deus, sofreu, pois a consciência o acusava. No relato da tentação (Gên. 3) lemos como o homem cedeu à concupiscência dos olhos, à cobiça da carne, e à vaidade da vida. (1 João 2:16), e usou os seus poderes de modo contrário à vontade de Deus. A alma consciente e voluntariamente, usou o corpo para pecar contra Deus. Essa combinação de alma pecaminosa e corpo humano constituem o que se conhece como "o corpo do pecado" (Rom. 6:6), ou "a carne"

(Gál. 5:24). A inclinação e desejo da alma para usar o corpo dessa maneira se descreve como a "mente carnal" (Rom. 8:7).

Visto que o homem pecou com o corpo, será julgado segundo "o que fez por meio do corpo" (2 Cor. 5:10). Isso envolve uma ressurreição. (João 5:28, 29.) Quando a "carne" é condenada, a referência não é ao corpo material (o elemento material não pode pecar), mas ao corpo usado pela alma pecadora. É a alma que peca. Ainda que a língua do difamador fosse cortada o difamador seria o mesmo. Amputam-se as mãos do ladrão, mas de coração ele ainda seria ladrão. Os impulsos pecaminosos da alma devem ser extirpados; é essa a obra do Espírito Santo. (Vide Col. 3:5; Rom. 8:13.) "A carne" pode ser definida como a soma total dos instintos do homem, não como vieram das mãos do Criador, e, sim, como são na realidade, pervertidos e feitos anormais pelo pecado. é a natureza humana na sua condição decaída, enfraquecida e desorganizada pela herança racial derivada de Adão e debilitada e pervertida por atos voluntários pecaminosos. Ela representa a natureza humana não regenerada cujas fraquezas freqüentemente se escusam com estas palavras: "Afim de contas a natureza humana é assim mesmo." é a aberração desses instintos e faculdades dados por Deus que forma a base do pecado. Por exemplo, o egoísmo, a irritabilidade, a inveja, e a ira são aberrações do instinto da autopreservação. O roubo e a cobiça são perversões do instinto de aquisição. "não furtarás" e " não cobiçarás" querem dizer: "não perverterás o instinto de aquisição. A glotonaria é a perversão do instinto de alimentação, portanto, é pecado. A impureza é perversão do instinto de reprodução. A tirania, a arrogância, a injustiça e a implicância representam abusos do instinto de domínio. Assim vemos que o pecado, fundamentalmente, é o abuso ou a aberração das forças com que Deus nos dotou. Notemos quais as conseqüências dessa perversão: (1) a consciência culpada que diz ao homem que desonrou a seu Criador, e avisa-o da pena terrível; (2) a perversão dos instintos reage sobre a alma, debilitando a vontade, incitando e fortalecendo hábitos maus, e criando deformações do caráter. Paulo fez um catálogo dos sintomas desses "defeitos" da alma (uma palavra hebraica traduzida "pecado" significa literalmente "tortuosidade" em Gál. 5:19-21). "Ora as obras da carne são manifestas, as quais são: a fornicção, a impureza, a lascívia, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as contendas, os ciúmes, as iras, as facções, as dissensões, os partidos, as invejas, as bebedices, as orgias,

e outras coisas semelhantes." Paulo considerou tais coisas tão sérias que acrescenta as palavras, "os que tais coisas praticam, não herdarão o reino de Deus". Colocada sob o poder do pecado, a alma toma-se "morta em delitos e pecados" (Efés. 2:1). Colocada entre o corpo e o espírito, entre o mais elevado e o inferior, entre o terreno e o espiritual, a alma fez uma escolha má. Mas da escolha não surgiu proveito, e, sim, perda eterna (Mat. 16:26). Foi feita a má "barganha" de Esaú — a troca da bênção espiritual por uma coisa terrena e perecível. (Heb.12:16.) Ao morrer, a alma ter que passar para o outro mundo, "manchada pela carne". (Jud. 23.) Felizmente existe um remédio — a cura dupla, tanto para a culpa como para o poder do pecado, (1) Porque o pecado é uma ofensa a Deus, é exigida uma expiação para remover a culpa e purificar a consciência. A provisão do Evangelho é o sangue de Jesus Cristo. (2) Visto que o pecado traz doença à alma e desordem no ser humano, requer-se um poder curativo e corretivo. Esse poder é justamente aquele provido pela operação interna do Espírito Santo que endireita as coisas tortas da nossa natureza e põe em movimento certo as forças da nossa vida. Os resultados (os frutos) são "amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, temperança" (Gál. 5:22, 23). Em outras palavras, O Espírito Santo faz-nos justos, palavra que no hebraico significa "reto". O pecado é tortuosidade da alma; a justiça é sua retidão.

(e) A alma e o coração. Tanto nas Escrituras, como na linguagem comum, a palavra "coração" significa o centro mesmo duma coisa. (Deut. 4:11; Mat. 12:40 Êxo. 15:8; Sal. 46:2; Ezeq. 27:4,25,26,27.) O "coração" do homem é, portanto, o verdadeiro centro da sua personalidade. É o centro da vida física. Nas palavras do Dr. Beck: "O coração é a primeira coisa a viver, e seu primeiro movimento é sinal seguro de vida; seu silêncio é sinal positivo de morte." é também a fonte e o lugar onde se encontram as correntes da vida espiritual e da alma. Podemos descrevê-lo como a parte mais profunda do nosso ser, a "casa das máquinas", por assim dizer, da personalidade, donde procedem os impulsos que determinam o caráter e a conduta do homem.

1. O coração é centro da vida, do desejo, da vontade e do juízo. O amor, o ódio, a determinação, a vontade e o gozo (Sal. 105:3) unem-se com o coração. O coração sabe, compreende (1

Reis 3:9), delibera, calcula; está disposto, é dirigido, presta atenção, e inclina-se para as coisas. Tudo o que impressiona a alma se diz estar fixado, estabelecido, ou escrito no coração. O coração é o depósito de tudo quanto se ouve ou se experimenta (Lu. 2:51). O coração é a "fábrica", por assim dizer, em que se formam pensamentos e propósitos, sejam bons ou maus. (Vide Sal.14:1; Mat. 9:4; 1 Cor. 7:37; 1Reis 8:17.)

2. O coração é o centro da vida emocional. Ao coração atribuem-se todos os graus de gozo, desde o prazer, (Isa. 65:14) até ao êxtase e exultação (Atos 2:46); todos os graus de dor, desde o descontentamento (Prov. 25:20) e a tristeza (João 14:1) até ao "ai" lacerante e esmagador (Sal. 109:22; Atos 21:13); todos os graus de má vontade desde a provocação e ira (Prov. 23:17) até à cólera incontrolável (Atos 7:54) e o desejo vingativo ardente (Deut. 19:6); todos os graus de temor desde o tremor reverente (Jer. 32:40) até ao pavor (Deut. 28:28). O coração derrete-se e se retorce em angústia (Jos. 5:1); torna-se fraco pela depressão (Lev. 26:36); murcha sob o peso da tristeza (Sal. 102:4); quebra-se e fica esmagado pela adversidade (Sal. 147:3), é consumido por um ardor sagrado (Jer.20:9).

3. O coração é o centro da vida moral. Concentrado no coração pode haver o amor de Deus (Sal. 73:26) ou o orgulho blasfemo (Ezeq. 28:2, 5). O coração é a "oficina" de tudo quanto é bom ou mau nos pensamentos, nas palavras ou nas ações. (Mat. 15:19.) É onde se reúnem todos os impulsos bons ou as cobiças más; é a sede dum tesouro bom ou ruim. Do que tiver em abundância ele fala e opera. (Mat. 12:34, 35.) É o lugar onde originalmente foi escrita a lei de Deus (Rom.2:15), e onde a mesma lei é renovada pela operação do Espírito Santo. (Heb.8:10.) É sede da consciência (Heb. 10:22) e a ele atribuem-se todos os testemunhos da consciência, (1 João 3:19-21.) Com o coração o homem crê (Rom. 10:10) ou descrê (Heb. 3:12). É campo onde se semeia a Palavra divina (Mat. 13:19). Segundo as suas decisões, está sob a inspiração de Deus (2 Cor. 8:16) ou de Satanás (João 13:2). É a morada de Cristo (Efés. 3:17) e do Espírito (2 Cor. 1:22); da paz de Deus (Col. 3:15). é o receptáculo do amor de Deus (Rom. 5:5), o lugar da aurora celestial (2 Cor. 4:6), a câmara da comunhão secreta com Deus (Efés.5:19). É uma grande profundidade misteriosa que somente Deus pode sondar. (Jer. 17:9.) Foi em vista das imensas possibilidades implícitas no

coração do homem que Salomão proferiu esta admoestação: "Guarda com toda a diligência o teu coração, pois dele procedem as fontes da vida" (Prov. 4:23).

(f) A alma e o sangue. "Porque a vida (literalmente "alma") da carne está no sangue" (Lev. 17:11). As Escrituras ensinam que, tanto no homem como no irracional, o sangue é a fonte e o depositário da vida física. (Lev. 17:11; 3:17; Deut. 12:23; Lam. 2:12; Gên. 4:10; Heb. 12:24; Jo 24:12; Apoc. 6:9,10; Jer. 2:34; Prov. 28:17.) Vamos citar as palavras de Harvey, médico inglês, descobridor da circulação do sangue: "é o primeiro órgão a viver e o último a morrer; é a sede principal da alma. Ele vive e nutre-se de si mesmo, e por nenhuma outra parte do corpo." Em Atos 17:26 e João 1:13 o sangue se apresenta como a matéria original de onde surge o organismo humano. Usando o coração como bomba, e o sangue como meio da vida, a alma envia vitalidade e nutrição a todas as partes do corpo. O lugar que a criatura ocupa na escala da vida determina o valor do seu respectivo sangue. Primeiro vem o sangue dos animais; porém de valor maior é o sangue do homem, porque o homem tem a imagem de Deus. (Gên. 9:6). De estima especial é o sangue dos inocentes e dos mártires. (Gên. 4:10; Mat. 23:35.) O mais precioso de todos é o sangue de Cristo (1 Pedro 1:19; Heb. 9:12), de valor infinito por estar unido com a Divindade. Pelo plano benigno de Deus, o sangue tomou-se o meio de expiação, quando aspergido sobre o altar de Deus. "Pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas; porquanto é o sangue que fará expiação pela alma" (Lev. 17:11).

4. O corpo humano.

Os seguintes nomes aplicam-se ao corpo:

(a) casa, ou tabernáculo. (2 Cor. 5:1.) é a tenda na qual a alma do homem, qual peregrina, mora durante sua viagem do tempo para a eternidade. À morte, desarma-se a barraca e a alma parte. (Vide Isa. 38:12; 2 Ped. 1:13, 14.)

(b) Invólucro. (Dan. 7:15). O corpo é a "bainha" da alma. A morte é o desembainhar a espada.

(c) Templo. O templo é um lugar consagrado pela presença de Deus — um lugar onde a onipresença de Deus é localizada, (1 Reis 8:27, 28.) O corpo de Cristo foi um "templo" (João 2:21) porque Deus estava nele. (2 Cor. 5:19.) Quando Deus entra em relação espiritual com uma pessoa, o corpo dessa pessoa torna-se um templo do Espírito Santo. (1 Cor. 6:19.) Os filósofos pagãos falavam do corpo com desprezo; consideravam-no um estorvo à alma, e almejavam o dia quando a alma estaria livre das suas complicadas e enredosas roupagens. Mas as Escrituras em toda parte tratam o corpo como obra de Deus, a ser apresentado a Deus (Rom. 12:1), usado para a glória de Deus (1 Cor. 6:20). Por que, por exemplo, contém o livro de Levítico tantas leis governando a vida física dos israelitas? Para ensiná-los que o corpo, como instrumento da alma, deve conservar-se forte e santo. É verdade que este corpo é terreno (1 Cor. 15:47) e como tal um corpo de humilhação (Fil. 3:21), sujeito às enfermidades e à morte (1 Cor. 15:53), de maneira que gememos por um corpo celestial (2 Cor. 5:2). Mas à vinda de Cristo, o mesmo poder que vivificou a alma transformará o corpo, assim completando a redenção do homem. E o penhor dessa mudança é o Espírito que nele habita. (2 Cor. 5:5; Rom. 8:11.)

III. A IMAGEM DE DEUS NO HOMEM

"Façamos o homem ... nossa imagem, conforme a nossa semelhança." (Vide Gên. 5:1; 9:6; Ecl. 7:29; Atos 17:26,28,29; 1 Cor. 11:7; 2 Cor. 3:18; 4:4; Efés. 4:24; Col. 1:15; 3:10; Tia. 3:9; Isa. 43:7; Efés. 2:10.) O homem foi criado à semelhança de Deus, foi feito como Deus em caráter e personalidade. E em todas as Escrituras o ideal e alvo exposto diante do homem é o de ser semelhante a Deus. (Lev. 19:2; Mat. 5:45-48; Efés. 5:1.) E ser como Deus significa ser como Cristo, que é a imagem do Deus invisível.

Consideremos alguns dos elementos que constituem a imagem divina no homem:

1. Parentesco com Deus.

A relação de Deus com as primeiras criaturas viventes consistia em essas, de maneira inflexível, obedecerem aos instintos implantados pelo Criador; mas a vida que inspirou ao homem foi resultado verdadeiro da personalidade de Deus. O homem, na verdade, tem um corpo feito do pó da terra, mas Deus soprou nas narinas o sopro da vida (Gên. 2:7); dessa maneira dotou-o de uma natureza capaz de conhecer, amar e servir a Deus. Por causa dessa imagem divina todos os homens são, por criação, filhos de Deus. Mas, desde que essa imagem foi manchada pelo pecado, os homens devem ser recriados ou nascidos de novo (Efés. 4:24) para que sejam em realidade filhos de Deus. Um erudito da língua grega aponta o fato de uma das palavras gregas traduzidas por "homem" (anthropos) ser uma combinação de palavras significando literalmente "aquele que olha para cima". O homem é criatura de oração, e há ocasião na vida dos mais perversos quando eles invocam a algum Poder Supremo para socorrê-los. O homem pode não entender a grandeza da sua dignidade, e assim se tornar semelhante aos irracionais que perecem (Sal. 49:20), mas ele não é irracional. Mesmo na sua degradação, o homem é testemunha da sua origem nobre, pois o animal não pode degradar-se. Por exemplo, ninguém pensaria em ordenar a um tigre dizendo: "Sê tigre!" Ele sempre foi e sempre ser tigre! Mas a ordem, "Sê homem", leva um verdadeiro significado àquele que se degradou. Por mais que se tenha o homem degradado, ainda ele reconhece que deveria estar em plano mais elevado.

2. Caráter moral.

O reconhecimento do bem e do mal pertence somente ao homem. A um animal pode-se ensinar a não fazer certas coisas, mas é porque essas coisas são contrárias à vontade do dono e não porque o animal saiba que estas coisas são sempre corretas e outras sempre erradas. Em outras palavras, os animais não possuem natureza religiosa ou moral; não são capazes de ser instruídos nas verdades concernentes a Deus e à moralidade. Assim escreve um grande naturalista: Concordo plenamente com a opinião dos escritores que asseguram ser o sentido moral, ou seja, a consciência, a mais importante de todas as diferenças entre o

homem e os animais inferiores. Esse sentido está resumido naquele curto mas imperioso "deve", tão cheio de significação. É o mais nobre de todos os atributos do homem.

3. Razão.

O animal é meramente uma criatura da natureza; o homem é senhor da natureza. Ele é capaz de refletir sobre si próprio e arrazoar a respeito das causas das coisas. Pensem nas invenções maravilhosas que surgiram da mente do homem — o relógio, o microscópio, o vapor, o telégrafo, o rádio, a máquina de somar, e outras numerosas demais para se mencionar. Olhem a civilização construída pelas diversas artes. Considerem os livros que foram escritos, a poesia e a música que foram compostas. E então adorem ao Criador por esse dom maravilhoso da razão! A tragédia da história é esta: que o homem tem usado esse dom para propósitos destrutivos, até mesmo para negar o Criador que o fez uma criatura pensante.

4. Capacidade para a imortalidade.

A existência da árvore da vida no Jardim do Éden indica que o homem nunca teria morrido se não tivesse desobedecido a Deus. Cristo veio ao mundo para colocar a Alimento da Vida ao nosso alcance, para que não pereçamos, mas vivamos para sempre.

5. Domínio sobre a terra.

O homem foi designado para ser a imagem de Deus com respeito à soberania; e como ninguém pode ser monarca sem súditos e sem reino, Deus deu-lhe tanto um "império" como um "povo". Deus os abençoou, e lhes disse: "Frutificai, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra" (Gên. 2:28. Vide Sal. 8:5-8.) Em virtude dos poderes implícitos em ser o homem formado à imagem de Deus, todos os seres vivos sobre a terra estavam entregues na sua mão. Ele devia ser o representante visível de Deus em relação às criaturas que o rodeavam. O homem tem enchido a terra com as suas produções. É um privilégio especial do homem subjugar o poder da

natureza à sua própria vontade. Ele, o homem, obrigou o relâmpago a ser o seu mensageiro, tem circundado o globo, subido até às nuvens e penetrado as profundezas do mar. Ele tem jogado as forças da natureza umas contra as outras, mandando os ventos ajudá-lo em enfrentar o mar. Se é tão maravilhoso o domínio do homem sobre a natureza externa e inanimada, mais maravilhoso ainda é o seu domínio sobre a natureza animada. Vejam o falcão treinado derribar a presa aos pés do seu dono e voltar quando os grandes espaços o convidam à liberdade; vejam o cão usar a sua velocidade a serviço do dono, tomar a presa que não será sua; vejam o camelo transportar o homem através do deserto, sua própria habitação. Todos eles mostram a capacidade criadora do homem e a sua semelhança com Deus o Criador. A queda do homem resultou na perda e no desfiguramento da imagem divina. Isto não quer dizer que os poderes mentais e psíquicos (a alma) foram perdidos; mas que a inocência original e a integridade moral, nas quais foi criado, foram perdidas por sua desobediência. Portanto, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e está sem esperança, a não ser por um ato de graça que lhe restaure a imagem divina. Este assunto será tratado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V: O PECADO

Está escrito que Deus, ao completar a obra da criação, declarou que tudo era "muito bom". Observando, mesmo ligeiramente, chegamos à convicção de que muitas coisas que agora existem não são boas — o mal, a impiedade, a opressão, a luta, a guerra, a morte, e o sofrimento. E naturalmente surge a pergunta: Como entrou o mal no mundo? — pergunta que tem deixado perplexos muitos pensadores. A Bíblia oferece a resposta de Deus; ainda mais, informa-nos o que o pecado realmente é; melhor ainda, apresenta-nos o remédio para o pecado.

I. O FATO DO PECADO

Não há necessidade de discutir a questão da realidade do pecado; a história e o próprio conhecimento íntimo do homem oferecem abundante testemunho do fato. Muitas teorias, porém, apareceram para negar, desculpar, ou diminuir a natureza do pecado.

1. O ateísmo, ao negar a Deus, nega também o pecado, porque, estritamente falando, todo pecado é contra Deus; e se não há Deus, não há pecado. O homem pode ser culpado de pecar em relação a outros; pode pecar contra si mesmo, porém estas coisas constituem pecado unicamente em relação a Deus. Enfim, todo mal praticado é dirigido contra Deus, porque o mal é uma violação do direito, e o direito é a lei de Deus. "Pequei contra o céu e perante ti", exclamou o príncipe. Portanto, o homem necessita do perdão baseado em uma provisão divina de expiação.

2. O determinismo é a teoria que afirma ser o livre arbítrio uma ilusão e não uma realidade. Nós imaginamos que somos livres para fazer nossa escolha, porém realmente nossas opções são ditadas por impulsos internos e circunstâncias que escaparam ao nosso domínio. A fumaça que sai pela chaminé parece estar livre, porém se esvai por leis inexoráveis. Sendo assim — continua essa teoria, — uma pessoa não pode deixar de atuar da maneira como o faz, e estritamente falando, não deve ser louvada

por ser boa nem culpada por ser má. O homem é simplesmente um escravo das circunstâncias. Mas as Escrituras afirmam terminantemente que o homem é livre para escolher entre o bem e o mal — uma liberdade implícita em todos os mandamentos e exortações. Longe de ser vítima da fatalidade e casualidade, declara-se que o homem é o árbitro do seu próprio destino. Durante uma discussão sobre a questão do livre arbítrio, o Dr. Johnson, notável autor e erudito inglês, declarou: "Cavalheiro, sabemos que nossa vontade é livre, e isto é tudo que há no assunto!" Cada grama de bom senso excede em peso a uma tonelada de filosofia! Uma consequência prática do determinismo é tratar o pecado como se fosse uma enfermidade por cuja causa o pecador merece dó ao invés de ser castigado. Porém, a voz da consciência que diz "eu devo" refuta essa teoria. Recentemente, um homicida de dezessete anos recusou-se a alegar loucura. Seu crime era indesculpável, ele declarou, porque sabia que o havia cometido conscientemente, apesar dos ensinamentos que recebera dos pais e na Escola Dominical. Desse modo, insistiu que fosse cumprida a pena capital. Jovem como era, e diante da morte, recusou enganar-se a si mesmo.

3. O hedonismo (da palavra grega que significa "prazer") é a teoria que sustenta que o melhor ou o mais proveitoso que existe na vida é a conquista do prazer e a fuga à dor; de modo que a primeira pergunta que se faz não é: "Isto é correto?", mas: "Traz prazer?" Nem todos os hedonistas têm uma vida de vícios, mas a tendência geral do hedonista é desculpar o pecado e disfarçá-lo, qual pílula açucarada, com designações tais como estas: "é uma fraqueza inofensiva"; "é pequeno desvio"; "é mania do prazer"; "é fogo da juventude". Eles desculpam o pecado com expressões como estas: "Errar é humano"; "o que é natural é belo e o que é belo é direito." É sobre essa teoria que se baseia o ensino moderno de "auto-expressão". Em linguagem técnica, o homem deve "libertar suas inibições"; em linguagem simples, "ceder à tentação porque reprimi-la é prejudicial à saúde". Naturalmente, isso muitas vezes representa um intento para justificar a imoralidade. Mas esses mesmos teóricos não concordariam em que a pessoa desse liberdade às suas inibições de ira, ódio criminoso, inveja, embriaguez ou alguma outra tendência similar. No fundo dessa teoria está o desejo de diminuir a gravidade do pecado, e ofuscar a linha divisória entre o bem e o mal, o certo e o errado. Representa uma variação moderna da mentira antiga: "Certamente não

morrerás." E muitos descendentes de Adão têm engolido a amarga pílula do pecado, adoçada com a suposta suavizante segurança: "Isto não te fará dano algum." O bem é simbolizado pela alvura, e o pecado pela negrura, porém alguns querem misturá-los, dando-lhes uma cor cinzenta neutra. A admoestação divina àqueles que procuram confundir as distinções morais, é: "Ai daqueles que chamam o mal bem, e o bem mal"

4. Ciência Cristã. Esta seita nega a realidade do pecado. Declara que o pecado não é algo positivo, mas simplesmente a ausência do bem. Nega que o pecado tenha existência real e afirmam que é apenas um "erro da mente moral". O homem pensa que o pecado é real, por conseguinte, seu pensamento necessita de correção. Mas, depois de examinar o pecado e a ruína que são mais do que reais no mundo, parece que esse tal "erro da mente mortal" é tão terrível como aquilo que toda gente conhece por "pecado"! As Escrituras denunciam o pecado como uma violação positiva da lei de Deus, como uma verdadeira ofensa que merece castigo real num inferno real.

5. A evolução considera o pecado como herança do animalismo primitivo do homem. Desse modo em lugar de exortar a gente a deixar o "homem velho", ou o "antigo Adão", os proponentes dessa teoria deviam admoestá-los a que deixassem o "velho macaco" ou o "velho tigre"! Como já vimos, a teoria da evolução é antibíblica. Além disso, os animais não pecam; eles vivem segundo sua natureza, e não experimentam nenhum sentido de culpa por seu comportamento. O Dr. Leander Keyser comenta: "Se a luta egoísta e sangrenta pela existência no reino animal for o método de progresso que trouxe o homem à existência, por que deverá ser um mal que o homem continue nessa rota sangrenta?" É certo que o homem tem uma natureza física, porém essa parte inferior de seu ser foi criação de Deus, e é plano de Deus que esteja sujeita a uma inteligência divinamente iluminada.

II. A ORIGEM DO PECADO

O terceiro capítulo de Gênesis oferece os pontos-chaves que caracterizam a história espiritual do homem, as quais são: A tentação, a culpa, o juízo e a redenção.

1. A tentação: sua possibilidade, origem e sutileza.

(a) A possibilidade da tentação. O segundo capítulo de Gênesis relata o fato da queda do homem, informando acerca do primeiro lar do homem, sua inteligência, seu serviço no Jardim no Éden, as duas árvores, e o primeiro matrimônio. Menciona especialmente as duas árvores do destino — a árvore da ciência do bem e do mal e a árvore da vida. Essas duas árvores constituem um sermão em forma de quadro dizendo constantemente a nossos primeiros pais: "Se seguirdes o bem e rejeitardes o mal, tereis a vida." E não é esta realmente a essência do Caminho da Vida encontrada através das Escrituras? (Vide Deut. 30:15.) Notemos a árvore proibida. Por que foi colocada ali? Para prover um teste pelo qual o homem pudesse, amorosa e livremente, escolher servir a Deus e dessa maneira desenvolver seu caráter. Sem vontade livre o homem teria sido meramente uma máquina.

(b) A origem da tentação. "Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o Senhor Deus tinha feito." É razoável deduzir que a serpente, que naquele tempo deveria ter sido uma criatura formosa, foi o agente empregado por Satanás, o qual já tinha sido lançado fora do céu antes da criação do homem. (Ezeq. 23:13-17; Isa. 14:12-15.) Por essa razão, Satanás é descrito como "essa antiga serpente, chamada o diabo" (Apoc. 12:9). Geralmente Satanás trabalha por meio de agentes. Quando Pedro (embora sem má intenção) procurou dissuadir seu Mestre da senda do dever, Jesus olhou além de Pedro, e disse, "Para trás de mim, Satanás" (Mat. 16:22,23). Neste caso Satanás trabalhou por meio de um dos amigos de Jesus; no Éden empregou a serpente, uma criatura da qual Eva não desconfiava.

(c) A sutileza da tentação. A sutileza é mencionada como característica distintiva da serpente. (Vide Mat. 10:16.) Com grande astúcia ela oferece sugestões, as quais, ao serem abraçadas, abrem caminho a desejos e atos pecaminosos. Ela começa falando com a mulher, o vaso mais frágil, que, além dessa circunstância, não tinha ouvido diretamente a proibição divina.

(Gên. 2:16, 17.) E ela espera até que Eva esteja só. Note-se a astúcia na aproximação. Ela torce as palavras de Deus (Vide Gên. 3:1 e 2:16, 17) e então finge surpresa por estarem assim torcidas; dessa maneira ela, astutamente, semeia dúvida e suspeitas no coração da ingênua mulher, e ao mesmo tempo insinua que está bem qualificada para ser juiz quanto à justiça de tal proibição. Por meio da pergunta no versículo 1, lança a tríplice dúvida acerca de Deus.

1) Dúvida sobre a bondade de Deus. Ela diz, com efeito: "Deus está retendo alguma bênção de ti."

2) Dúvida sobre a retidão de Deus. "Certamente não morreréis." Isto é, "Deus não pretendia dizer o que disse".

3) Dúvida sobre a santidade de Deus. No versículo 5 a serpente diz, com efeito: "Deus vos proibiu comer da árvore porque tem inveja de vos. Não quer que chegueis a ser sábios tanto quanto ele, de modo que vos mantém em ignorância. Não é porque ele se interesse por vós, para salvar-vos da morte, e sim por interesse dele, para impedir que chegueis a ser semelhantes a ele."

2. A Culpa.

Notemos as evidências de uma consciência culpada:

1) "Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus." Expressão usada para indicar esclarecimento milagroso ou repentino. (Gên. 21:19; 2 Reis. 6:17.) As palavras da serpente (versículo 5) cumpriram-se; porém, o conhecimento adquirido foi diferente do que eles esperavam. Em vez de fazê-los semelhantes a Deus, experimentaram um miserável sentimento de culpa que os fez ter medo de Deus. Notemos que a nudez física é um quadro de uma consciência nua ou culpada. Os distúrbios emocionais refletem-se muitas vezes em nossas feições. Alguns comentadores sustentam que antes da queda, Adão e Eva estavam vestidos com uma auréola ou traje de luz, que era um sinal da comunhão com Deus e do domínio do espírito sobre o corpo. Quando pecaram, essa comunhão foi interrompida; o corpo venceu o espírito, e ali começou esse conflito entre a carne e o espírito (Rom. 7:14-24), que tem sido a causa de tanta miséria.

2) "E coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais." Assim como a nudez física é sinal de uma consciência culpada, da mesma maneira, o procurar cobrir a nudez é um quadro que representa o homem a procurar cobrir sua culpa com a indumentária do esquecimento ou o traje das desculpas. Mas, somente uma veste feita por Deus pode cobrir o pecado (Verso 21).

3) "E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia: e escondeu-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus entre as árvores do jardim." O instinto do homem culpado é fugir de Deus. E assim como Adão e Eva procuraram esconder-se entre as árvores, da mesma forma as pessoas hoje em dia procuram esconder-se nos prazeres e em outras atividades.

3. O juízo.

(a) Sobre a serpente. "Porquanto fizeste isto, maldita serás mais que toda a besta, e mais que todos os animais do campo; sobre o teu ventre andarás, e o pó comerás todos os dias da tua vida." Essas palavras implicam que a serpente outrora foi uma criatura formosa e honrada. Depois, porque veio a ser o instrumento para a queda do homem, tomou-se maldita e degradada na escala da criação animal. Uma vez que a serpente foi simplesmente o instrumento de Satanás, por que deve ser punida? Porque é a vontade de Deus fazer da maldição da serpente um tipo e profecia da maldição sobre o diabo e sobre todos os poderes do mal. O homem deve reconhecer, pelo castigo da serpente, como a maldição de Deus ferirá todo pecado e maldade; arrastando-se no pó recordaria ao homem o dia em que Deus derribará até ao pó, o poder do diabo. Isso é um estímulo para o homem: ele, o tentado, está em pé, erguido, enquanto a serpente está sob a maldição. Pela graça de Deus o homem pode ferir-lhe a cabeça — pode vencer o mal. (Vide Luc. 10:18; Rom. 16:20; Apoc. 12:9; 20:1-3, 10.)

(b) Sobre a mulher. "E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para teu marido, e ele te dominará" (Gên. 3:16). Assim disse certo escritor: A presença do pecado tem sido a causa de muito sofrimento, precisamente do modo indicado acima. Não há dúvida que dar à luz filhos constitui um momento crítico

e penoso na vida da mulher. O sentimento de faltas passadas pesa de uma maneira particular sobre ela, e também a crueldade e loucura do homem contribuíram para fazer o processo mais doloroso e perigoso para a mulher do que para os animais. O pecado tem corrompido todas as relações da vida, e mui particularmente a relação matrimonial. Em muitos países a mulher é praticamente escrava do homem; a posição e a condição triste de meninas viúvas e meninas mães na Índia têm sido um fato horrível em cumprimento dessa maldição.

(c) Sobre o homem. (Versos 17-19.) O trabalho para o homem já tinha sido designado (2:15). O castigo consiste no afã, nas decepções e aflições que muitas vezes acompanham o trabalho. A agricultura é especificada em particular, porque sempre tem sido um dos empregos humanos mais necessários. De alguma maneira misteriosa, a terra e a criação em geral têm participado da maldição e da queda do seu senhor (o homem) porém estão destinadas a participar da sua redenção. Este é o pensamento de Rom. 8:19-23. Em Isaías 11:1-9 e 65:17-25, temos exemplos de versículos que predizem a remoção da maldição da terra durante o Milênio. Além da maldição física que se apossou da terra, também é certo que o capricho e o pecado humanos têm dificultado de muitas maneiras o labor e provocado as condições de trabalho mais difíceis e mais duras para o homem. Notemos a pena de morte. "Porquanto és pó, e em pó te tornarás." O homem foi criado capaz de não morrer fisicamente; teria existência física indefinidamente se tivesse preservado sua inocência e continuasse a comer da árvore da vida. Ainda que volte à comunhão com Deus (e dessa maneira vença a morte espiritual) por meio do arrependimento e da oração, não obstante, deve voltar ao seu Criador através da morte. Visto que a morte faz parte da pena do pecado, a salvação completa deve incluir a ressurreição do corpo, (1 Cor. 15:54-57.) não obstante, certas pessoas, como Enoque, terão o privilégio de escapar da morte física. (Gên. 5:24; 1 Cor. 15:51.)

4. A redenção.

Os três primeiros capítulos de Gênesis contêm as três revelações de Deus, que por toda a Bíblia figuram em todas as

relações de Deus com o homem. O Criador, que trouxe tudo à existência (cap. 1), o Deus do Pacto que entra em relações pessoais com o homem (cap. 2); o Redentor, que faz provisão para a restauração do homem (cap. 3).

(a) Prometida. (Vide Gên. 3:15.) (1) A serpente procurou fazer aliança com Eva contra Deus, mas Deus por fim a essa aliança. "E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente (descendentes) e a sua semente." Em outras palavras, haverá uma luta constante entre o homem e o poder maligno que causou a sua queda. (2) Qual será o resultado desse conflito? Primeiro, vitória para a humanidade, por meio do Representante do homem, a Semente da mulher. "Ela (a semente da mulher) te ferirá a cabeça." Cristo, a Semente da mulher, veio ao mundo para esmagar o poder do diabo. (Mat. 1:23, 25; Luc. 1:31-35,76; Isa. 7:14; Gál. 4:4; Rom. 16:20; Col. 2:15; Heb. 2:14,15; 1 João 3:8; 5:5; Apoc. 12:7, 8, 17; 20:1-3, 10.) (3) Porém a vitória não será sem sofrimento. "E tu (a serpente) lhe ferirás o calcanhar." No Calvário a Serpente feriu o calcanhar da Semente da mulher; mas este ferimento trouxe a cura para a humanidade. (Vide Isa. 53:3,4,12; Dan. 9:26; Mat. 4:1-10; Luc. 22:39-14,53; João 12:31-33; 14:30,31; Heb. 2:18; 5:7; Apoc. 2:10.)

(b) Prefigurada. (Verso 21.) Deus matou um animal, uma criatura inocente, para poder vestir aqueles que se sentiam nus ante a sua vista por causa do pecado. Do mesmo modo, o Pai deu seu Filho, o Inocente, à morte, a fim de prover uma cobertura expiatória para as almas dos homens.

III. A NATUREZA DO PECADO

Que é pecado? A Bíblia usa uma variedade de termos para expressar o mal de ordem moral, os quais nos explicam algo de sua natureza.

Um estudo desses termos, nos originais hebraico e grego, proporcionará a definição bíblica do pecado.

1. O ensino do Antigo Testamento.

O pecado considerado — As diferentes palavras hebraicas descrevem o pecado operando nas seguintes esferas: (*)

(a) Na esfera moral. As palavras usadas para expressar o pecado nesta esfera são as seguintes:

1) A palavra mais comumente usada para o pecado significa "errar o alvo". Reúne as seguintes idéias: (1) Errar o alvo, como um arqueiro que atira mas erra, do mesmo modo, o pecador erra o alvo final da vida. (2) Errar o caminho, como um viajante que sai do caminho certo. (3) Ser achado em falta ao ser pesado na balança de Deus. Em Gên. 4:7, onde a palavra é mencionada pela primeira vez, o pecado é personificado como uma besta feroz pronta para lançar-se sobre quem lhe der ocasião.

2) Outra palavra significa literalmente "tortuosidade", e é muitas vezes traduzida por "perversidade". É, pois, o contrário de retidão, que significa literalmente, o que é reto ou conforme um ideal reto.

3) Outra expressão comum que se traduz por "mal", exprime o pensamento de violência ou infração, e descreve o homem que infringe ou viola a lei de Deus.

(b) Na esfera da conduta fraternal. A palavra usada para determinar o pecado nesta esfera, significa violência ou conduta injuriosa. (Gên. 6:11; Ezeq. 7:23; Prov. 16:29.) Ao excluir a restrição da lei, o homem maltrata e oprime seus semelhantes.

(c) Na esfera da santidade. As palavras usadas para descrever o pecado nesta esfera implicam que o ofensor usufruiu da relação com Deus. Toda a nação israelita foi constituída em "um reino de sacerdotes", cada membro considerado como estando em contato com Deus e seu santo tabernáculo. Portanto, cada israelita era santo, isto é, separado para Deus, e toda a atividade e esfera de sua vida estavam reguladas pela Lei da Santidade. As coisas fora dessa lei eram "profanas" (o contrário de santas), e o que participava delas se tornava "imundo" ou contaminado. (Lev.

* Se lhe for acessível, consulte a Concordância de Strong. (N. da Editora).

11:24, 27, 31, 33, 39.) Se persistisse na profanação, era considerada uma pessoa irreligiosa ou profana. (Lev. 21:14; Heb. 12:16.) Se acaso se rebelasse e deliberadamente repudiasse a jurisdição da lei da santidade, era considerado "transgressor". (Sal. 37:38; 51:13; Isa. 53:12.) Se prosseguia neste último caminho, era julgado como criminoso, e tais eram os publicanos, na opinião dos contemporâneos do nosso Senhor Jesus.

(d) Na esfera da verdade. As palavras que descrevem o pecado nesta esfera dão ênfase ao inútil e fraudulento elemento do pecado. Os pecadores falam e tratam falsamente (Sal. 58:3; Isa. 28:15), representam falsamente e dão falso testemunho (Êxo. 20:16; Sal. 119:128; Prov. 19:5, 9). Tal atividade é "vaidade" (Sal. 12:2; 24:4; 41:6), isto é, vazia e sem valor. O primeiro pecador foi um mentiroso (João 8:44); o primeiro pecado começou com uma mentira (Gên. 3:4); e todo pecado contém o elemento do engano (Heb. 3:13).

(e) Na esfera da sabedoria. Os homens se portam impiamente porque não pensam ou não querem pensar corretamente; não dirigem suas vidas de acordo com a vontade de Deus, seja por descuido ou por deliberada ignorância.

1) Muitas exortações são dirigidas aos "simples" (Prov. 1:4, 22; 8:5). Essa palavra descreve o homem natural, que não se desenvolveu, quer na direção do bem, quer do mal; sem princípios fixos, mas com uma inclinação natural para o mal, a qual pode ser usada a fim de seduzi-lo. Falta-lhe firmeza e fundamento moral; ele ouve mas esquece; portanto, é facilmente conduzido ao pecado. (Vide Mat. 7:26.)

2) Muitas vezes lemos acerca desses "faltos de entendimento" (Prov. 7:7; 9:4), isto é, aqueles que por falta de entendimento, mais do que por propensão pecaminosa, são vítimas do pecado. Faltos de sabedoria, são conduzidos a expressar precipitados juízos acerca da providência divina e das coisas além da sua compreensão. Desse modo precipitam-se na impiedade. Tanto essa classe, como os "simples", são indesculpáveis porque as Escrituras apresentam o Senhor oferecendo gratuitamente — sim, rogando-

lhes que aceitem (Prov. 8:1-10) — aquilo que os fará sábios para a salvação.

3) A palavra freqüentemente traduzida "insensato" (Prov. 15:20), descreve uma pessoa capaz de fazer o bem, contudo está presa às coisas da carne e facilmente é conduzida ao pecado pelas suas inclinações carnis. Não se disciplina a si mesma nem guia as suas tendências de acordo com as leis divinas.

4) O "escarnecedor" (Sal. 1:1; Prov. 14:6) é o homem ímpio que justifica sua impiedade com argumentos racionais contra a existência ou realidade de Deus, e contra as coisas espirituais em geral. Assim, "escarnecedor" é a palavra do Antigo Testamento equivalente à nossa moderna palavra "infel", e a expressão "roda dos escarnecedores" provavelmente se refere à sociedade local dos infieis.

2. O ensino do Novo Testamento.

O Novo Testamento descreve o pecado como:

(a) Errar o alvo, que expressa a mesma idéia que a conhecida palavra do Antigo Testamento.

(b) Dívida. (Mat. 6:12.) O homem deve (a palavra "deve" vem de dívida) a Deus a guarda dos seus mandamentos; todo pecado cometido é contração de uma dívida. Incapaz de pagá-la, a única esperança do homem é ser perdoado, ou obter remissão da dívida.

(c) Desordem. "O pecado é iniquidade" (literalmente "desordem", 1 João 3:4). O pecador é um rebelde e um idólatra porque deliberadamente quebra um mandamento, ao escolher sua própria vontade em vez de escolher a vontade de Deus; pior ainda, está se convertendo em lei para si mesmo e, dessa maneira, fazendo do eu uma divindade. O pecado começou no coração daquele exaltado anjo que disse: "Eu farei", em oposição à vontade de Deus. (Isa. 14:13, 14). O anticristo é proeminentemente "o sem-lei" (tradução literal de "iníquo"), porque se exalta a si mesmo sobre tudo que é adorado ou que é chamado Deus. (2 Tess. 2:4-9.) O pecado é essencialmente obstinação e obstinação é essencialmente pecado. O pecado destronaria a Deus;

o pecado assassinará Deus. Na Cruz do Filho de Deus, poderiam ter sido escritas estas palavras: "O pecado fez isto!"

(d) Desobediência, literalmente, "ouvir mal"; ouvir com falta de atenção. (Heb. 2:2.) "Vede pois como ouvis" (Luc. 8:18.)

(e) Transgressão, literalmente, "ir além do limite" (Rom. 4:15). Os mandamentos de Deus são cercas, por assim dizer, que impedem ao homem entrar em território perigoso e dessa maneira sofrer prejuízo para sua alma.

(f) Queda, ou falta, ou cair para um lado (Efês. 1:7) no grego, donde a conhecida expressão, cair no pecado. Pecar é cair de um padrão de conduta.

(g) Derrota é o significado literal da palavra "queda" em Rom. 11:12. Ao rejeitar a Cristo, a nação judaica sofreu uma derrota e perdeu o propósito de Deus.

(h) Impiedade, de uma palavra que significa "sem adoração, ou reverência". (Rom. 1:18; 2 Tim. 2:16.) O homem ímpio é o que dá pouca ou nenhuma importância a Deus e às coisas sagradas. Estas não produzem nele nenhum sentimento de temor e reverência. Ele está sem Deus porque não quer saber de Deus.

(i) O erro (Heb. 9:7) Descreve aqueles pecados cometidos como fruto da ignorância, e dessa maneira se diferenciam daqueles pecados cometidos presunçosamente, apesar da luz esclarecedora. O homem que desafiadoramente decide fazer o mal, incorre em maior grau de culpa do que aquele que é apanhado em falta, a que foi levado por sua debilidade.

IV. CONSEQÜÊNCIAS DO PECADO

O pecado é tanto um ato como um estado. Como rebelião contra a lei de Deus, é um ato da vontade do homem; como separação de Deus, vem a ser um estado pecaminoso. Segue-se uma dupla conseqüência: o pecador traz o mal sobre si mesmo por suas más ações, e incorre em culpa aos olhos de Deus. Duas coisas, portanto, devem distinguir-se; as más conseqüências que seguem os atos do pecado, e o castigo que virá no juízo. Isto pode ser ilustrado da seguinte maneira: Um pai proíbe ao filho pequeno o fumar cigarros, e fá-lo ver uma dupla conseqüência: primeira, o fumar fá-lo-á sentir-se doente; segunda, ser castigado pela sua desobediência. O menino desobedece e fuma pela primeira vez. As náuseas que lhe sobrevêm representam as más conseqüências do seu pecado, e o castigo corporal subsequente representa o castigo positivo pela culpa. Da mesma maneira as Escrituras descrevem dois efeitos do pecado sobre o culpado: primeiro, é seguido por conseqüências desastrosas para sua alma; segundo, trará da parte de Deus o positivo decreto de condenação.

1. Fraqueza espiritual.

(a) Desfiguração da imagem divina. O homem não perdeu completamente a imagem divina, porque ainda em sua posição decaída é considerado uma criatura à imagem de Deus (Gên. 9:6; Tia. 3:9) — uma verdade expressa no provérbio popular: "Há algo de bom no pior dos homens." Maudesley, o grande psiquiatra inglês, sustenta que a majestade inerente da mente humana evidencia-se até mesmo na ruína causada pela loucura. Apesar de não estar inteiramente perdida, a imagem divina no homem encontra-se muito desfigurada. Jesus Cristo veio ao mundo tornar possível ao homem a recuperação completa da semelhança divina por ser recriado à imagem de Deus. (Gál. 3:10.)

(b) Pecado inerente, ou "pecado original". O efeito da queda arraigou-se tão profundamente na natureza humana que Adão, como pai da raça, transmitiu a seus descendentes a tendência ou inclinação para pecar. (Sal. 51:5.) Esse impedimento espiritual e moral, sob o qual os homens nascem, é conhecido como pecado

original. Os atos pecaminosos que se seguem durante a idade de plena responsabilidade do homem são conhecidos como "pecado atual". Cristo, o segundo Adão, veio ao mundo resgatar-nos de todos os efeitos da queda. (Rom. 5:12-21.) Esta condição moral da alma é descrita de muitas maneiras: todos pecaram (Rom. 3:9); todos estão debaixo da maldição (Gál. 3:10); o homem natural é estranho às coisas de Deus (1 Cor. 2:14); o coração natural é enganoso e perverso (Jer. 17:9); a natureza mental e moral é corrupta (Gên. 6:5, 12; 8:21; Rom. 1:19-31); a mente carnal é inimizada contra Deus (Rom. 8:7, 8); o pecador é escravo do pecado (Rom. 6:17; 7:5); é controlado pelo príncipe das potestades do ar (Efês. 2:2); está morto em ofensas e pecados (Efês. 2:1); e é filho da ira (Efês. 2:3).

(c) Discórdia interna. No princípio Deus fez o corpo do homem do pó, dotando-o, desse modo, de uma natureza física ou inferior; depois soprou em seu nariz o fôlego da vida, comunicando-lhe assim uma natureza mais elevada, unindo-o a Deus. Era o propósito de Deus a harmonia do ser humano, ter o corpo subordinado à alma. Mas o pecado interrompeu a relação de tal maneira que o homem se encontrou dividido em si mesmo; o "eu" oposto ao "eu" em uma guerra entre a natureza superior e a inferior. Sua natureza inferior, frágil em si mesma, rebelou-se contra a superior e abriu as portas de seu ser ao inimigo. Na intensidade do conflito, o homem exclama: "Miserável homem que eu sou! quem me livrará do corpo desta morte?" (Rom. 7:24.) O "Deus de paz" (1 Tess. 5:23) subjuga os elementos beligerantes da natureza do homem e santifica-o no espírito, alma e corpo. O resultado é a bem-aventurança interna — "justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo" (Rom. 14:17).

2. Castigo positivo.

"No dia em que dela comeres certamente morrerás" (Gên. 2:17) "O salário do pecado é a morte" (Rom. 6:23). O homem foi criado capaz de viver eternamente; isto é, não morreria se obedecesse à lei de Deus. Para que pudesse "lançar mão" da imortalidade e da vida eterna, foi colocado sob um pacto de obras, figurado pelas duas árvores — a árvore da ciência do bem e do mal e a árvore da vida. Desse modo, a vida estava condicionada à

obediência; enquanto Adão observasse a lei da vida teria direito à árvore da vida. Mas desobedeceu; quebrou o pacto de vida, e ficou separado de Deus, a Fonte da vida. Desde esse momento, teve a morte o seu início e foi consumada na morte física com a separação da alma e do corpo. Mas notamos que o castigo incluía mais do que uma morte física; a dissolução física era uma indicação do desagrado de Deus, do fato que o homem estava sem contato com a Fonte da vida. Ainda que Adão se tivesse reconciliado mais tarde com o seu Criador, a morte física continuaria de acordo com o decreto divino: "No dia em que dela comerdes certamente morrerás." Somente por um ato de redenção e de recriação o homem teria outra vez direito à árvore da vida que está no meio do paraíso de Deus. Por meio de Cristo a justiça é restaurada à alma, a qual, na ressurreição, é reunida a um corpo glorificado.

Vemos, então, que a morte física veio ao mundo como castigo, e, nas Escrituras, sempre que o homem é ameaçado com a morte como castigo pelo pecado, significa primeiramente a perda do favor de Deus. Assim, o pecador já está "morto em ofensas e pecados" e no momento da morte física ele entra no mundo invisível na mesma condição. Então no grande Julgamento o Juiz pronunciará a sentença da segunda morte, que envolve "indignação e ira, tribulação e angústia" (Rom. 2:7-12). De maneira que "a morte", como castigo, não é a extinção da personalidade, e, sim, o meio de separação de Deus. Há três fases desta morte: morte espiritual, enquanto o homem vive (Efés. 2:1; 1 Tim. 5:6); morte física (Heb. 9:27); e a segunda ou morte eterna (Apoc. 21:8; João 5:28, 29; 2 Tess. 1:9; Mat. 25:41).

Por outro lado, quando as Escrituras falam da vida como recompensa pela justiça, isso significa mais do que existência, pois os ímpios existem no inferno. Vida significa viver em comunhão com Deus e no seu favor — comunhão que a morte não pode interromper ou destruir. (João 11:25, 26.) é uma vida que proporciona união consciente com Deus, a Fonte da vida. "E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti só (em experiência e comunhão) por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (João 17:3). A vida eterna é uma existência perfeita; a morte eterna é uma existência má, miserável e degradada.

Notemos que a palavra "destruição", usada quanto à sorte dos ímpios (Mat. 7:13; João 17:12; 2 Tess. 2:3), não

significa extinção. De acordo com o grego, perecer ou ser destruído, não significa extinção e sim ruína. Por exemplo: que os odres "estragam-se" (Mat. 9:17) significa que já não servem como odres, e não que tenham deixado de existir. Da mesma maneira, o pecador que perece, ou que é destruído, não é reduzido ao nada, mas experimenta a ruína no que concerne a desfrutar comunhão com Deus e a vida eterna. O mesmo uso ainda existe hoje; quando dizemos: "sua vida está arrumada", não queremos dizer que o homem está morto, e, sim, que perdeu o verdadeiro alvo ou objetivo da vida.

CAPÍTULO VI: O SENHOR JESUS CRISTO

"O dia do nascimento de Jesus é celebrado em todo o mundo. O aniversário de sua morte levanta a silhueta de uma cruz no horizonte. Quem é ele?" Com essas palavras um preeminente pregador fez uma pergunta de suprema importância e de interesse permanente.

A pergunta foi feita pelo próprio Mestre quando, em uma crise no seu ministério, perguntou: "Quem dizem os homens ser o Filho do homem?" Ele ouviu a declaração da opinião do povo sem comentar, mas a sua bênção foi pronunciada sobre a resposta que Pedro havia aprendido de Deus: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo."

A pergunta ainda permanece e os homens até agora tentam responder. Mas a verdadeira resposta deve vir do Novo Testamento, escrito por homens que intimamente conheceram Jesus, por cujo conhecimento tinham por perda todas as coisas.

I. A NATUREZA DE CRISTO.

A pergunta "Quem é Cristo?" tem sua melhor resposta na declaração e explicação dos "nomes", títulos pelos quais ele é conhecido.

1. Filho de Deus (Deidade).

Da mesma forma como "filho do homem" significa um nascido do homem, assim também Filho de Deus significa um nascido de Deus. Por isso dizemos que esse título proclama a Deidade de Cristo. Jesus nunca é chamado um Filho de Deus, como os homens santos são chamados filhos de Deus (Jo 2:1). Ele é o Filho de Deus no sentido único. Jesus é descrito mantendo uma relação para com Deus não participada por nenhuma outra pessoa no universo. Para explicar e confirmar essa verdade consideremos o seguinte:

(a) Consciência de si mesmo. Qual era o conteúdo do conhecimento de Jesus acerca de si mesmo; isto é, que sabia Jesus de si mesmo? Lucas, o único escritor que relata um incidente da infância de Jesus, diz-nos que com a idade de doze anos (pelo menos) Jesus estava cômico de duas coisas: primeira, uma revelação especial para com Deus a quem ele descreve como seu Pai; segunda, uma missão especial na terra — "nos negócios de meu Pai". Exatamente como e quando este conhecimento de si mesmo veio a ele, deve permanecer um mistério para nós. Quando pensamos em Deus vindo a nós em forma humana devemos reverentemente exclamar: "Grande é o mistério da piedade!" Não obstante tratar-se de mistério, a seguinte ilustração pode ser proveitosa. Ponde uma criancinha diante de um espelho; ela se verá, porém, sem se reconhecer. Mas virá o tempo quando ela há de saber que a imagem refletida representa sua própria pessoa. Em outras palavras, a criança adquiriu a consciência de sua identidade. Não poderia ter sido assim com o Senhor Jesus? Ele sempre foi o Filho de Deus, porém chegou o tempo quando, depois de estudar as Escrituras relacionadas com o Messias de Deus, raiou em sua mente o conhecimento íntimo, de que ele, o Filho de Maria, não era outro senão o Cristo de Deus. Em vista de o Eterno Filho de Deus ter vivido uma vida perfeitamente natural e humana, é razoável pensar que o autoconhecimento de sua Deidade houvesse surgido dessa maneira. No rio Jordão, Jesus ouviu a voz do Pai corroborando e confirmando o seu conhecimento íntimo (Mat. 3:17), e no deserto resistiu com êxito à tentativa de Satanás de fazê-lo duvidar de sua filiação ("Se tu és o Filho de Deus..." Mat. 4:3). Mais tarde em seu ministério louvou a Pedro pelo testemunho divinamente inspirado concernente à sua Deidade e ao seu caráter messiânico. (Mat. 16:15-17.) Quando diante do concílio judaico, Jesus poderia ter escapado à morte, negando sua filiação ímpar e simplesmente afirmando que ele era um dos filhos de Deus no mesmo sentido em que o são todos os homens; porém, sendo-lhe exigido juramento pelo sumo sacerdote, ele declarou sua consciência de Divindade, apesar de saber que isso significaria a sentença de morte. (Mat. 26:63-65.)

(b) As reivindicações de Jesus. Ele se colocou lado a lado com a atividade divina. "Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também." "Saí do Pai" (João 16:28). "O Pai me enviou" (João 20:21).

Ele reivindicava uma comunhão e um conhecimento divinos. (Mat. 11:27; João 17:25.) Alegava revelar a essência do Pai em si mesmo. (João 14:9-11.) Ele assumiu prerrogativas divinas: Onipresença (Mat. 18:20); poder de perdoar pecados (Mat. 2:5-10); poder de ressuscitar os mortos. (João 6:39, 40, 54; 11:25; 10:17, 18.) Proclamou-se Juiz e árbitro do destino do homem. (João 5:22; Mat. 25:31-46.) Ele exigia uma rendição e uma lealdade que somente Deus por direito podia reivindicar; insistia em uma absoluta rendição da parte dos seus seguidores. Eles deviam estar prontos a cortar os laços mais íntimos e mais queridos, porque qualquer que amasse mais o pai ou a mãe do que a ele, não era digno dele. (Mat. 10:37; Luc. 14:25-33.) Essas veementes reivindicações foram feitas por UM que viveu como o mais humilde dos homens, e foram declaradas de modo simples e natural; por exemplo, Paulo com igual simplicidade diria "Sou homem e judeu". Para chegar-se à conclusão de que Cristo era divino é necessário admitir somente duas coisas: primeira, que Jesus não era um homem mau; segundo, que ele não era demente. Se ele dissesse que era divino, sabendo que não o era, então não poderia ser bom; se ele falsamente se imaginasse Deus, então não poderia ser sábio. Porém nenhuma pessoa sensata sonharia em negar o caráter perfeito de Jesus ou sua superior sabedoria. Em consequência, é inevitável concluir que ele era o que ele próprio disse ser — o Filho de Deus, em sentido único.

(c) A autoridade de Cristo. Nos ensinamentos de Cristo nota-se a completa ausência de expressões como estas: "é minha opinião"; "pode ser"; "penso que..."; "bem podemos supor", etc. Um erudito judeu racionalista admitiu que ele falava com a autoridade do Deus Poderoso. O Dr. Henry Van Dyke assinala que no Sermão da Montanha, por exemplo, temos: a preponderante visão de um hebreu crente colocando-se a si mesmo acima da autoridade de sua própria fé; um humilde Mestre afirmando autoridade suprema sobre toda a conduta humana; um Reformador moral pondo de lado todos os demais fundamentos, dizendo: "Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha... (Mat. 7:24)" Quarenta e nove vezes, nesse breve registro do discurso de Jesus, repete-se a solene frase com a qual ele autentica a verdade: "Em verdade vos digo."

[d] A impecabilidade de Cristo. Nenhum professor que chame os homens ao arrependimento pode evitar algumas referências às suas próprias faltas ou imperfeições; em verdade, quanto mais santo ele é, mais lamentará e reconhecerá suas próprias limitações. Porém, nas palavras e nas obras de Jesus há uma ausência completa de conhecimento ou confissão de pecado. Embora possuísse profundo conhecimento do mal e do pecado, em sua alma não havia a mais leve sombra ou mácula de pecado. Ao contrário, ele, o mais humilde dos homens, desafiou a todos: "Quem dentre vós me convence de pecado?" (João 8:46).

(e) O testemunho dos discípulos. Jamais algum judeu pensou que Moisés fosse divino; nem o seu discípulo mais entusiasta nunca lhe teria atribuído uma declaração como esta: "Batizando-as em nome do Pai, e de Moisés, e do Espírito Santo." (Vide Mat. 28:19.) E a razão disso é que Moisés nunca falou nem agiu como quem procedesse de Deus e fosse participante de sua natureza. Por outro lado, o Novo Testamento expõe este milagre: Aqui está um grupo de homens que andava com Jesus e que o viu em todos os aspectos característicos de sua humanidade — que, no entanto, mais tarde o adorou como divino, o proclamou como o poder para a salvação e invocou o seu nome em oração. João, que se reclinava no peito de Jesus, não hesitou em dele falar como sendo Jesus o eterno Filho de Deus, que criou o universo (João 1:1, 3), e relatou, sem nenhuma hesitação ou desculpa, o ato da adoração de Tomé e a sua exclamação: "Senhor meu, e Deus meu!" (João 20:28). Pedro, que tinha visto o seu Mestre comer, beber e dormir, que o havia visto chorar — enfim, que tinha testemunhado todos os aspectos da sua humanidade, mais tarde disse aos judeus que Jesus está à destra de Deus; que ele possui a prerrogativa de conceder o Espírito Santo (Atos 2:33, 36); que ele é o único caminho da salvação (Atos 4:12); quem perdoa os pecados (Atos 5:31); e é o Juiz dos mortos. (Atos 10:42.) Em sua segunda epístola 3:18) ele o adora, atribuindo-lhe "glória assim agora como no dia da eternidade". Nenhuma prova existe de que Paulo o apóstolo tivesse visto Jesus em carne, apesar de tê-lo visto em forma glorificada), mas esteve em contato direto com aqueles que o tinham visto. E este Paulo, que jamais perdera essa reverência para com Deus, reverência que desde a sua mocidade estava nele profundamente

arraigada, contudo, com perfeita serenidade descreve Jesus como "o Grande Deus e nosso Salvador" (Tito 2:13); apresenta-o como encarnando a plenitude da Divindade (Gál. 2:9), como sendo o Criador e Sustentador de todas as coisas. (Gál. 1:17.) Como tal, seu nome deve ser invocado em oração (1 Cor. 1:2; vide Atos 7:59), e seu nome está associado com o do Pai e o do Espírito Santo à bênção. (2 Cor. 13:14.) Desde o princípio a igreja primitiva considerava e adorava a Cristo como divino. No princípio do segundo século um oficial romano relatou que os cristãos costumavam reunir-se de madrugada para "cantar um hino de adoração a Cristo, como se fosse a Deus". Um autor pagão escreveu: "Os cristãos ainda estão adorando aquele grande homem que foi crucificado na Palestina." Até o escárnio dos pagãos é um testemunho da deidade de Cristo.

Em um antigo palácio romano foi encontrada uma inscrição (que data do terceiro século) apresentando uma figura humana com cabeça de asno pendurado na cruz, enquanto que um homem está de pé em atitude de adoração. Em baixo aparece a inscrição: "Alexamenos adora a seu Deus." O Dr. Henry Van Dyke comenta: Assim os cânticos e orações dos crentes, as acusações dos perseguidores, o escárnio dos céticos, e as pilhérias grosseiras dos escarnecedores, tudo se une para provar, sem dúvida, que os primitivos cristãos rendiam honra divina ao Senhor Jesus... não há razão para duvidar de que os primitivos cristãos houvessem visto em Cristo uma revelação pessoal de Deus, assim como não pode haver dúvida de que os amigos e seguidores de Abraão Lincoln o tenham considerado um bom e leal cidadão americano. Entretanto, não devemos inferir daí que a igreja primitiva não adorasse a Deus, o Pai, pois sabemos que era costume geral orar ao Pai em nome de Jesus e dar-lhe graças pelo dom do Filho. Mas, para eles era tão real a deidade de Cristo e a unidade entre as duas Pessoas, que lhes era muito natural invocar o nome de Jesus.

Foi a firme lealdade deles ao ensino do Antigo Testamento acerca da verdade de Deus, combinada com a firme crença na deidade de Cristo, que os conduziu a formular a doutrina da Trindade. Embora as seguintes palavras do credo de Nicéia (século quarto) tenham sido, como ainda são, recitadas por muitos de uma maneira formalista, não obstante, elas expressam fielmente sincera convicção da igreja primitiva: Cremos em um Senhor Jesus Cristo,

o Filho de Deus, o Unigênito do Pai, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, foi feito; sendo da mesma substância que o Pai; pelo qual foram feitas todas as coisas que estão no céu e na terra, e o qual por nós os homens e por nossa salvação desceu, encarnou e foi feito homem, sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e ascendeu ao céu, donde virá outra vez para julgar os vivos e os mortos.

2. O Verbo (pré-existência e atividade eternas).

A palavra do homem é aquela por meio da qual ele se expressa e por meio da qual ele se comunica com os seus semelhantes. Por sua palavra ele dá a conhecer seus pensamentos e sentimentos, e por sua palavra ele manda e executa a sua vontade. A palavra com que se expressa está impregnada de seu pensamento e de seu caráter.

Pela expressão verbal de um homem até um cego pode conhecê-lo perfeitamente. Embora se veja uma pessoa e dela se tenha informações, não se conhecerá bastante enquanto ela não falar. A palavra do homem é a expressão de seu caráter. Da mesma maneira, a "Palavra de Deus" é o veículo mediante o qual Deus se comunica com outros seres, e é o meio pelo qual Deus expressa o seu poder, a sua inteligência e a sua vontade.

Cristo é a Palavra ou Verbo, porque por meio dele, Deus revelou sua atividade, sua vontade e propósito, e por meio dele tem contato com o mundo. Nós nos expressamos por meio de palavras; o eterno Deus se expressa a si mesmo por meio do seu Filho, o qual "é a expressa imagem da sua pessoa" (Heb. 1:3). Cristo é a Palavra de Deus, demonstrando-o em pessoa. Ele não somente traz a mensagem de Deus — ele é a mensagem de Deus. Considere-se a necessidade de tal Revelador. Procure-se compreender a extensão do universo com seus imensuráveis milhões de corpos celestes, cobrindo distâncias que deixam estupefata a mente; imaginem-se as infinitas extensões do espaço além do universo material; a seguir, procure-se compreender a grandeza daquele que é o Autor de tudo isso. Considere-se por outro lado, a insignificância do homem. Tem-se calculado que se todas as pessoas neste mundo medissem 1,80m de altura, 45cm de largura, e 30cm de espessura, os três bilhões da raça humana caberiam em uma caixa medindo menos de um quilometro cúbico. Deus — quão poderoso e vasto! O

homem — quão infinitesimal! Além disso, esse Deus é Espírito, portanto, não pode ser compreendido pelo olho material, nem pelos demais sentidos naturais. Surge a grande pergunta: Como pode o homem ter comunhão com um Deus como esse? Como pode sequer ter a mínima idéia da sua natureza e caráter? É certo que Deus se revelou pela palavra profética, por meio de sonhos e visões e por meio de manifestações temporais. Porém, o homem anelava por uma resposta mais clara à seguinte pergunta: Como é Deus? Para responder a esta pergunta, surgiu o evento mais significativo da história — "E o Verbo se fez carne" (João 1:14). O Verbo eterno de Deus tomou sobre si mesmo a natureza humana e se tornou homem, a fim de revelar o eterno Deus por meio de uma personalidade humana. "Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho" (Heb. 1:1, 2). De modo que à pergunta "como é Deus?", o cristão responde: Deus é como Cristo, porque Cristo é o Verbo — a idéia que Deus tem de si mesmo. Isto é, ele é "a expressa imagem da sua pessoa" (Heb. 1:3), "a imagem do Deus invisível" (Col. 1:5).

3. Senhor (deidade, exaltação e soberania).

Uma ligeira consulta a uma concordância bíblica revelará o fato de que "Senhor" é um dos títulos mais comuns dados a Jesus. Este título indica a sua deidade, exaltação e soberania.

(a) Deidade. O título "Senhor", ao ser usado como prefixo antes de um nome, transmitia, tanto a judeus como a gentios, o pensamento de deidade. A palavra "Senhor" no grego ("Kurios") era equivalente a "Jeová" na tradução grega do Antigo Testamento; portanto, para os judeus "o Senhor Jesus" era claramente uma imputação de deidade. Quando o imperador dos romanos se referia a si mesmo como "Senhor César", requerendo que seus súditos dissessem "César é Senhor", os gentios entendiam que o imperador estava reivindicando divindade. Os cristãos entendiam o termo da mesma maneira, e preferiam sofrer perseguição a atribuir a um homem um título que somente pertencia a Um que é verdadeiramente divino. Somente àquele a quem Deus exaltara eles renderiam adoração e lhe atribuiriam senhorio.

(b) Exaltação. Na eternidade Cristo possui o título "Filho de Deus" em virtude da sua relação com Deus. (Fil. 2:9); na história Ele ganhou o título "Senhor", por haver morrido e ressuscitado para a salvação dos homens. (Atos 2:36; 10:36; Rom. 14:9.) Ele sempre foi divino por natureza; chegou a ser Senhor por merecimento. Por exemplo: Se um jovem nascido na família de um multimilionário não está contente em herdar aquilo pelo qual outros tenham trabalhado, mas deseja possuir unicamente o que ganhou por seus próprios esforços, ele então voluntariamente renuncia a seus privilégios, toma o lugar de um trabalhador comum, e por meio do seu labor conquista para si um lugar de honra e riqueza. Igualmente, o Filho de Deus, apesar de ser por natureza igual a Deus, voluntariamente sujeitou-se a si mesmo às limitações humanas, porém sem pecado, tomando sobre si a natureza do homem, fez-se servo do homem, e finalmente morreu na cruz para redenção do mesmo homem. Como recompensa, Cristo foi exaltado ao domínio sobre todas as criaturas — uma recompensa apropriada, pois, que melhor credencial poderia alguém ter para exercer senhorio sobre os homens, visto que os amara e se entregara a si mesmo por eles? (Apoc. 1:5.) Esse direito já foi reconhecido por milhões e a cruz tomou-se um degrau pelo qual Jesus alcançou a soberania dos corações dos homens.

(c) Soberania. No Egito, Jeová se revelou a Israel como Redentor e Salvador; no Sinai, como Senhor e Rei. As duas coisas se justapõem, porque ele, que se tomou Salvador deles, tinha direito de ser o seu Soberano. É por isso que os Dez Mandamentos iniciam com a declaração: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (Êxo. 20:2). Em outras palavras, "Eu, o Senhor, que vos redimi, tenho o direito de governar sobre vós." E assim aconteceu com Cristo e seu povo. Os cristãos primitivos reconheceram instintivamente — como todos os verdadeiros discípulos — que aquele que os redimiu do pecado e da destruição, tem o direito de ser o Senhor de suas vidas. Comprados por bom preço, não pertencem a si mesmos (1 Cor. 6:20), mas, sim, a quem morreu e ressuscitou por eles. (2 Cor. 5:15.) Portanto, o título "Senhor", aplicado a Jesus pelos seus seguidores, significa: "Aquele que por sua morte ganhou o lugar de soberania no meu coração, e a quem me sinto constrangido a adorar e servir com todas as minhas forças." O paralítico que foi

curado, ao ser repreendido por levar sua cama no dia de sábado, respondeu: "Aquele que me curou, ele próprio disse: Toma a tua cama, e anda" (João 5:11). Ele soube, instintivamente, com a lógica do coração, que Jesus que lhe tinha dado saúde, possuía o direito de dizer-lhe como usar essa saúde. Se Jesus é o nosso Salvador, deve ser o nosso Senhor.

4. Filho do homem (humanidade)

(a) Quem? De acordo com o hebraico a expressão "filho de" denota relação e participação. Por exemplo: "Os filhos do reino" (Mat. 8:12) são aqueles que hão de participar de suas verdades e bênçãos. "Os filhos da ressurreição" (Luc. 20:36) são aqueles que participam da vida ressuscitada. Um "filho de paz" (Luc. 10:6) é um que possui caráter pacífico. Um "filho da perdição" (João 17:12) é um destinado a sofrer a ruína e a condenação. Portanto, "filho do homem" significa, principalmente, um que participa da natureza humana e das qualidades humanas. Dessa maneira, "filho do homem" vem a ser uma designação enfática para o homem em seus atributos característicos de debilidade e impotência. (Num. 23:19; Jo 16:21; 25:6.) Neste sentido o título é aplicado oitenta vezes a Ezequiel, como uma recordação de sua debilidade e mortalidade, e como um incentivo à humanidade no cumprimento da sua vocação profética. Aplicado a Cristo, "Filho do homem" designa-o como participante da natureza e das qualidades humanas, e como sujeito às fraquezas humanas. No entanto, ao mesmo tempo, esse título implica sua deidade, porque, se uma pessoa enfaticamente declarasse: "Sou filho de homem", a ele dir-se-ia: "Todos sabem disso." Porém, a expressão nos lábios de Jesus significa uma Pessoa celestial que se havia identificado definitivamente com a humanidade como seu representante e Salvador. Notemos também que é: **o** — e não **um** — Filho do homem. O título está relacionado com a sua vida terrena (Mar. 2:10; 2:28; Mat. 8:20; Luc. 19:10), com seus sofrimentos a favor da humanidade (Mar. 8:31), e com sua exaltação e domínio sobre a humanidade (Mat. 25:31; 26:24. Vide Dan. 7:14). Ao referir-se a si mesmo como "Filho do homem", Jesus desejava expressar a seguinte mensagem: "Eu, o Filho de Deus, sou Homem, em debilidade, em sofrimento, mesmo até à morte. Todavia, ainda estou em contato com o Céu de onde vim, e mantenho uma relação com Deus que posso perdoar pecados (Mat. 9:6), e sou superior

aos regulamentos religiosos que somente tem significado temporal e nacional. (Mat. 12:8.) Esta natureza humana não cessará quando eu tiver passado por estes últimos períodos de sofrimento e morte que devo suportar para a salvação do homem e para consumir a minha obra. Porque subirei e a levarei comigo ao céu, de onde voltarei para reinar sobre aqueles cuja natureza "tornei sobre mim". A humanidade do Filho de Deus era real e não fictícia Ele nos é descrito como realmente padecendo fome, sede, cansaço, dor, e como estando sujeito em geral às debilidades da natureza, porém sem pecado.

(b) Como? Por qual ato, ou meio, o Filho de Deus veio a ser Filho do homem? Que milagre pôde trazer ao mundo "o segundo homem" que é o "Senhor do céu"? (1 Cor. 15:47.) A resposta é que o Filho de Deus veio ao mundo como Filho do homem sendo concebido no ventre de Maria pelo Espírito Santo, e não por um pai humano. E a qualidade da vida inteira de Jesus está em conformidade com a maneira do seu nascimento. Ele que veio através de um nascimento virginal, viveu uma vida virginal (inteiramente sem pecado) — sendo essa última característica um milagre tão grande como o primeiro. Ele que nasceu milagrosamente, viveu milagrosamente, ressuscitou dentre os mortos milagrosamente e deixou o mundo milagrosamente. Sobre o ato do nascimento virginal está baseada a doutrina da encarnação. (João 1:14.) A seguinte declaração dessa doutrina é da pena do erudito Martin Scott: Como todos os cristãos sabem, a encarnação significa que Deus (isto é, o Filho de Deus) se fez homem. Isso não quer dizer que Deus se tomou homem, nem que Deus cessou de ser Deus e começou a ser homem; mas que, permanecendo como Deus, ele assumiu ou tomou uma natureza nova, a saber, a humana, unindo esta à natureza divina no ser ou na pessoa — Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Na festa das bodas de Caná, a água tornou-se em vinho pela vontade de Jesus Cristo, o Senhor da Criação (João 2:1-11). Não aconteceu assim quando Deus se fez homem, pois em Caná a água deixou de ser água, quando se tornou em vinho, mas Deus continuou sendo Deus, quando se fez homem. Um exemplo que nos poderá ajudar a compreender em que sentido Deus se fez homem, mas ainda não ilustra de maneira perfeita a questão, é aquele de um rei que por sua própria vontade se fizera mendigo. Se um rei poderoso

deixasse seu trono e o luxo da corte, e vestisse os trapos de um mendigo, vivesse com mendigos, compartilhasse seus sofrimentos, etc., e isto, para poder melhorar-lhes as condições de vida, diríamos que o rei se fez mendigo, porém ele continuaria sendo verdadeiramente rei. Seria correto dizer que o que o mendigo sofreu era o sofrimento de um rei; que, quando o mendigo expiava uma culpa, era o rei que expiava, etc. Visto que Jesus Cristo é Deus e homem, é evidente que Deus, de alguma maneira é homem também. Agora, como é que Deus é homem? Está claro que ele nem sempre foi homem, porque o homem não é eterno, mas Deus o é. Em um certo tempo definido, portanto, Deus se fez homem tomando a natureza humana. Que queremos dizer com a expressão "tomar a natureza humana"? Queremos dizer que o Filho de Deus, permanecendo Deus, tomou outra natureza, a saber, a do homem, e a uniu de tal maneira com a sua, que constituiu uma Pessoa, Jesus Cristo. A encarnação, portanto, significa que o Filho de Deus, verdadeiro Deus desde toda a eternidade, no curso do tempo se fez verdadeiro homem também, em uma Pessoa, Jesus Cristo, constituída de duas naturezas, a humana e a divina. Isso, naturalmente é um mistério. não podemos compreendê-lo, assim como tampouco podemos conceber a própria Trindade. Há mistérios em toda parte. Não podemos compreender como a erva e a água, que alimentam o gado, se transformam em carne e sangue. Uma análise química do leite não demonstra conter ele nenhum ingrediente de sangue, entretanto, o leite materno se torna em sangue e carne da criança. Nem a própria mãe sabe como no seu corpo se produz o leite que dá a seu filho. Nenhum dentre os sábios do mundo pode explicar a conexão existente entre o pensamento e a expressão desse pensamento, ou seja, as palavras. Não devemos, pois, estranhar se não podemos compreender a encarnação de Cristo. Cremos nela porque aquele que a revelou, é o próprio Deus, que não pode enganar nem ser enganado.

(c) Por que o Filho de Deus se fez Filho do homem, ou quais foram os propósitos da encarnação?

1) Como já observamos, o Filho de Deus veio ao mundo para ser o Revelador de Deus. Ele afirmou que as suas obras e suas palavras eram guiadas por Deus (João 5:19, 20; 10:38); sua própria obra evangelizadora foi uma revelação do coração do

Pai celestial, e aqueles que criticaram sua obra entre os pecadores demonstraram assim sua falta de harmonia com o espírito do céu. (Luc. 15:1-7.)

2) Ele tomou sobre si nossa natureza humana para glorificá-la e desta maneira adaptá-la a um destino celestial. Por conseguinte, formou um modelo, por assim dizer, pelo qual a natureza humana poderia ser feita à semelhança divina. Ele, o Filho de Deus, se fez Filho do homem, para que os filhos dos homens pudessem ser feitos filhos de Deus (João 1:2), e um dia serem semelhantes a ele (1 João 3:2); até os corpos dos homens serão "conforme o seu corpo glorioso" (Fil. 3:21). "O primeiro homem (Adão), da terra, é terreno: o segundo homem, o Senhor é do céu" (1Cor. 15:47); e assim, "como trouxemos a imagem do terreno (vide Gên. 5:3), assim traremos também a imagem do celestial" (verso 49), porque "o último Adão foi feito em espírito vivificante" (verso 45).

3) Porém, o obstáculo a impedir a perfeição da humanidade era o pecado — o qual, ao princípio, privou Adão da glória da justiça original. Para resgatar-nos da culpa do pecado e de seu poder, o Filho de Deus morreu como sacrifício expiatório.

5. Cristo (título oficial e missão)

(a) A profecia. "Cristo" é a forma grega da palavra hebraica "Messias", que literalmente significa, "o ungido". A palavra é sugerida pelo costume de ungir com óleo como símbolo da consagração divina para servir. Apesar de os sacerdotes, e às vezes os "Ungido" era particularmente aplicado aos reis de Israel que reinavam como representantes de Jeová. (2 Sam. 1:14.) Em alguns casos o símbolo da unção era seguido pela realidade espiritual, de maneira que a pessoa vinha a ser, em sentido vital, o ungido do Senhor, (1 Sam. 10:1, 6; 16:13.) Saul foi um fracassado, porém Davi, que o sucedeu, foi "um homem segundo o coração de Deus", um rei que considerava suprema em sua vida a vontade de Deus e que se considerava como representante de Deus. Porém, a grande maioria dos reis se apartou do ideal divino e conduziu o povo à idolatria; e até alguns dos reis mais piedosos não estavam sem culpa nesse particular. Sob esse fundo negro, os profetas expuseram a promessa da vinda de um rei da casa de Davi, um rei ainda maior do que Davi. Sobre ele descansaria o Espírito do

Senhor com um poder nunca visto (Isa. 11:1-3; 61:1). Apesar de Filho de Davi, também seria ele o Filho de Jeová, recebendo nomes divinos (Isa. 9:6, 7; Jer. 23:6). Diferente do de Davi, seu reino seria eterno, e sob seu domínio estariam todas as nações. Esse era o Ungido, ou o Messias, ou o Cristo, e sobre ele concentravam-se as esperanças de Israel.

(b) O Cumprimento. O testemunho constante do Novo Testamento é que Jesus se declarou o Messias, ou Cristo, prometido no Antigo Testamento. Assim como o presidente deste país é primeiramente eleito e depois publicamente toma posse do governo, da mesma maneira, Jesus Cristo foi eternamente eleito para ser o Messias e Cristo, e depois empossado publicamente em seu ofício messiânico no rio Jordão. Assim como Samuel ungiu primeiro a Saul e depois explicou o significado da unção (1Sam. 10:1), da mesma maneira Deus, o Pai, ungiu a seu Filho com o Espírito de poder e sussurrou no seu ouvido o significado da sua unção: "Tu és o meu Filho amado em quem me comprazo" (Mar. 1:11). Em outras palavras: "Tu és o Filho de Jeová, cuja vinda foi predita pelos profetas, e agora te doto de autoridade e poder para a tua missão, e te envio com minha bênção." As pessoas entre as quais Jesus teria de ministrar esperavam a vinda do Messias, mas infelizmente suas esperanças eram coloridas por uma aspiração política. Esperavam um "homem forte", que fosse uma combinação de soldado e estadista. Seria Jesus esse tipo de Messias? O Espírito o conduziu ao deserto para debater a questão com Satanás, que astuciosamente lhe sugeriu que adotasse um programa popular e dessa maneira tomasse o caminho mais fácil e curto para o poder. "Concede-lhes seus anelos materiais", sugeriu o Tentador (vide Mat. 4:3, 4 e João 6:14, 15, 26), "deslumbra-os saltando do pináculo do templo (e logicamente ficarás em boas relações com o sacerdócio), faze-te o campeão do povo e conduze-os à guerra." (Vide Mat. 4:8, 9 e Apoc. 13:2, 4.) Jesus sabia que Satanás estava advogando a política popular, a qual era inspirada por seu próprio espírito egoísta e violento. Que esse curso de ação conduziria ao derramamento de sangue e à violência, não havia dúvida. Não! Jesus seguiria a direção do seu Pai e confiaria somente nas armas espirituais para conquistar os corações dos homens, ainda que a senda conduzisse à falta de compreensão, ao sofrimento, e à morte! Jesus escolheu a cruz. e escolheu-a porque

era parte do programa de Deus para sua vida. Ele nunca se desviou dessa escolha, apesar de ser muitas vezes tentado a abandonar o caminho da cruz. (Vide, por exemplo, Mat. 16:22.) Escrupulosamente Jesus conservou-se fora de embaraços na situação política contemporânea. Às vezes proibia aos que ele curava de espalharem sua fama, para que seu ministério não fosse mal interpretado como sendo uma agitação popular contra Roma. (Mat. 12:15, 16; Vide Luc. 23:5.) Nessa ocasião seu êxito tornou-se uma acusação contra ele. Recusou-se deliberadamente a encabeçar um movimento popular (João 6:15). Proibia a proclamação pública de seu caráter messiânico, como também o testemunho de sua transfiguração para que não suscitasse esperanças falsas entre o povo. (Mat. 16:20; 17:9.) Com sabedoria infinita, escapou a uma hábil armadilha que o desacreditaria entre o povo como "traidor da nação", ou, por outro lado, que o envolveria em dificuldades com o governo romano. (Mat. 22:15-21.) Em tudo isso o Senhor Jesus cumpriu a profecia de Isaias que o Ungido de Deus seria proclamador da verdade divina, e não um violento agitador, nem um que buscasse seu próprio bem, nem que excitasse a população (Mat. 12:16-21), como o faziam alguns dos falsos messias que o precederam e outros que posteriormente surgiram. (João 10:8; Atos 5:36; 21:38.) Ele evitou fielmente os métodos carnavais e seguiu os espirituais, de maneira que Pilatos, representante de Roma, pôde testificar: " não acho culpa alguma neste homem." Observamos que Jesus começou seu ministério entre um povo que tinha a verdadeira esperança de um Messias, tendo porém um conceito errôneo de sua Pessoa e obra. Sabendo disso, Jesus não se proclamou no princípio como Messias (Mat. 16:20) porque sabia que isso seria um sinal de rebelião contra Roma. Ele, de preferência, falava do Reino, descrevendo seus ideais e sua natureza espiritual, esperando inspirar no povo uma fome por esse reino espiritual, que por sua vez os conduziria a desejar um Messias espiritual. E seus esforços neste sentido não foram inteiramente infrutíferos, pois João, o apóstolo, nos diz (capítulo 1) que desde o princípio houve um grupo espiritual que o reconhecia como Cristo. Também, de tempos em tempos ele se revelava a indivíduos que estavam preparados espiritualmente. (João 4:25, 26; 9:35-37.) Porém, a nação em geral não entendia a conexão entre o seu ministério espiritual e o pensamento do Messias. Admitiam livremente que ele fosse um Mestre capaz, um grande pregador, e ainda um profeta (Mat. 16:13, 14); mas

certamente, não um que pudesse encabeçar um programa econômico, militar e político — como julgavam coubesse ao Messias fazer. Mas por que culpar o povo de uma expectativa tal? Em verdade, Deus havia prometido restabelecer um reino terreno. (Zac. 14:9-21; Amós 9:11-15; Jer. 23:6-8.) Certamente, mas antes desse evento, deveria operar-se uma purificação moral e uma regeneração espiritual da nação. (Ezeq. 36:25-27; vide João 3:1-3.) E tanto João Batista, como Jesus, esclareceram que a nação, na condição em que se encontrava, não estava preparada para participar desse reino. Daí a exortação: "Arrependei-vos: porque é chegado o reino dos céus." Mas enquanto as palavras "reino dos céus" comoviam profundamente o povo, as palavras "arrependei-vos" não lhes causaram boa impressão. Tanto os chefes (Mat. 21:31, 32) como o povo (Luc. 13:1-3; 19:41-44) se recusaram a obedecer às condições do reino e conseqüentemente perderam os privilégios do reino. (Mat. 21:43.) Mas Deus onisciente havia previsto o fracasso de Israel (Isa. 6:9,10; 53:1; João 12:37-40), e Deus Todo-poderoso o tinha dirigido para o fomento de um plano até então mantido em segredo. O plano era o seguinte: a rejeição por parte de Israel daria a Deus a oportunidade de tomar um povo escolhido de entre os gentios (Rom. 11:11; Atos 15:13, 14; Rom. 9:25, 26), que, juntamente com os crentes judeus, constituiriam um grupo conhecido como a Igreja. (Efês. 3:4-6.) Jesus mesmo deu a seus discípulos um vislumbre desse período (a época da igreja) que sucederia entre seus adventos primeiro e segundo, chamando essas revelações "mistérios" porque não foram reveladas aos profetas do Antigo Testamento. (Mat. 13:11-17.) Certa ocasião a inabalável fé demonstrada por um centurião gentio contrastada com a falta de fé em muitos israelitas trouxe à sua inspirada visão o espetáculo de gentios de todas as terras entrando no reino que Israel havia rejeitado. (Mat. 8:10-12.) A crise prevista no deserto havia chegado, e Jesus se preparou para dar tristes notícias a seus discípulos. Começou com muito tato a fortalecer-lhes a fé com testemunho divinamente inspirado acerca do seu caráter messiânico, testemunho dado pelo apóstolo Pedro. Então fez uma surpreendente predição (Mat. 16:18, 19), que se pode parafrasear da seguinte maneira: "A congregação de Israel (ou "igreja", Atos 7:38) rejeitou-me como seu Messias, e seus chefes realmente vão excomungar-me a mim, que sou a verdadeira pedra angular da nação. (Mat. 21:42.) Mas por isso, não fracassará o plano de Deus porque eu estabalecerei outra congregação ("igreja"), composta de

homens como tu, Pedro (1 Ped. 2:4-9), que crerão na minha Deidade e caráter messiânico. Tu serás dirigente e ministro dessa congregação, e teu será o privilégio de abrir-lhe as portas com a chave da verdade do Evangelho, e tu e teus irmãos administrareis os seus negócios." Então Cristo fez um anúncio que os discípulos não compreenderam inteiramente, senão depois de sua ressurreição (Luc. 24:25-48); isto é, que a cruz era parte do programa de Deus para o Messias. "Desde então começou Jesus a mostrar aos seus discípulos que convinha ir a Jerusalém, e padecer muito às mãos dos anciãos, e dos principais dos sacerdotes, e dos escribas, e ser morto, e ressuscitar ao terceiro dia" (Mat. 16:21). No devido tempo a horrenda profecia foi cumprida. Jesus poderia ter escapado à morte, negando a sua Deidade; poderia ter sido absolvido negando que fosse rei; porém, ele persistiu em seu testemunho e morreu numa cruz que levava a inscrição: ESTE É O REI DOS JUDEUS. Mas o Messias sofredor (Isa. 53:7-9) ressurgiu dentre os mortos (Isa. 53:10, 11), e, como Daniel havia previsto, ascendeu à destra de Deus (Dan. 7:14; Mat. 28:18), de onde virá para julgar os vivos e os mortos. Depois desse exame dos ensinamentos do Antigo e Novo Testamentos, temos elementos para declarar a definição completa do título "Messias"; a saber, aquele a quem Deus autorizou para salvar a Israel e às nações do pecado e da morte, e para governar sobre eles como Senhor de suas vidas e Mestre. Que semelhante afirmação implica deidade é compreendido por pensadores judeus, se bem que para eles isso constitui um escândalo. Claude Montefiore, notável erudito judeu, disse: Se eu pudesse crer que Jesus era Deus (isto é, Divino), então obviamente ele seria meu Mestre. Porque o meu Mestre — o Mestre do judeu moderno, é, e só pode ser Deus.

6. Filho de Davi (linhagem real).

Esse título é equivalente a "Messias", pois uma qualidade importante do Messias era sua descendência davídica.

(a) A Profecia. Como recompensa por sua fidelidade, a Davi foi prometida uma dinastia perpétua (2 Sam. 7:16), a à sua casa foi dada uma soberania eterna sobre Israel. Esta foi a aliança davídica ou a do trono. Data desse tempo a esperança de que, acontecesse o que acontecesse à nação, no tempo assinalado por Deus apareceria um rei pertencente ao trono e à linhagem de

Davi. Em tempos de aflição os profetas lembravam ao povo essa promessa, dizendo-lhe que a redenção de Israel, e das nações, estava ligada com a vinda de um grande Rei da casa de Davi. (Jer. 30:9; 23:5; Ezeq. 34:23; Isa. 55:3, 4; Sal. 89:34-37.) Notemos particularmente Isa. 11:1, que pode ser traduzido como segue: "Porque brotará rebento do trono de Jessé, e das suas raízes um renovo frutificará". Em Isa. 10:33,34, a Assíria, a cruel opressora de Israel, é comparada a um cedro cujo tronco nunca brota renovações, mas apodrece lentamente. Uma vez cortada, essa árvore não tem futuro. E assim é descrita a sorte da Assíria, a qual, há muito, desapareceu do palco da história. A casa de Davi, por outro lado, é comparada a uma árvore que terá novo crescimento do tronco deixado no solo. A profecia de Isaías é como segue: A nação judaica será quase destruída, e a casa de Davi cessará como casa real — será cortada junto à raiz. Entretanto, desse tronco sairá um renovo; das raízes desse tronco sairá um ramo — o Rei-Messias.

(b) O cumprimento. Judá foi levado ao cativeiro, e desse cativeiro voltou sem rei, sem independência, para ficar subjugado, sucessivamente, pela Pérsia, Grécia, Egito, Síria, e, depois de um breve período de independência, por Roma. Durante esses séculos de sujeição aos gentios, houve tempo de desalento quando o povo voltava seu pensamento às glórias passadas do reino de Davi e exclamava como o Salmista: "Senhor, onde estão as tuas antigas benignidades que juraste a Davi pela tua verdade?" (Sal. 89:49.) Os judeus nunca perderam a esperança. Reunidos ao redor do fogo da profecia Messiânica, fortaleciam seus corações e esperavam pacientemente pelo Filho de Davi. Não foram desapontados. Séculos depois da casa de Davi haver cessado, um anjo apareceu a uma jovem judia e disse: "E eis que em teu ventre conceberás e darás à luz um filho, e por-lhe-ás o nome JESUS. Este será grande, e será chamado Filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; e reinará eternamente na casa de Jacó, e seu reino não terá fim" (Luc. 1:31-33. Vide Isa. 9:6, 7). Assim um Libertador se levantou na casa de Davi. Em um tempo quando a casa de Davi parecia estar reduzida a seu estado mais decadente e quando os herdeiros vivos eram um humilde carpinteiro e uma simples donzela, então, por milagrosa ação de Deus, o Ramo brotou do tronco e cresceu tornando-se uma

poderosa árvore que tem provido proteção para um sem-número de povos e nações. O seguinte é a substância da aliança davídica, como é interpretada pelos inspirados profetas: Jeová desceria para salvar o seu povo, no tempo em que haveria na terra um descendente da família de Davi, pelo qual Jeová resgataria e posteriormente governaria o seu povo. Que Jesus era esse filho de Davi manifesta-se pelo anúncio feito ao tempo de seu nascimento, por suas genealogias (Mat. 1 e Luc. 3), pelo fato de ter ele aceitado esse título quando lhe foi atribuído (Mat. 9:27; 20:30, 31; 21:1-11), e pelo testemunho dos escritores do Novo Testamento. (Atos 13:23; Rom. 1:3; 2 Tim. 2:8; Apo. 5:5; 22:16.) Mas o título "Filho de Davi", não era uma descrição completa do Messias, porque acentuava principalmente a sua ascendência humana. Por isso o povo, ignorando as Escrituras que falavam da natureza divina de Cristo, esperava um Messias humano que seria um segundo Davi. Em certa ocasião Jesus procurou elevar os pensamentos dos chefes sobre esse conceito incompleto. (Mat. 22:42-46.) "Que pensais vos de Cristo (isto é, do Messias)? Ele perguntou: "de quem é filho?" Os fariseus naturalmente responderam: "é filho de Davi." Então Jesus, citando o Salmo 110:1, perguntou: "Se Davi lhe chama Senhor, como é ele seu filho?" Como pode o Senhor de Davi ser filho de Davi? — foi a pergunta que confundiu os fariseus. A resposta naturalmente é: O Messias é tanto Senhor como filho de Davi. Pelo milagre do nascimento virginal, Jesus nasceu de Deus e também de Maria; ele era desse modo o Filho de Deus e Filho do homem. Como Filho de Deus ele é Senhor de Davi; como filho de Maria ele é filho de Davi.

O Antigo Testamento registra duas grandes verdades messiânicas. Alguns trechos declaram que o Senhor mesmo virá do céu para resgatar o seu povo (Isa. 40:10; 42:13; Sal. 98:9); outros esclarecem que da família de Davi se levantaria um libertador. Essas duas vidas completam-se na aparição da pequena criança em Belém, a cidade de Davi. Foi então que o Filho do Altíssimo nasceu como filho de Davi. (Luc. 1:32.)

Notemos como em Isaías 9:6,7, combinam-se a natureza divina e a descendência davídica do Rei vindouro. O título mencionado aqui — "Pai da eternidade" — tem sido mal interpretado por alguns, que dele deduzem não haver Trindade, afirmando erroneamente que Jesus é o Pai e que o Pai é Jesus. Um conhecimento da linguagem do Antigo Testamento evitaria esse

erro. Naqueles dias um regente que governava sábia e justamente, era descrito como um "pai" para seu povo. Por isso, o Senhor, falando por meio de Isaías, diz acerca de um oficial: "E ser como pai para os moradores de Jerusalém, e para a casa de Judá . E porei a chave da casa de Davi sobre o seu ombro" (Isa. 22:21, 22). Note-se a semelhança com Isa. 9:6, 7 e vide Apoc. 3:7. Esse título foi aplicado a Davi, conforme se vê na aclamação do povo na entrada triunfal de Jesus em Jerusalém: "Bendito o reino do nosso pai Davi" (Mat. 11:10). Eles não queriam dizer que Davi fosse seu antecessor, pois nem todos descendiam da sua família; e naturalmente não o chamariam de Pai celestial. Davi é descrito como "pai" porque, como o rei segundo o coração de Deus, foi o verdadeiro fundador do reino israelita (já que Saul foi um malogrado) ampliando suas fronteiras de 9.600 para 96.000 quilômetros quadrados. De igual maneira muitas vezes se refere a George Washington como o "Pai dos Estados Unidos da América". O "pai" Davi era humano, e morreu; seu reino foi terreno, e com o tempo se desintegrou. Mas, de acordo com Isaías 9:6, 7, o descendente de Davi, o Rei-Messias, seria divino, e seu reino seria eterno. Davi foi um "pai" temporário para seu povo; o Messias será um Pai eterno (imortal, divino, imutável), para todo o povo — assim destinado por Deus, o Pai. (Sal. 2:6-8; Luc. 22:29.)

7. Jesus (obra salvadora).

O Antigo Testamento ensina que Deus mesmo é a Fonte da salvação: Ele é o Salvador e Libertador de Israel. "A salvação vem de Deus." Ele livrou o seu povo da servidão do Egito, e daquele tempo em diante Israel soube, por experiência, que ele era o Salvador. (Sal. 106:21; Isa. 43:3, 11; 45:15, 22; Jer. 14:48.) Mas Deus age por meio de seus instrumentos; portanto, lemos que ele salvou Israel por meio do misterioso "anjo da sua face" (Isa. 63:9). Às vezes foram usados instrumentos humanos; Moisés foi enviado para libertar Israel da servidão; de tempos em tempos foram levantados juizes para socorrer Israel. "Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos" (Gál. 4:4,5). Ao entrar no mundo, ao Redentor foi dado o expressivo nome da sua missão suprema: "E chamarás o seu nome JESUS; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados" (Mat. 1:21). Os primeiros pregadores

do Evangelho não precisaram explicar aos judeus o significado do nome "Salvador"; já tinham aprendido o fato pela sua própria história. (Atos 3:26; 13:23.) Eles entenderam a mensagem, mas recusaram-se a crer. Crucificado, Cristo cumpriu a missão indicada pelo seu nome, Jesus, pois salvar o povo dos seus pecados implica expiação, e expiação implica morte. Como na sua morte, assim também durante a vida, ele viveu à altura do seu nome. Foi sempre o Salvador. Em toda a Palestina muita gente podia testificar: "Eu estava preso pelo pecado, mas Jesus me libertou." Maria Madalena podia dizer: "Ele me libertou de sete demônios." Aquele que outrora fora paralisado, também podia testificar: "Ele perdoou os meus pecados."

II. OS OFÍCIOS DE CRISTO

Na época do Antigo Testamento havia três classes de mediadores entre Deus e seu povo: o profeta, o sacerdote, e o rei. Como perfeito Mediador (1 Tim. 2:5), Cristo reúne em si mesmo os três ofícios. Jesus é o Cristo-Profeta que ilumina as nações; o Cristo-Sacerdote que se ofereceu como sacrifício pelas nações; o Cristo-Rei que reinará sobre as nações.

1. Profeta.

O profeta do Antigo Testamento era o representante ou agente de Deus na terra, que revelava sua vontade com relação ao presente e ao futuro. O testemunho dos profetas dizia que o Messias seria um profeta para iluminar Israel e as nações (Isa. 42:1; vide Rom. 15:8). Os Evangelhos também apresentam Jesus da mesma forma, como profeta. (Mar. 6:15; João 4:19; 6:14; 9:17; Mar. 6:4; 1:27.)

(a) Como profeta Jesus pregou a salvação. Os profetas de Israel exerciam seu ministério mais importante em tempos de crises, quando os governadores e demais estadistas e sacerdotes estavam confusos e impotentes para atuar. Era essa a hora em que o profeta entrava em ação e, com autoridade divina, mostrava o caminho para sair das dificuldades, dizendo: "Este é o caminho, andai nele." O Senhor Jesus apareceu em um tempo

quando a nação judaica se encontrava em um estado de inquietação causado pelo anelo de libertação nacional. A pregação de Cristo obrigou a nação a escolher, quanto à espécie de libertação — ou guerra com Roma ou paz com Deus. Eles escolheram mal e sofreram a desastrosa consequência, a destruição nacional. (Luc. 19:41-44; vide Mat. 26:52.) Tal qual seus desobedientes e rebeldes antepassados que certa vez tentaram em vão forçar seu caminho para Canaã (Num. 14:40-45), assim também os judeus, em 68 A. D., tentaram pela força conquistar sua libertação de Roma. Sua rebelião foi apagada com sangue; Jerusalém e o Templo foram destruídos, e o judeu errante começou sua dolorosa viagem através dos séculos. O Senhor Jesus mostrou o caminho de escape do poder e da culpa do pecado, não somente à nação, mas também ao indivíduo. Aqueles que vieram com a pergunta: Que farei para ser salvo?, receberam instruções precisas, e essas sempre incluíam uma ordem de segui-lo. Ele não somente mostrou, mas também abriu o caminho da salvação por sua morte na cruz.

(b) Como profeta Jesus anunciou o reino. Todos os profetas falaram de um tempo quando toda a humanidade estaria sob o domínio da lei de Deus — uma condição descrita como "o reino de Deus". Esse era um dos temas principais da pregação de nosso Senhor: "Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus (ou de Deus)" (Mat. 4:17). E ele ampliou esse tema descrevendo a natureza do reino, o estado e a qualidade de seus membros, as condições de ingresso nele, a sua história espiritual após a sua ascensão (Mat. 13), e a maneira de seu estabelecimento na terra.

(c) Como profeta Jesus predisse o futuro. A profecia baseia-se no princípio de que a história não prossegue descontroladamente, porém é controlada por Deus, que conhece o fim desde o princípio. Ele revelou o curso da história a seus profetas, capacitando-os, dessa maneira, a predizerem o futuro. Como Profeta, Cristo previu o triunfo de sua causa e de seu reino mediante as mudanças da história humana. (Mat. cap. 24 e 25.) O Cristo glorificado continua o seu ministério profético por meio de seu corpo, a igreja, à qual prometeu inspiração (João 14:26; 16:13), e concedeu o dom de profecia (1

Cor. 12:10). Isso não significa que os cristãos devam acrescentar algo às Escrituras, que são urna revelação "de uma vez para sempre" (Jud. 3); mas, pela inspiração do Espírito, trarão mensagens de edificação, exortação e consolação (1 Cor. 14:3), baseadas na Palavra.

2. Sacerdote.

Sacerdote, no sentido bíblico, é uma pessoa divinamente consagrada para representar o homem diante de Deus e para oferecer sacrifícios que assegurarão o favor divino. "Porque todo o sumo sacerdote é constituído para oferecer dons e sacrifícios; pelo qual era necessário que este também tivesse alguma coisa que oferecer" (Heb. 8:3). No Calvário, Cristo, o Sacerdote, ofereceu-se a si mesmo em sacrifício, para assegurar o perdão do homem e sua aceitação diante de Deus. Sua vida anterior a este acontecimento foi uma preparação para sua obra sacerdotal. O Filho Eterno participou de nossa natureza (Heb. 2:14-16) e de nossas experiências, porque de outra maneira não podia representar o homem diante de Deus nem oferecer sacrifícios. Não podia socorrer a humanidade tentada sem saber por experiência o que era a tentação. Um sacerdote, portanto, devia ser de natureza humana. Um anjo, por exemplo, não podia ser sacerdote dos homens. Vide o capítulo 16 de Levítico e os capítulos 8 a 10 de Hebreus. O sumo sacerdote de Israel era consagrado para representar o homem diante de Deus e para oferecer sacrifícios que assegurariam o perdão e a aceitação de Israel. Uma vez por ano, o sumo sacerdote fazia expiação por Israel; em um sentido típico, ele era o salvador deles, aquele que aparecia ante a presença de Deus para obter o perdão. As vítimas dos sacrifícios daquele dia eram imoladas no pátio exterior; da mesma maneira Cristo foi crucificado aqui na terra. Depois o sangue era levado ao lugar santíssimo e aspergido na presença de Deus; da mesma maneira. Jesus ascendeu ao céu "para apresentar-se em nosso lugar na presença de Deus". A aceitação por Deus, de seu sangue, nos dá a certeza da aceitação de todos os que confiam no seu sacrifício. Apesar de Cristo haver oferecido um sacrifício perfeito uma vez por todas, sua obra sacerdotal ainda continua. Ele vive sempre para aplicar os méritos e o poder de sua obra expiatória perante Deus, a favor dos pecadores. O mesmo que morreu pelos homens agora vive para eles, para salvá-los e para interceder por

eles. E quando oramos: "Em nome de Jesus", estamos pleiteando a obra expiatória de Cristo como a base da nossa aceitação, porque somente por ela temos a certeza de sermos "aceitos no Amado" (Efés. 1:6)

3. Rei.

O Cristo-Sacerdote é também o Cristo-Rei. O plano de Deus para o Governante perfeito foi o de que ambos os ofícios fossem investidos na mesma pessoa. Por isso, Melquisedeque, por ser tanto rei de Salém como sacerdote do Deus Altíssimo, veio a ser um tipo do Rei perfeito de Deus, o Messias (Gên. 14:18,19; Heb. 7:1-3). Houve um período na história do povo hebreu quando esse ideal quase se realizou. Mais ou menos um século e meio antes do nascimento de Cristo, o país foi governado por uma sucessão de sumo-sacerdotes que também eram governantes civis; o governante do país era tanto sacerdote como rei. Também, durante a Idade Média, o Papa reivindicou e tentou exercer um poder, tanto espiritual como temporal sobre a Europa. Ele pretendia governar como representante de Cristo, segundo afirmava, tanto sobre a igreja como sobre as nações. O Dr. H. B. Swete, escreveu: "As duas experiências, a judaica e a cristã, fracassaram; e até onde se pode julgar por esses exemplos, nem os interesses temporais nem os espirituais dos homens serão promovidos quando confiados ao mesmo representante. A dupla tarefa é grande demais para ser desempenhada por um só homem." Mas os escritores inspirados falaram da vinda de Um que era digno de exercer o duplo cargo. Esse era o Messias esperado, um Governante e Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (Sal. 110:1-4), e um "sacerdote no seu trono" (Zac. 6:13). Tal é o Cristo glorificado. (Vide Sal. 110:1 e Heb. 10:13.) De acordo com as profecias do Antigo Testamento, o Messias seria um grande Rei da casa de Davi que governaria Israel e as nações, por meio do seu reino áureo de justiça, paz e prosperidade (Isa. 11:1-9; Salmo 72).

Jesus afirmou ser ele esse Rei. Na presença de Pilatos ele testificou que nasceu para ser Rei; explicou que o seu reino não era deste mundo, isto é, não seria um reino fundado por força humana, nem seria governado de acordo com os ideais humanos (João 18:36). Antes de sua morte, Jesus predisse sua vinda com poder e majestade para julgar as nações (Mat. 25:31).

Mesmo pendurado na cruz ele parecia Rei e como Rei falava, de modo que o ladrão moribundo percebeu esse fato e exclamou: "Senhor, lembra-te de mim, quando entrares no teu reino" (Luc. 23:42). Compreendeu que a morte introduziria Jesus no seu reino celestial. Depois de sua ressurreição, Jesus declarou: "é-me dado todo o poder no céu e na terra" (Mat. 28:18). Depois de sua ascensão foi coroado e entronizado com o Pai. (Apoc. 3:21; vide Efês. 1:20-22.) Isso significa que, diante de Deus, Jesus é Rei; ele não é somente Cabeça da Igreja, mas também Senhor de todo o mundo e Mestre dos homens. A terra é dele e tudo o que nela há. Somente dele são o poder e a glória desses resplandecentes reinos que Satanás, o tentador, há muito tempo, mostrou-lhe do cume da montanha. Ele é Cristo o Rei, Senhor do mundo, Possuidor de suas riquezas, e Mestre dos homens.

Do ponto de vista divino, tudo isso é fato consumado; mas nem todos os homens reconhecem o governo de Cristo. Apesar de Cristo ter sido ungido Rei de Israel (Atos 2:30), "os seus" (João 1:11) recusaram-lhe a soberania (João 19:15) e as nações seguem seu próprio caminho sem tomarem conhecimento de seu governo. Essa situação foi prevista e predita por Cristo na parábola das minas (Luc. 19:12-25). Naqueles dias, quando um governante nacional herdava um reino, o costume determinava que ele primeiramente fosse a Roma a fim de recebê-lo do imperador. Depois disto estava livre para regressar e assumir o governo. Assim Cristo compara a si mesmo a um certo nobre que foi a um país longínquo a receber para si um reino e depois regressou. Jesus veio do céu à terra, ganhou exaltação e soberania por sua morte expiatória pelos homens, e depois ascendeu ao trono do Pai para receber a coroa e o seu governo. "Mas os seus concidadãos aborreciam-se, mandaram após ele embaixadores, dizendo: não queremos que este reine sobre nós."

Israel, igualmente, rejeitou a Jesus como Rei. Sabendo que estaria ausente por algum tempo, o nobre da parábola confiou a seus servos certas tarefas; da mesma maneira, Cristo, prevendo que haveria de transcorrer um período de tempo entre seu primeiro e segundo adventos, repartiu a seus servos a tarefa de proclamar o seu reino e ganhar membros para ele, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Finalmente, o nobre, tendo recebido o reino, regressou à sua terra, recompensou a seus servos, afirmou a sua soberania e puniu os inimigos. Da mesma

forma, Cristo regressará ao mundo e recompensará a seus servos, afirmará a sua soberania sobre o mundo e punirá os ímpios. Esse é o tema central do livro de Apocalipse. (Apoc.11:15; 12:10;19:16.) Nessa ocasião, sentar-se-á ele sobre o trono de Davi, e ali continuará o Reino do Filho de Davi, um período de mil anos quando a terra toda desfrutará de um reino áureo de paz e abundância. Toda esfera de atividade humana estará sob o domínio de Cristo; a impiedade será suprimida com vara de ferro; Satanás será preso, e a terra ficará cheia do conhecimento e da glória de Deus, "como as águas cobrem o mar".

III. A OBRA DE CRISTO

Cristo realizou muitas obras, porém a obra suprema que ele consumou foi a de morrer pelos pecados do mundo. (Mat. 1:21; João 1:29.) Incluídas nessa obra expiatória figuram a sua morte, ressurreição, e ascensão. Não somente devia ele morrer por nós, mas também viver por nós. Não somente devia ressuscitar por nós, mas também ascender para interceder por nós diante de Deus. (Rom. 8:34; 4:25; 5:10.)

1. Sua morte.

(a) Sua importância. O evento mais importante e a doutrina central do Novo Testamento resumem-se nas seguintes palavras: "Cristo morreu (o evento) por nossos pecados (a doutrina)" (1 Cor. 15:3). A morte expiatória de Cristo é o fato que caracteriza a religião cristã. Martinho Lutero declarou que a doutrina cristã distingue-se de qualquer outra, e mui especialmente daquela que apenas parece ser cristã, pelo fato de ser ela a doutrina da Cruz. Todas as batalhas da Reforma travaram-se em torno da correta interpretação da Cruz. O ensino dos reformadores era este: quem compreende perfeitamente a Cruz, compreende a Cristo e a Bíblia! É essa característica singular dos Evangelhos que faz do Cristianismo a única religião; pois o grande problema da humanidade é o problema do pecado, e a religião que apresenta uma perfeita provisão para o resgate do poder e da culpa do pecado tem um propósito divino. Jesus é o autor da "salvação

eterna" (Heb. 5:9), isto é, da salvação final. Tudo quanto a salvação possa significar é assegurado por ele.

(b) Seu significado. Havia certa relação verdadeira entre o homem e seu Criador. Algo sucedeu que interrompeu essa relação. Não somente está o homem distanciado de Deus, tendo seu caráter manchado, mas existe um obstáculo tão grande no caminho que o homem não pode removê-lo pelos seus próprios esforços. Esse obstáculo é o pecado, ou melhor, a culpa. O homem não pode remover esse obstáculo; a libertação terá que vir da parte de Deus. Para isso Deus teria que tomar a iniciativa de salvar o homem. O testemunho das Escrituras é este: que Deus assim fez. Ele enviou seu Filho do céu à terra para remover esse obstáculo e dessa maneira reconciliou os homens com Deus. Ao morrer por nossos pecados, Jesus removeu a barreira; levou o que devíamos ter levado; realizou por nós o que estávamos impossibilitados de fazer por nós mesmos; isso ele fez porque era a vontade do Pai. Essa é a essência da expiação de Cristo. Considerando a suprema importância deste assunto será ele abordado mais pormenorizadamente em um capítulo à parte.

2. Sua ressurreição.

(a) O fato. A ressurreição de Cristo é o grande milagre do Cristianismo. Uma vez que é estabelecida a realidade desse evento, torna-se desnecessário procurar provar os demais milagres dos Evangelhos. Ademais, é o milagre com o qual a fé cristã está em pé ou cai, isso em razão de ser o Cristianismo uma religião histórica que baseia seus ensinamentos em eventos definidos que ocorreram na Palestina há mais de mil e novecentos anos. Esses eventos, são: o nascimento e o ministério de Jesus Cristo, culminando na sua morte, sepultamento e ressurreição. Desses, a ressurreição é a pedra angular, pois se Cristo não tivesse ressuscitado, então não seria o que ele próprio afirmou ser; e sua morte não seria expiatória. Se Cristo não houvesse ressuscitado, então os cristãos estariam sendo enganados durante séculos; os pregadores estariam proclamando um erro; e os fiéis estariam sendo enganados por uma falsa esperança de salvação. Mas, graças a Deus, que, em vez de ponto de interrogação, podemos colocar o ponto de exclamação após ter sido exposta essa

doutrina: "Mas agora Cristo ressuscitou dos mortos, e foi feito as primícias dos que dormem!"

(b) A evidência. "Vocês cristãos vivem na fragrância de um túmulo vazio", disse um cético francês. É um fato que aqueles que foram a embalsamar o corpo de Jesus, na memorável manhã da ressurreição, encontraram seu túmulo vazio. Esse fato nunca foi nem pode ser explicado a não ser pela ressurreição de Jesus! Quão facilmente os judeus poderiam ter refutado o testemunho dos primeiros pregadores se tivessem exibido o corpo do nosso Senhor! Mas não o fizeram — porque não o puderam fazer! Como vamos explicar a própria existência e origem da igreja cristã, que certamente teria permanecido sepultada juntamente com seu Senhor — se ele não tivesse ressuscitado? A igreja viva e radiante do dia de Pentecoste não nasceu de um Dirigente morto! Que faremos com o testemunho daqueles que viram a Jesus depois de sua ressurreição, muitos dos quais o apalpam, falaram e comeram com ele, centenas dos quais, Paulo disse, estavam vivos naqueles dias, muitos dos quais cujo testemunho inspirado se encontra no Novo Testamento? Como receberemos o testemunho de homens demasiado honestos e sinceros para pregarem uma mensagem propositadamente falsa, homens que tudo sacrificaram por essa mensagem? Como explicaremos a conversão de Saulo de Tarso, o perseguidor do Cristianismo, em um de seus maiores apóstolos e missionários, a não ser pelo fato de ele realmente ter visto a Jesus no caminho de Damasco? Há somente uma resposta satisfatória a essas perguntas: Cristo ressuscitou! Muitas tentativas já foram feitas para superar esse fato. Os chefes dos judeus asseveraram que os discípulos de Jesus haviam roubado o seu corpo. Mas isso não explica como um pequeno grupo de tímidos e desanimados discípulos pôde reunir suficiente coragem para arrebataram dos endurecidos soldados romanos o corpo de seu Mestre, cuja morte lhes significava o fracasso completo das suas esperanças! Os eruditos modernos também apresentam estas explicações:]

1) "Os discípulos simplesmente experimentaram uma visão." Então perguntamos: como podiam centenas de pessoas ter a mesma visão e imaginar, a um só tempo, que realmente viam a Cristo?

2) "Jesus realmente não morreu; ele simplesmente desmaiou e ainda estava vivo quando o tiraram da cruz." A isso respondemos: então um Jesus pálido e exausto, decaído e abatido, podia persuadir os discípulos cheios de dúvidas, e sobretudo a um Tomé, de que ele era o ressuscitado Senhor da vida? não é possível! Essas explicações são tão inconsistentes que por si mesmas se refutam. Novamente afirmamos, Cristo ressuscitou! DeWette, teólogo modernista, afirmou que "a ressurreição de Jesus Cristo é um fato tão bem comprovado quanto o fato histórico do assassinato de Júlio César".

(c) O significado. A ressurreição. Ela significa que Jesus é tudo quanto ele afirmou ser: Filho de Deus, Salvador, e Senhor (Rom. 1:4). A resposta do mundo às reivindicações de Jesus foi a cruz; a resposta de Deus, entretanto, foi a ressurreição. A ressurreição significa que a morte expiatória de Cristo foi uma divina realidade, e que o homem pode encontrar o perdão dos seus pecados, e assim ter paz com Deus (Rom. 4:25). A ressurreição é realmente a consumação da morte expiatória de Cristo. Como sabemos pois que não foi uma morte comum — e que realmente ela tira o pecado? Porque ele ressuscitou! A ressurreição significa que temos um Sumo Sacerdote no céu, que se compadece de nós, que viveu a nossa vida e conhece as nossas tristezas e fraquezas; que é poderoso para dar-nos poder para diariamente vivermos a vida de Cristo. Jesus que morreu por nós, agora vive por nós. (Rom. 8:34; Heb. 7:25.) Significa que podemos saber que há uma vida vindoura. Uma objeção comum a essa verdade é: "Mas ninguém jamais voltou para falar-nos do outro mundo." Mas alguém voltou — esse alguém é Jesus Cristo! "Se um homem morrer, tornará a viver?" A essa pergunta antiga a ciência somente pode dizer: "não sei." A filosofia apenas diz: "Deve haver uma vida futura." Porém, o Cristianismo afirma: "Porque ele vive, nós também viveremos; porque ele ressuscitou dos mortos, também todos ressuscitaremos"! A ressurreição de Cristo não somente constitui a prova da imortalidade, mas também a certeza da imortalidade pessoal, (1 Tes. 4:14; 2 Cor. 4:14; João 14:19.) Isto significa que há certeza de juízo futuro. Como disse o inspirado apóstolo, Deus "tem determinado um dia em que com justiça há de julgar o mundo, por meio do varão que destinou; e disso deu certeza a todos, ressuscitando-o dos mortos" (Atos 17:31). Tão

certo como Jesus ressuscitou dos mortos para ser o Juiz dos homens, assim ressuscitarão também da morte os homens para serem julgados por ele.

3. Sua ascensão.

Os evangelhos, o livro dos Atos e as Epístolas dão testemunho da ascensão. Qual o significado desse fato histórico? Quais as doutrinas que nele se baseiam? Quais seus valores práticos? A ascensão ensina que nosso Mestre é:

(a) O Cristo celestial. Jesus deixou o mundo porque havia chegado o tempo de regressar ao Pai. Sua partida foi uma "subida", assim como sua entrada ao mundo havia sido uma "descida". Ele que desceu agora subiu para onde estava antes. E assim como sua entrada no mundo foi sobrenatural, assim o foi sua partida. Consideremos a maneira de sua partida. Suas aparições e desaparecimentos depois da ressurreição foram instantâneas; a ascensão foi, no entanto, gradual — "vendo-o eles" (Atos 1:9). Não foi seguida por novas aparições, nas quais o Senhor surgiu entre eles em pessoa para comer e beber com eles; as aparições dessa classe terminaram com a sua ascensão. Sua retirada da vida terrena que vivem os homens aquém da sepultura foi de uma vez por todas.

Dessa hora em diante os discípulos não deveriam pensar nele como o "Cristo segundo a carne", isto é, como vivendo uma vida terrena, e sim, como o Cristo glorificado, vivendo uma vida celestial na presença de Deus e tendo contato com eles por meio do Espírito Santo. Antes da ascensão, o Mestre aparecia, desaparecia e reaparecia de tempos em tempos para fazer com que paulatinamente os discípulos perdessem a necessidade de um contato visual e terreno com ele, e acostumá-los a uma comunhão espiritual e invisível com ele. Desse modo, a ascensão vem a ser a linha divisória entre dois períodos da vida de Cristo: Do nascimento até à ressurreição, ele é o Cristo da história humana, aquele que viveu uma vida humana perfeita sob condições terrenas. Desde a ascensão, ele é o Cristo da experiência espiritual, que vive no céu e tem contato com os homens por meio do Espírito Santo.

(b) O Cristo exaltado. Afirma certa passagem que Cristo "subiu", e outra diz que foi "levado acima". A primeira representa a Cristo como entrando na presença do Pai por sua própria vontade e direito; a segunda acentua a ação do Pai pela qual ele foi exaltado em recompensa por sua obediência até a morte. Sua lenta ascensão ante os olhares dos discípulos trouxe-lhes a compreensão de que Jesus estava deixando sua vida terrena, e os fez testemunhas oculares de sua partida. Mas uma vez fora do alcance de sua vista, a jornada foi consumada por um ato de vontade. O Dr. Swete assim comenta o fato: Nesse momento toda a glória de Deus brilhou em seu derredor, e ele estava no céu. Não lhe era a cena inteiramente nova; na profundidade do seu conhecimento divino, o Filho do homem guardava lembranças das glórias que, em sua vida anterior à encarnação, gozava com o Pai "antes que o mundo existisse" (João 17:5). Porém, a alma humana de Cristo até o momento da ascensão, não experimentara a plena visão de Deus que transbordou sobre ele ao ser levado acima. Esse foi o alvo de sua vida humana, o gozo que lhe estava proposto (Heb. 12:2), que foi alcançado no momento da ascensão. Foi em vista de sua ascensão e exaltação que Cristo declarou: é-me dado todo o poder (autoridade) no céu e na terra" (Mat. 28:18; vide Efés. 1:20-23; 1 Ped. 3:22; Fil. 2:9-11; Apoc. 5:12). Citemos outra vez o Dr. Swete: Nada se faz nesse grandioso mundo desconhecido, que chamamos o céu, sem sua iniciativa, direção e autoridade determinativa. Processos incompreensíveis à nossa mente realizam-se no outro lado do véu por meios divinos igualmente incompreensíveis. Basta que a igreja compreenda que tudo que se opera ali é feito pela autoridade de seu Senhor.

(c) O Cristo soberano. Cristo ascendeu a um lugar de autoridade sobre todas as criaturas. Ele é a "cabeça de todo o varão" (1Cor. 11:3), a "cabeça de todo o principado e potestade" (Col. 2:10); todas as autoridades do mundo invisível, tanto como as do mundo dos homens, estão sob seu domínio, (1 Ped. 3:22; Rom. 14:9; Fil. 2:10, 11.) Ele possui essa soberania universal para ser exercida para o bem da igreja, a qual é seu corpo; Deus "sujeitou todas as coisas a seus pés, e sobre todas as coisas o constituiu como cabeça da Igreja." Em um sentido muito especial, portanto, Cristo é a Cabeça da igreja. Essa autoridade se manifesta de duas maneiras:

1) Pela autoridade exercida por ele sobre os membros da igreja. Paulo usou a relação matrimonial como ilustração da relação entre Cristo e a igreja (Efês. 5:22-23). Como a igreja vive em sujeição a Cristo, assim as mulheres devem estar sujeitas a seus maridos; como Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, assim os maridos devem exercer sua autoridade no espírito de amor e auto-sacrifício. A obediência da igreja a Cristo é uma submissão voluntária; da mesma maneira a esposa deve ser obediente, não só por questão de consciência mas por amor e reverência. Para os cristãos, o estado de matrimônio se tomou um "mistério" (isto é, uma verdade com significado espiritual), porque revela a união espiritual entre Cristo e sua igreja; "autoridade da parte de Cristo, subordinação da parte da igreja, amor de ambos os lados — o amor retribuindo amor, para ser coroado pela plenitude do gozo, quando essa união for consumada na vinda do Senhor" (Swete). Uma característica proeminente da igreja primitiva era a atitude de amorosa submissão a Cristo. "Jesus é Senhor" não era somente a declaração do credo mas também a regra de vida.

2) O Cristo glorificado não é somente o Poder que dirige e governa a igreja, mas também a fonte de sua vida e poder. O que a videira é para a vara, o que a cabeça é para o corpo, assim é o Cristo vivo para a sua igreja. Apesar de estar no céu, a Cabeça da igreja, Cristo está na mais íntima união com seu corpo na terra, sendo o Espírito Santo o vínculo. (Efês. 4:15, 16; Col. 2:19.)

(d) O Cristo que prepara o caminho. A separação entre Cristo e sua igreja na terra, separação ocasionada pela ascensão, não é permanente. Ele subiu como um precursor a preparar o caminho para aqueles que o seguem. Sua promessa foi: "Onde eu estiver, ali estará também o meu servo" (João 12:26). O termo "precursor" é primeiramente aplicado a João Batista como aquele que prepararia o caminho de Cristo (Luc. 1:76). Como João preparou o caminho para Cristo, assim também o Cristo glorificado prepara o caminho para a igreja. Esta esperança é comparada a uma "âncora da alma segura e firme, e que penetra até ao interior do véu; onde Jesus, nosso precursor, entrou por nós" (Heb. 6:19,20). Ainda que agitada pelas ondas das provações e das adversidades, a alma do crente fiel não pode naufragar enquanto sua esperança estiver firmemente segura nas realidades celestiais. Em

sentido espiritual, a igreja já está seguindo o Cristo glorificado; e tem-se "assentado nos lugares celestiais, em Cristo Jesus" (Efés. 2:6). Por meio do Espírito Santo, os crentes, espiritualmente, no coração, já seguem a seu Senhor ressuscitado. Entretanto, haverá uma ascensão literal correspondente à ascensão de Cristo, (1 Tess. 4:17; 1 Cor. 15:52.) Essa esperança dos crentes não é uma ilusão, porque eles já sentem o poder de atração do Cristo glorificado (1Ped. 1:8). Com essa esperança, Jesus confortou os seus discípulos antes de sua partida (João 14:1-3). "Portanto, consolai-vos uns aos outros com estas palavras" (1 Tess. 4:18).

(e) O Cristo intercessor. Em virtude de ter assumido a nossa natureza e ter morrido por nossos pecados, Jesus é o Mediador entre Deus e os homens (1 Tim. 2:5). Mas o Mediador é também um Intercessor, e a intercessão é mais do que mediação. Um mediador pode ajuntar as duas partes e depois deixá-las a si mesmas para que resolvam suas dificuldades; porém, um intercessor diz alguma coisa a favor da pessoa pela qual se interessa. A intercessão é um ministério importante do Cristo glorificado (Rom. 8:34). A intercessão forma o apogeu das suas atividades salvadoras. Ele morreu por nós; ressuscitou por nós; ascendeu por nós; e intercede por nós (Rom. 8:34). Nossa esperança não está em um Cristo morto, mas em um Cristo que vive; e não somente em Um que vive, mas em um Cristo que vive e reina com Deus. O sacerdócio de Cristo é eterno; portanto, sua intercessão é permanente. "Portanto, ele pode levar a um desfecho feliz ("perfeitamente", Hebreus 7:25) toda a causa cuja defesa ele pleiteia assegurando assim àqueles que se chegam a Deus, por sua mediação, a completa restauração ao favor e à bênção divinos. Realmente, o propósito de sua vida no céu é precisamente esse; ele vive sempre com esse intento de interceder diante de Deus a favor dos seus.

Enquanto Deus existir, não pode haver interrupção de sua obra intercessora... porque a intercessão do Cristo glorificado não é uma oração apenas, mas uma vida. O Novo Testamento não o apresenta como um suplicante constantemente presente perante o Pai, de braços estendidos e em forte pranto e lágrimas, rogando por nossa causa diante de Deus como se fora um Deus relutante, mas o apresenta como um Sacerdote-Rei entronizado, pedindo o que deseja de um Pai que sempre o ouve e concede Sua petição"

(Swete). Quais as principais petições de Cristo em seu ministério intercessor? A oração do capítulo 17 de João sugere a resposta. Semelhante ao ofício de mediador é o de advogado (no grego, "parácleto"). (1João 2:1.) Advogado ou parácleto é aquele que é chamado a ajudar uma pessoa angustiada ou necessitada, para confortá-la ou dar-lhe conselho e proteção. Essa foi a relação do Senhor para com seus discípulos durante os dias de sua carne. Mas o Cristo glorificado também está interessado no problema do pecado. Como Mediador, ele obtém acesso para nós na presença de Deus; como Intercessor, ele leva nossas petições perante Deus; como Advogado, ele enfrenta as acusações feitas contra nós pelo "acusador dos irmãos", na questão do pecado. Para os verdadeiros cristãos uma vida habitual de pecado não é admissível (1 João 3:6); porém, isolados atos de pecado podem acontecer aos melhores cristãos, e tais ocasiões requerem a advocacia de Cristo. Em 1 João 2:1, 2 estão expostas três considerações que dão força a sua advocacia: primeira, ele está "com o Pai", na presença de Deus; segunda, ele é "o Justo", e como tal, pode ser uma expiação por outrem; terceira, ele é "a propiciação pelos nossos pecados", isto é, um sacrifício que assegura o favor de Deus por efetuar expiação pelo pecado.

(f) O Cristo onipresente. (João 14:12.) Enquanto estava na terra, Cristo necessariamente limitava-se a estar em um lugar de cada vez, e não podia estar em contato com todos os seus discípulos ao mesmo tempo. Mas ao ascender ao lugar de onde procedera a força motriz do universo, foi-lhe possível enviar seu poder e sua personalidade divina em todo tempo, a todo lugar e a todos os seus discípulos. A ascensão ao trono de Deus deu-lhe não somente onipotência (Mat. 28:18) mas também onipresença, cumprindo-se assim a promessa: "Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mat. 18:20).

(g) Conclusão: Valores da ascensão. Quais os valores práticos da doutrina da ascensão?

1) O conhecimento interno do Cristo glorificado, a quem brevemente esperamos ver, é um incentivo à santidade. (Col. 3:1-4.) O olhar para cima vencerá a atração das coisas do mundo.

2) O conhecimento da ascensão proporciona um conceito correto da igreja. A crença em um Cristo meramente humano levaria o povo a considerar a igreja como uma sociedade meramente humana, útil, sim, para propósitos filantrópicos e morais, porém destituída de poder e autoridade sobrenaturais. Por outro lado, um conhecimento do Cristo glorificado resultará no reconhecimento da igreja como um organismo, um organismo sobrenatural, cuja vida divina emana da Cabeça — Cristo ressuscitado.

3) O conhecimento interno do Cristo glorificado produzir uma atitude correta para com o mundo e as coisas do mundo. "Mas a nossa cidade (literalmente, "cidadania") está nos céus donde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo" (Fil. 3:20).

4) A fé no Cristo glorificado inspirará um profundo sentimento de responsabilidade pessoal. A crença no Cristo glorificado leva consigo o conhecimento de que naquele dia teremos que prestar contas a ele mesmo. (Rom. 14:7-9; 2 Cor. 5:9,10.) O sentido de responsabilidade a um Mestre no céu atua como um freio contra o pecado e serve de incentivo para a retidão. (Efés. 6:9.)

5) Junto à fé no Cristo glorificado temos a bendita e alegre esperança de seu regresso. "E se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez" (João 14:3).

CAPÍTULO VII: A EXPIAÇÃO

"Sobre a vida que não vivi;
Sobre a morte que não morri;
Sobre a morte de outro, a vida de outro,
Minha alma arrisco eternamente."

I. A EXPIAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO

Por que gastar tempo e espaço para descrever os sacrifícios do Antigo Testamento? Pela simples razão de que na palavra "sacrifício" temos a chave para o significado da morte de Cristo. Muitas teorias modernas têm surgido para explicar essa morte mas qualquer explicação que deixe de fora o elemento da expiação é antibíblica, porque nada é mais assinalado no Novo Testamento que o uso de termos sacrificais para expor a morte de Cristo.

Descrevê-lo como "o Cordeiro de Deus", dizer que o seu sangue limpa o pecado e compra a redenção, ensinar que ele morreu por nossos pecados — tudo isso é dizer que a morte de Jesus foi um verdadeiro sacrifício pelo pecado. Visto que a morte de Jesus é descrita em linguagem que lembra os sacrifícios do Antigo Testamento, um conhecimento dos termos sacrificais ajuda grandemente na sua interpretação. Porque os sacrifícios (além de proverem um ritual de adoração para os israelitas) eram sinais ("tipos") proféticos que apontavam para o sacrifício perfeito; por conseguinte, um claro entendimento do sinal conduzirá a um melhor conhecimento daquele que foi sacrificado. Esses sacrifícios não somente eram proféticos em relação a Cristo, mas também serviam para preparar o povo de Deus para a dispensação melhor que seria introduzida com a vinda de Cristo. Quando os primeiros pregadores do Evangelho declararam que Jesus era o Cordeiro de Deus cujo sangue havia comprado a redenção dos pecados, eles não precisaram definir esses termos aos seus patrícios, porquanto estavam eles familiarizados com tais termos.

Nós, entretanto, que vivemos milhares de anos depois desses eventos, e que não fomos educados no ritual mosaico, necessitamos estudar a cartilha, por assim dizer, pela qual Israel aprendeu a soletrar a grande mensagem da redenção, mediante um sacrifício expiatório. Tal é a justificação para esta secção sobre a origem, história, natureza, e eficácia do sacrifício do Antigo Testamento.

1. A origem do sacrifício.

(a) Ordenado no céu. A Expição não foi um pensamento de última hora da parte de Deus. A queda do homem não o apanhou de surpresa, de modo a necessitar de rápidas providências para remediá-la. Antes da criação do mundo, Deus, que conhece o fim desde o princípio, proveu um meio para a redenção do homem. Como uma máquina é concebida na mente do inventor antes de ser construída, do mesmo modo a expiação estava na mente e no propósito de Deus, antes do seu cumprimento. Essa verdade é afirmada pelas Escrituras. Jesus é descrito como o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo. (Apoc. 13:8). O Cordeiro Pascal era preordenado vários dias antes de ser sacrificado (Êxo. 12:3, 6); assim também Cristo, o Cordeiro imaculado e incontaminado, foi "conhecido ainda antes da fundação do mundo, mas manifestado nestes últimos tempos por amor de vos" (1Ped. 1:19, 20). Ele comprou para o homem a vida eterna, a qual Deus "prometeu antes dos tempos dos séculos" (Tito 1:2). Que haveria um grupo de pessoas santificadas por esse sacrifício, foi decretado "antes da fundação do mundo" (Efés 1:4). Pedro disse aos judeus que apesar de terem, na sua ignorância, crucificado a Cristo com mãos ímpias, sem dúvida haviam cumprido o plano eterno de Deus, pois Cristo foi "entregue pelo poder do conselho e presciência de Deus" (Atos 2:23). É evidente, pois, que o Cristianismo não é uma religião nova que começou há mil e novecentos anos, mas, sim, a manifestação histórica de um propósito eterno.

(b) Instituído na terra. Visto como centenas de anos haviam de passar antes da consumação do sacrifício, que deveria fazer o homem pecador? Desde o princípio Deus ordenou uma instituição

que prefigurasse o sacrifício e que fosse também um meio de graça para os arrependidos e crentes.

Referimo-nos ao sacrifício de animais, uma das mais antigas instituições humanas. A primeira menção de um animal imolado ocorre no terceiro capítulo de Gênesis. Depois que pecaram, os nossos primeiros pais se tomaram conscientes da nudez física — o que era uma indicação exterior da nudez da consciência. Seus esforços em se cobrirem exteriormente com folhas e interiormente com desculpas, foram em vão. Lemos então que o Senhor Deus tomou peles de animais e os cobriu. Apesar de o relato não declarar em palavras que tal providência fosse um sacrifício, sem dúvida, meditando no significado espiritual do ato, não se pode evitar a conclusão de que temos aqui uma revelação de Jeová, o Redentor, fazendo provisão para redimir o homem. Vemos uma criatura inocente morrer para que o culpado seja coberto; esse é o propósito principal do sacrifício — uma cobertura divinamente provida para uma consciência culpada. O primeiro livro da Bíblia descreve uma vítima inocente morrendo pelo culpado, e o último livro da Bíblia fala do Cordeiro sem mancha, imolado, para livrar os culpados de seus pecados (Apoc. 5:6-10).

2. A natureza do sacrifício.

Esta instituição original do sacrifício muito provavelmente explica por que a adoração expiatória tem sido praticada em todas as épocas e em todos os países. Apesar de serem perversões do modelo original, os sacrifícios pagãos baseiam-se em duas idéias fundamentais: (coração e expiação) O homem reconhece que está debaixo do poder de uma deidade tendo certos direitos sobre ele. Como reconhecimento desses direitos, e como sinal de sua submissão, ele oferece uma dádiva ou um sacrifício. Frequentemente, entretanto, tomando-se consciente de que o pecado perturba a relação, instintivamente ele reconhece que o mesmo Deus que o fez, tem o direito de destruí-lo, a não ser que algo seja feito para restaurar a relação interrompida. Uma das crenças mais profundas e firmes da antiguidade era que a imolação de uma vítima e o derramamento de seu sangue afastariam a ira divina e assegurariam o favor de Deus. Mas como aprenderam isso? Paulo nos diz que houve um tempo "quando conheciam a Deus" (Rom. 1:21). Assim como o homem decaído leva

as marcas da origem divina, também os sacrifícios pagãos levam algumas marcas de uma original revelação divina. Depois da confusão de línguas (Gên. 11:1-9) os descendentes de Noé espalharam-se por todas as partes, levando consigo o verdadeiro conhecimento de Deus, porquanto até então não havia registro de idolatria. O que ocorreu no transcurso do tempo é brevemente descrito em Romanos 1:19-32. As nações se afastaram da adoração pura de Deus e cedo perderam de vista sua gloriosa divindade. O resultado foi a cegueira espiritual. Em lugar de verem a Deus por meio dos corpos celestes, começaram a adorar esses corpos como deidades; em vez de verem o Criador por meio das árvores e dos animais, começaram a adorá-los como deuses; em vez de reconhecerem que o homem foi feito a imagem de Deus, começaram a fazer um deus da imagem do homem. Desse modo a cegueira espiritual conduziu à idolatria. A idolatria não era meramente uma questão intelectual; a adoração da natureza, que é a base da maioria das religiões pagãs, conduziu o homem a deificar (fazer deuses de) suas próprias concupiscências, e o resultado foi a corrupção moral.

Todavia, apesar dessa perversão, a adoração do homem tinha leves indícios que indicavam ter havido um tempo quando ele entendia melhor as coisas. [Através das idolatrias do Egito, Índia e China, descobre-se uma crença em um Deus verdadeiro, o Espírito eterno que fez todas as coisas.] Quando a escuridão espiritual cobriu as nações, como a corrupção moral havia coberto o mundo antediluviano, Deus começou de novo com Abraão, assim como havia feito previamente com Noé. O plano de Deus era fazer de Abraão o pai de uma nação que restauraria ao mundo a luz do conhecimento e a glória de Deus.

No Monte Sinai, Israel foi separado das nações, para ser uma nação santa. Para dirigi-los na vida de santidade, Deus lhes deu um código de leis que governaria sua vida moral, nacional e religiosa. Entre essas leis estavam a do sacrifício (Lev. capítulos 1 a 7) as quais ensinavam à nação a maneira correta de aproximar-se de Deus e adorá-lo. As nações tinham uma adoração pervertida; Deus restaurou em Israel a adoração pura. Os sacrifícios mosaicos eram meios pelos quais os israelitas rendiam ao seu Criador a primeira obrigação do homem, a saber, a adoração. Tais sacrifícios eram oferecidos com o objetivo de alcançar comunhão com Deus e remover todos os obstáculos que impediam essa comunhão. Por

exemplo, se o israelita pecasse e dessa maneira perturbasse a relação entre ele e Deus, traria uma oferta pelo pecado — o sacrifício de expiação. Ou, se tivesse ofendido ao seu próximo, traria uma oferenda pela culpa — o sacrifício de restituição. (Lev. 6:1-7.) Depois que, estava de bem com Deus e com os homens e desejava reconsagrar-se, oferecia uma oferta queimada (holocausto) — o sacrifício de adoração (Lev. capítulo 1) Estava então pronto para desfrutar de uma feliz comunhão com Deus, que o havia perdoado e aceito; portanto, ele apresentava uma oferenda de adoração — sacrifício de comunhão. (Lev. capítulo 3) O propósito desses sacrifícios cruentos cumpre-se em Cristo, o sacrifício perfeito. Sua morte é descrita como morte pelo pecado, como ato de levar o pecado (2 Cor. 5:21) Deus fez da alma de Cristo uma oferta pela culpa do pecado (tal é a tradução literal); ela pagou a dívida que não podíamos pagar, e apagou o passado que não podíamos desfazer. Cristo é a nossa oferenda queimada (holocausto), porque sua morte é exposta como um ato de perfeito oferecimento próprio (Heb. 5:15; Efés. 5:). Ele é a nossa oferta de paz. porque ele mesmo descreveu sua morte como um meio para se participar (ter comunhão com) da vida divina. (vide Lev. 7.15, 20.)

3. A eficácia do sacrifício.

Até que ponto os sacrifícios do Antigo Testamento foram eficazes? Asseguravam realmente perdão e pureza? Que benefícios asseguravam para o ofertante? Essas perguntas são de verdadeira importância, porque, comparando e contrastando os sacrifícios levíticos com o sacrifício de Cristo, poderemos compreender melhor a eficácia e finalidade do último. Este tema é tratado na carta aos Hebreus. O escritor dirige-se a um grupo de cristãos hebreus, os quais, desanimados pela perseguição, são tentados a voltar ao Judaísmo e aos sacrifícios do templo. As realidades nas quais eles criam são invisíveis, ao passo que o templo com seu ritual parece tangível e real. A fim de evitar que tomassem tal decisão, o escritor faz a comparação entre o Antigo e o Novo Concertos, sendo imperfeito e provisório o Antigo, mas perfeito e eterno o Novo. Voltar ao templo e ao seu sacerdócio e sacrifício seria desprezar a substância preferindo a sombra, o perfeito pela imperfeição. O argumento é o seguinte: o Antigo Concerto era bom, na medida de

sua finalidade e para o seu determinado propósito ao qual foi constituído; mas o Novo Concerto é melhor.

(a) Os sacrifícios do Antigo Testamento eram bons. Se não fossem, não teriam sido divinamente ordenados. Eles eram bons no sentido de terem cumprido um determinado propósito incluído no plano divino, isto é, um meio de graça, para que aqueles do povo de Jeová que haviam pecado contra ele pudessem voltar ao estado de graça, serem reconciliados, e continuarem no gozo de comunhão com ele. Quando o israelita havia fielmente cumprido as condições, então podia descansar sobre a promessa; "o sacerdote por ele fará expiação do seu pecado, e lhe ser perdoado" (Lev. 4:26). Quando um israelita esclarecido trazia oferta, estava ele cômscio de duas coisas: primeira, que o arrependimento em si não era o suficiente; era indispensável uma transação visível que indicasse o fato de ser removido o pecado. (Heb. 9:22.) Mas por outro lado, ele aprendia com os profetas que o ritual sem a correta disposição interna do coração também era mera formalidade sem valor. O ato de sacrifício devia ser a expressão externa dos sacrifícios internos de louvor, oração, justiça e obediência — sacrifícios do coração quebrantado e contrito. (Vide Sal. 26:6; 50:12-14; 4:5; 51:16; Prov. 21:3; Amós 5:21-24; Miq. 6:6-8; Isa. 1:11-17.) "O sacrifício (oferta de sangue) dos ímpios é abominação ao Senhor", declarou Salomão (Prov. 15:8). Os escritores inspirados, em termos claros externaram o fato de que as "emoções ritualistas não acompanhadas de emoções de justiça eram devoções inaceitáveis".

[b] O sacrifício único do Novo Testamento é melhor. Embora reconhecessem a divina ordenação de sacrifícios de animais, os israelitas esclarecidos certamente compreendiam que esses animais não podiam ser o meio perfeito de expiação.

1) Havia grande disparidade entre um irracional e irresponsável e o homem feito à imagem de Deus. Era evidente que o animal não constituía sacrifício inteligente e voluntário. Não havia nenhuma comunhão entre o ofertante e a vítima. Era evidente que o sacrifício do animal não podia comparar-se em valor à alma humana, nem tampouco exercer qualquer poder sobre o homem interior. Nada havia no sangue da criatura irracional que efetuasse a redenção espiritual da alma, a qual somente seria

possível pela oferta duma vida humana perfeita. O escritor inspirado externou o que certamente foi a conclusão à qual chegaram muitos crentes do Antigo Testamento, quando disse: "Porque é impossível que o sangue dos touros e dos bodes tire os pecados" (Heb. 10:4). Quando muito, os sacrifícios eram apenas meios temporários e imperfeitos de cobrir o pecado até que viesse uma redenção mais perfeita. A lei levou o povo à convicção dos pecados (Rom. 3:20), e os sacrifícios tornaram inoperantes esses pecados de forma que não podiam provocar a ira divina.

2) Os sacrifícios de animais são descritos como "ordenanças carnis", isto é, são ritos que removeram contaminações do corpo, e expiaram atos externos do pecado (Heb. 9:10) mas em si mesmos nenhuma virtude espiritual possuíam "... o sangue dos touros e bodes... santifica, quanto à purificação da carne" (Heb. 9:13); isto é, fizeram expiação pelas contaminações que excluía um israelita da comunhão na congregação de Israel. Por exemplo, se a pessoa se contaminasse fisicamente seria considerada imunda e cortada da congregação de Israel até que se purificasse e oferecesse sacrifício (Lev. 5:1-6); ou se ofendesse materialmente seu próximo, estaria sob a condenação até que trouxesse uma oferta pelo pecado (Lev. 6:1-7). No primeiro caso o sacrifício purificava a contaminação carnal; no segundo, o sacrifício fazia expiação pelo ato externo mas não mudava o coração). O próprio Davi reconheceu que estava preso por uma depravação da qual os sacrifícios de animais não o podiam libertar (Sal. 51:16; vide 1Sam. 3:14); ele orou a Deus pedindo a renovação espiritual que sacrifícios não podiam proporcionar (Sal 51:6-10).

3) A repetição dos sacrifícios de animais denuncia a sua imperfeição; não podiam aperfeiçoar o adorador (Heb. 10:1, 2), isto é, não podiam dar-lhe uma posição ou relação perfeita perante Deus, sobre a qual pudesse edificar a estrutura do seu caráter. Não podia experimentar de uma vez para sempre uma transformação espiritual que seria o início duma nova vida.

4) Os sacrifícios de animais eram oferecidos por sacerdotes imperfeitos; a imperfeição de seu ministério era indicada pelo fato de que não podiam entrar a qualquer hora no Santo dos Santos, e, portanto, não podiam conduzir o adorador diretamente à divina presença. "Dando nisto a entender o Espírito Santo que ainda o caminho do santuário não estava descoberto..." (Heb. 9:8). O sacerdote não dispunha de nenhum sacrifício pelo qual pudesse

conduzir o povo a uma experiência espiritual com Deus, e dessa forma tomar o adorador perfeito "quanto à consciência" (Heb. 9:9). Ao ser interpelado o israelita espiritual com respeito às suas esperanças de redenção, ele diria, à luz do mesmo discernimento que o fez perceber a imperfeição dos sacrifícios de animais, que a solução definitiva era aguardada no futuro, e que a perfeita redenção estava em conexão, de alguma maneira, com a ordem perfeita que se inauguraria à vinda do Messias. Em verdade, tal revelação foi concedida a Jeremias. Esse profeta havia desanimado de crer que o povo seria capaz de guardar a lei; seu pecado fora escrito com pena de ferro (Jer. 17:1), seu coração era enganoso e mau em extremo (Jer. 17:9). Não podiam mudar o coração como o etíope não podia mudar a cor de sua pele (Jer. 19:23); tão calejados estavam e tão depravados eram, que os próprios sacrifícios não lhes podiam valer (Jer. 6:20). Na realidade, haviam-se esquecido do propósito primordial desses sacrifícios. Do ponto de vista humano o povo não oferecia nenhuma esperança, mas Deus confortou a Jeremias com a promessa da vinda dum tempo quando, sob uma nova aliança, os corações do povo seriam transformados, quando haveria então uma perfeita remissão dos pecados (Jer. 31:31-34). "Porque lhes perdoarei a sua maldade, e nunca mais me lembrarei dos seus pecados." Em Heb. 10:17, 18 encontramos a inspirada interpretação dessas últimas palavras em que se concretizaria uma redenção perfeita mediante um sacrifício perfeito que dava a entender que os sacrifícios de animais haviam de desaparecer. (Vide Heb. 10:6-10.) Por meio desse sacrifício o homem desfruta duma experiência "uma vez para sempre" que lhe dá uma aceitação perfeita perante Deus. O que não se conseguiu pelos sacrifícios da lei obteve-se pelo perfeito sacrifício de Cristo. "E assim o sacerdote aparece cada dia, ministrando e oferecendo muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca podem tirar os pecados; mas este, havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, está assentado para sempre à destra de Deus..." (Heb. 10:11, 12).

5) Resta uma questão a ser considerada. é certo que havia pessoas verdadeiramente justificadas antes da obra expiatória de Cristo. Abraão foi justificado pela fé (Rom. 4:23) e entrou no reino de Deus (Mat. 8:11; Luc. 16:22); Moisés foi glorificado (Luc. 9:30, 31); e Enoque e Elias foram transladados. Sem dúvida houve muitas pessoas santas em Israel que alcançaram a estatura espiritual desses homens dignos. Sabendo que os sacrifícios de

animais eram insuficientes, e que o único sacrifício perfeito era o de Cristo, em que base então foram salvos esses santos do Antigo Testamento? Foram salvos por antecipação do futuro sacrifício realizado. A prova dessa verdade encontra-se em Heb. 9:15 (vide também Rom. 3:25), que ensina que a morte de Cristo era, em certo sentido, retroativa e retrospectiva; isto é, que tinha uma eficácia em relação ao passado. Hebreus 9:15 sugere o seguinte pensamento: a Antiga Aliança era impotente para prover uma redenção perfeita. Cristo completou essa aliança e inaugurou a Nova Aliança com a sua morte, a qual efetuou a "redenção das transgressões que estavam debaixo do primeiro testamento". Isso significa que Deus, ao justificar os crentes do Antigo Testamento, assim o fez em antecipação da obra de Cristo, "a crédito", por assim dizer; Cristo pagou o preço total na cruz e apagou a dívida. Deus deu aos santos do Antigo Testamento uma posição, a qual a Antiga Aliança não podia comprar, e assim o fez em vista duma aliança vindoura que podia efetuar. Se perguntassem aos crentes do Antigo Testamento se durante a sua vida gozaram dos mesmos privilégios que aqueles que vivem sob o Novo Testamento, a resposta seria negativa. não havia nenhum dom permanente do Espírito Santo (João 7:39) que acompanhasse seu arrependimento e fé; não gozavam da plena verdade sobre a imortalidade revelada por Cristo (2 Tim. 1:10), e, de modo geral, eram limitados pelas imperfeições da dispensação na qual viviam. O melhor que se pode dizer é que apenas saborearam algo das boas coisas vindouras.

II. A EXPIAÇÃO NO NOVO TESTAMENTO

1. O fato da expiação.

A expiação que fora preordenada desde a eternidade e prefigurada tipicamente no ritual do Antigo Testamento cumpriu-se historicamente, na crucificação de Jesus, quando se consumou o divino propósito redentivo. "Está consumado!" Os escritores dos Evangelhos descreveram os sofrimentos e a morte de Cristo com profusão de pormenores que não se vêem nas narrativas de outros eventos das profecias do Antigo Testamento, os quais indicam a grande importância do evento. Alguns escritores da escola "liberal" defendem a teoria de que a morte de Cristo fora acidente e tragédia.! Ele teria iniciado seu ministério com grande

esperança de sucesso, segundo eles, mas depois viu-se envolvido em certas circunstâncias que ocasionaram a sua destruição imprevista, à qual não pôde escapar. Mas, que dizem os Evangelhos a respeito? Segundo o seu testemunho, Jesus sabia desde o princípio que o sofrimento e a morte faziam parte do seu destino divinamente ordenado. Em sua declaração, que o Filho do homem devia sofrer, a palavra "devia" indica a vocação divina e não a fatalidade imprevista e inevitável. No ato do seu batismo ele ouviu as palavras: "Este é o meu filho amado, em quem me comprazo" (Mat. 3:17). Essas palavras são extraídas de duas profecias, a primeira declarando a filiação do Messias e sua Divindade (Sal. 2:7), e a segunda descrevendo o ministério do Messias como o Servo do Senhor (Isa. 42:1). O servo mencionado em Isa. 42:1 é o Servo sofredor de Isa. 53. A conclusão à qual chegamos é que mesmo na hora do seu batismo, Jesus estava ciente do fato de que sofrimento e morte faziam parte de sua vocação. A rejeição das ofertas de Satanás no deserto implicava desfecho trágico de sua obra, pois ele escolheu o caminho duro da rejeição em vez do fácil e popular. O próprio fato de o Santo estar no meio do povo (Luc. 3:21) que se batizava, e o submeter-se ao mesmo batismo foi um ato de identificação com a humanidade pecaminosa, a fim de levar os pecados desse mesmo povo. O Servo do Senhor, segundo Isaías 53, seria "contado com os transgressores" (ver. 12). O batismo de Jesus pode ser considerado como "o grande ato de amorosa comunhão com a nossa miséria", pois nessa hora ele identifica-se com os pecadores e, por conseguinte, em certo sentido sua obra de expiação já começou. Muitas vezes durante o curso do seu ministério o Senhor, em linguagem oculta e figurada, referiu-se à sua morte (Mat. 5:10-12; 23:37; Mar. 9:12,13; 3:6,20-30; 2:19), mas em Cesaréia de Filipo ele claramente disse aos discípulos que devia sofrer e morrer. Daquele tempo em diante ele procurou esclarecer-lhes as mentes sobre este fato, que teria que sofrer, para que, sendo avisados, não naufragassem em sua fé ante o choque da crucificação. (Mar. 8:31; 9:31; 10:32.) Ele também lhes explicou o significado de sua morte. não a deveriam considerar como tragédia imprevista e infeliz à qual teria que se resignar, e, sim, como sendo morte cujo propósito era fazer expiação. "O Filho do homem veio a dar a sua vida em resgate de muitos." Na última ceia Jesus deu instruções acerca da futura comemoração de sua morte, como sendo o supremo ato de seu ministério. Ele ordenou um rito que

comemoraria sua redenção da humanidade, assim como a Páscoa comemorava a redenção de Israel do Egito. Seus discípulos, que ainda estavam sob a influência de idéias judaicas acerca do Messias e do reino, não podiam compreender a necessidade de sua morte e só com dificuldade podiam aceitar o fato. Mas após a ressurreição e a ascensão eles o entenderam e sempre depois disso afirmaram que a morte de Cristo fora divinamente ordenada como o meio da expiação. "Cristo morreu pelos nossos pecados", é seu testemunho de sempre.

2. A necessidade da expiação.

A necessidade da expiação é consequência de dois fatos: a santidade de Deus e a pecabilidade do homem. A reação da santidade de Deus contra a pecabilidade do homem é conhecida como sua ira, a qual pode ser evitada mediante a expiação. Portanto, os pontos-chave do nosso estudo serão os seguintes: Santidade, pecabilidade, ira e expiação.

(a) A santidade de Deus. Deus é santo por natureza, o que significa que ele é justo em caráter e conduta. Esses atributos do seu caráter manifestam-se em seus tratos com a sua criação. "Ele ama a justiça e o juízo" (Sal. 33:5). "Justiça e juízo são a base do teu trono" (Salm 89:14). Deus constituiu o homem e o mundo segundo leis específicas, leis que formam o próprio fundamento da personalidade humana, escritos no coração e na natureza do homem. (Rom. 2:14, 15.) Essas leis unem o homem ao seu Criador pelos laços de relação pessoal e constituem a base da responsabilidade humana. "Porque nele vivemos, e nos movemos e existimos" (Atos 17:28), assim foi dito da humanidade em geral. O pecado perturba a relação expressa nesse verso, e ao fim o pecador impenitente será lançado eternamente da presença de Deus. Esta é "a segunda morte". Em muitas ocasiões essa relação foi reafirmada, ampliada e interpretada sob outro sistema chamado aliança. Por exemplo, no Sinai Deus reafirmou as condições sob as quais ele podia ter comunhão com o homem (a lei moral) e, então estabeleceu uma série de regulamentos pelos quais Israel poderia observar essas condições na esfera da vida nacional e religiosa. Guardar a aliança significa estar em relação com Deus, ou estar na graça; pois aquele que é justo pode ter comunhão somente com aqueles que andam na justiça. "Andarão dois juntos, se

não estiverem de acordo?" (Amós 3:3). E estar em comunhão com Deus significa vida. Do princípio ao fim, as Escrituras declaram esta verdade, que a obediência e a vida andam juntas. (Gên. 2:17; Apoc. 22:14.)

(b) A pecabilidade do homem. Essa relação foi perturbada pelo pecado que é um distúrbio da relação pessoal entre Deus e o homem. E desrespeitar a constituição, por assim dizer, ação que afeta a Deus e aos homens, tal qual a infidelidade que viola o pacto matrimonial sob o qual vivem o homem e sua mulher. (Jer. 3:20.) "Vossas iniquidades fazem divisão entre vós e o vosso Deus" (Isa. 59:2). A função da expiação é fazer reparação pela lei violada e reatar a comunhão interrompida entre Deus e o homem.

(c) Ira. O pecado é essencialmente um ataque contra a honra e a santidade de Deus. É rebelião contra Deus, pois pelo pecado deliberado, o homem prefere a sua própria vontade em lugar da vontade de Deus, e por algum tempo torna-se "autônomo". Mas se Deus permitisse que sua honra fosse atacada então ele deixaria de ser Deus. Sua honra pede a destruição daquele que lhe resiste; sua justiça exige a satisfação da lei violada; e sua santidade reage contra o pecado sendo essa reação reconhecida como manifestação da ira. Mas essa reação divina não é automática; nem sempre ela entra em ação instantaneamente, como acontece com a mão em contato com o fogo. A ira de Deus é governada por considerações pessoais; Deus é tardio em destruir a obra de suas mãos. Ele insta com o homem; ele espera ser gracioso. Ele adia o juízo na esperança de que sua bondade conduza o homem ao arrependimento. (Rom. 2:4; 2 Ped. 3:9.) Mas os homens interpretam mal as demoras divinas e zombam do dia de juízo. "Visto como se não executa imediatamente o juízo sobre a má obra, por isso o coração dos filhos dos homens está inteiramente disposto para praticar o mal" (Eccl. 8:11). Mas, embora demore, a retribuição final virá, pois num mundo governado por leis ter de haver um ajuste de contas. "não erreis: Deus não se deixa escarnecer; porque tudo o que o homem semear, isso também ceifará" (Gál. 6:7). Essa verdade foi demonstrada no Calvário, onde Deus declarou "sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus" (Rom. 3:25).

Assim alguém traduz essa passagem: "Isto foi para demonstrar a justiça de Deus em vista do fato de que os pecados previamente cometidos durante o tempo da tolerância de Deus foram ignorados". Outro assim parafraseia a passagem: "Ele suspendeu o juízo sobre os pecados daquele período anterior, o período de sua paciência, tendo em vista a revelação de sua justiça sob esta dispensação, quando ele, justo Juiz, absolverá o pecador que afirma sua fé em Jesus." Em séculos passados parece que Deus não levou em conta os pecados das nações; os homens continuaram no pecado, aparentemente sem ceifar as suas conseqüências. Dai a pergunta: "Então Deus não toma conhecimento do pecado?" Mas a crucificação revelou o caráter horrendo do pecado, e demonstra vivamente o terrível castigo sobre ele. A cruz de Cristo declara que Deus nunca foi, não é, e nunca poderia ser indiferente ao pecado dos homens. Assim comenta o assunto um erudito: Deus deu provas de sua ira contra o pecado quando ocasionalmente castigou Israel e as nações gentílicas. Mas ele não infligiu a plena penalidade, caso contrário a raça humana teria perecido. Em grande parte ele "passou por alto" os pecados dos homens. Seria injusto o rei que deixasse de punir um crime ou mesmo que adiasse a punição. E na opinião de alguns. Deus perdeu prestígio por causa de sua tolerância, a qual interpretam como um meio de escapar à punição divina. Deus destinou Cristo para morrer a fim de demonstrar a sua justiça em vista da tolerância dos pecados passados, tolerância que parecia ofuscar a justiça.

(d) Expição. O homem tem quebrado as leis de Deus e violado os princípios da justiça. O conhecimento desses atos está registrado em sua memória e a sua consciência o acusa. Que se pode fazer para remediar o passado e ter segurança no futuro? Existe alguma expiação pela lei violada? Para essa pergunta existem três respostas:

1) Alguns afirmam que a expiação não é possível e que a vida é governada por uma lei inexorável, a qual punirá com precisão matemática todas as violações. O que o homem semear, fatalmente, isso mesmo ele ceifará. O pecado permanece. Assim o pecador nunca escapará às culpas do passado. Seu futuro está hipotecado e não existe redenção para ele. Essa teoria faz do homem um escravo de suas circunstâncias; nada pode fazer

quanto ao seu destino. Se os proponentes dessa teoria reconhecem a Deus, para eles Deus é escravizado às suas próprias leis, incapaz de prover um meio de escape para os pecadores.

2) No outro extremo há aqueles que ensinam que a expiação é desnecessária. Deus é tão bom que não punirá o pecador, e tão gracioso que não exigirá a satisfação da lei violada. Por conseguinte, a expiação toma-se desnecessária e é de supor que Deus perdoará a todos. Certa vez um médico disse a uma cliente que lhe havia falado do Evangelho: Eu não preciso de expiação. Quando erro, peço simplesmente a Deus que me desculpe, e é quanto basta." Depois de certo tempo a cliente voltou ao médico e lhe disse: "Doutor, agora estou bem. Sinto muito haver ficado doente, e prometo-lhe que me esforçarei para nunca mais adoecer." Ao mesmo tempo ela insinuou que nenhuma necessidade havia de considerar ou pagar a conta! Cremos que o médico compreendeu a lição, isto é, que mero arrependimento não salda conta, nem repara os estragos causados pelo pecado.

3) O Novo Testamento ensina que a expiação é tanto necessária como também possível; possível porque Deus é benévolo, bem como justo; necessária porque Deus é justo, bem como benévolo. Os dois erros acima tratados são exageros de duas verdades sobre o caráter de Deus. O primeiro exagera a sua justiça, excluindo a sua graça. O segundo exagera sua graça, excluindo a sua justiça. A expiação faz justiça a ambos os aspectos de seu caráter, pois na morte de Cristo, Deus está agindo de modo justo como também benévolo. Ao tratar do pecado, ele precisa mostrar sua graça, pois ele não deseja o morte do pecador; mas, ao perdoar o pecado, ele precisa revelar a sua justiça, pois a própria estabilidade do universo depende da soberania de Deus. Na expiação Deus faz justiça a seu caráter como um Deus benévolo. Sua justiça clamou pelo castigo do pecador, mas sua graça proveu um plano para o perdão. Ao mesmo tempo ele faz justiça a seu caráter como um Deus justo e reto. Deus não faria justiça a si mesmo se manifestasse compaixão para com os pecadores de maneira que fizesse do pecado uma coisa leve e que ignorasse sua trágica realidade. Poderíamos pensar que Deus seria então indiferente ou indulgente quanto ao pecado. O castigo do pecado foi pago no Calvário, e a lei divina foi honrada; dessa maneira Deus pôde ser benévolo sem ser injusto, e justo sem ser inclemente.

3. A natureza da expiação.

A morte de Cristo é: "Cristo morreu", expressa o fato histórico da crucificação; "por nossos pecados", interpreta o fato. Em que sentido morreu Jesus por nossos pecados? Como é explicado o fato no Novo Testamento? A resposta encontra-se nas seguintes palavras-chave aplicadas à morte de Cristo: Expição, Propiciação, Substituição, Redenção e Reconciliação.

(a) Expição. A palavra expiação no hebraico significa literalmente 'cobrir', e é traduzida pelas seguintes palavras: fazer expiação, purificar, quitar, reconciliar, fazer reconciliação, pacificar, ser misericordioso. A expiação, no original, inclui a idéia de cobrir, tanto os pecados (Sal. 78:38;79:9; Lev. 5:18) como também o pecador. (Lev. 4:20.) Expiar o pecado é ocultar o pecado da vista de Deus de modo que o pecador perca seu poder de provocar a ira divina. Citamos aqui o Pr. Alfred Cave: A idéia expressa pelo original hebraico da palavra traduzida "expiar", era "cobrir" e "cobertura", não no sentido de torná-lo invisível a Jeová, mas no sentido de ocupar sua vista com outra coisa, de neutralizar o pecado, por assim dizer, de desarmá-lo, de torná-lo inerte para provocar a justa ira de Deus. Expiar o pecado... era arrojá-lo, por assim dizer, um véu sobre o pecado tão provocante, de modo que o véu., e não o pecado, fosse visível; era colocar lado a lado com o pecado algo tão atraente que cativasse completamente a atenção. A figura que o Novo Testamento usa ao falar das vestes novas (de justiça), usa-a o Antigo Testamento ao falar da "expição". Quando se fazia expiação sob a lei, era como se o olho divino, que se havia acendido pela presença do pecado e a impureza, fosse aquietado pela vestidura posta ao seu derredor; ou, usando uma figura muito mais moderna, porém igualmente apropriada, era como se o pecador, exposto a uma descarga elétrica da ira divina, houvesse sido repentinamente envolto e isolado. A exposição significa cobrir de tal maneira o pecador, que seu pecado era invisível ou inexistente no sentido de que já não podia estar entre ele e seu Criador. Quando o sangue era aplicado ao altar pelo sacerdote, o israelita sentia a segurança de que a promessa feita a seus antepassados se faria real para ele. "Vendo eu sangue, passarei por cima de vós" (Êxo. 12:13). Quais eram os efeitos da expiação ou da cobertura? O pecado era apagado (Jer. 18:23; Isa. 43:25; 44:22); removido (Isa.6:7); coberto (Sal. 32:1); lançado nas profundidades do mar (Miq. 7:19); perdoado (Sal.

78:38). Todos esses termos ensinam que o pecado é coberto de modo que seus efeitos sejam removidos, afastados da vista, invalidados, desfeitos. Jeová já não vê nem sofre influência alguma dele. A morte de Cristo foi uma morte expiatória, porque seu propósito era apagar o pecado. (Heb. 9:26, 28; 2:17; 10:12-14; 9:14.) Foi uma morte sacrificial ou uma morte que tinha relação com o pecado. Qual era essa relação? "Levando ele mesmo em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro" (1Ped. 2:24). "Aquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus" (2 Cor. 5:21) Expiar o pecado significa levá-lo embora, de modo que ele é afastado do transgressor, o qual é considerado, então, como justificado de toda a injustiça, purificado de contaminação e santificado para pertencer ao povo de Deus. Uma palavra hebraica usada para descrever a purificação significa, literalmente, "quitar o pecado". Pela morte expiatória de Cristo os pecadores são purificados do pecado e logo feitos participantes da natureza de Cristo. Eles morrem para o pecado a fim de viverem para Cristo.

(b) Propiciação. Crê-se que a palavra propiciação tem sua origem em uma palavra latina "propõe", que significa "perto de". Assim se nota que a palavra significa juntar, tornar favorável. O sacrifício de propiciação traz o homem para perto de Deus, reconcilia-o com Deus fazendo expiação por suas transgressões, ganhando a graça e favor. (Em sua misericórdia, Deus aceita o dom propiciatório e restaura o pecador a seu amor. Esse também é o sentido da palavra grega como é usada no Novo Testamento. Propiciar é aplacar a ira de um Deus santo pela oferta dum sacrifício expiatório. Cristo é descrito como sendo essa propiciação (Rom. 3:25; 1 João 2:4; 4). O pecado mantém o homem distanciado de Deus; mas Cristo tratou de tal maneira o assunto do pecado, a favor do homem, que o seu poder separador foi anulado. Portanto, agora o homem pode "chegar-se" a Deus "em seu nome". O acesso a Deus, o mais sublime dos privilégios, foi comprado por grande preço: o sangue de Cristo. Assim escreve o Dr. James Denney: E assim como no Antigo Testamento todo objeto usado na adoração tinha que ser aspergido com sangue expiatório, assim também todas as partes da adoração cristã; todas as nossas aproximações a Deus devem descansar conscientemente sobre a expiação. Deve-se sentir que é um privilégio de inestimável valor; deve ser

permeado com o sentimento da paixão de Cristo e com o amor com que ele nos amou quando sofreu por nossos pecados de uma vez para sempre, o justo pelos injustos para chegar-nos a Deus. A palavra "propiciação" em Romanos 3:25 é tradução da palavra grega "hilasterion", que se encontra também em Heb. 9:5 onde é traduzida como "propiciatório". No hebraico, "propiciatório" significa literalmente "coberta", e, tanto no hebraico como no grego, a palavra expressa o pensamento de um sacrifício (*). Refere-se à arca da aliança (Êxo. 25:10-22) que estava composta de duas partes: primeira, a arca, representando o trono do justo governante de Israel, contendo as tábuas da lei como a expressão de sua justa vontade; segunda, a cobertura, ou tampa, conhecida como "propiciatório", coroada com figuras angélicas chamadas querubins. Duas lições salientes eram comunicadas por essa mobília: primeira, as tábuas da lei ensinavam que Deus era um Deus justo que não passaria por alto o pecado e que devia executar seus decretos e castigar os ímpios. Como podia uma nação pecaminosa viver ante sua face? O propiciatório, que cobria a lei, era o lugar onde se aspergia o sangue uma vez por ano para fazer expiação pelos pecados do povo. Era o lugar onde o pecado era coberto, e ensinava a lição de que Deus, que é justo, pode perfeitamente perdoar o pecado por causa dum sacrifício expiatório. Por meio do sangue expiatório, aquilo que é um trono de juízo se converte em trono de graça. A arca e o propiciatório ilustram o problema resolvido pela expiação. O problema e sua solução são declarados em Rom. 3: 24-26, onde lemos: "sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação (um sacrifício expiatório) pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos (demonstrar que a aparente demora em executar o juízo não significa que Deus passou por alto o pecado) sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça, neste tempo presente (sua maneira de fazer justos os pecadores), para que ele seja justo (infligir o devido castigo pelo pecado), e justificador (remover o castigo pelo pecado) daquele que tem fé em Jesus". Como pode Deus realmente infligir o castigo do pecado e ao mesmo tempo cancelar esse castigo? Deus mesmo tomou o castigo na pessoa de seu Filho, e

* Não foi possível identificar algumas palavras aqui. Trecho truncado. (N. de revisão)

desta maneira abriu o caminho para o perdão do culpado. Sua lei foi honrada e o pecador foi salvo. O pecado foi expiado e Deus foi propiciado. Os homens podem entender como Deus pode ser justo e castigar, ser misericordioso e perdoar; mas a maneira como pode Deus ser justo no ato de justificar ao culpado, é para eles um enigma. O Calvário resolve o problema. É preciso esclarecer o fato de que a propiciação foi uma verdadeira transação, porque alguns ensinam que a expiação foi simplesmente uma demonstração do amor de Deus e de Cristo, com a intenção de comover o pecador ao arrependimento. Esse certamente é um dos efeitos da expiação (1 João 3:16), mas não representa o todo da expiação. Por exemplo, poderíamos pular para dentro dum rio e afogarmo-nos à vista de uma pessoa muito pobre a fim de convencê-la do nosso amor por ela; mas esse ato não pagaria o aluguel da casa nem a conta do fornecedor que ele devesse! A obra expiatória de Cristo foi uma verdadeira transação que removeu um verdadeiro obstáculo entre nós e Deus, e pagou a dívida que não podíamos pagar.

(c) Substituição. Os sacrifícios do Antigo Testamento eram substitutos por natureza; eram considerados como algo a que se procedia, no altar, para o israelita, que não podia fazê-lo por si mesmo. O altar representava o pecador; a vítima era o substituto do israelita para ser aceita em seu favor. Da mesma forma Cristo, na cruz, fez por nós o que não podíamos fazer por nos mesmos, e qualquer que seja a nossa necessidade, somos aceitos "por sua causa". Se oferecemos a Deus nosso arrependimento, gratidão ou consagração, fazemo-lo "em seu nome", pois ele é o Sacrifício por meio do qual chegamos a Deus o Pai. O pensamento de substituição é saliente nos sacrifícios do Antigo Testamento, onde o sangue da vítima é considerado como uma cobertura ou como fazendo expiação pela alma do ofertante. No capítulo em que os sacrifícios do Antigo Testamento alcançam seu maior significado (Isa. 53) lemos: "Verdadeiramente" ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si... mas ele foi ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados, (vers. 4, 5). Todas essas expressões apresentam o Servo de Jeová como levando o castigo que devia cair sobre outros, a fim de "justificar a muitos"; e "levar as iniquidades deles". Cristo, sendo o Filho de Deus, pôde oferecer um sacrifício de valor eterno

e infinito. Havendo assumido a natureza humana, Pôde identificar-se com o gênero humano e assim sofrer o castigo que era nosso, a fim de que pudéssemos escapar. Isso explica a exclamação: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" Ele que era sem pecado por natureza, que nunca havia cometido um pecado sequer em sua vida, se fez pecador (ou tomou o lugar do pecador). Nas palavras de Paulo: "Aquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós" (2 Cor. 5:21). Nas palavras de Pedro: "Levando ele mesmo em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro" (1 Ped. 2:24).

(d) Redenção. A palavra redimir, tanto no Antigo como no Novo Testamento, significa tornar a comprar por um preço; livrar da servidão por preço, comprar no mercado e retirar do mercado. O senhor Jesus é um Redentor e sua obra expiatória é descrita como uma redenção. (Mat. 20:28; Apoc. 5:9; 14:3, 4; Gál. 3:13; 4:5; Tito 2:14; 1 Ped. 1:18.) A mais interessante ilustração de redenção se encontra no Antigo Testamento, na lei sobre a redenção dum parente. (Lev. 25:47-49.) Segundo essa lei, um homem que houvesse vendido sua propriedade e se houvesse vendido a si mesmo como escravo, por causa de alguma dívida, podia recuperar, tanto sua terra como sua liberdade, em qualquer tempo, sob a condição de que fosse redimido por um homem que possuísse as seguintes qualidades: Primeira, deveria ser parente do homem; segunda deveria estar disposto a redimi-lo ou comprá-lo novamente; terceira, deveria ter com que pagar o preço. O Senhor Jesus Cristo reuniu em si essas três qualidades: Fez-se nosso parente, assumindo nossa natureza; estava disposto a dar tudo para redimir-nos (2 Cor. 8:9); e, sendo divino, pôde pagar o preço... seu próprio sangue precioso. O fato da redenção destaca o alto preço da salvação e, por conseguinte, deve ser levado em grande consideração. Quando certos crentes em Corinto se descuidaram de sua maneira de viver, Paulo assim os admoestou: "não sabeis... que não sois de vós mesmos? porque fostes comprados por bom preço; glorificai pois a Deus no vosso corpo e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus" (1 Cor. 6:19. 20). Certa vez Jesus disse: "Que aproveitaria ao homem ganhar todo o mundo e perder a sua alma? Ou que daria o homem pelo resgate da sua alma?" (Mar. 8:36, 37). Com essa expressão ele quis dizer que a alma, a verdadeira vida do homem, podia perder-se ou arruinar-se; e perdendo-se não podia haver compensação por

ela, porque não havia meios de tornar a comprá-la. Os homens ricos poderão jactar-se de suas riquezas e nelas confiar, porém o poder delas é limitado. O Salmista disse: "Nenhum deles de modo algum pode remir a seu irmão, ou dar a Deus o resgate dele (pois a redenção da sua alma é caríssima, e seus recursos se esgotariam antes) por isso tão pouco viver para sempre ou deixar de ver a corrupção" (Sal 49: 7-9). Mas uma vez que as almas de multidões já foram "confiscadas", por assim dizer, por viverem no pecado, e não podem ser redimidas por meios humanos, que se pode fazer em favor delas? O Filho do homem veio ao mundo "para dar a sua vida em resgate (ou para redenção) de muitos (Mat. 20:28). O supremo objetivo de sua vinda ao mundo foi dar sua vida como preço de resgate para que aqueles, cujas almas foram "confiscadas", pudessem recuperá-las. As vidas (espirituais) de muitos, "confiscadas", são libertadas pela rendição da vida por parte de Cristo. Pedro disse a seus leitores que eles foram resgatados de sua vã maneira de viver, que por tradição (pela rotina ou costumes), receberam dos seus pais (1 Pedro 1:18). A palavra "vã" significa "vazia", ou aquilo que não satisfaz. A vida, antes de entrar em contato com a morte de Cristo, é inútil e vã é andar às apalpadelas, procurando uma coisa que nunca poderá ser encontrada. Com todos os esforços não logra descobrir a realidade; não tem fruto permanente. "Que adianta tudo isso?" exclamam muitas pessoas. Cristo nos redimiou dessa servidão. Quando o poder da morte expiatória de Cristo tem contato com a vida de alguém, essa vida desfruta de grande satisfação. não está mais escravizada às tradições de ancestrais ou limitada à rotina ou aos costumes estabelecidos. Antes, as ações do cristão surgem duma nova vida que veio a existir pelo poder da morte de Cristo. A morte de Cristo, sendo uma morte pelo pecado, liberta e "toma a criar" a alma.

(e) Reconciliação. "Tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação; isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nos a palavra da reconciliação" (2 Cor. 5: 18, 19.) Quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte do seu Filho (Rom. 5:10). Homens que em outro tempo eram estranhos entre si e inimigos no entendimento pelas suas obras más, agora

no corpo da sua carne, pela morte, foram reconciliados (Col. 1:21). Muitas vezes a expiação é mal entendida e, por conseguinte, mal interpretada. Alguns imaginam que a expiação significa que Deus estava irado com o pecador, e que se afastou, mal-humorado, até que se aplacasse a ira, quando seu Filho se ofereceu a pagar a pena. Em outras palavras, pensam eles, Deus teve que ser reconciliado com o pecador. Essa idéia, entretanto é uma caricatura da verdadeira doutrina. Através das Escrituras vemos que é Deus, a parte ofendida, quem toma a iniciativa em prover expiação pelo homem. Foi Deus quem vestiu nossos primeiros pais; é o Senhor quem ordena os sacrifícios expiatórios; foi Deus quem enviou e deu seu Filho em sacrifício pela humanidade. O próprio Deus é o Autor da redenção do homem. Ainda que sua majestade tenha sido ofendida pelo pecado do homem, sua santidade, naturalmente, deve reagir contra o pecado, contudo, ele não deseja que o pecador pereça (Ezeq. 33:11), e, sim, que se arrependa e seja salvo. Paulo não disse que Deus foi reconciliado com o homem, mas sim que Deus fez algo a fim de reconciliar consigo o homem. Esse ato de reconciliação é uma obra consumada; é uma obra realizada em benefício dos homens, de maneira que, à vista de Deus, o mundo inteiro está reconciliado. Resta somente que o evangelista a proclame e que o indivíduo a receba. A morte de Cristo tornou possível a reconciliação de todo o gênero humano com Deus; cada indivíduo deve torná-la real. Essa, em essência, é a mensagem do evangelho; a morte de Cristo foi uma obra consumada de reconciliação, efetuada independente de nós, a um custo inestimável, para a qual são chamados os homens mediante um ministério de reconciliação.

4. A eficácia da expiação.

Que efeito tem para o homem a obra expiatória de Cristo? Que produz ela em sua experiência?

(a) Perdão da transgressão. Por meio de sua obra expiatória, Jesus Cristo pagou a dívida que nos não podíamos saldar e assegurou a remissão dos pecados passados. Assim, o passado pecaminoso para o cristão não é mais aquele peso horrendo que conduzia, pois seus pecados foram apagados, carregados e cancelados. (João 1:29; Efés. 1:7; Heb. 9:22-28; Apo. 1:5.)

Começou a vida de novo, confiando em que os pecados do passado nunca o encontrarão no juízo. (João 1[^]:24.)

(b) Livramento do pecado. Por meio da expiação o crente é liberto, não somente da culpa dos pecados, mas também pode ser liberto do poder do pecado. O assunto é tratado em Romanos, caps. 6 a 8. Paulo antecipa uma objeção que alguns dos seus oponentes judeus devem ter suscitado muitas vezes a saber, que se a pessoa fosse salva meramente por crer em Jesus, essa pessoa teria opinião leviana sobre o pecado, dizendo: "Se permaneceremos no pecado, sua graça abundará" (Rom. 6:1). Paulo repudia tal pensamento e assinala que aquele que verdadeiramente crê em Cristo, rompeu com o pecado. O rompimento tão decisivo que é descrito como "morte". A viva fé no Salvador crucificado resulta na crucificação da velha natureza pecaminosa. O homem que crê com todos os poderes de sua alma (é essa a verdadeira crença) que Cristo morreu por seus pecados, terá uma tal convicção sobre a condição terrível do pecado, e o repudiará com todo o seu ser. A cruz significa a sentença de morte sobre o pecado. Mas o tentador está ativo e a natureza humana é fraca; por isso é necessária uma vigilância constante e uma crucificação diária dos impulsos pecaminosos. (Rom. 6:11.) E a vitória é assegurada "Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça" (Rom. 6:14.) Isto é, a lei significa que algo deve ser feito pelo pecador; não podendo pagar a dívida ou cumprir a exigência da lei, ele permanece cativo pelo pecado. Por outro lado, graça significa que algo foi feito a favor do pecador... a obra consumada do Calvário. Conforme o pecador crê no que foi feito a seu favor, assim ele recebe o que foi feito. Sua fé tem um poderoso aliado na Pessoa do Espírito Santo, que habita nele. O Espírito Santo ajuda-o a repudiar as tendências pecaminosas; ajuda-o na oração e dá-lhe a certeza de sua liberdade e vitória como um filho de Deus. (Rom. 8). Na verdade, Cristo morreu para remover o obstáculo do pecado, para que o Espírito de Deus possa entrar na vida humana (Gál. 3:13, 14). Sendo salvo pela graça de Deus, revelada na cruz, o crente recebe uma experiência de purificação e vivificação espiritual (Tito 3: 5-7). Havendo morrido para a antiga vida de pecado, a pessoa nasce de novo, para uma nova vida... nasce da

água (experimentando a purificação) e nasce do Espírito (recebendo a vida divina). (João 3:5.)

(c) Libertação da morte. A morte tem um significado tanto físico como espiritual. No sentido físico denota a cessação da vida física, conseqüente de enfermidade, decadência natural ou de causa violenta. é porém, mais usada no sentido espiritual, isto é, como o castigo imposto por Deus sobre o pecado humano. A palavra expressa a condição espiritual de separação de Deus e do desagrado divino por causa do pecado. O impenitente que morrer fora do favor de Deus permanecerá eternamente separado dele no outro mundo, sendo conhecida essa separação como a "segunda morte". Este aviso: "No dia em que dela comeres, certamente morrerás", não se teria cumprido se a morte fosse apenas o ato físico de morrer, pois Adão e Eva continuaram a viver depois daquele dia. Mas o decreto é profundamente certo quando recordamos que a palavra "morte" implicava todas as conseqüências penais do pecado — separação de Deus, iniquidade, inclinação para o mal, debilidade física, e, finalmente, a morte física e as suas conseqüências. Quando as Escrituras dizem que Cristo morreu por nossos pecados, querem dizer que Cristo se submeteu, não somente à morte física mas também à morte que significa a pena do pecado. Ele se humilhou a si mesmo no sofrimento da morte "para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos" (Heb. 2:9). Por causa de sua natureza e pela disposição divina, ele pôde efetuar esse plano,. não podemos compreender o "como" da questão, porque evidentemente nisto nos defrontamos com um grande mistério divino. A verdade, porém, é que aceitamos muitos fatos neste universo sem entender o "como" de tais fatos. Nenhuma pessoa ajuizada recusa os benefícios da eletricidade somente porque não a entende plenamente ou porque não compreende as leis do seu funcionamento.

Da mesma forma, ninguém precisa recusar os benefícios da expiação pelo fato de não poder, pelo raciocínio, reduzir essa expiação à simplicidade de um problema matemático. Visto que a morte é a penalidade do pecado, e Cristo deu-se a si mesmo pelos nossos pecados, ele realizou esse ato ao morrer. Concentrado naquelas poucas horas de sua morte sobre a cruz estava todo o horrendo significado da morte e a negrura do castigo, e isso explica a exclamação: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?"

Essas não são palavras de um mártir, porque os mártires são geralmente sustentados pelo conhecimento interno da presença de Deus; são palavras de Um que efetuou um ato que implica separação divina. Esse ato consumou-se quando ele levou os nossos pecados. (2 Cor. 5:21.) Embora seja verdade que também os que crêem nele tenham que sofrer a morte física (Rom. 8:10), mesmo assim, para eles o estigma (ou a pena) é tirado da morte, e esta se toma uma porta para outra vida mais ampla. Neste sentido Jesus afirmou: "Todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá" (João 11:26).

(d) O dom da vida eterna. Cristo morreu para que nos não perecêssemos (a palavra é usada no sentido bíblico de ruína espiritual), mas "tenhamos a vida eterna" (João 3:14-16. Vide Rom. 6:23.) A vida eterna significa mais do que mera existência; significa vida no favor de Deus e comunhão com ele. Morto em transgressões e pecados, o homem está fora do favor de Deus; pelo sacrifício de Cristo, o pecado é expiado e ele restaurado à plena comunhão com Deus. Estar no favor de Deus e em comunhão com ele é ter vida eterna, pois é a vida com ele que é o Eterno. Essa vida é possuída agora porque os crentes estão em comunhão com Deus; a vida eterna é descrita como futura (Tito 1:2; Rom. 6:22), porque a vida futura trará perfeita comunhão com Deus. "E verão o seu rosto" (Apo. 22:4).

(e) A vida vitoriosa. A cruz é o dínamo que produz no coração humano essa resposta que constitui a vida cristã. A expressão "eu viverei para ele que morreu por mim", diz bem o dinamismo da cruz. A vida cristã é a reação da alma ante o amor de Cristo. A cruz de Cristo inspira o verdadeiro arrependimento, o qual é arrependimento para com Deus. O pecado muitas vezes é seguido de remorso, vergonha e ira; mas somente quando houver tristeza por ter ofendido a Deus, há verdadeiro arrependimento. Esse conhecimento interno não se produz por vontade própria, pois a própria natureza do pecado tende a obscurecer a mente e a endurecer o coração. O pecador precisa de um motivo poderoso para arrepender-se — algo que o faça ver e sentir que seu pecado ofendeu e injuriou profundamente a Deus. Mas o decreto é profundamente certo quando recordamos que a palavra "morte"

implicava todas as conseqüências penais do pecado — separação de Deus, iniquidade, inclinação para o mal, debilidade física, e, finalmente, a morte física e as suas conseqüências. Quando as Escrituras dizem que Cristo morreu por nossos pecados, querem dizer que Cristo se submeteu, não somente à morte física mas também à morte que significa a pena do pecado. Ele se humilhou a si mesmo no sofrimento da morte "para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos" (Heb. 2:9). Por causa de sua natureza e pela disposição divina, ele pôde efetuar esse plano,. não podemos compreender o "como" da questão, porque evidentemente nisto nos defrontamos com um grande mistério divino. A verdade, porém, é que aceitamos muitos fatos neste universo sem entender o "como" de tais fatos. Nenhuma pessoa ajuizada recusa os benefícios da eletricidade somente porque não a entende plenamente ou porque não compreende as leis do seu funcionamento.

Da mesma forma, ninguém precisa recusar os benefícios da expiação pelo fato de não poder, pelo raciocínio, reduzir essa expia ao à simplicidade de. um problema matemático. Visto que a morte é a penalidade do pecado, e Cristo deu-se a si mesmo pelos nossos pecados, ele realizou esse ato ao morrer. Concentrado naquelas poucas horas de sua morte sobre a cruz estava todo o horrendo significado da morte e a negrura do castigo, e isso explica a exclamação: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" Essas não são palavras de um mártir, porque os mártires são geralmente sustentados pelo conhecimento interno da presença de Deus; são palavras de Um que efetuou um ato que implica separação divina. Esse ato consumou-se quando ele levou os nossos pecados. (2 Cor. 5:21.)

Embora seja verdade que também os que crêem nele tenham que sofrer a morte física (Rom. 8:10), mesmo assim, para eles o estigma (ou a pena) é tirado da morte, e esta se torna uma porta para outra vida mais ampla. Neste sentido Jesus afirmou: "Todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá" (João 11:26).A cruz de Cristo fornece esse motivo, pois ela demonstra a natureza horrenda do pecado, pelo fato de ter causado a morte do Filho de Deus. Ela declara o terrível castigo sobre o pecado; mas revela também o amor e a graça de Deus. Está muito certo o que alguém disse: "Todos os verdadeiros penitentes são filhos da cruz. Seu arrependimento não é deles mesmos; é a reação para com

Deus produzida em suas almas pela demonstração do que o pecado é para ele, e o que faz o seu amor para alcançar e ganhar os pecadores."

Está escrito acerca de certos santos que vieram da grande tribulação, que "Lavaram os seus vestidos e os branquearam no sangue do Cordeiro" (Apoc. 7:14). A referência é ao poder santificador da morte de Cristo. Eles haviam resistido ao pecado, e agora eram puros. De onde receberam a força para vencer o pecado? O poder do amor de Cristo revelado no Calvário os constrangeu. O poder da cruz, descendo em seus corações, os capacitou para vencerem o pecado. (Vide Gál. 2:20.) "E eles o venceram pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do seu testemunho; e não amaram as suas vidas até à morte" (Apoc. 12:11). O amor de Deus os constrangeu e ajudou-os a vencer. A pressão sobre eles foi grande, mas, com o sangue do Cordeiro como o motivo que os impulsionava, eram invencíveis. "Tendo em vista a cruz sobre a qual Jesus morreu, não puderam "trair sua causa pela covardia, e não amaram mais as suas vidas do que ele amou a sua. Eles pertenciam a Cristo, como ele pertencia a eles".

A vida vitoriosa inclui a vitória sobre Satanás. O Novo Testamento declara que Cristo venceu os demônios. (Luc. 10:17-20; João 12:31, 32; 14:30; Col. 2:15; Heb. 2:14, 15; Apoc. 12: 11.) Os crentes têm a vitória sobre o diabo enquanto tiverem o Vencedor sobre o diabo!

CAPÍTULO VIII: A SALVAÇÃO

O Senhor Jesus Cristo, pela sua morte expiatória, comprou a salvação para os homens. Como Deus a aplica e como é ela recebida pelos homens para que se torne uma realidade experimental? As verdades relacionadas com a aplicação da salvação agrupam-se sob três títulos: Justificação, Regeneração e Santificação. As verdades relacionadas com a aceitação da salvação, por parte dos homens, agrupam-se sob os seguintes títulos: Arrependimento, Fé e Obediência.

I. A NATUREZA DA SALVAÇÃO

O assunto desta secção será: Que é que constitui a salvação, ou "estado de graça"?

1. Três aspectos da salvação.

Há três aspectos da salvação, e cada qual se caracteriza por uma palavra que define ou ilustra cada aspecto:

(a) **Justificação** é um termo forense que nos faz lembrar um tribunal. O homem, culpado e condenado, perante Deus, é absolvido e declarado justo — isto é, justificado.

(b) **Regeneração** (a experiência subjetiva) e **Adoção** (o privilégio objetivo) sugerem uma cena familiar. A alma, morta em transgressões e ofensas, precisa duma nova vida, sendo esta concedida por um ato divino de regeneração. A pessoa, por conseguinte, torna-se herdeira de Deus e membro de sua família.

(c) A palavra **santificação** sugere uma cena do *templo*, pois essa palavra relaciona-se com o culto a Deus. Harmonizadas suas relações com a lei de Deus e tendo recebido uma nova vida, a pessoa, dessa hora em diante, dedica-se ao serviço de Deus.

Comprado por elevado preço, já não é dono de si; não mais se afasta do templo (figurativamente falando), mas serve a Deus de dia e de noite. (Luc. 2:37.) Tal pessoa é santificada e por sua própria vontade entrega-se a Deus.

O homem salvo, portanto, é aquele cuja vida foi harmonizada com Deus, foi adotado na família divina, e agora dedica-se a servi-lo. Em outras palavras, sua experiência da salvação, ou seu estado de graça, consiste em justificação, regeneração (e adoção), e santificação. Sendo justificado, ele pertence aos justos; sendo regenerado, ele é filho de Deus; sendo santificado, ele é "santo" (literalmente uma pessoa santa).

São essas bênçãos simultâneas ou consecutivas? Existe, de fato, uma ordem lógica: o pecador harmoniza-se, primeiramente, perante a lei de Deus; sua vida é desordenada; precisa ser transformada. Ele vivia para o pecado e para o mundo e, portanto, precisa separar-se para uma nova vida, para servir a Deus. Ao mesmo tempo as três experiências são simultâneas no sentido de que, na prática, não se separam. Nós as separamos para poder estudá-las. As três constituem a plena salvação. À mudança exterior, ou legal, chamada justificação, segue-se a mudança subjetiva chamada regeneração, e esta, por sua vez, é seguida por dedicação ao serviço de Deus. Não concordamos em que a pessoa verdadeiramente justificada não seja regenerada; nem admitimos que a pessoa verdadeiramente regenerada não seja santificada (embora seja possível, na prática, uma pessoa salva, às vezes, violar a sua consagração). Não pode haver plena salvação \ sem essas três experiências, como não pode haver um triângulo sem três lados. Representam elas o tríplice fundamento sobre o qual se baseia subsequente vida cristã. Começando com esses três princípios, progride a vida cristã em direção à perfeição.

Essa tríplice distinção regula a linguagem do Novo Testamento em seus mínimos detalhes. Ilustremos assim:

(a) Em relação à *justificação*: Deus é o Juiz, e Cristo é o Advogado; o pecado é a transgressão da lei; a expiação é a satisfação dessa lei; o arrependimento é convicção; aceitação traz perdão ou remissão dos pecados; o Espírito testifica do perdão; a vida cristã é obediência e sua perfeição é o cumprimento da lei da justiça.

(b) A salvação é também uma *nova vida* em Cristo. Em relação a essa nova vida, Deus é o Pai (Aquele que gera), Cristo é o Irmão mais velho e a vida; o pecado é obstinação, é a escolha da nossa própria vontade em lugar da vontade do Chefe da família; expiação é reconciliação; aceitação é adoção; renovação de vida é regeneração, é ser nascido de novo; a vida cristã significa a crucificação e mortificação da velha natureza, a qual se opõe ao aparecimento da nova natureza, e a perfeição dessa nova vida é o reflexo perfeito da imagem de Cristo, o unigênito Filho de Deus.

(c) A vida cristã é a vida dedicada ao culto e ao serviço de Deus, isto é, a vida santificada. Em relação a *essa Vida santificada*, Deus é o Santo; Cristo é o sumo sacerdote; o pecado é a impureza; o arrependimento é a consciência dessa impureza; a expiação é o sacrifício expiatório ou substitutivo; a vida cristã é a dedicação sobre o altar (Rom. 12:1); e a perfeição desse aspecto é a inteira separação do pecado; separação para Deus.

E essas três bênçãos da graça foram *providas pela morte expiatória de Cristo*, e as virtudes dessa morte são concedidas ao homem pelo Espírito Santo. Quanto à satisfação das reivindicações da lei, a expiação proveu o perdão e a justiça para o homem. Abolindo a barreira existente entre Deus e o homem, ela possibilitou a nossa vida regenerada. Como sacrifício pela purificação do pecado, seus benefícios são santificação e pureza.

Notemos que essas três bênçãos *fluem da nossa união com Cristo*. O crente é um com Cristo, em virtude de sua morte expiatória e em virtude do seu Espírito vivificante. Tornamo-nos justiça de Deus nele, (2 Cor. 5:21); por ele temos perdão dos pecados (Efés. 1:7); nele somos novas criaturas, nascidos de novo, com nova vida (2 Cor. 5:17); nele somos santificados (1Cor. 1:2), e ele é feito para nós santificação (1Cor. 1:30). Ele é "autor da salvação eterna".

2. Salvação - externa e interna.

A Salvação é tanto objetiva (externa) como subjetiva (interna).

(a) A justiça, em primeiro lugar, é mudança de posição, mas é acompanhada por mudança de condições. A justiça tanto é imputada com também conferida.

(b) A adoção refere-se a conferir o privilégio da divina filiação; a regeneração trata da vida interna que corresponde à nossa chamada e que nos faz "participantes da natureza divina".

(c) A santificação é tanto externa como interna. De modo externo é separação do pecado e dedicação a Deus; de modo interno é purificação do pecado.

O aspecto externo da graça é provido pela obra expiatória de Cristo; o aspecto interno é a operação do Espírito Santo.

3. Condições da salvação.

Que significa a expressão condições da salvação? Significa o que Deus exige do homem a quem ele aceita por causa de Cristo e a quem dispensa as bênçãos do Evangelho da graça.

As Escrituras apresentam o arrependimento e a fé como condições da salvação; o batismo nas águas é mencionado como símbolo exterior da fé interior do convertido. (Mar. 16:16; Atos 22:16; 16:31; 2:38; 3:19.)

Abandonar o pecado e buscar a Deus são as condições e os preparativos para a salvação. Estritamente falando, não há mérito nem no arrependimento nem na fé; pois tudo quanto é necessário para a salvação já foi providenciado a favor do penitente. Pelo arrependimento o penitente remove os obstáculos à recepção do dom; pela fé ele aceita o dom. Mas, embora sejam obrigatórios o arrependimento e a fé, sendo mandamentos, é implícita a influência ajudadora do Espírito Santo. (Notem a expressão: "Deu Deus o arrependimento" Atos 11:18.) A blasfêmia contra o Espírito Santo afasta o único que pode comover o coração e levá-lo à contrição. Por conseguinte, para tal pecado não há perdão.

Qual é a diferença entre o arrependimento e a fé? A fé é o instrumento pelo qual recebemos a salvação, fato que não se dá

com o arrependimento. O arrependimento ocupa-se com o pecado e o remorso, enquanto a fé ocupa-se com a misericórdia de Deus.

Pode haver fé sem arrependimento? Não. Só o penitente sente a necessidade do Salvador e deseja a salvação de sua alma.

Pode haver arrependimento verdadeiro sem fé? Ninguém poderá arrepender-se no sentido bíblico sem fé na Palavra de Deus, sem acreditar em suas ameaças do juízo e em suas promessas de salvação.

São a fé e o arrependimento apenas medidas preparatórias à salvação? Ambos acompanham o crente durante sua vida cristã; o arrependimento torna-se em zelo pela purificação da alma; e a fé opera pelo amor e continua a receber as coisas de Deus.

(a) *Arrependimento*. Alguém definiu o arrependimento das seguintes maneiras: "A verdadeira tristeza sobre o pecado, incluindo um esforço sincero para abandoná-lo"; "tristeza piedosa pelo pecado"; "convicção da culpa produzida pelo Espírito Santo ao aplicar a lei divina ao coração"; ou, nas palavras de menino: "Sentir tristeza a ponto de deixar o pecado."

Ha três elementos que constituem o arrependimento segundo as Escrituras: intelectual, emocional e prático. Podemos ilustrá-los da seguinte maneira: (1) O viajante que descobre estar viajando em trem errado. Esse conhecimento corresponde ao elemento intelectual pelo qual a pessoa compreende, mediante a pregação da Palavra, que não está em harmonia com Deus. (2) O viajante fica perturbado com a descoberta. Talvez alimente certos receios. Isso ilustra o lado emocional do arrependimento, que é uma auto-acusação e tristeza sincera por ter ofendido a Deus. (2 Cor. 7:10) (3) Na primeira oportunidade o viajante deixa esse trem e embarca no trem certo. Isso ilustra o lado prático do arrependimento, que significa em "meia-volta.. . volver!" e marchar em direção a Deus. Há uma palavra grega traduzida "arrependimento", que significa literalmente "mudar de idéia ou de propósito". O pecador arrependido se propõe mudar de vida e voltar-se para Deus; o resultado prático é que ele produz frutos dignos do arrependimento. (Mat. 3:8.)

O arrependimento honra a lei como a fé honra o evangelho. Como, pois, o arrependimento honra a lei? Contristado, o homem

lamenta ter-se afastado do santo mandamento, como também lamenta sua impureza pessoal que, à luz dessa lei, ele compreende. Confessando — ele admite a justiça da sentença divina. Na correção de sua vida ele abandona o pecado e faz a reparação possível e necessária, de acordo com as circunstâncias.

De que maneira o Espírito Santo ajuda a pessoa a arrepender-se? Ele a ajuda aplicando a Palavra de Deus à consciência, comovendo o coração e fortalecendo o desejo de abandonar o pecado.

(b) *Fé*. Fé, no sentido bíblico, significa crer e confiar. É o assentimento do intelecto com o consentimento da vontade. Quanto ao intelecto, consiste na crença de certas verdades reveladas concernentes a Deus e a Cristo; quanto à vontade, consiste na aceitação dessas verdades como princípios diretrizes da vida. A fé intelectual não é o suficiente (Tia. 2:19; Atos 8:13, 21) para adquirir a salvação. É possível dar seu assentimento intelectual ao Evangelho sem, contudo, entregar-se a Cristo. A fé oriunda do coração é o essencial (Rom. 10:9). Fé intelectual significa reconhecer como verídicos os fatos do evangelho; fé provinda do coração significa a pronta dedicação da própria vida as obrigações implícitas nesses fatos. Fé, no sentido de confiança, implica também o elemento emocional. Por conseguinte, a fé que salva representa um ato da inteira personalidade, que envolve o intelecto, as emoções e a vontade.

O significado da fé determina-se pela maneira como se emprega a palavra no original grego. Fé, às vezes, significa não somente crer em um corpo de doutrinas, mas, sim, crer em tudo quanto é verdade, como, por exemplo nas seguintes expressões: "Anuncia agora a fé que antes destruíra (Gál. 1:2d); apostatarão alguns da fé" (1 Tim. 4:1); "a batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos (Jud. 8). Essa fé é denominada, às vezes, "fé objetiva" ou externa. O ato de crer nessas verdades é conhecido como fé subjetiva.

Seguida por certas preposições gregas a palavra "crer" exprime a idéia de repousar ou apoiar-se sobre um firme fundamento; é o sentido da palavra crer que se lê no Evangelho de João 3:16. Seguida por outra preposição, a palavra significa a

confiança que faz unir a pessoa ao objeto de sua fé. Portanto, te e o elo de conexão entre a alma e Cristo.

A fé é atividade humana ou divina? O fato de que ao homem é ordenado crer implica capacidade e obrigação de crer. Todos os homens tem a capacidade de depositar sua confiança em alguém e em alguma coisa. Por exemplo: um deposita sua fé em riquezas, outro no homem, outro em amigos, etc. Quando a crença é depositada na palavra de Deus, e a confiança está em Deus e em Cristo, isso constitui fé que salva. Contudo, reconhecemos a graça do Espírito Santo, que ajuda, em cooperação com a Palavra, na produção dessa fé (Vide João 6:44; Rom. 10:17; Gál. 5:22; Heb. 12:2.)

Que é então, a fé que salva? Eis algumas definições: "Fé em Cristo e graça salvadora pela qual o recebemos e nele confiamos inteiramente para receber a salvação conforme nos é oferecida no evangelho." E o "ato exclusivamente do penitente, ajudado, de modo especial, pelo Espírito, e como descansando em Cristo." "É ato ou hábito mental da parte do penitente, pelo qual, sob a influencia da graça divina, a pessoa põe sua confiança em Cristo como seu único e todo suficiente Salvador." "É uma firme confiança em que Cristo morreu pelos *meus* pecados, que ele *me* amou e deu-se a si mesmo por *mim*." "E crer e confiar nos méritos de Cristo, e por cuja cousa Deus está disposto a mostrar-nos misericórdia." "É a fuga do pecador penitente para a misericórdia de Deus em Cristo.

4. Conversão.

Conversão, segundo a definição mais simples, é abandonar o pecado e aproximar-se de Deus. (Atos 3:19.) O termo é usado para exprimir tanto o período crítico em que o pecador volta aos caminhos da justiça como também para expressar o arrependimento de alguma transgressão por parte de quem já se encontra nos caminhos da justiça. (Mat. 18:3; Luc. 22:32; Tia. 5:20.)

A conversão está muito relacionada com o arrependimento e a te, e, ocasionalmente, representa tanto um como outro ou ambos, no sentido de englobar todas as atividades pelas quais o homem abandona o pecado e se aproxima de Deus. (Atos 3:19; 11:21; 1

Ped. 2:25.) O Catecismo de Westminster, em resposta à sua própria pergunta, oferece a seguinte e adequada definição de conversão:

Que é arrependimento para a vida?

Arrependimento para a vida é graça salvadora, pela qual o pecador, sentindo verdadeiramente o seu pecado, e lançando mão da misericórdia de Deus em Cristo, e sentindo tristeza por causa do seu pecado e ódio contra ele, abandona-o e aproxima-se de Deus, fazendo o firme propósito de, daí em diante, ser obediente a Deus.

Note-se que, segundo essa definição, a conversão envolve a personalidade toda — intelecto, emoções e vontade.

Como se distingue conversão de salvação? A conversão descreve o lado humano da salvação. Por exemplo: observa-se que um pecador, bêbado notório, não bebe mais, nem joga, nem frequenta lugares suspeitos; ele odeia as coisas que antes amava e ama as coisas que outrora odiava. Seus amigos dizem: "Ele está convertido; mudou de vida." Essas pessoas estão descrevendo o que aparece, isto é, o lado humano do fato. Mas, do lado divino, diríamos que Deus perdoou o pecado do pecador e lhe deu um novo coração.

Mas isso significa que a conversão seja inteiramente uma questão de esforço humano? Como a fé e o arrependimento estão incluídos na conversão, a conversão é uma atividade humana; mas ao mesmo tempo é um efeito sobrenatural sendo ela a *reação* por parte do homem ante o poder atrativo da graça de Deus e da sua Palavra. Portanto, a conversão é o resultado da cooperação das atividades divinas e humanas. "Assim também operai a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar segundo a sua boa vontade" (Fil. 2:12,13). As seguintes passagens referem-se ao lado divino da conversão: Jer. 31:18; Atos 3:26. E estas outras referem-se ao lado humano: Atos 3:19; 11:18; Ezeq. 33:11.

Qual se opera primeiro, a regeneração ou a conversão? As operações que envolvem a conversão são profundas e de caráter misterioso; por conseguinte, não as analisaremos com precisão

matemática. O teólogo Dr. Strong conta o caso de um candidato à ordenação a quem fizeram a pergunta acima. Ele respondeu: "Regeneração e conversão são como a bala do canhão e o furo do cano do canhão — ambos atravessam o cano juntos."

II. A JUSTIFICAÇÃO

1. Natureza da justificação: absolvição divina.

A palavra "justificar" é termo judicial que significa absolver, declarar justo, ou pronunciar sentença de aceitação. A ilustração procede das relações legais. O réu está perante Deus, o justo Juiz; mas, ao invés de receber sentença condena-tória, ele recebe a sentença de absolvição.

O substantivo "justificação" ou "justiça", significa o estado de aceitação para o qual se entra pela fé. Essa aceitação é dom gratuito da parte de Deus, posto à nossa disposição pela fé em Cristo. (Rom. 1:17; 3:21,22.) É o estado de aceitação no qual o crente permanece (Rom. 5:2). Apesar de seu passado pecaminoso e de imperfeições no presente, o crente goza de completa e segura posição para com Deus. "Justificado" é o veredito divino e ninguém o poderá contradizer. (Rom. 8:34.) Essa doutrina assim se define: "Justificação é um ato da livre graça de Deus pelo qual ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos aos seus olhos somente por nos ser imputada a justiça de Cristo, que se recebe pela fé."

Justificação é primeiramente uma mudança de posição da parte do pecador, o qual antes era um condenado; agora, porém, goza de absolvição. Antes estava sob a condenação, mas agora participa da divina aprovação.

Justificação inclui mais do que perdão dos pecados e remoção da condenação, pois no ato da justificação Deus coloca o ofensor na posição de justo. O presidente da República pode perdoar o criminoso, mas não pode reintegrá-lo na posição daquele que nunca desrespeitou as leis. Mas a Deus é possível efetuar ambas as coisas! Ele apaga o passado, os pecados e ofensas, e, em seguida, trata o ofensor como se nunca tivesse cometido um pecado sequer! O criminoso perdoado não é considerado ou

descrito como bom ou justo; mas Deus, ao perdoar o pecador, o declara justificado, isto é, justo aos olhos divinos. Juiz algum poderia justificar o criminoso, isto é, declará-lo homem justo e bom. Se Deus estivesse sujeito às mesmas limitações e justificasse somente *gente boa*, então não haveria evangelho nenhum a ser anunciado aos pecadores. Paulo nos assegura que Deus justifica o ímpio. "O milagre do Evangelho é que Deus se aproxima dos ímpios, com uma misericórdia absolutamente justa e os capacita pela fé, a despeito do que são, a entrarem em nova relação com ele, relação pela qual é possível que se tomem bons. O segredo do Cristianismo do Novo Testamento, e de todos os avivamentos e reformas da igreja, é justamente este maravilhoso paradoxo: "Deus justifica o ímpio!"

Assim vemos que justificação é primeiramente subtração — o cancelamento dos pecados; segundo, adição — imputação de justiça.

2. Necessidade da Justificação: a condenação do homem.

"Como se justificará o homem para com Deus?" perguntou Jó (9:1). "Que é necessário que eu faça para me salvar?" interrogou o carcereiro de Filipos. Ambos expressaram a maior de todas as perguntas: Como pode o homem acertar sua vida perante Deus e ter certeza da aprovação divina?

A resposta a essa interrogação encontra-se no Novo Testamento, especialmente na epístola aos Romanos, na qual se apresenta, em forma sistemática e detalhada, o plano da salvação. O tema do livro encontra-se no capítulo 1:16,17, o qual se pode parafrasear da seguinte maneira: O evangelho é o poder de Deus para a salvação dos homens, pois o evangelho revela aos homens como se pode mudar de posição e de condição, de maneira que eles sejam justos perante Deus.

Uma das frases proeminentes da mesma epístola é: "A justiça de Deus." O inspirado apóstolo descreve a qualidade de justiça que Deus aceita, de forma que o homem que a possui tenha aceitação como justo perante ele. Essa justiça resulta da fé em Cristo. Paulo demonstra que todos os homens necessitam dessa justiça de Deus, porque toda a raça pecou. Os gentios estão sob condenação. Os

passos de sua degradação foram claros: outrora conheceram a Deus (1:19,20); falhando em o servirem e adorarem, seu coração insensato se obscureceu (1:21,22); a cegueira espiritual os conduziu à idolatria (verso 23) e a idolatria os conduziu à corrupção moral (vers. 24-31). São indesculpáveis porque tinham a revelação de Deus na natureza, e a consciência que aprova ou desaprova seus atos. (Rom. 1:19,20; 2:14,15.) O judeu também está sob condenação. É verdade que ele pertence à nação escolhida, e conhece a lei de Moisés de há muitos séculos, mas transgrediu essa lei em pensamentos, atos e palavras (cap. 2). Paulo, assim, estrondosamente, encerra toda a raça humana sob a condenação: "Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz, aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado" (Rom. 3:19,20).

Qual será essa "justiça" de que tanto necessita o homem? A própria palavra significa "retidão", ou estado de reto, ou justo. A palavra às vezes descreve o caráter de Deus, como sendo isento de toda imperfeição ou injustiça. Quando aplicada ao homem, significa o estado de retidão diante de Deus. Retidão significa "reto", aquilo que se conforma a um padrão ou norma. Por conseguinte, é o homem que se conforma à lei divina. Mas que acontecerá se esse homem descobrir que, em vez de ser "reto", ele é perverso (literalmente "torto") sem poder se endireitar? É então que ele precisa da justificação — que é obra exclusiva de Deus.

Paulo declarou que pelas obras da lei ninguém será justificado. Essa declaração não é uma crítica contra a lei, a qual é santa e perfeita. Significa simplesmente que a lei não foi dada com esse propósito de *fazer justo* o povo, e, sim, de suprir a necessidade duma norma de justiça. A lei pode ser comparada a uma fita métrica que pode medir o comprimento do pano, sem, contudo, aumentar o comprimento. Podemos compará-la à balança que determina o nosso peso, sem, contudo, aumentar esse peso. "Pela lei vem o conhecimento do pecado."

"Mas agora se manifestou sem a lei a justiça de Deus" (Rom. 3:21). Notem a palavra "agora". Alguém disse que Paulo dividiu todo o tempo em "agora" e "depois". Em outras palavras, a vinda de Cristo operou uma grande mudança nas transações de Deus com os homens. Introduziu uma nova dispensação. Durante séculos os

homens pecavam e aprendiam a impossibilidade de aniquilarem ou vencerem seus pecados. Mas *agora* Deus, clara e abertamente, revelou-lhes um novo caminho.

Muitos israelitas julgavam que devia haver um meio de serem justificados sem ser pela guarda da lei; por duas razões: 1) perceberam um grande abismo entre as exigências de Deus para com Israel e seu verdadeiro estado espiritual. Israel era injusto, e a salvação não podia proceder dos próprios méritos ou esforços. A salvação teria que proceder de Deus, por sua intervenção. 2) Muitos israelitas reconheceram por experiência própria sua incapacidade para guardar perfeitamente a lei. Chegaram à conclusão de que devia haver uma justiça alcançável independentemente de suas próprias obras e esforços. Em outras palavras, anelavam por redenção e graça. E Deus lhes assegurou que tal justiça lhes seria revelada. Paulo (Rom. 3:21) fala da justiça de Deus sem a lei, "tendo o testemunho da lei (Gên. 3:15; 12:3; Gál. 3:6-8) e dos profetas (Jer. 23:6; 31:31-34)". Essa justiça incluía tanto o perdão dos pecados como a justiça íntima do coração.

Na verdade, Paulo afirma que a justificação pela fé foi o plano original de Deus para a salvação dos homens; a lei foi acrescentada para disciplinar os israelitas e fazê-los sentir a necessidade de redenção. (Gál. 3:19-26.) Mas a lei em si não possuía poder para salvar, como o termômetro não tem poder para baixar a febre que ele registra. Seria o próprio Senhor, o Salvador do seu povo; e sua graça seria a sua única esperança.

Infelizmente, os judeus exaltaram a lei, imaginando que ela fosse um agente justificador, e elaboraram um plano de salvação baseado no mérito pela guarda dos seus preceitos e das tradições que lhes foram acrescentadas. "Porquanto, não conhecendo a justiça de Deus, e procurando estabelecer a sua própria justiça, não se sujeitaram à justiça de Deus" (Rom. 10:3). Não conheceram o propósito da lei. Confiaram nela como meio de salvação espiritual, ignorando a pecabilidade dos seus próprios corações, e imaginavam que seriam salvos pela guarda da letra da lei. Por essa razão, quando Cristo veio, oferecendo-lhes a salvação dos seus pecados, pensavam que não precisavam dum Messias como ele. (vide João 8:32-34.) O pensamento dos judeus era o de estabelecer rígidos requisitos pelos quais conseguiriam a vida eterna. "*Que faremos para executarmos as obras de Deus?*" perguntaram. E não

se prontificaram a obedecer à indicação de Jesus: "A obra de Deus é esta: Que *creiais* naquele que ele enviou" (João 6:28,29). Tão ocupados estavam em estabelecer seu próprio sistema de justiça, que perderam, por completo, a oportunidade de serem participantes da justificação divinamente provida para os homens pecadores. Na viagem, um trem representa o meio de conseguir um determinado alvo. Ninguém pensa em fazer do trem sua morada; antes, preocupa-se tão somente em chegar ao destino. Ao chegar a esse destino, deixa-se o trem. A lei foi dada a Israel com o propósito de conduzi-lo a um destino, e esse destino é a fé na graça salvadora de Deus. Mas, ao aparecer o Redentor, os judeus satisfeitos consigo mesmos, fizeram o papel do viajante que, chegando ao destino, se recusa a deixar o trem, embora o condutor lhe diga: "Estamos no fim da viagem"! Os judeus se recusaram a deixar as poltronas do "trem do Antigo Pacto", muito embora o Novo Testamento lhes assegurasse: "O fim da lei é Cristo", e que se cumpriu o Antigo Testamento. (Rom. 10:4.)

3. A fonte da justificação: a graça.

Graça significa, primeiramente, favor, ou a disposição bondosa da parte de Deus. Alguém a definiu como a "bondade genuína e favor não recompensados", ou "favor não merecido". Dessa forma a graça nunca incorre em dívida. O que Deus concede, concede-o como favor; nunca podemos recompensá-lo ou pagar-lhe. A salvação é sempre apresentada como dom, um favor não merecido, impossível de ser recompensado; é um benefício legítimo de Deus. (Rom. 6:23) O serviço cristão portanto, não é pagamento pela graça de Deus; serviço cristão é um meio que o crente aproveita para expressar sua devoção e amor a Deus. "Nós o amamos porque ele primeiramente nos amou."

A graça é transação de Deus com o homem, absolutamente independente da questão de merecer ou não merecer. "Graça não é tratar a pessoa *como* merece, nem tratá-la *melhor* do que merece", escreveu L. S. Chafer. "E tratá-la graciosamente sem a mínima referência aos seus méritos. Graça é amor infinito expressando-se em bondade infinita."

Devemos evitar certo mal-entendido. Graça não significa que Deus é de coração tão magnânimo que abrande a penalidade ou desiste dum justo juízo.

Sendo Deus o Soberano perfeito do universo, ele não pode tratar indulgentemente o assunto do pecado pois isso depreciaria sua perfeita santidade e justiça. A graça de Deus aos pecadores revela-se no fato de que ele mesmo pela *expição de Cristo*, pagou toda a pena do pecado. Por conseguinte, ele pode *justamente* perdoar o pecado sem levar em conta os merecimentos ou não merecimentos. Os pecadores são perdoados, não porque Deus seja benigno para desculpar os pecados deles, mas porque existe redenção mediante o sangue de Cristo. (Rom. 3:24; Efés. 1:6.) Os pregadores modernistas erram nesse ponto; pensam que Deus por sua benignidade perdoa os pecados; entretanto, seu perdão baseia-se na mais rigorosa *justiça*. Ao perdoar o pecado, "Ele é fiel e justo" (1 João 1:9). A graça de Deus revela-se no fato de haver ele provido uma expiação pela qual pode ser justo e justificador e, ao mesmo tempo, manter sua santa e imutável lei. A graça manifesta-se independente das obras ou atividades dos homens. Quando a pessoa está sob a lei, não pode estar sob a graça; e quando está sob a graça, não pode estar sob a lei. Está "sob a lei" quando tenta assegurar a sua salvação ou santificação como recompensa, por fazer boas obras ou observar certas cerimônias. Essa pessoa está "sob a graça" quando assegura para si a salvação por confiar na obra que Deus fez por ela, e não na obra que ela faz para Deus. As duas esferas são mutuamente exclusivas. (Gál. 5:4.) A lei diz: "paga tudo"; mas a graça diz: "Tudo está pago." A lei representa uma obra a fazer; a graça é uma obra consumada. A lei restringe as ações; a graça transforma a natureza. A lei condena; a graça justifica. Sob a lei a pessoa é servo assalariado; sob a graça é filho em gozo de herança ilimitada.

Enraizada no coração humano está a idéia de que o homem deve algo para tornar-se merecedor da salvação. Na igreja primitiva certos instrutores judaico-cristãos insistiam em que os convertidos fossem salvos pela fé e a observância da Lei de Moisés. Entre os pagãos, e em alguns setores da igreja cristã, esse erro tem tomado a forma de auto-castigo, observância de ritos, peregrinações, e esmolas. A idéia substancial de todos esses esforços é a seguinte: Deus não é bondoso; o homem não é justo; por conseguinte, o homem precisa fazer-se justo a fim de tornar Deus benigno. Esse foi o erro de Lutero, quando, mediante automortificações, envidava esforços para efetuar a sua própria salvação. "Oh quando será que você se tornará piedoso a ponto de ter um Deus benigno?" exclamou certa vez, referindo-se a si próprio. Finalmente Lutero

descobriu a grande verdade básica do evangelho: Deus é bondoso; portanto deseja fazer justo o homem. A graça do amoroso Pai, revelada na morte expiatória de Cristo é um dos elementos que distinguem o Cristianismo das demais religiões.

Salvação é a justiça de Deus imputada ao pecador; não é a justiça imperfeita do homem. Salvação é divina reconciliação; não é regulamento humano. Salvação é o cancelamento de **todos** os pecados; não é eliminar alguns pecados. Salvação é ser libertado da lei e estar morto para a lei; não é ter prazer na lei ou obedecer à lei. Salvação é regeneração divina; não é reforma humana. Salvação é ser aceitável a Deus; não é tornar-se excepcionalmente bom. Salvação é perfeição em Cristo; não é competência de caráter. A salvação, sempre e somente, procede de Deus; nunca procede do homem. — Lewis Sperry Chofer. Usa-se, às vezes, a palavra "graça", no sentido íntimo, para indicar a operação da influência divina (Efês. 4:7) e seus efeitos (Atos 4:33; 11:23; Tia. 4:6; 2 Cor. 12:9). As operações desse aspecto da graça têm sido classificadas da seguinte maneira: Graça proveniente (literalmente, "que vem antes") é a influência divina que precede a conversão da pessoa, influências que produzem o desejo de voltar para Deus. É o efeito do favor divino em atrair os homens (João 6:44) e convencer os desobedientes. (Atos 7:51.) Essa graça, às vezes, é denominada *eficiente*, tornando-se eficaz em produzir a conversão, quando não encontra resistência. (João 5:40; Atos 7:51; 13:46.) A graça *efetiva* capacita os homens a viverem justamente, a resistirem à tentação, e a cumprirem o seu dever. Por isso pedimos graça ao Senhor para cumprir uma determinada tarefa. A graça *habitual* é o efeito da morada do Espírito Santo que resulta em uma vida plena do fruto do Espírito (Gál. 5:22,23).

4. Fundamento da justificação: a justiça de Cristo.

Como pode Deus tratar o pecador como pessoa justa? Resposta: Deus lhe provê a justiça. Mas será que isso é apenas conceder o título de "bom" e "justo" a quem não o merece? Resposta: O Senhor Jesus Cristo ganhou o título a favor do pecador, o qual é declarado justo "mediante a redenção que há em Cristo Jesus". Redenção significa completa libertação por preço pago.

Cristo ganhou essa justiça por nós, por sua morte expiatória, como está escrito: "Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue." Propiciação é aquilo que assegura o favor de Deus para com os que não o merecem. Cristo morreu por nós para nos salvar da justa ira de Deus e nos assegurar o seu favor. A morte e a ressurreição de Cristo representam a provisão externa para a salvação do homem, referindo-se o termo justificação à maneira pela qual os benefícios salvadores da morte de Cristo são postos à disposição do pecador. Fé é o meio pelo qual o pecador lança mão desses benefícios.

Consideremos a necessidade de justiça. Como o corpo necessita de roupa, assim a alma necessita de caráter. Assim como é necessário apresentar-se em público decentemente vestido, assim é necessário que o homem se vista da roupa dum caráter perfeitamente justo para apresentar-se diante de Deus. (Vide Apo. 19:8; 3:4; 7:13,14.) As vestes do pecado estão sujas e rasgadas (Zac. 3:1-4); se o pecador se vestisse de sua própria bondade e seus próprios méritos, alegando serem boas as suas obras, elas seriam consideradas como "trapos de imundícia". (Isa. 64:6.) A única esperança do homem é adquirir a justiça que Deus aceita — a "justiça de Deus". Visto que o homem por natureza está destituído dessa justiça, terá que ser provida para ele essa justiça; terá que ser uma justiça que lhe seja imputada, não merecida.

Essa justiça foi comprada pela morte expiatória de Cristo. (Isa. 53:5,11; 2 Cor. 5:21; Rom. 4:6; 5:18,19.) Sua morte foi um ato perfeito de justiça, porque satisfaz a lei de Deus. Foi também um ato perfeito de obediência. Tudo isso foi feito por nós e posto a nosso crédito. "Deus nos aceita como justos aos seus olhos somente por nos ter sido imputada a justiça de Cristo", afirma determinada declaração doutrinária.

O ato pelo qual Deus credita essa justiça à nossa conta chama-se imputação. Imputação é levar à conta de alguém as conseqüências do ato de outrem. As conseqüências do pecado do homem foram levadas à conta de Cristo, e as conseqüências da obediência de Cristo foram levadas à conta do crente. Ele vestiu-se das vestes do pecado para que nós pudéssemos nos vestir do seu "manto de justiça". "Cristo... para nós foi feito por Deus... justiça" (1Cor. 1:30). Ele torna-se "O Senhor Justiça Nossa" (Jer. 23:6).

Cristo expiou nossa culpa, satisfaz a lei, tanto por obediência como por sofrimento, e tornou-se nosso substituto, de maneira que, estando unidos com ele pela fé, sua morte toma-se nossa morte, e sua obediência toma-se nossa obediência. Deus então nos aceita, não por qualquer bondade própria que nós tenhamos, nem pelas coisas imperfeitas que são as nossas "obras" (Rom. 3:28; Gál. 2:16), nem por nossos méritos, mas porque nos foi creditada a perfeita e toda-suficiente justiça de Cristo. Por causa de Cristo, Deus trata o homem culpado, quando este se arrepende e crê, como se fosse justo. Os méritos de Cristo são creditados a ele.

Também surgem as seguintes perguntas na mente da pessoa que investiga: sim, a justificação que salva é algo externo e concernente à posição legal do pecador; mas não haverá mudança alguma na condição moral? Afeta a sua situação, mas não afetará sua conduta? A justiça é imputada somente e não concedida de modo prático? Na justificação Cristo somente será por nós, ou agirá também em nós? Em outras palavras, parece que a imputação da justiça desonraria a lei se não incluísse a certeza de justiça futura.

A resposta é que a fé que justifica é o *ato inicial* da vida cristã e esse ato inicial, quando a fé for viva, é seguido por uma transformação interna conhecida como regeneração. A fé une o crente com o Cristo vivo; essa união com o Autor da vida resulta em transformação do coração. "Se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo" (2 Cor. 5:17). A justiça é imputada no ato da justificação e é comunicada na regeneração. O Cristo que é por nós torna-se o Cristo em nós.

A fé pela qual a pessoa é realmente justificada, necessariamente tem que ser uma fé viva. Uma fé viva produzirá uma vida reta; será uma fé que "*opera pelo amor*" (Gál. 5:6). Outrossim, vestindo a justiça de Cristo, o crente é exortado a viver uma vida em conformidade com o caráter de Cristo. "Porque o linho fino são as justisas dos santos" (literalmente os atos de justiça) (Apoc. 19:8). A verdadeira salvação requer uma vida de santidade prática. Que julgamento faríamos da pessoa que sempre se vestisse de roupa imaculada mas nunca lavasse o corpo? Incoerente, diríamos! Mas não menos incoerente é a pessoa que alega estar vestida da justiça de Cristo, e, ao mesmo tempo, vive de modo indigno do evangelho. Aqueles que se vestem da justiça de

Cristo terão cuidado de purificar-se do mesmo modo como ele é puro. (1 João 3:3.)

5. Os meios da justificação: a fé.

Visto que a lei não pode justificá-lo, a única esperança do homem é receber "justiça sem lei" (isto, entretanto, não significa injustiça ilegal, nem tampouco religião que permita o pecado; significa sim, uma mudança de posição e condição). Essa é a "justiça de Deus", isto é, a justiça que Deus concede, sendo também um dom, pois o homem é incapaz de operar a justiça. (Efés. 2:8-10.)

Mas um dom tem que ser aceito. Como, então, será aceito o dom da justiça? Ou, usando a linguagem teológica: qual é o instrumento que se apropria da justiça de Cristo? A resposta é: "pela fé em Jesus Cristo." A fé é a mão, por assim dizer, que recebe o que Deus oferece. Que essa fé é a causa instrumental da justificação prova-se pelas seguintes referências: Rom. 3:22; 4: 11; 9:30; Heb. 11:7; Fil. 3:9.

Os méritos de Cristo são comunicados e seu interesse salvador é assegurado por certos meios. Esses meios necessariamente são estabelecidos por Deus e somente ele os distribui. Esses meios são a fé — o princípio único que a graça de Deus usa para restaurar-nos à sua imagem e ao seu favor. Nascida, como é, no pecado, herdeira da miséria, a alma carece duma transformação radical, tanto por dentro como por fora; tanto diante de Deus como diante de si própria. A transformação diante de Deus denomina-se justificação; a transformação interna espiritual que se segue, chama-se regeneração pelo Espírito Santo. Esta fé é despertada no homem pela influência do Espírito Santo, geralmente em

conexão com a Palavra. A fé lança mão da promessa divina e apropria-se da salvação. Ela conduz a alma ao descanso em Cristo como Salvador e Sacrifício pelos pecados; concede paz à consciência e dá esperança consoladora do céu. Sendo essa fé viva e de natureza espiritual, e cheia de gratidão para com Cristo, ela é rica em boas obras de toda espécie.

"Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se

glorie" (Efés. 2:8,9). O homem nenhuma coisa possuía com que comprar sua justificação. Deus não podia condescender em aceitar o que o homem oferecia; o homem também não tinha capacidade para cumprir a exigência divina. Então Deus graciosamente salvou o homem, sem pagar esta coisa alguma — "gratuitamente pela sua graça" (Rom. 3:24). Essa graça gratuita é recebida pela fé. Não existe mérito nessa fé, como não cabem elogios ao mendigo que estende a mão para receber uma esmola. Esse método fere a dignidade do homem, mas perante Deus, o homem decaído não tem mais dignidade; o homem não tem possibilidades de acumular bondade suficiente para adquirir a sua salvação. "Nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei" (Rom. 3:20).

A doutrina da justificação pela graça de Deus, mediante a fé do homem, remove dois perigos: primeiro, o orgulho de autojustiça e de auto-esforço; segundo, o medo de que a pessoa seja fraca demais para conseguir a salvação.

Se a fé em si não é meritória, representando apenas a mão que se estende para receber a livre graça de Deus, que é então que lhe dá poder, e que garantia oferece ela à pessoa que recebeu esse dom gratuito, de que viverá uma vida de justiça? Importante e poderosa é a fé porque ela une a alma a Cristo, e é justamente nessa união que se descobre o motivo e o poder para a vida de justiça. "Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo" (Gál. 3:27). "E os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências" (Gál. 5:24).

A fé não só recebe passivamente mas também usa de modo ativo aquilo que Deus concede. É assunto próprio do coração (Rom. 10:9,10; vide Mat. 15:19; Prov. 4:23), e quem crê com o coração, crê também com suas emoções, afeições e seus desejos, ao aceitar a oferta divina da salvação. Pela fé, Cristo mora no coração (Efés. 3:17). A fé opera pelo amor (a "obra da fé"... 1 Tess. 1:3), isto é, representa um princípio enérgico, bem como uma atitude receptiva. A fé, por conseguinte, é poderoso motivo para a obediência e para todas as boas obras. A fé envolve a vontade e está ligada a todas as boas escolhas e ações, pois "tudo que não é de fé é pecado" (Rom. 14:23). Ela inclui a escolha e a busca da verdade (2 Tess. 2:12) e implica sujeição à justiça de Deus (Rom. 10:3).

O que se segue representa o ensino bíblico concernente à relação entre fé e obras. A fé se opõe às obras quando por obras entendemos boas obras que a pessoa faz com o intuito de merecer a salvação. (Gál. 3:11.) Entretanto, uma fé viva produzirá obras (Tia. 2:26), tal qual uma árvore viva produzirá frutos. A fé é justificada e aprovada pelas obras (Tia. 2:18), assim como o estado de saúde das raízes duma boa árvore é indicado pelos frutos. A fé se aperfeiçoa pelas obras (Tia. 2:22), assim como a flor se completa ao desabrochar. Em breves palavras, as obras são o resultado da fé, a prova da fé, e a consumação da fé.

Imagina-se que haja contradição entre os ensinamentos de Paulo e de Tiago. O primeiro, aparentemente, teria ensinado que a pessoa é justificada pela fé, o último que ela é justificada pelas obras. (Vide Rom. 3:20 e Tia. 2:14-16.) Contudo, uma compreensão do sentido em que eles empregaram os termos, rapidamente fará desvanecer a suposta dificuldade. Paulo está recomendando uma fé viva que confia somente no Senhor; Tiago está denunciando uma fé morta e formal que representa, apenas, um consentimento mental. Paulo está rejeitando as obras mortas da lei, ou obras sem fé; Tiago está louvando as obras vivas que demonstram a vitalidade da fé. A justificação mencionada por Paulo refere-se ao início da vida cristã; Tiago usa a palavra com o significado de vida de obediência e santidade como evidência exterior da salvação. Paulo está combatendo o legalismo, ou a confiança nas obras como meio de salvação; Tiago está combatendo antinomianismo, ou seja, o ensino de que não importa qual seja a conduta da pessoa, uma vez que creia. Paulo e Tiago não são soldados lutando entre si; são soldados da mesma linha de combate, cada qual enfrentando inimigos que os atacam de direções opostas.

III. A REGENERAÇÃO

1. Natureza da regeneração.

A regeneração é o ato divino que concede ao penitente que crê uma vida nova e mais elevada mediante união pessoal com Cristo. O Novo Testamento assim descreve a regeneração:

(a) **Nascimento.** Deus o pai é quem "gerou", e o crente é "nascido" de Deus (1 João 5:1), "nascido do Espírito" (João 3:8), "nascido do alto" (tradução literal de João 3:3,7). Esses termos referem-se ao ato da graça criadora que faz do crente um filho de Deus.

(b) **Purificação.** Deus nos salvou pela "lavagem" (literalmente, lavatório ou banho) da regeneração". (Tito 3:5.) A alma foi lavada completamente das imundícias da vida de outrora, recebendo novidade de vida, experiência simbolicamente expressa no ato de batismo. (Atos

(c) **Vivificação.** Somos salvos não somente pela "lavagem da regeneração", nas também pela "renovação do Espírito Santo" (Tito 3:5. Vide também Col. 3:10; Rom. 12:2; Efés. 4:23; Sal. 51:10). A essência da regeneração é uma nova vida concedida por Deus Pai, mediante Jesus Cristo e pela operação do Espírito Santo.

(d) **Criação.** Aquele que criou o homem no princípio e soprou em suas narinas o fôlego de vida, o recria pela operação do seu Espírito Santo. (2 Cor. 5:17; Efés. 2:10; Gál. 6:15; Efés. 4:24; vide Gên. 2:7.) O resultado prático é uma transformação radical da pessoa em sua natureza, seu caráter, desejos e propósitos.

(e) **Ressurreição.** (Rom. 6:4,5; Col. 2:13; 3:1; Efés. 2:5, 6.) Como Deus vivificou o barro inanimado e o fez vivo para com o mundo físico, assim ele vivifica a alma em seus pecados e a faz viva para as realidades do mundo espiritual. Esse ato de ressurreição espiritual é simbolizado pelo batismo nas águas. A regeneração é "a grande mudança que Deus opera na alma quando a vivifica; quando ele a levanta da morte do pecado para a vida de justiça" (João Wesley).

Notar-se-á que os termos acima citados são apenas variantes de um grande pensamento básico da regeneração, isto é, uma divina comunicação duma nova vida à alma do homem. Três fatos científicos relativos à vida natural também se aplicam à vida

espiritual; isto é, ela surge repentinamente; aparece misteriosamente, e desenvolve-se gradativamente.

Regeneração é o aspecto singular da religião do Novo Testamento. Nas religiões pagãs, reconhece-se universalmente a permanência do caráter. Embora essas religiões recomendem penitências e ritos, pelos quais a pessoa espera expiar os seus pecados, não há promessa de vida e de graça para transformar a sua natureza. A religião de Jesus Cristo é "a única religião no mundo que declara tomar a natureza decaída do homem e regenerá-la, colocando-a em contacto com a vida de Deus". Assim declara fazer, porque o Fundador do Cristianismo é Pessoa Viva e Divina, que vive para salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus. (Heb. 7:25.) *Não existe nenhuma analogia entre a religião cristã, e, digamos, o Budismo ou a religião maometana. De maneira nenhuma se pode dizer: "quem tem Buda tem a vida". (Vide 1João 5:12.) Buda pode ter algo em relação à moralidade. Pode estimular, causar impressão, ensinar, e guiar, mas nenhum elemento novo foi acrescido às almas que professam o Budismo. Tais religiões podem ser produtos do homem natural e moral. Mas o Cristianismo declara-se ser muito mais. Além das coisas de ordem natural e moral, o homem desfruta **algo mais** na Pessoa de **Alguém mais**, Jesus Cristo.*

2. Necessidade da regeneração.

A entrevista de nosso Senhor com Nicodemos (João 3) proporciona um excelente fundo histórico para o estudo deste tópico. As primeiras palavras de Nicodemos revelam uma série de emoções provenientes do seu coração. A declaração abrupta de Jesus no verso 3, que parece ser uma repentina mudança do assunto, explica-se pelo fato de Jesus estar respondendo ao *coração* de Nicodemos e não às palavras de sua interrogação. As primeiras palavras de Nicodemos revelam. 1) Fome espiritual. Se esse chefe judaico tivesse expressado o desejo de sua alma, talvez teria dito: "Estou cansado do ritualismo morto da sinagoga vou lá mas volto para casa com a mesma fome com que saí. Infelizmente, a glória divina afastou-se de Israel; não há visão e o povo perece. Mestre, a minh'alma suspira pela realidade! Pouco conheço de tua pessoa, mas tuas palavras tocaram-me o coração. Teus milagres convenceram-me de que és Mestre vindo de Deus. Gostaria de te

acompanhar. 2) Faltou a Nicodemos profunda convicção. Sentiu a sua necessidade, mas necessidade dum *instrutor* e não dum *Salvador*. Tal qual a mulher samaritana, ele queria a água da vida (João 4:15), mas, como aquela, Nicodemos teve de compreender que era pecador, que precisava de purificação e transformação. (João 4:16-18.) 3) Nota-se nas suas palavras um rasto de autocomplacência, coisa muito natural num homem de sua idade e posição. Ele diria a Jesus: "Creio que foste enviado a restaurar o reino de Israel, e vim dar-te alguns conselhos quanto aos planos para conseguir esse objetivo." Provavelmente ele supôs que sendo israelita e filho de Abraão, essas qualificações seriam suficientes para o tornarem membro do reino de Deus.

"Jesus respondeu, e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus." Parafraseando essa passagem, Jesus diria: "Nicodemos, tu não podes *unir-te* à minha companhia como se te unisses a uma organização. O pertencer à minha companhia não depende da qualidade de tua vida; minha causa não é outra senão aquela do reino de Deus, e tu não podes entrar nesse reino sem experimentar uma transformação espiritual. O reino de Deus é muito diferente do que estás pensando, e o modo de estabelecê-lo e de juntar seus súditos é muito diferente do meio de que estás cogitando."

Jesus apontou a necessidade mais profunda e universal de todos os homens — uma mudança radical e completa da natureza e caráter do homem em sua totalidade. Toda a natureza do homem ficou deformada pelo pecado, a herança da queda; essa deformação moral reflete-se em sua conduta e em todas as suas relações. Antes que o homem possa ter uma vida que agrade a Deus, seja no presente ou na eternidade, sua natureza precisa passar por uma transformação tão radical, que seja realmente um segundo nascimento. O homem não pode transformar-se a si mesmo; essa transformação terá que vir de cima.

Jesus não tentou explicar o *como* do novo nascimento, mas explicou *opor quê* do assunto. "O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido de Espírito é espírito." Carne e espírito pertencem a reinos diferentes, e um não pode produzir o outro. A natureza humana pode gerar a natureza humana, mas somente o Espírito Santo pode gerar a natureza espiritual. A natureza humana somente pode produzir a natureza humana; e nenhuma criatura poderá elevar-se acima de sua própria natureza. A vida espiritual

não passa do pai ao filho pela geração natural; ela procede de Deus para o homem por meio da geração espiritual.

A natureza humana não pode elevar-se acima de si própria. Escreveu Marcus Dods:

Todas as criaturas possuem certa natureza segundo a sua espécie, determinada pela sua ascendência. Essa natureza que o animal recebe dos seus pais determina, desde o princípio, a sua capacidade e a esfera desse animal. A toupeira não pode subir aos ares como o faz a águia; nem tampouco pode o filhote da águia cavar um buraco como afaz toupeira. Nenhum treino jamais fará a tartaruga correr como o antílope, nem fará o antílope tão forte como o leão... Além de sua natureza, nenhum animal poderá agir.

O mesmo princípio podemos aplicar ao homem. O destino mais elevado do homem é viver com Deus para sempre; mas a natureza humana, em seu estado presente, não possui a capacidade para viver no reino celestial. Portanto, será necessário que a vida celestial desça de cima para transformar a natureza humana, preparando-a para ser membro desse reino.

3. Os meios de regeneração.

(a) *Agência divina.* O Espírito Santo é o agente especial na obra de regeneração. Ele opera a transformação na pessoa. (João 3:6; Tito 3:5.) Contudo, todas as Pessoas da Trindade operam nessa obra. Realmente as três Pessoas operam em todas as divinas operações, embora cada Pessoa exerça certos ofícios que lhe são peculiares. Dessa forma o Pai é preeminentemente o Criador; contudo, tanto o Filho como o Espírito Santo são mencionados como agentes na criação. O Pai gera (Tia. 1:18) e no Evangelho de João, o Filho é apresentado como o Doador da vida. (Vide caps. 5 e 6.)

Notem especialmente a relação de Cristo com a regeneração do homem. É ele o Doador da vida. De que maneira ele vivifica os homens? Vivifica-os por morrer por eles, de forma que, ao

comerem sua carne e beberem seu sangue (que significa crer em sua morte expiatória), eles recebem a vida eterna. Qual é o processo de conceder a vida aos homens? Uma parte da recompensa de Cristo era a prerrogativa de conceder o Espírito Santo (Vide João 3:3,13; Gál.3:13,14), e ele ascendeu para que pudesse tomar-se a Fonte da vida e energia espiritual (João 6:62; Atos 2:33). O Pai tem vida em si (João 5:26); portanto, ele concede ao Filho ter vida em si; o Pai é a Fonte do Espírito Santo, mas ele concede ao Filho o poder de conceder o Espírito; desta forma o Filho é um "Espírito vivificante" (1 Cor. 15:45), tendo poder, não somente para ressuscitar os mortos, fisicamente, (João 5:25,26) mas também vivificar as almas mortas dos homens. (Vide Gên 2:7; João 20:22; 1 Cor. 15:45.)

(b) *A preparação humana.* Estritamente falando, o homem não pode cooperar no ato de regeneração, que é um ato soberano de Deus; mas o homem pode tomar parte na *preparação* para o novo nascimento. Qual é essa preparação? Resposta: Arrependimento e fé.

4. Efeitos da regeneração.

Podemos agrupá-los sob três tópicos: posicionais (adoção); espirituais (união com Deus); práticos (a vida de justiça).

(a) *Posicionais.* Quando a pessoa passa pela transformação espiritual conhecida como regeneração, torna-se filho de Deus e beneficiário de todos os privilégios dessa filiação. Assim escreve o Dr. William Evans: "Pela adoção, o crente, que já é filho de Deus, recebe o lugar de filho adulto; dessa forma o menino torna-se filho, o filho menor torna-se adulto." (Gál. 4:1-7.) A palavra "adoção" significa literalmente: "dar a posição de filhos" e refere-se, no uso comum, ao homem que toma para seu lar crianças que não são as suas pelo nascimento.

Quanto à doutrina, devemos distinguir entre adoção e regeneração: o primeiro é um termo legal que indica conceder o privilégio de filiação a um que não é membro da família; o segundo significa a transformação espiritual que toma a pessoa filho de Deus e participante da natureza divina. Contudo, na própria

experiência, é difícil separar os dois, visto que a regeneração e a adoção representam a dupla experiência da filiação.

No Novo Testamento a filiação comum é, às vezes, definida pelo termo "filhos" ("uioi"— no grego), termo que originou a palavra "adoção"; outras vezes é definida pela palavra "tekna", no grego, também traduzida por "filhos", que significa literalmente "os gerados", significando a regeneração. As duas idéias são distintas e ao mesmo tempo combinadas nas seguintes passagens: "Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder (implicando adoção) de serem feitos filhos de Deus... os quais... nasceram... de Deus" (João 1:12,13). "Vede quão grande caridade nos tem concedido o Pai, que fôssemos chamados (implicando adoção) filhos de Deus (a palavra que significa "gerados" de Deus)" (1 João 3:1). Em Rom. 8: 15,16 as duas idéias se entrelaçam: "Porque não recebestes o espírito de escravidão, para outra vez estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos Abba, Pai. O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus."

(b) *Espirituais*. Devido à sua natureza, a regeneração envolve união espiritual com Deus e com Cristo mediante o Espírito Santo; e essa união espiritual envolve habitação divina (2 Cor. 6:16-18; Gál. 2:20; 4:5,6; 1 João 3:24; 4:13.) Essa união resulta em um novo tipo de vida e de caráter, descrito de várias maneiras; novidade de vida (Rom. 6:4); um novo coração (Ezeq. 36:26); um novo espírito (Ezeq. 11:19); um novo homem (Efés. 4:24); participantes da natureza divina (2 Ped. 1:4). O dever do crente é manter seu contacto com Deus mediante os vários meios de graça e dessa forma preservar e nutrir a sua vida espiritual.

(c) *Práticos*. A pessoa nascida de Deus demonstrará esse fato pelo ódio que tem ao pecado (1 João 3:9; 5:18), por obras de justiça (1 João 2:29), pelo amor fraternal (1 João 4:7) e pela vitória que alcança sobre o mundo (1 João 5:4).

Devemos evitar estes dois extremos: primeiro, estabelecer um padrão tão baixo que a regeneração se torne questão de reforma natural; segundo, estabelecer um padrão elevado demais que não leve em conta as fraquezas dos crentes. Crentes novos que estão aprendendo a andar com Jesus estão sujeitos a tropeçar, como o bebê que aprende a andar. Mesmo os crentes mais velhos podem

ser surpreendidos em alguma falta. João declara que é absolutamente inconsistente que a pessoa nascida de Deus, portadora da natureza divina, continue a viver habitualmente no pecado (1 João 3.9), mas ao mesmo tempo ele tem cuidado em escrever: "Se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo" (1 João 2:1).

IV. A SANTIFICAÇÃO

1. Natureza da santificação

Em estudo anterior afirmamos que a chave do significado da doutrina da expiação, encontrada no Novo Testamento, acha-se no rito sacrificial do Antigo Testamento. Da mesma forma chegaremos ao sentido da doutrina do Novo Testamento sobre a santificação, pelo estudo do uso no Antigo Testamento da palavra "santo".

Primeiramente, observa-se que "santificação", "santidade", e "consagração" são sinônimos, como o são: "santificados" e "santos". Santificar é a mesma coisa que fazer santo ou consagrar. A palavra "santo" tem os seguintes sentidos:

(a) **Separação.** "Santo" é uma palavra descritiva da natureza divina. Seu significado primordial é "separação "; portanto, a santidade representa aquilo que está em Deus que o toma separado de tudo quanto seja terreno e humano — isto é, sua perfeição moral absoluta e sua divina majestade.

Quando o Santo deseja usar uma pessoa ou um objeto para seu serviço, ele separa essa pessoa ou aquele objeto do seu uso comum, e, em virtude dessa separação, a pessoa ou o objeto toma-se "santo".

(b) **Dedicação.** Santificação inclui tanto a separação *de*, como dedicação *a* alguma coisa; essa é "a condição dos crentes ao serem separados do pecado e do mundo e feitos participantes da natureza divina, e consagrados à comunhão e ao serviço de Deus por meio do Mediador".

A palavra "santo" é mais usada em conexão com o culto. Quando referente aos homens ou objetos, ela expressa o pensamento de que esses são usados no serviço divino e dedicados a Deus, no sentido especial de serem sua propriedade. Israel é uma nação santa, por ser dedicada ao serviço de Jeová; os levitas são santos por serem especialmente dedicados aos serviços do tabernáculo; o sábado e os dias de festa são santos porque representam a dedicação ou consagração do tempo a Deus.

(c) **Purificação.** Embora o sentimento primordial de "santo" seja separação para serviço, inclui também a idéia de purificação. O caráter de Jeová age sobre tudo que lhe é consagrado. Portanto, os homens consagrados a ele participam de sua natureza. As coisas que lhe são dedicadas devem ser limpas. Limpeza é uma condição de santidade, mas não a própria santidade, que é, primeiramente, separação e dedicação.

Quando Jeová escolhe e separa uma pessoa ou um objeto para o seu serviço, ele opera ou faz com que aquele objeto ou essa pessoa se torne santo. Objetos inanimados foram consagrados pela unção do azeite (Êxo. 40:9-11). A nação israelita foi santificada pelo sangue do sacrifício da aliança. (Êxo. 24:8. Vide Heb. 10:29). Os sacerdotes foram consagrados pelo representante de Jeová, Moisés, que os lavou com água, ungiu-os com azeite e aspergiu-os com o sangue de consagração. (Vide Lev., cap. 8.)

Como os sacrifícios do Velho Testamento eram tipos do sacrifício único de Cristo, assim as várias abluções e unções do sistema mosaico são tipos da verdadeira santificação que alcançamos pela obra de Cristo. Assim como Israel foi santificado pelo sangue da aliança, assim "também Jesus, para santificar o povo pelo seu próprio sangue, padeceu fora da porta" (Heb. 13:12).

Jeová santificou os filhos de Arão para o sacerdócio pela mediação de Moisés e o emprego de água, azeite e sangue. Deus o Pai (1 Tess. 5:23) santifica os crentes para um sacerdócio espiritual (1 Ped. 2:5) pela mediação do Filho (I Cor. 1:2,30; Efês 5:26; Heb 2:11), por meio da Palavra (João 17:17; 15:3), do sangue (Heb. 10:29; 13:12) e do Espírito (Rom. 15:16; 1 Cor. 6:11; 1 Ped. 1:2).

(d) **Consagração**, no sentido de viver uma vida santa e justa. Qual a diferença entre justiça e santidade? A justiça representa a vida regenerada em conformidade com a *lei divina*; os filhos de Deus andam retamente (1 João 3:6-10). Santidade é a vida regenerada em conformidade com a *natureza divina* e dedicada ao serviço divino; isto pede a remoção de qualquer impureza que estorve esse serviço. "Mas como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver" (1 Ped. 1:15). Assim a santificação inclui a remoção de qualquer mancha ou sujeira que seja contrária à santidade da natureza divina.

Em seguida à consagração de Israel surge, naturalmente, a pergunta: "Como deve viver um povo santo?" A fim de responder a essa pergunta, Deus deu-lhes o código de leis de santidade que se acham no livro de Levítico. Portanto, em consequência da sua consagração, seguiu-se a obrigação de viver uma vida santa. O mesmo se dá com o cristão. Aqueles que são declarados santos (Heb. 10:10) são exortados a seguir a santidade (Heb. 12:14); aqueles que foram purificados (1 Cor. 6:11) são exortados a purificar-se a si mesmos (2 Cor. 7:1).

(e) **Serviço**. A aliança é um estado de relação entre Deus e os homens no qual ele é o Deus deles e eles o seu povo, o que significa um povo adorador. A palavra "santo" expressa essa relação contratual. Servir a Deus, nessa relação, significa ser sacerdote; por conseguinte, Israel é descrito como nação santa e reino de sacerdotes (Êxo. 19:6). Qualquer impureza que venha a desfigurar essa relação precisa ser lavada com água ou com o sangue da purificação.

Da mesma maneira os crentes do Novo Testamento são "santos", isto é, um povo santo consagrado. Pelo sangue da aliança tornaram-se "sacerdócio real, a nação santa... sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo" (1 Ped. 2:9,5); oferecem o sacrifício de louvor (Heb. 13:15) e dedicam-se como sacrifícios vivos sobre o altar de Deus (Rom. 12:1).

Assim vemos que o serviço é elemento essencial da santificação ou santidade, pois é esse o único sentido em que os homens podem pertencer a Deus, isto é, como seus adoradores que lhe prestam serviço. Paulo expressou perfeitamente esse

aspecto da santidade quando disse acerca de Deus: "De quem eu sou, e a quem sirvo" (Atos 27:23). Santificação envolve ser possuído por Deus e servir a ele.

2. O tempo da santificação.

A santificação reúne: 1) idéia de posição perante Deus e instantaneidade; 2) prática e progressiva.

(a) **Posicional e instantânea.** A seguinte declaração representa o ensino dos que aderem à teoria de santificação da "segunda obra definida", feita por alguém que ensinou essa doutrina durante muitos anos:

Supõe-se que a justificação é obra da graça pela qual os pecadores, ao se entregarem a Cristo, são feitos justos e libertados dos hábitos pecaminosos. Mas no homem meramente justificado permanece um princípio de corrupção, uma árvore má, "uma raiz de amargura", que continuamente o provoca a pecar. Se o crente obedece a esse impulso e deliberadamente peca, ele perde sua justificação; segue-se portanto, a vantagem de ser removido esse impulso mau, para que diminua a possibilidade de se desviar. A extirpação dessa raiz pecaminosa é santificação. Portanto, é a purificação da natureza de todo pecado congênito pelo sangue de Cristo (aplicado pela fé ao realizar-se a plena consagração), e o fogo purificador do Espírito Santo, o qual queima toda a escória, quando tudo é depositado sobre o altar do sacrifício. Isso, e somente isso, é verdadeira santificação — a segunda obra definida da graça, subsequente à justificação, e sem a qual essa justificação provavelmente se perderá.

A definição supra citada ensina que a pessoa pode ser salva ou justificada sem ser santificada. Essa teoria, porém, é contrária ao ensino do Novo Testamento.

O apóstolo Paulo escreve a *todos* os crentes como a "santos" (literalmente, "os santificados") e como já santificados (1 Cor. 1:2; 6:11). Mas essa carta foi escrita para corrigir esses cristãos por causa de sua carnalidade e pecados grosseiros. (1 Cor. 3:1; 5:1,2,7,8.) Eram "santos" e "santificados *em Cristo*", mas alguns desses estavam muito longe de ser exemplos de cristãos na conduta. Foram chamados a ser santos, mas não se portavam dignos dessa vocação santa.

Segundo o Novo Testamento existe, pois, um sentido em que a santificação é simultânea com a justificação.

(b) **Prática e progressiva.** Mas será que essa santificação consiste *somente* em ser conferida a posição de santos? Não, essa separação inicial é apenas o *começo* duma vida progressiva de santificação. Todos os cristãos são separados para Deus em Jesus Cristo; e dessa separação surge a nossa responsabilidade de viver para ele. Essa separação deve continuar diariamente: o crente deve esforçar-se sempre para estar conforme à imagem de Cristo. "A santificação é a obra da livre graça de Deus, pela qual o homem todo é renovado segundo a imagem de Deus, capacitando-nos a morrer para o pecado e viver para a justiça." Isso não quer dizer que vamos progredir *até alcançar* a santificação e, sim, que progredimos *na* santificação da qual já participamos.

A santificação é posicional e prática — posicional em que é primeiramente uma mudança de posição pela qual o imundo pecador se transforma em santo adorador; prática porque exige uma maneira santa de viver. A santificação adquirida em virtude de nova posição, indica-se pelo fato de que todos os coríntios foram chamados "santificados em Cristo Jesus, chamados santos" (1 Cor. 1:2). A santificação progressiva está implícita no fato de alguns serem descritos como "carnais" (1 Cor. 3:3), o que significa que sua presente condição não estava à altura de sua posição concedida por Deus. Em razão disso, foram exortados a purificar-se e assim melhorar sua consagração até alcançarem a perfeição. Esses dois aspectos da santificação estão implícitos no fato de que aqueles que foram tratados como santificados e santos (1 Ped. 1:2; 2:5), são exortados a serem santos (1 Ped. 1:15). Aqueles que estavam mortos para o pecado (Col 3:3) são exortados a mortificar (fazer morto) seus membros pecaminosos (Col 3:5). Aqueles que se

despiram do homem velho (Col. 3:9) são exortados a vestirem-se ou revestirem-se do homem novo. (Efês 4:22; Col. 3:8.)

3. Meios divinos de santificação.

São meios divinamente estabelecidos de santificação: o sangue de Cristo, o Espírito Santo e a Palavra de Deus. O primeiro proporciona, primeiramente', a santificação absoluta, quanto à posição perante Deus. É uma obra consumada que concede ao pecador penitente uma posição perfeita em relação a Deus. O segundo meio é interno, efetuando a transformação da natureza do crente. O terceiro meio é externo e prático, e diz respeito ao comportamento do crente. Dessa forma, Deus fez provisão tanto para a santificação interna como externa.

(a) **O sangue de Cristo**, (Eterno, absoluto e posicionai.) (Heb. 13:12; 10:10,14; 1João 1:7.) Em que sentido seria a pessoa santificada pelo sangue de Cristo? Em resultado da obra consumada de Cristo, o pecador penitente é transformado de pecador impuro em adorador santo. A santificação é o resultado dessa "maravilhosa obra redentora do Filho de Deus, ao oferecer-se no Calvário para aniquilar o pecado pelo seu sacrifício. Em virtude desse sacrifício, o crente é eternamente separado para Deus; sua consciência é purificada, e ele próprio é transformado de pecador impuro, em santo adorador, unido em comunhão com o Senhor Jesus Cristo; pois, "assim o que santifica, como os que são santificados, são todos de um; por cuja causa não se envergonha de lhes chamar irmãos" (Heb. 2:11).

Que haja um aspecto contínuo na santificação pelo sangue, infere-se de 1 João 1:7: "O sangue de Jesus Cristo, seu Filho, nos purifica de todo pecado." Se houver comunhão entre o santo Deus e o homem, necessariamente terá que haver uma provisão para remover a barreira de pecado, que impede essa comunhão, uma vez que os melhores homens ainda assim são imperfeitos. Ao receber Isaías a visão da santidade de Deus, ele ficou abatido ao perceber a sua falta de santidade; e não estava em condições de ouvir a mensagem divina enquanto a brasa do altar não purificasse seus lábios. A consciência do pecado ofusca a

comunhão com Deus; confissão e fé no eterno sacrifício de Cristo removem essa barreira. (1 João 1:9.)

(b) **O Espírito Santo.** (Santificação Interna.) (1 Cor. 6:11; 2 Tess. 2:12; 1 Ped. 1:1,2; Rom. 15:16.) Nessas passagens a santificação pelo Espírito Santo é apresentada como o início da obra de Deus nos corações dos homens, conduzindo-os ao inteiro conhecimento da justificação pela fé no sangue aspergido de Cristo. Tal qual o Espírito pairava por cima do caos original (Gên. 1:2), seguindo-se o estabelecimento da ordem pelo Verbo de Deus, assim o Espírito paira sobre a alma humana, fazendo-a abrir-se para receber a luz e a vida de Deus. (2 Cor. 4:6.)

O capítulo 10 de Atos proporciona uma ilustração concreta da santificação pelo Espírito Santo. Durante os primeiros anos da igreja, a evangelização dos gentios retardou-se visto que muitos cristãos-judeus consideravam os gentios como "imundos", e não-santificados por causa de sua não conformidade com as leis alimentares e outros regulamentos mosaicos. Exigia-se uma visão para convencer a Pedro que aquilo que o Senhor purificara ele não devia tratar de comum ou impuro. Isso importava em dizer que Deus fizera provisão para a santificação dos gentios para serem o seu povo. E quando o Espírito de Deus desceu sobre os gentios, reunidos na casa de Cornélio, já não havia mais dúvida a respeito. Eram santificados pelo Espírito Santo, não importando se obedeciam ou não às ordenanças mosaicas (Rom. 15:16), e Pedro reptou os judeus que estavam com ele a negarem o símbolo exterior (batismo nas águas) de sua purificação espiritual. (Atos 10:47; 15:8.)

(c) **A Palavra de Deus.** (Santificação externa e prática.) (João 17:17, Efês 5:26; João 15:3; Sal. 119:9; Tia. 1:23-25.) Os cristãos são descritos como sendo "gerados pela Palavra de Deus"(1 Ped. 1:23). A Palavra de Deus desperta os homens a compreenderem a insensatez e impiedade de suas vidas. Quando dão importância à Palavra arrependendo-se e crendo em Cristo, são purificados pela Palavra que lhes fora falada. Esse é o início da purificação que deve continuar através da vida do crente. No ato de sua consagração ao ministério, o sacerdote israelita recebia um banho sacerdotal completo, banho que nunca se repetia; era uma obra

feita uma vez para sempre. Todos os dias porém, era obrigado a lavar as mãos e os pés. Da mesma maneira, o regenerado foi lavado (Tito 3:5); mas precisa uma separação diária das impurezas e imperfeições conforme lhe forem reveladas pela Palavra de Deus, que serve como espelho para a alma. (Tia. 1:22-25.) Deve lavar as mãos, isto é, seus atos devem ser retos; deve lavar os pés, isto é, "guardar-se da imundície que tão facilmente se apega aos pés do peregrino, que anda pelas estradas deste mundo".

4. Idéias errôneas sobre a santificação.

Muitos cristãos descobrem o fato de que seu maior impedimento em chegar à santidade é a "carne", a qual frustra sua marcha para a perfeição. Como se conseguirá libertação da carne? Três opiniões erradas têm sido expostas:

(a) **"Erradicação"** do pecado inato é uma dessas idéias. Assim escreve Lewis Sperry Chafer: "se a erradicação da natureza pecaminosa se consumasse, não haveria a morte física, pois esta é o resultado dessa natureza. (Rom. 5:12-21.) Pais que houvessem experimentado essa "extirpação", necessariamente gerariam filhos sem a natureza pecaminosa. Mas, mesmo que fosse realidade essa "extirpação", ainda haveria o conflito com o mundo, a carne (à parte da natureza pecaminosa) e o diabo; pois a "extirpação" desses males é obviamente antibíblica e não está incluída na própria teoria.

A erradicação é também contrária à experiência.

(b) **Legalismo**, ou a observância de regras e regulamentos. Paulo ensina que a lei não pode santificar (Rom. cap. 6), assim como também não pode justificar (Rom. 3). Essa verdade é exposta e desenvolvida na carta aos Gálatas. Paulo não está de nenhuma maneira depreciando a lei. Ele a está defendendo contra conceitos errôneos quanto a seu propósito. Se um homem for salvo do pecado, terá que ser por um poder à parte de si mesmo. Vamos empregar a ilustração dum termômetro. O tubo e o mercúrio representam o indivíduo. O registro dos graus representará a lei. Imaginem o termômetro dizendo: "Hoje não estou funcionando

exatamente; devo chegar no máximo a 30 graus." Será que o termômetro poderia elevar-se à temperatura exigida? Não, deveria depender duma condição/ora dele mesmo. Da mesma maneira o homem que percebe não estar à altura do ideal divino não pode elevar-se em um esforço por alcançá-lo. Sobre ele deve operar uma força à parte dele mesmo; essa força é o poder do Espírito Santo.

(c) **Ascetismo.** É a tentativa de subjugar a carne e alcançar a santidade por meio de privações e sofrimentos — o método que seguem os católicos romanos e os hindus ascéticos.

Esse método parece estar baseado na antiga crença pagã de que toda matéria, incluindo o corpo, é má. O corpo, por conseguinte, é uma trava ao espírito, e quanto mais for castigado e subjugado, mais depressa se libertará o espírito. Isso é contrário às Escrituras, que ensinam que Deus criou tudo muito bom. É a alma e não o corpo que peca; portanto, são os impulsos pecaminosos que devem ser subjugados, e não a carne material. Ascetismo é uma tentativa de matar o "eu", mas o "eu" não pode vencer o "eu". Essa é a obra do Espírito.

5. O verdadeiro método da santificação.

O método bíblico de tratar com a carne, deve basear-se obviamente, na provisão objetiva para a salvação, o sangue de Cristo; e na provisão subjetiva, o Espírito Santo. A libertação do poder da carne, portanto, deve vir por meio da fé na expiação e por entregar-se à ação do Espírito. O primeiro é tratado no sexto capítulo de Romanos, e o segundo na primeira parte do capítulo oitavo.

(a) **Fé na expiação.** Imaginemos que houvesse judeus presentes (o que sucedia com frequência) enquanto Paulo expunha a doutrina da purificação pela fé. Nós os imaginamos dizendo em protesto: "Isso é uma heresia do tipo mais perigoso!" Dizer ao povo que precisam crer unicamente em Jesus, e que nada podem fazer quanto à sua salvação porque ela é pela graça de Deus, tudo isso resultará em que descuidarão de sua maneira de viver. Eles julgarão que pouco importa o que façam, uma vez que *creiam*. Sua

doutrina de fé fomenta o pecado. Se a justificação é pela graça e nada mais, sem obras, por que então romper com o pecado? Por que não continuar no pecado para que abunde ainda mais a graça? Os inimigos de Paulo efetivamente o acusaram de pregar tal doutrina. (Rom. 3:8; 6:1.) Com indignação Paulo repudiou tal perversão. "De modo nenhum . Nós, que estamos mortos para o pecado, como viveremos ainda nele?" (Rom. 6:2). A continuação no pecado é impossível a um homem verdadeiramente justificado, em razão de sua união com Cristo na morte e na vida. (Vide Mat. 6:24.) Em virtude de sua fé em Cristo, o homem salvo passou por uma experiência que inclui um rompimento tão completo com o pecado, que se descreve como morte para o pecado, e uma transformação tão radical que se descreve como ressurreição. Essa experiência é figurada no batismo nas águas. A imersão do convertido testifica do fato que em razão de sua união com o Cristo crucificado ele morreu para o pecado; ser levantado da água testifica que seu contacto com o Cristo ressuscitado significa que "como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida" (Rom. 6:4). Cristo morreu *pelo* pecado a fim de que nós morrêssemos *para* o pecado.

"Aquele que está morto está justificado do pecado" (Rom. 6:7). A morte cancela todas as obrigações e rompe todos os laços. Por meio da união com Cristo, o cristão morreu para a vida antiga, e os grilhões do pecado foram quebrados. Como a morte dava fim à servidão do escravo, assim a morte do crente, que morreu para o mundo, o libertou da servidão ao pecado. Continuando a ilustração: A lei nenhuma jurisdição tem sobre um homem morto. Não importa qual seja o crime que haja cometido, uma vez morto, já está fora do poder da justiça humana. Da mesma maneira, a lei de Moisés, muitas vezes violada pelo convertido, não o pode "prender", pois, em virtude de sua experiência com Cristo, ele está "morto". (Rom. 7:1-4; 2 Cor. 5:14.)

"Sabendo que, havendo Cristo ressuscitado dos mortos, já não morre; a morte não mais terá domínio sobre ele. Pois, quanto a ter morrido, de uma vez morreu para o pecado, mas, quanto a viver, vive para Deus. Assim também vós considerai-vos como mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus nosso Senhor" (Rom. 6:9-11). A morte de Cristo pôs fim a esse estado terrenal no qual ele teve contacto como o pecado; sua vida agora é uma constante comunhão com Deus. Os cristãos, ainda que

estejam no mundo, podem participar de sua experiência, porque estão unidos a ele. Como podem participar? "Considerai-vos como mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus nosso Senhor." Que significa isso? Deus já disse que por meio da nossa fé em Cristo, *estamos* mortos para o pecado e vivos para a justiça. Resta uma coisa a fazer; crer em Deus e considerar ou concluir que estamos mortos para o pecado. Deus declarou que quando Cristo morreu, nós morremos para o pecado; quando ele ressuscitou, nós ressuscitamos para viver uma nova vida. Devemos continuar considerando esses fatos como absolutamente certos; e, ao considerá-los assim, tornar-se-ão poderosos em nossa vida, pois, seremos o que reconhecemos que somos. Uma distinção importante tem sido assinalada, a saber, a distinção entre *as promessas* e os *fatos* da Bíblia. Jesus disse: "Se vós estiverdes em mim, e as minhas palavras estiverem em vós, pedireis tudo o que quiserdes, e vos será feito" (João 15:7). Essa é uma promessa, porque está no futuro; é algo para *ser feito*. Mas quando Paulo disse que "Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras", ele está declarando um fato, algo *que foi feito*. Vide a expressão de Pedro: "Pelas suas feridas *fostes* sarados" (1 Ped. 2:24). E quando Paulo declara "que o nosso homem velho foi com ele crucificado", ele está declarando um fato, algo que aconteceu. A questão agora é: estamos dispostos ou não a crer

no que Deus declara que são fatos acerca de nós? Porque a fé é a mão que aceita o que Deus gratuitamente oferece.

Será que o ato de descobrir a relação com Cristo não constitui a experiência que alguns têm descrito como "a segunda obra da graça"?

(b) **Cooperação com o Espírito.** Os capítulos 7 e 8 de Romanos continuam o assunto da santificação; tratam da libertação do crente do poder do pecado, e do crescimento em santidade. No cap. 6 vimos que a vitória sobre o poder do pecado foi obtida pela/é. O capítulo 8 apresenta outro aliado na batalha contra o pecado — o *Espírito Santo*.

Como fundo para o capítulo 8 estuda-se a linha de pensamento no cap. 7, o qual descreve um homem voltando-se

para a lei a fim de alcançar santificação. Paulo demonstra aqui a impotência da lei para salvar e santificar, não porque a lei não seja boa, mas por causa da inclinação pecaminosa da natureza humana, conhecida como a "carne". Ele indica que a lei revela o fato (v. 7), a ocasião (v.8), o poder (v.9), a falsidade (v. 11), o efeito (vs. 10,11), e a vileza do pecado (vs. 12,13).

Paulo, que parece estar descrevendo sua própria experiência passada, diz-nos que a própria lei, que ele tão ardentemente desejava observar, suscitava impulsos pecaminosos dentro dele. O resultado foi "guerra civil" na sua alma. Ele é impedido de fazer o bem que deseja fazer, e impelido a fazer o que odeia. "Acho então esta lei em mim; que, quando quero fazer o bem, o mal está comigo. Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que batalha contra a lei do meu entendimento, e me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros" (vs. 21-23).

A última parte do capítulo 7, evidentemente, apresenta o quadro do homem debaixo da lei, que descobriu a perscrutadora espiritualidade da lei, mas em cada intento de observá-la se vê impedido pelo pecado que habita nele. Por que descreve Paulo esse conflito? Para demonstrar que a lei é tão impotente para santificar como o é para justificar.

"Miserável homem que eu sou! quem me livrará do corpo desta morte?" (v. 24 Vide 6:6). E Paulo, que descrevia a experiência debaixo da lei, assim testifica alegremente de sua experiência debaixo da graça: "Dou graças a Deus (que a vitória vem) por Jesus Cristo nosso Senhor" (v. 25). Com essa exclamação de triunfo entramos no maravilhoso capítulo oitavo, que tem por tema dominante a libertação da natureza pecaminosa pelo poder do Espírito Santo.

Há três mortes das quais o crente deve participar: 1) A morte *no* pecado, isto é, nossa condenação. (Efês. 2:1; Col. 2:13.) O pecado havia conduzido a alma a essa condição, cujo castigo é a morte espiritual ou separação de Deus. 2) A morte *pelo* pecado, isto é, nossa justificação. Cristo sofreu sobre a cruz a sentença duma lei infligida, e nós, por conseguinte, somos considerados como a havendo sofrido nele. O que ele fez *por* nós é considerado como se fosse feito por nós mesmos. (2 Cor. 5:14; Gál. 2:20.) Somos considerados legal ou judicialmente livres da pena duma lei

violada, uma vez que pela fé pessoal consentimos na transação. 3) A morte *para o* pecado, isto é, nossa santificação. (Rom. 6:11.) O que é certo *para* nós deve ser feito real *em* nós; o que é judicial deve se tornar prático; a morte para a pena do pecado deve ser seguida pela morte para o poder do pecado. E essa é a obra do Espírito Santo. (Rom. 8:13.) Assim como a seiva que ascende na árvore elimina as folhas mortas que ficaram presas aos ramos, apesar da neve e das tempestades, assim o Espírito Santo, que habita em nós, elimina as imperfeições e os hábitos da vida antiga.

6. Santificação completa.

Muitas vezes esta verdade é discutida sob o tema: "Perfeição cristã."

(a) *Significado de perfeição.* Há dois tipos de perfeição: absoluta e relativa. É absolutamente perfeito aquilo que não pode ser melhorado; isso pertence unicamente a Deus. E relativamente perfeito aquilo que cumpre o fim para o qual foi designado; essa perfeição é possível ao homem.

A palavra "perfeição", no Antigo Testamento, significa ser "sincero e reto" (Gên 6:9; Jó 1:1). Ao evitar os pecados das nações circunvizinhas, Israel podia ser uma nação "perfeita" (Deut. 18:13). No Antigo Testamento a essência da perfeição é o desejo e a determinação de fazer a vontade de Deus. Apesar dos pecados que mancharam sua carreira, Davi pode ser chamado um homem perfeito e "um homem segundo o coração de Deus", porque o motivo supremo de sua vida era fazer a vontade de Deus.

No Novo Testamento a palavra "perfeito" e seus derivados têm uma variedade de aplicações, e, portanto, deve ser interpretada segundo o sentido em que os termos são usados. Várias palavras gregas são usadas para expressar a idéia de perfeição: 1) Uma dessas palavras significa ser completo no sentido de ser apto ou capaz para certa tarefa ou fim. (2 Tim. 3:17.) 2) Outra denota certo fim alcançado por meio do crescimento mental e moral. (Mat. 5:48; 19:21; Col. 1:28; 4:12; Heb. 11:40.) 3) A palavra usada em 2 Cor. 13:9; Efés 4:12; e Heb. 13:21 significa um equipamento cabal. 4) A palavra usada em 2 Cor. 7:1 significa terminar, ou trazer a uma

terminação. A palavra usada em Apoc. 3:2 significa fazer repleto, cumprir, encher (como uma rede), nivelar (um buraco).

A palavra "perfeito" descreve os seguintes aspectos da vida cristã: 1) Perfeição de posição em Cristo (Heb. 10:14) — o resultado da obra de Cristo *por* nós. 2) Madureza e entendimento espiritual, em contraste com a infância espiritual. (1 Cor. 2:6; 14:20; 2Cor. 13:11; Fil. 3:15; 2Tim. 3:17) 3) Perfeição progressiva. (Gál. 3:3.) 4) Perfeição em certos particulares: a vontade de Deus, o amor ao homem, e serviço. (Col. 4:12; Mat. 5:48; Heb. 13:21.) 5) A perfeição final do indivíduo no céu. (Col. 1:28,22; Fil. 3:12; 1Ped. 5:10.) 6) A perfeição final da igreja, ou o corpo de Cristo, isto é, o conjunto de crentes. (Efés. 4:13; João 17:23.)

(b) *Possibilidades de perfeição.* O Novo Testamento apresenta dois aspectos gerais da perfeição: 1) A perfeição como um dom da graça, o qual é a perfeita posição ou estado concedido ao arrependido em resposta à sua fé em Cristo. Ele é considerado perfeito porque tem um Salvador perfeito e uma justiça perfeita. 2) A perfeição como realmente efetuada no caráter do crente. É possível acentuar em demasia o primeiro aspecto e descuidar do Cristianismo prático. Tal aconteceu a certo indivíduo que, depois de ouvir uma palestra sobre a Vida Vitoriosa, disse ao pregador: "Tudo isso tenho em Cristo." "Mas o senhor tem isso consigo, agora, aqui em Glasgow?" foi a serena interrogação. Por outra parte, acentuando demais o segundo aspecto, alguns praticamente têm negado qualquer perfeição à parte do que eles encontram em sua própria experiência.

João Wesley (o fundador do Metodismo) parece haver tomado uma posição intermediária entre os dois extremos. Ele reconhecia que a pessoa era santificada na conversão, mas afirmava a necessidade da *inteira santificação* como outra obra da graça. O que fazia essa experiência parecer necessária era o poder do pecado, que era a causa de o cristão ser derrotado. Essa bênção vem a quem buscar com fidelidade; o amor puro enche o coração e governa toda a obra e ação, resultando na destruição do poder do pecado.

Essa perfeição no amor não é considerada como perfeição absoluta, nem tampouco isenta o crente de vigilância e cuidados constantes. Wesley escreveu: "Creio que a pessoa cheia do amor de

Deus ainda está propensa a transgressões involuntárias. Tais transgressões vocês poderão chamá-las de pecados, se quiserem; mais eu não." Quanto ao tempo da inteira santificação, Wesley escreveu:

"É esta morte para o pecado e renovação no amor, gradual ou instantânea? Um homem poderá estar à morte por algum tempo; no entanto, propriamente falando, não morre enquanto não chegar o instante em que a alma se separa do corpo; e nesse momento ele vive a vida da eternidade. Da mesma maneira a pessoa poderá estar morrendo para o pecado por algum tempo; entretanto, não está morto para o pecado enquanto o pecado não for separado de sua alma; é nesse momento que vive a plena vida de amor. E da mesma maneira que a mudança sofrida quando o corpo morre é duma qualidade diferente e infinitamente maior que qualquer outra que tenhamos conhecido antes, tão diferente que até então era impossível conceber, assim a mudança efetuada quando a alma morre para o pecado é duma classe diferente e infinitamente maior que qualquer outra experimentada antes, e que ninguém pode conceber até que a experimente. No entanto, essa pessoa continuará a crescer na graça, no conhecimento de Cristo, no amor e na imagem de Deus; e assim continuará, não somente até a morte, mas por toda a eternidade. Como esperaremos essa mudança? Não em um descuidado indiferentismo, ou indolente inatividade; mas em obediência vigorosa e universal, no cumprimento fiel dos mandamentos, em vigilância e trabalho, em negarmo-nos a nós mesmos, tomando diariamente a nossa cruz; como também em oração fervorosa e jejum, e atendendo bem às ordenanças de Deus. E se alguém pensa em obtê-la de alguma outra maneira (e conservá-la quando a haja obtido, mesmo quando a haja recebido na maior medida) esse alguém engana sua própria alma."

João Calvino, que acentuara a perfeição do crente pela consumada obra de Cristo, e que não era menos zeloso da santidade de que Wesley, dá o seguinte relato da perfeição cristã:

"Quando Deus nos reconcilia consigo mesmo, por meio da justiça de Cristo, e nos considera como justos por meio da livre remissão de nossos pecados, ele também habita em nós, pelo seu Espírito, e santifica-nos pelo seu poder, mortificando as concupiscências da nossa carne e formando o nosso coração em obediência à sua Palavra. Desse modo, nosso desejo principal vem a ser obedecer à sua vontade e promover a sua glória. Porém, ainda depois disso, permanece em nós bastante imperfeição para repelir o orgulho e constranger-nos à humildade." (Ecl. 7:20; 1Reis 8:46.)

Ambas as opiniões, a perfeição como dom em Cristo e a perfeição como obra real efetuada em nós, são ensinadas nas Escrituras; o que Cristo fez *por* nós deve ser efetuado *em* nós. O Novo Testamento sustenta um ideal elevado de santidade e afirma a possibilidade de libertação do poder do pecado. Portanto, é dever do cristão esforçar-se para conseguir essa perfeição. (Fil. 3:12; Heb.6:1.)

Em relação a isto devemos reconhecer que o progresso na santificação muitas vezes implica uma crise na experiência, quase tão definida como a da conversão. Por um meio ou outro, o crente recebe uma revelação da santidade de Deus e da possibilidade de andar mais perto dele, e essa experiência é seguida por um conhecimento interior de ter ainda alguma contaminação. (Vide Isa. 6.) Ele chegou a uma encruzilhada na sua experiência cristã, na qual deverá decidir se há de retroceder ou seguir avante, com Deus. Confessando seus fracassos passados, ele faz uma reconsagração, e, como resultado, recebe um novo aumento de paz, gozo e vitória, e também o testemunho de que Deus aceitou sua consagração. Alguns têm chamado a essa experiência uma segunda obra da graça.

Ainda haverá tentação de fora e de dentro, e daí a necessidade de vigilância (Gál. 6:1; ICor. 10:12); a carne é fraca e o cristão está livre para ceder, pois está em estado de prova (Gál.

5:17; Rom. 7:18, Fil. 3:8); seu conhecimento é parcial e falho; portanto, pode estar sujeito a pecados de ignorância. Porém ele pode seguir avante, certo de que pode resistir e vencer toda a tentação que reconheça (Tia. 4:7; 1 Cor. 10:13; Rom. 6:14; Efés. 6:13,14); pode estar sempre glorificando a Deus cheio dos frutos de justiça (1 Cor. 10:31; Col. 1:10); pode possuir a graça e o poder do Espírito e andar em plena comunhão com Deus (Gál. 5:22, 23; Efés. 5:18; Col. 1:10,11; 1 João 1:7); pode ter a purificação constante do sangue de Cristo e assim estar sem culpa perante Deus. (1 João 1:7; Fil. 2:15; 1 Tess. 5:23).

V. A SEGURANÇA DA SALVAÇÃO

Temos estudado as preparações para a salvação e considerado a natureza desta. Nesta seção consideramos: É a Salvação final dos cristãos incondicional, ou poderá perder-se por causa do pecado?

A experiência prova a possibilidade duma queda temporária da graça, conhecida por "desviar-se". O termo não se encontra no Novo Testamento, senão no Antigo Testamento. Uma palavra hebraica significa "voltar atrás" ou "virar-se"; outra palavra significa "volver-se" ou ser "rebelde". Israel é comparado a um bezerro teimoso que volta para trás e se recusa a ser conduzido, e torna-se insubmisso ao jugo. Israel afastou-se de Jeová e obstinadamente se recusou a tomar sobre si o jugo de seus mandamentos.

O Novo Testamento nos admoesta contra tal atitude, porém usa outros termos. O desviado é a pessoa que outrora tinha o zelo de Deus, mas agora se tomou fria (Mat. 24:12); outrora obedecia à Palavra, mas o mundanismo e o pecado impediram seu crescimento e frutificação (Mat. 13:22); outrora pôs a mão ao arado, mas olhou para trás (Luc. 9:62); como a esposa de Ló, que havia sido resgatada da cidade da destruição, mas seu coração voltou para ali (Luc. 17:32); outrora estava em contacto vital com Cristo, mas agora está fora de contacto, e está seco, estéril e inútil espiritualmente (João 15:6); outrora obedecia à voz da consciência, mas agora jogou para longe de si essa bússola que o guiava, e, como resultado, sua embarcação de fé destroçou-se nas rochas do

pecado e do mundanismo (1 Tim. 1:19); outrora alegrava-se em chamar-se cristão, mas agora se envergonha de confessar a seu Senhor (2 Tim. 1:8 ;2:12); outrora estava liberto da contaminação do mundo, mas agora voltou como a "porca lavada ao espoja-douro de lama" (2 Ped. 2:22; vide Luc. 11:21-26).

É possível decair da graça; mas a questão é saber se a pessoa que era salva e teve esse lapso, pode finalmente perder-se. Aqueles que seguem o sistema de doutrina calvinista respondem negativamente; aqueles que seguem o sistema arminiano (chamado assim em razão de Arminio, teólogo holandês, que trouxe a questão a debate) respondem afirmativamente.

1. Calvinismo.

A doutrina de João Calvino não foi criada por ele; foi ensinada por santo Agostinho, o grande teólogo do quarto século. Nem tampouco foi criada por Agostinho, que afirmava estar interpretando a doutrina de Paulo sobre a livre graça.

A doutrina de Calvino é como segue: A salvação é inteiramente de Deus; o homem absolutamente nada tem a ver com sua salvação. Se ele, o homem, se arrepender, crer e for a Cristo, é inteiramente por causa do poder atrativo do Espírito de Deus. Isso se deve ao fato de que a vontade do homem se corrompeu tanto desde a queda, que, sem a ajuda de Deus, não pode nem se arrepender, nem crer, nem escolher corretamente. Esse foi o ponto de partida de Calvino — a completa servidão da vontade do homem ao mal. A salvação, por conseguinte, não pode ser outra coisa senão a execução dum decreto divino que fixa sua extensão e suas condições.

Naturalmente surge esta pergunta: Se a salvação é inteiramente obra de Deus, e o homem não tem nada a ver com ela, e está desamparado, amenos que o Espírito de Deus opere nele, então, por que Deus não salva a *todos* os homens, posto que todos estão perdidos e desamparados? A resposta de Calvino era: Deus predestinou alguns para serem salvos e outros para serem perdidos. "A predestinação é o eterno decreto de Deus, pelo qual ele decidiu o que será de cada um e de todos os indivíduos. Pois nem todos são criados na mesma condição; mas a vida eterna está preordenada para alguns, e a condenação eterna para outros." Ao

agir dessa maneira Deus não é injusto, pois ele não é obrigado a salvar a ninguém; a responsabilidade do homem permanece, pois a queda de Adão foi sua própria falta, e o homem sempre é responsável por seus pecados.

Posto que Deus predestinou certos indivíduos para a salvação, Cristo morreu unicamente pelos "eleitos"; a expiação fracassaria se alguns pelos quais Cristo morreu se perdessem.

Dessa doutrina da predestinação segue-se o ensino de "uma vez salvo sempre salvo"; porque se Deus predestinou um homem para a salvação, e unicamente pode ser salvo e guardado pela graça de Deus, que é irresistível, então, nunca pode perder-se.

Os defensores da doutrina da "segurança eterna" apresentam as seguintes referências para sustentar sua posição: João 10:28,29; Rom. 11:29; Fil. 1:6; 1 Ped. 1:5; Rom. 8:35; João 17:6.

2. Arminianismo.

O ensino arminiano é como segue: A vontade de Deus é que todos os homens sejam salvos, porque Cristo morreu por todos. (1 Tim. 2:4-6; Heb. 2:9; 2 Cor. 5:14; Tito 2:11,12.) Com essa finalidade ele oferece sua graça a todos. Embora a salvação seja obra de Deus, absolutamente livre e independente de nossas boas obras ou méritos, o homem tem certas condições a cumprir. Ele pode escolher aceitar a graça de Deus, ou pode resistir-lhe e rejeitá-la. Seu direito de livre arbítrio sempre permanece.

As Escrituras certamente ensinam uma predestinação, mas não que Deus predestina alguns para a vida eterna e outros para o sofrimento eterno. Ele predestina "a todos os que querem" a serem salvos — e esse plano é bastante amplo para incluir a todos que realmente desejam ser salvos. Essa verdade tem sido explicada da seguinte maneira: na parte de fora da porta da salvação lemos as palavras: "quem quiser pode vir"; quando entramos por essa porta e somos salvos, lemos as palavras no outro lado da porta: "eleitos segundo a presciência de Deus". Deus, em razão de seu conhecimento, previu que essas pessoas aceitariam o evangelho e permaneceriam salvos, e predestinou para essas pessoas uma herança celestial. Ele *previu* o destino delas, mas não *o fixou*.

A doutrina da predestinação é mencionada, não com propósito especulativo, e, sim, com propósito prático. Quando Deus chamou Jeremias ao ministério, ele sabia que o profeta teria uma tarefa muito difícil e poderia ser tentado a deixá-la. Para encorajá-lo, o Senhor assegurou ao profeta que o havia conhecido e o havia chamado antes de nascer (Jer. 1:5). Com efeito, o Senhor disse: "Já sei o que está adiante de ti, mas também sei que posso te dar graça suficiente para enfrentares todas as provas futuras e conduzir-te à vitória." Quando o Novo Testamento descreve os cristãos como objetos da presciência de Deus, seu propósito é dar-nos certeza do fato de que Deus previu todas as dificuldades que surgirão à nossa frente, e que ele pode nos guardar e nos guardará de cair.

3. Uma comparação.

A salvação é condicional ou incondicional? Uma vez salva, a pessoa é salva eternamente? A resposta dependerá da maneira em que podemos responder às seguintes perguntas-chave: De quem depende a salvação? É irresistível a graça?

1) De quem depende, em última análise, a salvação: de Deus ou do homem? Certamente deve depender de Deus, porque, quem poderia ser salvo se a salvação dependesse da força da própria pessoa? Podemos estar seguros disto: Deus nos conduzirá à vitória, não importa quão débeis ou desatinados sejamos, uma vez que sinceramente desejamos fazer a sua vontade. Sua graça está sempre presente para nos admoestar, reprimir, animar e sustentar.

Contudo, não haverá um sentido em que a salvação dependa do homem? As Escrituras ensinam constantemente que o homem tem o poder de escolher livremente entre a vida e a morte, e Deus nunca violará esse poder.

2) Pode-se resistir à graça de Deus? Um dos princípios fundamentais do Calvinismo é que a graça de Deus é irresistível. Quando Deus decreta a salvação de uma pessoa, seu Espírito atrai, e essa atração não pode ser resistida. Portanto, um verdadeiro filho de Deus certamente perseverará até ao fim e será salvo; ainda que caia em pecado, Deus o castigará e pelejará com ele. Ilustrando a teoria calvinista diríamos: é como se alguém

estivesse a bordo dum navio, e levasse um tombo; contudo está a bordo ainda; não caiu ao mar.

Mas o Novo Testamento ensina, sim, que é possível resistir à graça divina e resistir para a perdição eterna (João 6:40; Heb. 6:46; 10:26-30; 2 Ped. 2:21; Heb. 2:3; 2 Ped. 1:10), e que a perseverança é condicional dependendo de manter-se em contacto com Deus.

Note-se especialmente Heb. 6:4-6 e 10:26-29. Essas palavras foram dirigidas a cristãos; as epístolas de Paulo não foram dirigidas aos não-regenerados. Aqueles aos quais foram dirigidas são descritos como havendo sido uma vez iluminados, havendo provado o dom celestial, participantes do Espírito Santo, havendo provado a boa Palavra de Deus e as virtudes do século futuro. Essas palavras certamente descrevem pessoas regeneradas.

Aqueles aos quais foram dirigidas essas palavras eram críticos hebreus, que, desanimados e perseguidos (10:32-39), estavam tentados a voltar ao Judaísmo. Antes de serem novamente recebidos na sinagoga, requeria-se deles que, publicamente, fizessem as seguintes declarações (10:29): que Jesus não era o Filho de Deus; que seu sangue havia sido derramado justamente como o dum malfeitor comum; e que seus milagres foram operados pelo poder do maligno. Tudo isso está implícito em Heb. 10:29. (Que tal repúdio da fé podia haver sido exigido, é ilustrado pelo caso dum cristão hebreu na Alemanha, que desejava voltar à sinagoga, mas foi recusado porque desejava conservar algumas verdades do Novo Testamento.) Antes de sua conversão havia pertencido à nação que crucificou a Cristo; voltar à sinagoga seria de novo crucificar o Filho de Deus e expô-lo ao vitupério; seria o terrível pecado da apostasia (Heb. 6:6); seria como o pecado imperdoável para o qual não há remissão, porque a pessoa que está endurecida a ponto de cometê-lo não pode ser "renovada para arrependimento"; seria digna dum castigo mais terrível do que a morte (10:28); e significaria incorrer na vingança do Deus vivo (10:30, 31).

Não se declara que alguém houvesse ido até esse ponto; de fato, o autor está persuadido de "coisas melhores" (6:9). Contudo, se o terrível pecado da apostasia da parte de pessoas salvas não fosse ao menos remotamente possível, todas essas admoestações careceriam de qualquer fundamento.

Leia-se 1 Cor. 10:1-12. Os coríntios se haviam jactado de sua liberdade cristã e da possessão dos dons espirituais. Entretanto, muitos estavam vivendo num nível muito pobre de espiritualidade. Evidentemente eles estavam confiando em sua "posição" e privilégios no Evangelho. Mas Paulo os adverte de que os privilégios podem perder-se pelo pecado, e cita os exemplos dos israelitas. Estes foram libertados duma maneira sobrenatural da terra do Egito, por intermédio de Moisés, e, como resultado, o aceitaram como seu chefe durante a jornada para a Terra da Promissão. A passagem pelo Mar Vermelho foi um sinal de sua dedicação à direção de Moisés. Cobrindo-os estava a nuvem, o símbolo sobrenatural da presença de Deus que os guiava. Depois de salvá-los do Egito, Deus os sustentou, dando-lhes, de maneira sobrenatural, o que comer e beber. Tudo isso significava que os israelitas estavam em graça, isto é: no favor e na comunhão com Deus.

Mas "uma vez em graça sempre em graça" não foi verdade no caso dos israelitas, pois a rota de sua jornada ficou assinalada com as sepulturas dos que foram destruídos em consequência de suas murmurações, rebelião e idolatria. O pecado interrompeu sua comunhão com Deus, e, como resultado, caíram da graça. Paulo declara que esses eventos foram registrados na Bíblia para advertir os cristãos quanto à possibilidade de perder os mais sublimes privilégios por meio do pecado deliberado.

4. Equilíbrio escriturístico.

As respectivas posições fundamentais, tanto do Calvinismo como do Arminianismo, são ensinadas nas Escrituras. O Calvinismo exalta a graça de Deus como a única fonte de salvação — e assim o faz a Bíblia; o Arminianismo acentua a livre vontade e responsabilidade do homem — e assim o faz a Bíblia. A solução prática consiste em evitar os extremos antibíblicos de um e de outro ponto de vista, e em evitar colocar uma idéia em aberto antagonismo com a outra. Quando duas doutrinas bíblicas são colocadas em posição antagônica, uma contra a outra, o resultado é uma reação que conduz ao erro. Por exemplo: a ênfase demasiada à soberania e à graça de Deus na salvação pode conduzir a uma vida descuidada, porque se a pessoa é ensinada a crer que conduta e atitude nada têm a ver com sua salvação, pode

tornar-se negligente. Por outro lado, ênfase demasiada sobre a livre vontade e responsabilidade do homem, como reação contra o Calvinismo, pode trazer as pessoas sob o jugo do legalismo e despojá-las de toda a confiança de sua salvação. Os dois extremos que devem ser evitados são: a ilegalidade e o legalismo.

Quando Carlos Finney ministrava em uma comunidade onde a graça de Deus havia recebido excessiva ênfase, ele acentuava muito a responsabilidade do homem. Quando dirigia trabalhos em localidades onde a responsabilidade humana e as obras haviam sido fortemente defendidas, ele acentuava a graça de Deus. Quando deixamos os mistérios da predestinação e nos damos à obra prática de salvar as almas, não temos dificuldades com o assunto. João Wesley era arminiano e George Whitefield calvinista. Entretanto, ambos conduziram milhares de almas a Cristo.

Pregadores piedosos calvinistas, do tipo de Carlos Spurgeon e Carlos Finney, têm pregado a perseverança dos santos de tal modo a evitar a negligência. Eles tiveram muito cuidado de ensinar que o verdadeiro filho de Deus certamente perseveraria até ao fim, mas acentuaram que se não perseverassem, poriam em dúvida o fato do seu novo nascimento. Se a pessoa não procurasse andar na santidade, dizia Calvino, bem faria em duvidar de sua eleição.

É inevitável defrontarmo-nos com mistérios quando nos propomos tratar as poderosas verdades da presciência de Deus e a livre vontade do homem; mas se guardamos as exortações práticas das Escrituras, e nos dedicamos a cumprir os deveres específicos que se nos ordenam, não erraremos. "As coisas encobertas são para o Senhor Deus, porém as reveladas são para nós" (Deut. 29:29).

Para concluir, podemos sugerir que não é prudente insistir falando indevidamente dos perigos da vida cristã. Maior ênfase deve ser dada aos meios de segurança — o poder de Cristo como Salvador; a fidelidade do Espírito Santo que habita em nós, a certeza das divinas promessas, e a eficácia infalível da oração. O Novo Testamento ensina uma verdadeira "segurança eterna", assegurando-nos que, a despeito da debilidade, das imperfeições, obstáculos ou dificuldades exteriores, o cristão pode estar seguro e ser vencedor em Cristo. Ele pode dizer com o apóstolo Paulo: "Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou

a espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia; fomos reputados como ovelhas para o matadouro. Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor" (Rom. 8:35-39).

CAPÍTULO IX: O ESPÍRITO SANTO

A doutrina do Espírito Santo, a julgar pelo lugar que ocupa nas Escrituras, está em primeiro lugar entre as verdades redentoras.

Com exceção das Epístolas 2 e 3 de João, todos os livros do Novo Testamento contêm referências à obra do Espírito; todos os Evangelhos começam com uma promessa do derramamento do Espírito Santo.

No entanto, é reconhecida como a doutrina mais negligenciada. O formalismo e um medo indevido do fanatismo têm produzido uma reação contra a ênfase na obra do Espírito na experiência pessoal.

Naturalmente, este fato resultou em decadência espiritual, pois não pode haver um Cristianismo vivo sem o Espírito. Somente ele pode fazer real o que a obra de Cristo possibilitou. Inácio, grande pastor da igreja primitiva, disse: A graça do Espírito põe a maquinaria da redenção em conexão vital com a alma. Parte do Espírito, a cruz permanece inerte, uma imensa máquina parada, e em volta dela permanecem imóveis as pedras do edifício. Somente quando se colocar a "corda" é que se poderá proceder à obra de elevar a vida do indivíduo, pela fé, e pelo amor, para alcançar o lugar preparado para ela na igreja de Deus.

I. A NATUREZA DO ESPÍRITO SANTO.

Quem é o Espírito Santo? A resposta a esta pergunta encontrar-se-á no estudo dos nomes que lhe foram dados, os símbolos que ilustram suas obras.

1. Os nomes do Espírito Santo.

(a) Espírito de Deus. O Espírito é o executivo da Divindade, operando tanto na esfera física como na moral. Por intermédio do Espírito, Deus criou e preserva o universo. Por meio

do Espírito — "o dedo de Deus" (Luc. 11:20) — Deus opera na esfera espiritual, convertendo os pecadores, santificando e sustentando os crentes.

1) é o Espírito Santo divino no sentido absoluto? Sim. Prova-se sua divindade pelos seguintes fatos: Atributos divinos lhe são aplicados; ele é eterno, onipresente, onipotente, e onisciente (Heb. 9:14; Sal. 139:7-10; Luc. 1:35; 1 Cor. 2:10,11). Obras divinas lhe são atribuídas, como sejam: criação, regeneração e ressurreição (Gen. 1:2; Jo 3:3-4; João 3:5-8; Rom. 8:11). é classificado junto com o Pai e o Filho (1 Cor. 12:4-6; 2 Cor. 13:13; Mat. 28:19; Apoc. 1:4).

2) O Espírito Santo é uma pessoa ou é apenas uma influência? Muitas vezes descreve-se o Espírito duma maneira impessoal — como o Sopro que preenche, a Unção que unge, e o Fogo que ilumina e aquece, a Água que é derramada e o Dom do qual todos participam. Contudo, esses nomes são meramente descrições das suas operações. Descreve-se o Espírito duma maneira que não deixa dúvida quanto à sua personalidade. Ele exerce os atributos de personalidade: mente (Rom. 8:27); vontade (1 Cor. 12:11); sentimento (Efês 4:30). Atividades pessoais lhe são atribuídas: Ele revela (2 Ped. 1:21); ensina (João 14:26); clama (Gál. 4:6); intercede (Rom. 8:26); fala (Apo. 2:7); ordena (Atos 16:6,7); testifica (João 15:26). Ele pode ser entristecido (Efês. 4:30); contra ele se pode mentir (Atos 5:3), e blasfemar (Mat. 12:31,32). Sua personalidade é indicada pelo fato de que se manifestou em forma visível de pomba (Mat. 3:16) e pelo fato de que ele se distingue dos seus dons (1 Cor. 12:11). Alguns talvez tenham negado a personalidade do Espírito porque ele é descrito como tendo corpo ou forma. Mas é preciso distinguir a personalidade e a forma corpórea (possuir corpo). A personalidade é aquilo que possui inteligência, sentimento e vontade; ela não requer necessariamente um corpo. Além disso, a falta duma forma definida não é argumento contra a realidade. O vento é real apesar de não possuir forma. (João 3:8.) Não é difícil formar um conceito de Deus Pai ou do Senhor Jesus Cristo, mas alguns têm confessado certa dificuldade em formar um conceito claro do Espírito Santo. A razão é dupla: Primeiro, nas Escrituras as operações do Espírito são invisíveis, secretas, e internas; segundo, o Espírito Santo nunca fala de si mesmo nem apresenta a si mesmo. Ele sempre vem em nome de outro. Ele se oculta atrás do

Senhor Jesus Cristo e nas profundezas do nosso homem interior. Ele nunca chama a atenção para si próprio, mas sempre para a vontade de Deus e para a obra salvadora de Cristo. "não falar de si mesmo" (João 16:13).

3) é o Espírito Santo uma personalidade distinta e separada de Deus? Sim; o Espírito procede de Deus, é enviado de Deus, é dom de Deus aos homens. No entanto, o Espírito não é independente de Deus. Ele sempre representa o único Deus operando nas esferas do pensamento, da vontade, da atividade. O fato de o Espírito poder ser um com Deus e ao mesmo tempo ser distinto de Deus é parte do grande mistério da Trindade.

(b) Espírito de Cristo. (Rom. 8:9.) não há nenhuma distinção especial entre as expressões Espírito de Deus, Espírito de Cristo, e Espírito Santo. Há somente um Espírito Santo, da mesma maneira como há somente um Deus e um Filho. Mas o Espírito Santo tem muitos nomes que descrevem seus diversos ministérios. Por que o Espírito é chamado o Espírito de Cristo?

1) Porque ele é enviado em nome de Cristo (João 14:26).

2) Porque ele é o Espírito enviado por Cristo. O Espírito é o princípio da vida espiritual pelo qual os homens são nascidos no reino de Deus. Essa nova vida é comunicada e mantida por Cristo (João 1:12,13; 4:10; 7:38), que também batiza com o Espírito Santo (Mat. 3:11). (3) O Espírito Santo é chamado Espírito de Cristo porque sua missão especial nesta época é a de glorificar a Cristo (João 16:14). Sua obra especial acha-se em conexão com aquele que viveu, morreu, ressuscitou e ascendeu ao céu. Ele torna real nos crentes o que Cristo fez por eles.

4) O Cristo glorificado está presente na igreja e nos crentes pelo Espírito Santo. Ouve-se sempre que o Espírito veio tomar o lugar de Cristo, mas é mais correto dizer que ele veio tornar real a Cristo. O Espírito Santo torna possível e real a onipresença de Cristo no mundo (Mat. 18:20) e sua habitação nos crentes. A conexão entre Cristo e o Espírito é tão íntima, que se diz que tanto Cristo como também o Espírito habitam no crente (Gal. 2:20; Rom. 8:9,10); e o crente está tanto "em Cristo" como "no Espírito". Graças ao Espírito Santo, a vida de Cristo torna-se a nossa vida em Cristo.

(c) O Consolador. Esse é o título dado ao Espírito no Evangelho de João, capítulos 14 a 17. Um estudo de fundo histórico destes capítulos revelará o significado do dom. Os discípulos haviam tomado sua última ceia com o Mestre. Os seus corações estavam tristes pensando na sua partida, e estavam oprimidos pelo sentimento de fraqueza e debilidade. Quem nos ajudará quando ele partir? Quem nos ensinará e nos guiará? Quem estará conosco quando pregarmos e ensinarmos? Como poderemos enfrentar um mundo hostil? Cristo aquietou esses temores infundados com esta promessa: "Eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre" (João 14:16). A palavra "Consolador" ("parácleto", no grego) significa alguém chamado para ficar ao lado de outrem, com o propósito de ajudá-lo em qualquer eventualidade, especialmente em processos legais e criminais. Era costume nos tribunais antigos, as partes aparecerem no tribunal assistidas por um ou mais dos seus amigos mais prestigiosos, que no grego chamavam, "parácleto", e em latim, "advocatus". Estes assistiam seus amigos, não pela recompensa ou remuneração, mas por amor e consideração; a vantagem da sua presença pessoal era a ajuda dos seus sábios conselhos. Eles orientavam seus amigos quanto ao que deviam dizer e fazer; falavam por eles; representavam-nos, faziam da causa de seus amigos sua própria causa; amparavam-nos nas provas, dificuldades, e perigos da situação. Foi essa também a relação do Senhor Jesus com seus discípulos durante seu ministério na terra, e naturalmente eles sentiam tristeza ao pensarem na sua partida. Mas ele os consolou com a promessa de outro Consolador que seria seu defensor, seu ajudador e instrutor durante a sua ausência. O Espírito Santo é chamado "outro" Consolador porque seria ele, em forma invisível aos discípulos, justamente o que Jesus lhes havia sido em forma visível. A palavra "outro" faz distinção entre o Espírito Santo e Jesus; no entanto, coloca-os no mesmo nível. Jesus enviou o Espírito; mas, Jesus vem espiritualmente a seus discípulos pelo Espírito. O Espírito Santo é o sucessor de Cristo como também a sua Presença. O Espírito Santo torna possível e real a presença continua de Cristo na igreja. É ele quem faz com que a pessoa de Cristo habite nos crentes de maneira que possam dizer como Paulo: "Cristo vive em mim." Por conseguinte, é a vida de Cristo, sua natureza, seus sentimentos e suas virtudes que o Espírito comunica aos crentes.

É segundo a semelhança de Cristo que ele os transforma, segundo o modelo que Cristo nos deixara. Sem Cristo o Espírito não tem nada a produzir no coração do crente. Se eliminasse a Cristo e sua Palavra, seria como remover do estúdio do fotógrafo a pessoa a ser fotografada, cujas feições a luz não fixaria na chapa, por estar a pessoa ausente. A vinda do Consolador não significa que Cristo cessasse de ser Ajudador e Advogado do seu povo. João nos informa que ele ainda desempenha esse ofício (1 João 2:1). Cristo, cuja esfera de ação é no céu, defende os discípulos contra as acusações do "acusador dos irmãos". Ao mesmo tempo o Espírito, cuja esfera de ação é na terra, faz calar os adversários da igreja pela vitória da fé que vence o mundo. Assim como Cristo é Paráclito no céu, assim o Espírito é Paráclito na terra. O Cristo glorificado não somente envia o Espírito mas também se manifesta por meio do Espírito. Na carne ele podia estar somente em um lugar de cada vez; na sua vida glorificada ele é onipresente pelo Espírito. Durante sua vida terrestre, não habitava no interior dos homens; pelo Espírito ele pode habitar na profundidade de suas almas. Certo escritor esclareceu essa verdade da seguinte maneira: Se ele tivesse permanecido na terra em sua vida física, ele teria sido somente um exemplo a ser copiado; mas, desde que subiu a seu Pai e enviou o seu Espírito, então ele representa uma vida a ser vivida. Se tivesse permanecido visível e tangível conosco, sua relação para conosco seria meramente como o modelo é para o artista que esculpe o mármore, mas não seria como a idéia e a inspiração que produzem a verdadeira obra de arte. Se tivesse permanecido na terra, ele teria sido o objeto de prolongada observação de estudo científico, e sempre teria estado fora de nós, externo para nós: uma voz externa, uma vida externa, um exemplo externo... mas graças a seu Espírito, agora ele pode viver em nós como a verdadeira Alma da nossa alma, o verdadeiro Espírito do nosso espírito, a Verdade da nossa mente, o Amor do nosso coração, e o Desejo da nossa Vontade. Se a atuação do Espírito é comunicar a obra do Filho, que vantagem haveria na partida de um a fim de fazer possível a vinda do outro? Resposta: não é o Cristo terreno que o Espírito comunica, mas o Cristo celestial — o Cristo reinvestido de seu poder eterno, revestido de gloria celestial. O Dr. A. J. Gordon empregou a seguinte ilustração: é como se um pai, cujo parente tivesse falecido, dissesse a seus filhos: "Somos pobres, mas tornei-me herdeiro de um parente rico. Se vocês estão dispostos a me deixarem ausentar de casa a fim de ir além-mar

para receber a herança, enviarei a vocês mil vezes mais do que poderia dar se permanecesse com vocês. A vida de Cristo na terra representa os dias de sua pobreza (2 Cor. 8:9) e humilhação; na cruz ele ganhou as riquezas de sua graça (Efés 1:7); no trono assegurou as riquezas da sua glória. (Efés. 3:16). Depois da sua ascensão ao Pai, ele enviou o Espírito para comunicar as riquezas da sua herança. Pela sua ascensão, Cristo teria mais para oferecer, e a igreja teria mais para receber. (João 16:12; 14:12.) "O rio da vida disporá de mais força em razão da fonte mais elevada da qual procede." O consolador ensina somente as coisas de Cristo, no entanto, ensina mais do que Cristo ensinou. Até a Crucificação, a Ressurreição e a Ascensão, o conjunto da doutrina cristã ainda estava incompleto e, portanto, não poderia ser plenamente comunicado aos discípulos de Cristo. Em João 16:12,13, é como se Jesus dissesse: "Tenho-vos encaminhado um pouco no conhecimento da minha doutrina; ele vos conduzirá até ao fim do caminho." A ascensão teve por finalidade trazer maior comunicação da verdade como também maior comunicação de poder.

(d) Espírito Santo. Ele é chamado santo, porque é o Espírito do Santo, e porque sua obra principal é a santificação. Necessitamos dum Salvador por duas razões: para fazer alguma coisa por nós, e alguma coisa em nós. Jesus fez o primeiro ao morrer por nós; e pelo Espírito Santo ele habita em nós, transmitindo às nossas almas a sua vida divina. O Espírito Santo veio para reorganizar a natureza do homem e para opor-se a todas as suas tendências más.

(e) Espírito da promessa. O Espírito Santo é chamado assim porque sua graça e seu poder são umas das bênçãos principais prometidas no Antigo Testamento. (Ezeq. 36:7; Joel 2:28.) A prerrogativa mais elevada de Cristo, ou o Messias, era a de conceder o Espírito, e esta prerrogativa Jesus a reivindicou quando disse: "Eis que sobre vos envio a promessa de meu Pai" (Luc. 24:49; Gál. 3:14).

(f) Espírito da verdade. O propósito da Encarnação foi revelar o Pai; a missão do Consolador é revelar o Filho. Ao contemplar-se um quadro a óleo, qualquer pessoa notará muita beleza de cor e forma; mas para compreender o significado intrínseco do quadro e apreciar o seu verdadeiro propósito precisará de um intérprete experiente. O Espírito Santo é o Intérprete de Jesus Cristo. Ele não oferece uma nova e diferente revelação, mas abre as mentes dos homens para verem o mais profundo significado da vida e das palavras de Cristo. Como o Filho não falou de si mesmo, mas falou o que recebeu do Pai, assim o Espírito não fala de si mesmo, como se fosse fonte independente de conhecimento, mas declara o que ouviu daquela vida íntima da Divindade.

(g) Espírito da graça. (Heb. 10:29; Zac. 12:10.) O Espírito Santo dá graça ao homem para que se arrependa, quando peja com ele; concede o poder para santificação, perseverança e serviço. Aquele que trata com desdém ao Espírito da graça, afasta o único que pode tocar ou comover o coração, e assim se separa a si mesmo da misericórdia de Deus.

(h) Espírito da vida. (Rom. 8:2; Apoc. 11:11.) Um credo antigo dizia: "creio no Espírito Santo, o Senhor, e Doador da vida." O Espírito é aquela Pessoa da Divindade cujo ofício especial é a criação e a preservação da vida natural e espiritual.

(i) Espírito de adoção; (Rom. 8:15.) Quando a pessoa é salva, não somente lhe é dado o nome de filho de Deus, e adotada na família divina, mas também recebe "dentro de sua alma o conhecimento de que participa da natureza divina. Assim escreve o bispo Andrews: "Como Cristo é nossa testemunha no céu, assim aqui na terra o Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus"

2. Símbolos do espírito.

Alguém disse: "as palavras são veículos inadequados para transmitir a verdade. Quando muito, apenas revelam a

metade das profundidades do pensamento". Deus achou por bem ilustrar com símbolos o que de outra maneira, devido à pobreza de linguagem humana, nunca poderíamos saber. Os seguintes símbolos são empregados para descrever as operações do Espírito Santo:

(a) Fogo. (Isa. 4:4; Mat. 3:11; Luc. 3:16.) O fogo ilustra a limpeza, a purificação, a intrepidez ardente, e o zelo produzido pela unção do Espírito. O Espírito é comparado ao fogo porque o fogo aquece, ilumina, espalha-se e purifica. (Vide Jer. 20:9.)

(b) Vento. (Ezeq. 37:7-10; João 3:8; Atos 2:2.) O vento simboliza a obra regeneradora do Espírito e é indicativo da sua misteriosa operação independente, penetrante, vivificante e purificante.

(c) água. (Êxo. 17:6; Ezeq. 36:25-27; 47:1; João 3:5; 4:14; 7:38, 39.) O Espírito é a fonte da água viva, a mais pura, e a melhor, porque ele é um verdadeiro rio de vida — inundando as nossas almas, e limpando a poeira do pecado. O poder do Espírito opera no reino espiritual o que a água faz na ordem material. A água purifica, refresca, sacia a sede, e torna frutífero o estéril. Ela purifica o que está sujo e restaura a limpeza. É um símbolo adequado da graça divina que não somente purifica a alma mas também lhe acrescenta a beleza divina. A água é um elemento indispensável na vida física; o Espírito Santo é um elemento indispensável na vida espiritual. Qual é o significado da expressão "água viva"? é viva em contraste com as águas fétidas de cisternas e brejos: é água que salta, correndo sempre da sua fonte, sempre evidenciando vida. Se essa água for detida num reservatório, interrompida sua corrente, separada da sua fonte, já não se pode dizer que é água viva. Os cristãos têm a "água viva" na proporção em que estiverem em contato com a fonte divina em Cristo.

(d) Selo. (Efés. 1:13; 2 Tim. 2:19.) Essa ilustração exprime os seguintes pensamentos:

1) Possessão. A impressão dum selo dá a entender uma relação com o dono do selo, e é um sinal seguro de algo que lhe pertence. Os crentes são propriedade de Deus, e sabe-se que o são pelo Espírito que neles habita. O seguinte costume era comum em Éfeso no tempo de Paulo. Um negociante ia ao porto selecionar certa madeira e então a marcava com seu selo — um sinal de reconhecimento da possessão. Mais tarde mandava seu servo com o selo, e ele trazia a madeira que tivesse a marca correspondente. (Vide 2 Tim. 2: 19.)

2) A idéia de segurança também está incluída. (Efés. 1:13. Vide Apo. 7:3.) O Espírito inspira um sentimento de segurança e certeza no coração do crente. (Rom. 8:16). Ele é o penhor ou as primícias da nossa herança celestial, uma garantia da glória vindoura. Os crentes têm sido selados, mas devem ter cuidado que ao façam alguma coisa que destrua a impressão do selo. (Efés. 4:30.)

(e) Azeite. O azeite é, talvez, o mais comum e mais conhecido símbolo do Espírito. Quando se usava o azeite no ritual do Antigo Testamento, falava-se de utilidade, frutificação, beleza, vida e transformação. Geralmente era usado como alimento, para iluminação, lubrificação, cura, e alívio da pele. Da mesma maneira, na ordem espiritual, o Espírito fortalece, ilumina, liberta, cura e alivia a alma.

(f) Pomba. A pomba, como símbolo, significa brandura, doçura, amabilidade, inocência, suavidade, paz, pureza e paciência. Entre os sírios é emblema dos poderes vivificantes da natureza. Uma tradição judaica traduz Gên. 1:2 da seguinte maneira. "O Espírito de Deus como pomba pousava sobre as águas." Cristo falou da pomba como a encarnação da simplicidade, uma das belas características dos seus discípulos.

II. O ESPÍRITO NO ANTIGO TESTAMENTO

O Espírito Santo é revelado no Antigo Testamento de três maneiras: primeira, como Espírito criador ou cósmico, por

cujo poder o universo e todos os seres foram criados; segunda, como o Espírito dinâmico ou doador de poder; terceira, como Espírito regenerador, pelo qual a natureza humana é transformada.

1. Espírito criador.

O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Trindade por cujo poder o universo foi criado. Ele pairava por sobre a face das águas e participou da glória da criação. (Gên. 1:2; Jo 26:13; Sal. 33:6; 104:30.) O Dr. Denio escreve: O Espírito Santo, como Divindade inseparável em toda a criação, manifesta sua presença pelo que chamamos as leis da natureza. Ele é o princípio da ordem e da vida, o poder organizador da natureza criada. Todas as forças da natureza são apenas evidências da presença e operação do Espírito de Deus. As forças mecânicas, a ação química, a vida orgânica nas plantas e nos animais, a energia relativa à ação nervosa a inteligência e a conduta moral são apenas evidências da imanência de Deus, da qual o Espírito Santo é o agente. O Espírito Santo criou e sustenta o homem. (Gên. 2:7; Jo 33:4.)

Toda pessoa, seja ou não servo de Deus, é sustentada pelo poder criador do Espírito de Deus. (Dan. 5:23; Atos 17:28.) A existência do homem é como o som da tecla do harmônio que dura tão-somente enquanto o dedo do artista a comprime. O homem deve a sua existência e a continuação desta às "duas mãos de Deus", isto é, o Verbo (João 1:1-3), e o Espírito. Foi a esses que Deus se dirigiu dizendo: "Façamos o homem."

2. Espírito dinâmico que produz.

O Espírito Criador criou o homem a fim de formar uma sociedade governada por Deus; em outras palavras, o reino de Deus. Depois que entrou o pecado e a sociedade humana foi organizada à parte de Deus e em oposição à sua pessoa, Deus começou de novo ao chamar o povo de Israel, organizando-o sob suas leis, e assim constituindo-o como reino de Jeová. (2 Crôn. 13:8.) Ao estudar a história de Israel lemos que o Espírito Santo inspirou certos homens para governar e guiar os membros desse reino e para dirigir seu progresso na vida de consagração. A operação dinâmica do Espírito criou duas classes de ministros:

primeira, obreiros para Deus — homens de ação, organizadores, executivos; segunda, locutores para Deus — profetas e mestres.

(a) Obreiros para Deus. Como exemplos de obreiros inspirados pelo Espírito, mencionamos Josué (Num. 27:8-21); Otoniel (Juizes 3:9-10; José (Gên.41:38-40); Bezaleel (Êxo. 35:30-31); Moisés (Num. 11:16,17); Gideão (Jui. 6:34), Jefté (Jui 11:29); Sansão (Jui. 13:24,25); Saul (1 Sam. 10:6). É muito provável que, à luz desses exemplos, os dirigentes da igreja primitiva insistissem em que aqueles que serviam às mesas deviam ser cheios do Espírito Santo (Atos 6:3).

(b) Locutores de Deus. O profeta de Israel, podemos dizer, era um locutor de Deus — um que recebia mensagens de Deus e as entregava ao povo. Ele estava cômico do poder celestial que descia sobre ele de tempos em tempos capacitando-o para pronunciar mensagens não concebidas por sua própria mente, característica que o distinguia dos falsos profetas. (Ezeq. 13:2.) A palavra "profeta" indica inspiração, originada duma palavra que significa "borbulhar" — um testemunho à eloquência torrencial que muitas vezes manava dos lábios dos profetas. (Vide João 7:38.)

1) As expressões empregadas para descrever a maneira como lhes chegava a inspiração mostram que essa inspiração era repentina e de modo sobrenatural. Ao referirem-se à origem de seu poder, os profetas diziam que Deus "derramou" seu Espírito, "pôs seu Espírito sobre eles", "deu" seu Espírito, "encheu-os do seu Espírito", e "pôs seu Espírito" dentro deles. Descreveram a variedade de influência, declaram que o Espírito "estava sobre eles", "descansava sobre eles", e os "tomava". Para indicar a influência exercida sobre eles, diziam que estavam "cheios do Espírito", "movidos" pelo Espírito, "tomados" pelo Espírito, e que o Espírito falava por meio deles.

2) Quando um profeta profetizava, às vezes estava em estado conhecido como "êxtase" — estado pelo qual a pessoa fica elevada acima da percepção comum e introduzida num domínio espiritual, no domínio profético. Ezequiel disse: "A mão do Senhor (o poder do Senhor Deus) caiu sobre mim ... e o Espírito me levantou entre a terra e o céu, e me trouxe a Jerusalém em visões de Deus" (Ezeq.

8:1-3). É muito provável que Isaías estivesse nessa condição quando viu a glória de Jeová (Isa. 6). João o apóstolo declara que foi "arrebatado em espírito no dia do Senhor" (Apo.?. Vide Atos 22:17.) As expressões usadas para descrever a inspiração e o êxtase dos profetas são semelhantes às aquelas que descrevem a experiência do Novo Testamento de "ser cheio" ou "batizado" com o Espírito. (Vide o livro de Atos.) Parece que nessa experiência o Espírito tem um impacto tão direto sobre o espírito humano, que a pessoa fica como que arrebatada a uma experiência na qual pronuncia uma linguagem extática.

3) Os profetas nem sempre profetizavam em estado extático; a expressão "veio a Palavra do Senhor" dá a entender que a revelação veio por uma iluminação sobrenatural da mente. A mensagem divina pode ser recebida e entregue em qualquer das duas maneiras.

4) O profeta não exercia o dom à sua discrição; a profecia não foi produzida "por vontade de homem" (2 Ped. 1:21). Jeremias disse que não sabia que o povo estava maquinando contra ele (Jer. 11:19). Os profetas nunca supuseram, nem tampouco os israelitas jamais creram, que o poder profético fosse privilégio de algum homem como dom permanente e sem interrupção para ser usado à sua própria vontade. Entenderam que o Espírito era um agente pessoal e, portanto, a inspiração era proveniente da soberana vontade de Deus. Os profetas podiam, porém, pôr-se numa condição de receptividade ao Espírito (2 Reis 3:15), e em tempos de crise podiam pedir direção a Deus.

3. Espírito regenerador.

Consideraremos as seguintes verdades relativas ao Espírito regenerador. Sua presença é registrada no Antigo Testamento, porém não é acentuada; seu derramamento é descrito, principalmente como uma bênção futura, em conexão com a vinda do Messias; e mostra características distintas.

(a) Operativo mas não acentuado. O Espírito Santo no Antigo Testamento é descrito como associado à transformação da natureza humana. Em Isa. 63:10,11 faz-se referência ao êxodo e à vida no deserto. Quando o profeta diz que Israel contristou o seu

santo Espírito, ou quando se diz que deu seu "bom Espírito" para os instruir (Nee. 9:20), refere-se ao Espírito como quem inspira a bondade. (Vide Sal. 143:10.) Davi reconhecia o Espírito como presente em toda a parte, aquele que esquadrinha os caminhos dos homens, e revela, à luz de Deus, os esconderijos mais escuros de suas vidas. Depois de cometer seu grande pecado, Davi orou para que o Espírito Santo de Deus, a Presença santificadora de Deus, aquele Espírito que influencia o caráter, não lhe fosse tirado (Sal. 51:11). Esse aspecto, porém, da obra do Espírito não é acentuado no Antigo Testamento. O nome Espírito Santo ocorre somente três vezes no Antigo Testamento, mas oitenta e seis no Novo, sugerindo que no Antigo Testamento a ênfase está sobre operações dinâmicas do Espírito, enquanto no Novo Testamento a ênfase está sobre o seu poder santificador.

(b) Sua concessão representa uma bênção futura. O derramamento geral do Espírito como fonte de santidade é mencionado como acontecimento do futuro, uma das bênçãos do prometido reino de Deus. Em Israel o Espírito de Deus era dado a certos líderes escolhidos, e indubitavelmente quando havia verdadeira piedade, tal se devia à obra do seu Espírito. Mas em geral, a massa do povo inclinava-se para o paganismo e para a iniquidade. Embora de tempos em tempos fossem reavivados pelo ministério de profetas e reis piedosos, era evidente que a nação era má de coração e que era necessário um derramamento geral do Espírito para que voltassem a Deus. Tal derramamento foi predito pelos profetas, que falaram que o Espírito Santo seria derramado sobre o povo numa medida sem precedentes. Jeová purificaria os corações do povo, poria seu Espírito dentro deles, e escreveria a sua lei em seu interior. (Ezeq. 36:25-29; Jer. 31:34.) Nesses dias o Espírito seria derramado com poder sobre toda a carne (Joel 2:28), isto é, sobre toda a classe e condição de homens, sem distinção de idade, sexo e posição. A oração de Moisés de que "todo o povo do Senhor fosse profeta" seria então cumprida (Num. 11:29). Como resultado, muitos seriam convertidos, porque "todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo" (Joel 2:32). A característica que distinguia o povo de Deus sob a velha dispensação era a posse e revelação da lei de Deus; a característica que distingue seu povo sob a nova dispensação é a escrita da lei e a morada do Espírito em seus corações.

(c) Em conexão com a vinda do Messias, o grande derramamento do Espírito Santo teria por ponto culminante a Pessoa do Messias-Rei, sobre o qual o Espírito de Jeová repousaria permanentemente na qualidade de Espírito de sabedoria e entendimento, de conhecimento e temor santo, conselho e poder. Ele seria o Profeta perfeito que proclamaria as Boas-Novas de libertação, de cura divina, de consolo e de gozo. Qual é a conexão entre esses dois grandes eventos proféticos? Será a vinda do Ungido e a efusão universal do Espírito Santo? João Batista respondeu quando interrogado: "Eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu; cujas alparcas não sou digno de levar; ele vos batizará com o Espírito Santo, e com fogo." Em outras palavras, o Messias é o Doador do Espírito Santo. Foi isso que o assinalou como o Messias ou o Fundador do Reino de Deus. A grande bênção da nova época seria o derramamento do Espírito e foi o mais elevado privilégio do Messias, o de conceder o Espírito. Durante seu ministério terrestre Cristo falou do Espírito como o melhor dom do Pai (Luc. 11:13); ele convidou os sedentos espiritualmente a virem beber, oferecendo-lhes abundante abastecimento da água da vida; em seus discursos de despedida prometeu enviar o Consolador a seus discípulos. Notem especialmente a conexão do dom com a obra redentora de Cristo. A concessão do Espírito está associada com a partida de Cristo (João 16:7) e sua glorificação (João 7:39), o que implica sua morte (João 12: 23, 24; 13:31, 33; Luc.24:49). Paulo claramente declara essa conexão em Gál. 3:13,14; 4:4-6 e Efés. 1:3, 7:13, 14.

(d) Exibindo características especiais. Talvez este seja o lugar de inquirir acerca do significado da declaração: "porque o Espírito Santo ainda não fora dado, por ainda Jesus não ter sido glorificado". João certamente não queria dizer que nos tempos do Antigo Testamento ninguém haja experimentado manifestações do Espírito; todo judeu sabia que as poderosas obras dos dirigentes de Israel e as mensagens dos profetas eram provenientes das operações do Espírito de Deus. Evidentemente ele se refere a certos aspectos da obra do Espírito que não eram conhecidos nas dispensações anteriores. Quais são, então, as

características distintas da obra do Espírito na presente dispensação?

1) O Espírito ainda não havia sido dado como o Espírito do Cristo crucificado e glorificado. Essa missão do Espírito não podia iniciar-se enquanto a missão do Filho não terminasse; Jesus não podia manifestar-se no Espírito enquanto estivesse em carne. O dom do Espírito não podia ser reivindicado por ele a favor dos homens enquanto ele não assumisse sua posição de Advogado dos homens na presença de Deus. Quando Jesus falou, ainda não havia no mundo uma força espiritual como a que foi inaugurada no dia de Pentecoste e que posteriormente cobriu toda a terra como uma grande enchente. Porque Jesus ainda não havia subido aonde estivera antes da encarnação (João 6:62), e ainda não estivera com o Pai (João 16:7; 20:17), não podia haver uma presença espiritual universal antes que fosse retirada a presença na carne, e o Filho do homem fosse coroado na sua exaltação à destra de Deus. O Espírito foi guardado nas mãos de Deus aguardando esse derramamento geral, até que o Cristo vitorioso o reivindicasse a favor da humanidade.

2) Nos tempos do Antigo Testamento o Espírito não era dado universalmente, mas, de modo geral limitado a Israel, e concedido segundo a soberana vontade de Deus a certos indivíduos, como sejam: profetas, sacerdotes, reis e outros obreiros em seu reino. Mas na presente época ou dispensação o Espírito está ao dispor de todos, sem distinção de idade, sexo ou raça. Nesta relação nota-se que o Antigo Testamento raramente se refere ao Espírito de Deus pela breve designação "o Espírito". Lemos acerca do "Espírito de Jeová " ou "Espírito de Deus". Mas no Novo Testamento o título breve o "Espírito" ocorre com muita freqüência, sugerindo que suas operações já não são manifestações isoladas, mas acontecimentos comuns.

3) Alguns eruditos crêem que a concessão do Espírito nos tempos do Antigo Testamento não envolve a morada ou permanência do Espírito, que é característica do dom nos tempos do Novo Testamento. Eles explicam que a palavra "dom", implica posse e permanência, e que nesse sentido não havia Dom do Espírito no Antigo Testamento. É certo que João Batista foi cheio do Espírito Santo desde o ventre de sua mãe e isso implica uma unção permanente. Talvez esse e outros casos semelhantes poderiam ser considerados como exceções à regra geral. Por

exemplo, quando Enoque e Elias foram transladados, foram exceções à regra geral do Antigo Testamento, isto é, a entrada na presença de Deus era por meio do túmulo e do Seol (o reino dos espíritos desencarnados).

III. O ESPÍRITO EM CRISTO.

O Novo Testamento introduz a Dispensação do Espírito, cumprindo-se a promessa de que Deus derramaria do seu Espírito sobre toda a carne, que poria seu Espírito no coração de seu povo, e assim escrevendo suas leis em seu interior. Isso seria feito nos dias do Messias, o qual seria ungido com o Espírito Santo. Por conseguinte, verificamos no Novo Testamento que o Espírito Santo é descrito como: operando sobre, dentro, e por meio de Jesus Cristo. Os títulos, "Espírito de Cristo" e "Espírito de Jesus Cristo", indicam uma relação entre Cristo e o Espírito Santo na qual não participaram os seus discípulos. Por exemplo, não nos atreveríamos a falar do "Espírito de Paulo". Desde o princípio até ao fim de sua vida terrena, o Senhor Jesus esteve intimamente ligado ao Espírito Santo. Tão íntima foi esta relação que Paulo descreve a Cristo como "um Espírito vivificante". O significado não é que Jesus é o Espírito, e, sim, que ele dá o Espírito, e através do mesmo Espírito exerce onipresença. O Espírito é mencionado em conexão com as seguintes crises e aspectos do ministério de Cristo:

1. Nascimento.

O Espírito Santo é descrito como o agente na milagrosa concepção de Jesus (Mat. 1:20; Luc. 1:35). Jesus esteve relacionado com o Espírito de Deus desde o primeiro momento da sua existência humana. O Espírito Santo desceu sobre Maria, o Poder do Altíssimo cobriu-a com sua sombra, e àquele que dela nasceu foi dado o direito de ser chamado santo, Filho de Deus. Para João, o precursor, foi suficiente que fosse cheio do Espírito desde o ventre de sua mãe, ao passo que Jesus foi concebido pelo poder do Espírito no ventre, e por essa razão levou tais nomes e títulos que não podiam ser conferidos a João. Deus, operando pelo Espírito, é o Pai da natureza humana de Jesus, no sentido de que sua origem proveniente da substância da Virgem mãe foi um

ato divino. O efeito dessa intervenção divina revela-se no estado imaculado de Cristo, sua perfeita consagração, e seu senso permanente da Paternidade de Deus. Enfim, o poder do pecado foi destruído, e Um nascido de mulher, ao mesmo tempo que era homem e santo, era também o Filho de Deus. O segundo Homem é do céu (1 Cor. 15:47). Sua vida era de cima (João 8:23); sua passagem pelo mundo representa a vitória sobre o pecado, e os resultados de sua vida foram a vivificação da raça (1 Cor. 15:45). Aquele que nenhum pecado cometera e que salva o seu povo dos seus pecados, necessariamente teria que ser gerado pelo Espírito Santo.

2. Batismo.

Com o passar dos anos, começou uma nova relação com o Espírito. Aquele que havia sido concebido pelo Espírito e que era cômico da morada do Espírito divino em sua pessoa, foi ungido com o Espírito. Assim como o Espírito desceu sobre Maria na concepção, assim também no batismo o Espírito desceu sobre o Filho, ungindo-o como Profeta, Sacerdote e Rei. A primeira operação santificou sua humanidade; a segunda consagrou sua vida oficial. Assim como sua concepção foi o princípio da sua existência humana, assim também seu batismo foi o princípio de seu ministério ativo.

3. Ministério.

Logo foi levado pelo Espírito ao deserto (Mar. 1:12) para ser tentado por Satanás. Ali ele venceu as sugestões do príncipe deste mundo, as quais o teriam tentado a fazer sua obra duma maneira egoísta, vangloriosa e num espírito mundano, e a usar seu poder conforme o curso de ação da ordem natural. Ele exerceu seu ministério com o conhecimento íntimo de que o poder divino habitava nele. Sabia que o Espírito do Senhor Deus estava sobre ele para cumprir o ministério predito acerca do Messias (Luc. 4:18); e pelo dedo de Deus expulsou demônios. (Luc. 11:20; vide Atos 10:38.) Ele testemunhou do fato que o Pai, que estava nele, era quem operava as obras milagrosas.

4. Crucificação.

O mesmo Espírito que o conduziu ao deserto e o sustentou ali, também lhe deu força para consumir seu ministério sobre a cruz, onde, "pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus" (Heb. 9:14). Ele foi à cruz com a unção ainda sobre ele. O Espírito manteve diante dele as exigências inflexíveis de Deus e o inflamou de amor para com o homem e zelo para com Deus, para prosseguir, apesar dos impedimentos, da dor e das dificuldades, para efetuar a redenção do mundo. O Espírito Santo encheu-lhe a mente de ardor, zelo e amor persistentes, os quais o conduziram a completar seu sacrifício. Seu espírito humano estava de tal modo saturado e elevado pelo Espírito de Deus que vivia no eterno e invisível, e pôde "suportar a cruz, desprezando a afronta" (Heb. 12:2).

5. Ressurreição.

O Espírito Santo foi o agente vivificante na ressurreição de Cristo. (Rom. 1:4; 8:11.) Alguns dias depois desse evento, Cristo apareceu a seus discípulos, soprou sobre eles, e disse: "Recebei o Espírito Santo" (João 20:22; vide Atos 1:2). Essas palavras não podem significar o revestimento de poder pelo qual o Senhor, antes de sua ascensão, lhes havia mandado que esperassem. Alguns eruditos crêem que esse sopro foi meramente um símbolo daquilo que havia de ocorrer cinquenta dias depois, isto é, um lembrete do Pentecoste vindouro. Outros crêem que algo de positivo foi concedido aos discípulos, nesse ato. Uma comparação com Gên. 2:7 indica que o sopro divino simboliza um ato criador. Mais tarde Cristo é descrito como um espírito vivificante, ou o que dá vida. (1 Cor. 15:45.) é de supor que nessa ocasião o Senhor da vida fizesse conhecer a seus discípulos, por experiência, "o poder de sua ressurreição"? Os onze discípulos seriam enviados ao mundo para cumprirem uma nova missão; continuariam a obra de Cristo. Em si mesmos eram incapazes para tal missão, assim como um corpo inanimado é incapaz de efetuar as funções dum homem vivo. Dai inferimos a necessidade do ato simbólico de dar a vida. Assim como a humanidade antiga recebeu o sopro do Senhor Deus, assim também a nova humanidade recebeu o sopro do Senhor Jesus. Se concedermos que nessa ocasião houve uma verdadeira concessão do Espírito, devemos lembrar, porém, que não foi a

Pessoa do Espírito Santo que foi comunicada, mas a inspiração de sua Vida. O Dr. Westcott assim frisa a distinção entre o Dom da Páscoa e o "Dom do Pentecoste": "O primeiro corresponde ao poder da Ressurreição, e o outro ao poder da Ascensão." Isto é, o primeiro é a graça vivificante; o outro é a graça de dotação.

6. Ascensão.

Notem os seguintes três graus na concessão do Espírito a Cristo:

1) Na sua concepção, o Espírito de Deus foi, desde esse momento, o Espírito de Jesus, o poder vivificante e santificador, pelo qual ingressou na sua carreira de Filho do homem e pelo qual viveu até o fim.

2) Com o passar dos anos começou uma nova relação com o Espírito. O Espírito de Deus veio a ser o Espírito de Cristo no sentido de que descansava sobre ele para exercer seu ministério messiânico.

3) Depois da ascensão, o Espírito veio a ser o Espírito de Cristo no sentido de ser concedido a outros. O Espírito veio para habitar em Cristo, não somente para suas próprias necessidades, mas também para que ele o derramasse sobre todos os crentes. (Vide João 1:33 e note-se especialmente a palavra "repousar".) Depois da ascensão o Senhor Jesus exerceu a grande prerrogativa messiânica que lhe foi concedida — enviar o Espírito sobre outros. (Atos 2:33; vide Apo. 5:6.) Portanto, ele concede a bênção que ele mesmo recebeu e desfrutava, e nos faz co-participantes com ele mesmo. Assim é que não somente lemos acerca do dom, mas também da "comunhão" do Espírito Santo, isto é, participando em comum do privilégio e da bênção de ser o Espírito de Deus concedido a nós, não somente comunhão dos crentes uns com os outros mas também com Cristo; eles recebem a mesma unção que ele recebeu; é como a unção preciosa sobre a cabeça de Arão, que desceu sobre a barba e até à orla de seus vestidos. Todos os membros do corpo de Cristo, como reino de sacerdotes, participam da unção do Espírito que mana da sua cabeça, nosso grande Sumo Sacerdote que subiu aos céus.

IV. O ESPÍRITO NA EXPERIÊNCIA HUMANA.

Esta secção concerne às várias operações do Espírito em relação com os homens.

1. Convicção.

Em João 16:7-11 Jesus descreve a obra do Consolador em relação ao mundo. O Espírito agirá como "promotor de Justiça", por assim dizer, trabalhando para conseguir uma condenação divina contra os que rejeitam a Cristo. Convencer significa levar ao conhecimento verdades que de outra maneira seriam postas em dúvida ou rejeitadas, ou provar acusações feitas contra a conduta. Os homens não sabem o que é o pecado, a justiça e o juízo; portanto, precisam ser convencidos da verdade espiritual. Por exemplo, seria inútil discutir com uma pessoa que declarasse não ver beleza alguma numa rosa, pois sua incapacidade demonstraria falta de apreciação pelo belo. Precisa ser despertado nela um sentido de beleza; precisa ser "convencida" da beleza da flor. Da mesma maneira, a mente e a alma obscurecidas nada discernem das verdades espirituais antes de serem convencidas e despertadas pelo Espírito Santo. Ele convencerá os homens das seguintes verdades:

(a) O pecado de incredulidade. Quando Pedro pregou, no dia de Pentecoste, ele nada disse acerca da vida licenciosa do povo, do seu mundanismo, ou de sua cobiça; ele não entrou em detalhes sobre sua depravação para os envergonhar. O pecado do qual os culpou, e do qual mandou que se arrependessem, foi a crucificação do Senhor da glória; o perigo do qual os avisou foi o de se recusarem a crer em Jesus. Portanto, descreve-se o pecado da incredulidade como o pecado único, porque, nas palavras dum erudito, "onde esse permanece, todos os demais pecados surgem e quando esse desaparece todos os demais desaparecem". É o "pecado mater", porque produz novos pecados, e por ser o pecado contra o remédio para o pecado. Assim escreve o Dr. Smeaton: "Por muito grande e perigoso que seja esse pecado, tal é a ignorância dos homens a seu respeito que sua criminalidade é inteiramente desconhecida até que seja descoberta pela influência do Espírito Santo, o Consolador. A consciência poderá convencer o homem dos pecados comuns, mas nunca do pecado da incredulidade. Jamais

homem algum foi convencido da enormidade desse pecado, a não ser pelo próprio Espírito Santo."

(b) A justiça de Cristo. "Da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais" (João 16:10). Jesus Cristo foi crucificado como malfeitor e impostor. Mas depois do dia de Pentecoste, o derramamento do Espírito e a realização do milagre em seu nome convenceram a milhares de judeus de que não somente ele era justo, mas também era a fonte única e o caminho da justiça. Usando Pedro, o Espírito os convenceu de que haviam crucificado o Senhor da Justiça (Atos 2:36, 37), mas também ele lhes assegurou que havia perdão e salvação em seu nome (Atos 2:38).

(c) O juízo sobre Satanás. "E do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado" (João 16:11). Como se convencerão as pessoas na atualidade de que o crime será castigado? Pela descoberta do crime e seu subsequente castigo; em outras palavras, pela demonstração da justiça. A cruz foi uma demonstração da verdade de que o poder de Satanás sobre a vida dos homens foi destruído, e de que sua completa ruína foi decretada. (Heb. 2:14,15; 1 João 3:8; Col. 2:15; Rom. 16:20.) Satanás tem sido julgado no sentido de que perdeu a grande causa, de modo que já não tem mais direito de reter, como escravos, os homens seus súditos. Pela sua morte, Cristo resgatou todos os homens do domínio de Satanás, devendo estes aceitar sua libertação. Os homens são convencidos pelo Espírito Santo de que na verdade são livres (João 8:36). Já não são súditos do tentador; já não são obrigados mais a obedecer-lhe, agora são súditos leais de Cristo, servindo-o voluntariamente no dia do seu poder. (Sal. 110:3.) Satanás alegou que lhe cabia o direito de possuir os homens que pecaram, e que o justo Juiz devia deixá-los sujeitos a ele. O Mediador, por outra parte, apelou para o fato de que ele, o Mediador, havia levado o castigo do homem, tomando assim o seu lugar, e que, portanto, a justiça, bem como a misericórdia, exigiam que o direito de conquista fosse anulado e que o mundo fosse dado a ele, o Cristo, que era o seu segundo Adão e Senhor de todas as coisas. O veredito final divino foi contrário ao príncipe deste mundo — e ele foi julgado. Ele já não pode guardar seus bens em paz visto que Um mais poderoso o venceu. (Luc. 11:21, 22.)

2. Regeneração.

A obra criadora do Espírito sobre a alma ilustra-se pela obra criadora do Espírito de Deus no princípio sobre o corpo do homem.

Voltemos à cena apresentada em Gên. 2:7. Deus tomou o pó da terra e formou um corpo. Ali jazia inanimado e quieto esse corpo. Embora já estando no mundo, e rodeado por suas belezas, esse corpo não reagia porque não tinha vida; não via, não ouvia, não entendia.

Então "Deus soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente". Imediatamente tomou conhecimento, vendo as belezas e ouvindo os sons do mundo ao seu redor. Como sucedeu com o corpo, assim também sucede com a alma. O homem está rodeado pelo mundo espiritual e rodeado por Deus que não está longe de nenhum de nós. (Atos 17:27.) No entanto, o homem vive e opera como se esse mundo de Deus não existisse, em razão de estar morto espiritualmente, não podendo reagir como devia. Mas quando o mesmo Senhor que vivificou o corpo vivifica a alma, a pessoa desperta para o mundo espiritual e começa a viver a vida espiritual. Qualquer pessoa que tenha presenciado as reações dum verdadeiro convertido, conforme a experiência radical conhecida como novo nascimento, sabe que a regeneração não é meramente uma doutrina, mas uma realidade prática.

3. Habitação.

Vide João 14:17; Rom. 8:9; 1Cor. 6:19; 2Tim. 1:14; 1João 2:27; Col. 1:27; 1João 3:24; Apo. 3:20. Deus está sempre e necessariamente presente em toda parte; nele vivem todos os homens; nele se movem e têm seu ser. Mas a habitação interior significa que Deus está presente duma maneira nova, mantendo uma relação pessoal com o indivíduo. Esta união com Deus, que é chamada habitação, morada, é produzida realmente pela presença da Trindade completa, como se poderá ver por um exame dos textos supra citados. Considerando que o ministério especial do Espírito Santo é o de habitar no coração dos homens, a experiência é geralmente conhecida como morada do Espírito Santo.

Muitos eruditos ortodoxos crêem que Deus concedeu a Adão não somente vida física e mental mas também a habitação do Espírito, a qual ele perdeu por causa do pecado. Essa perda atingiu não somente a ele mas também os seus descendentes. Essa ausência do Espírito deixou o homem nas trevas e na debilidade espiritual. Quando, não logo, pouco a pouco, ataca essas falhas, uma após outra, ora estas ora aquelas, entrando nos mínimos detalhes de modo tão cabal que, não podendo escapar à influência do Espírito, um dia esse homem será perfeito, glorificado pelo Espírito, e resplandecente com a vida de Deus".

4. Recebimento dos dons.

Requisitos. Deus é soberano na questão de outorgar os dons; é ele quem decide quanto à classe de dom a ser outorgado. Ele pode conceder um dom sem nenhuma intervenção humana, e mesmo sem a pessoa o pedir. Mas geralmente Deus age em cooperação com o homem, e há alguma coisa que o homem pode fazer nesse caso. Que se requer daqueles que desejam os dons?

(a) Submissão à vontade divina. A atitude deve ser, não o que eu quero, mas o que ele quer. Às vezes queremos um dom extraordinário, e Deus pode decidir por outra coisa.

(b) Ambição santa. "Procurai com zelo os melhores dons" (1Cor. 12:31; 14:1). Muitas vezes a ambição tem conduzido as pessoas à ruína e ao prejuízo, mas isso não é razão de não a consagrarmos ao serviço de Deus.

(c) Desejo ardente pelos dons naturalmente resultará em oração, e sempre em submissão a Deus. (Vide 1Reis 3:5-10; 2 Reis 2:9, 10.)

(d) Fé. Alguns têm perguntado o seguinte: "Devemos esperar pelos dons?" Posto que os dons espirituais são instrumentos para a edificação da igreja, parece mais razoável começar a trabalhar para Deus e confiar nele a fim de que conceda o dom necessário para a tarefa particular. Desse modo o professor da Escola Dominical confiará em Deus para a operação dos dons necessários a um mestre; da mesma maneira o pastor, o evangelista e os leigos. Uma boa maneira de conseguir um emprego é ir preparado para trabalhar. Uma boa maneira de receber os dons espirituais é estar "na obra" de Deus, em vez de

estar sentado, de braços cruzados, esperando que o dom caia do céu.

(e) Aquiescência. O fogo da inspiração pode ser extinguido pela negligência; daí a necessidade de despertar (literalmente "acender") o dom que está em nos (2Tim. 1:6; 1 Tim. 4:14).

5. A prova dos dons.

As Escrituras admitem a possibilidade da inspiração demoníaca como também das supostas mensagens proféticas que se originam no próprio espírito da pessoa. Apresentamos as seguintes provas pelas quais se pode distinguir entre a inspiração verdadeira e a falsa.

(a) Lealdade a Cristo. Quando estava em Éfeso, Paulo recebeu uma carta da igreja em Corinto contendo certas perguntas, uma das quais era "concernente aos dons espirituais", 1Cor. 12:3 sugere uma provável razão para a pergunta. Durante uma reunião, estando o dom de profecia em operação, ouvia-se uma voz que gritava: "Jesus é maldito." é possível que algum adivinho ou devoto do templo pagão houvesse assistido à reunião, e quando o poder de Deus desceu sobre os cristãos, esses pagãos se entregaram ao poder do demônio e se opuseram à confissão: "Jesus é Senhor", com a negação diabólica: "Jesus é maldito!" A história das missões modernas na China e em outros países oferece casos semelhantes. Paulo imediatamente explica aos coríntios, desanimados e perplexos, que há duas classes de inspiração: a divina e a demoníaca, e explica a diferença entre ambas. Ele lhes lembra os impulsos e êxtases demoníacos que haviam experimentado ou presenciado em algum templo pagão, e assinala que essa inspiração conduz à adoração dos ídolos. (Vide 1Cor. 10:20.) De outra parte, o Espírito de Deus inspira as pessoas a confessarem a Jesus como Senhor. "Portanto, vos quero fazer compreender que ninguém que fala pelo Espírito de Deus diz: Jesus é anátema, e ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor senão pelo Espírito Santo" (1Cor. 12:3; Vide Apo. 19:10; Mat. 16:16, 17; 1João 4:1,2). Naturalmente isso não significa que a pessoa não pode dizer, como um papagaio, que Jesus é Senhor. O sentido verdadeiro é que ninguém pode expressar a sincera

convicção sobre a divindade de Jesus sem a iluminação do Espírito Santo. (Vide Rom. 10:9.)

(b) A prova prática. Os coríntios eram espirituais no sentido de que mostravam um vivo interesse nos dons espirituais (1Cor. 12:1; 14:12). Entretanto, embora gloriando-se no poder vivificante do Espírito, parecia haver falta do seu poder santificador. Estavam divididos em facções; a igreja tolerava um caso de imoralidade indescritível; os irmãos processavam uns aos outros nos tribunais; alguns estavam retrocedendo para os costumes pagãos; outros participavam da ceia do Senhor em estado de embriaguez. Podemos estar seguros de que o apóstolo não julgou asperamente esses convertidos, lembrando-se da vileza pagã da qual recentemente haviam sido resgatados e das tentações de que estavam rodeados. Porém ele sentiu que os coríntios deviam ficar impressionados com a verdade de que por muito importantes que fossem os dons espirituais, o alvo supremo de seus esforços devia ser: o caráter cristão e a vida reta. Depois de encorajá-los a que "procurassem os melhores dons" (1Cor. 12.31), ele acrescenta o seguinte: "Eu vos mostrarei um caminho ainda mais excelente." A seguir vem seu sublime discurso sobre o amor divino, a coroa do caráter cristão. Mas aqui devemos ter cuidado de distinguir as coisas que diferem entre si. Aqueles que se opõem ao falar em línguas (que são antibíblicos em sua atitude, 1Cor. 14:39), afirmam que se faria melhor buscar o amor, que é o dom supremo. Eles são culpados de confundir os pensamentos. O amor não é um dom, mas um fruto do Espírito. O fruto do Espírito é o desenvolvimento progressivo da vida de Cristo enxertada pela regeneração; ao passo que os dons podem ser outorgados repentinamente a qualquer crente cheio do Espírito, em qualquer ponto de sua experiência. O primeiro representa o poder santificador do Espírito, enquanto o segundo implica seu poder vivificante. não obstante, ninguém erra em insistir pela supremacia do caráter cristão. Por muito estranho que pareça, é um fato comprovado que pessoas deficientes na santidade podem exibir manifestações dos dons. Devemos considerar os seguintes fatos:

1) o batismo no Espírito Santo não faz a pessoa perfeita de uma vez. A dotação de poder é uma coisa; a maturidade nas graças cristãs é outra. Tanto o novo nascimento como o batismo no

Espírito Santo são dons da graça de Deus e revelam sua graça para conosco. Todavia, pode haver a necessidade duma santificação pessoal que se obtenha por meio da operação do Espírito Santo, revelando pouco a pouco a graça de Deus em nós.

2) A operação dos dons não tem um poder santificador. Balaão experimentou o dom profético, embora no coração desejasse trair o povo de Deus por dinheiro.

3) Paulo nos diz claramente da possibilidade de possuir os dons sem possuir o amor. Sérias conseqüências podem sobrevir àquele que exercita os dons à parte do amor. Primeiro, ser uma pedra de tropeço constante para aqueles que conhecem seu verdadeiro caráter; segundo, os dons não lhe são de nenhum proveito. Nenhuma quantidade de manifestações espirituais, nenhum zelo no ministério, nenhum resultado alcançado, podem tomar o lugar da santidade pessoal. (Heb. 12:14.)

(c) A prova doutrinária. O Espírito Santo veio para operar na esfera da verdade com relação à deidade de Cristo e sua obra expiatória. É inconcebível que ele contradissesse o que já foi revelado por Cristo e seus apóstolos. Portanto, qualquer profeta, por exemplo, que negue a encarnação de Cristo, não está falando pelo Espírito de Deus (1João 4:2, 3).

6. Glorificação.

Estará o Espírito Santo com o crente no céu? Ou o Espírito o deixará apos a morte? A resposta é que o Espírito Santo no crente é como uma fonte de água que salta para a vida eterna (João 4:14). A habitação do Espírito representa apenas o princípio da vida eterna, que será consumada na vida vindoura. "A nossa salvação está agora mais perto de nós do que quando aceitamos a Fé", escreveu Paulo, cujas palavras significam que experimentamos unicamente o princípio duma salvação que ser consumada na vida vindoura. O Espírito Santo representa o começo ou a primeira parte dessa salvação completa. Essa verdade tomará expressão sob estas três ilustrações:

(a) Comercial. O Espírito é descrito como "o penhor da nossa herança, para a redenção da possessão de Deus" (Efés. 1:14;

2Cor. 5:5). O Espírito Santo é a garantia de que a nossa libertação ser completa. é mais do que penhor; é a primeira prestação dada com antecedência, como garantia de que se completar o resto.

(b) Agrícola. O Espírito Santo representa as primícias da vida futura. (Rom. 8:23.) Quando um israelita trazia as primícias dos seus produtos ao templo de Deus, era esse um modo de reconhecer que tudo pertencia a Deus. A oferta duma parte simbolizava a oferta do todo. O Espírito Santo nos crentes representa as primícias da gloriosa colheita vindoura.

(c) Doméstica. Assim como se dá às crianças uma pequena porção de doce antes do banquete, assim na experiência do Espírito, os crentes por enquanto apenas "provaram... as virtudes do século futuro" (Heb. 6:5). Em Apo. 7:17 lemos que "o Cordeiro que está no meio do trono... lhes servirá de guia para as fontes das águas da vida". Note-se o plural nessas últimas palavras. Na vida vindoura, Cristo será o Doador do Espírito; o mesmo que concedeu uma prova antecipada, conduzirá seus seguidores a novas porções do Espírito e aos meios de graça e enriquecimento espiritual, desconhecidos durante a peregrinação terrena.

7. Pecados contra o Espírito Santo.

As benévolas operações do Espírito trazem grandes bênçãos, mas essas inferem responsabilidades correspondentes. Falando de modo geral, os crentes podem entristecer, mentir à Pessoa do Espírito, e extinguir seu poder. (Efês. 4:30; Atos 5: 3, 4; 1Tess. 5:19.) Os incrédulos podem blasfemar contra a Pessoa do Espírito e resistir ao seu poder. (Atos 7:51; Mat. 12:31,32.) Em cada caso o contexto explicará a natureza do pecado. William Evans assinala que: "resistir tem a ver com a obra regeneradora do Espírito; o entristecer tem a ver com a habitação interna do Espírito Santo, enquanto o extinguir tem a ver com o derramamento para servir."

8. Revestimento de poder.

Nesta seção consideraremos os seguintes fatos concernentes à dotação de poder: seu caráter geral, seu caráter especial,

sua evidência inicial, seu aspecto contínuo, e a maneira de sua recepção.

(a) Sua natureza geral. As seções anteriores trataram da obra regeneradora e santificadora do Espírito Santo; nesta seção trataremos de outro modo de operação: sua obra vitalizante. Esta última fase da obra do Espírito é apresentada na promessa de Cristo: "Mas recebereis a virtude do Espírito, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas" (Atos 1:8).

1) A característica principal dessa promessa é poder para servir e não a regeneração para a vida eterna. Sempre que lemos acerca do Espírito vindo sobre, repousando sobre, ou enchendo as pessoas, a referência nunca é à obra salvadora do Espírito, mas sempre ao poder para servir.

2) As palavras foram dirigidas a homens que já estavam em relação íntima com Cristo. Foram enviados a pregar, armados de poder espiritual para esse propósito (Mat. 10:1); a eles foi dito: "os vossos nomes estão escritos nos céus" (Luc. 10:20); sua condição moral foi descrita nas palavras: "Vos já estais limpos, pela palavra que vos tenho falado" (João 15:3); sua relação com Cristo foi ilustrada com a figura: "Eu sou a videira, vós as varas" (João 15:5); eles conheciam a presença do Espírito com eles (João 14:17); sentiram o sopro do Cristo ressuscitado e ouviram-no dizer: "recebei o Espírito Santo" (João 20:22). Os fatos acima mencionados demonstram a possibilidade de a pessoa estar em contato com Cristo e ser seu discípulo, e, contudo, carecer do revestimento especial mencionado em Atos 1:8. Pode-se objetar que tudo isso se refere aos discípulos antes do Pentecoste; mas em Atos 8:12-16 temos o caso de pessoas batizadas em Cristo que receberam o dom do Espírito alguns dias depois.

3) Acompanhando o cumprimento dessa promessa (Atos 1:8) houve manifestações sobrenaturais (Atos 2:1-4), das quais, a mais importante e comum foi o milagre de falar em outros idiomas. Que essa expressão oral, sobrenatural, acompanhou o recebimento do poder espiritual é declarado em dois outros casos (Atos 10:44-46; 19:1-6) e infere-se de mais outro caso. (Atos 8:14-19.)

4) Esse revestimento é descrito como um batismo (Atos 1:5). Quando Paulo declara que somente há um batismo (Efés. 4:5), ele se refere ao batismo literal nas águas. Tanto os judeus como os pagãos praticavam as lavagens cerimoniais, e João Batista

havia administrado o batismo nas águas para arrependimento; mas Paulo declara que agora somente um batismo é válido diante de Deus, a saber, o batismo autorizado por Jesus e efetuado em nome da Trindade — em outras palavras, o batismo cristão. Quando a palavra "batismo" é aplicada à experiência espiritual, é usada figurativamente para descrever a imersão no poder vitalizante do Espírito Divino. A palavra foi usada figuradamente por Cristo para descrever sua imersão nas inundações de sofrimento. (Mat. 20:22.)

5) Essa comunicação de poder é descrita como ser cheio do Espírito. Aqueles que foram batizados com o Espírito Santo no dia de Pentecoste também foram cheios do Espírito.

(b) Suas características especiais. Os fatos acima expostos nos levam à conclusão de que o crente pode experimentar um revestimento de poder, experiência suplementar e subsequente à conversão cuja manifestação inicial se evidencia pelo milagre de falar em língua por ele nunca aprendida. A conclusão acima tem sido combatida. Alguns dizem que há muitos cristãos que conhecem o Espírito Santo em seu poder regenerador e santificador, sem terem falado em outras línguas. De fato, o Novo Testamento ensina que a pessoa não pode ser cristã sem ter o Espírito, isto é, ser habitação do Espírito. "Se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele" (Rom. 8:9). Que o Espírito de Cristo significa o Espírito Santo, indica-se pelo contexto e se prova por 1 Ped. 1:11 onde a frase "espírito de Cristo" pode referir-se unicamente ao Espírito Santo. Outras referências são citadas para sustentar a mesma verdade. (Rom. 5:5; 8: 14, 16; 1Cor. 6:19; Gal. 4:6; 1João 3:24; 4:13.) Também se afirma que muitos obreiros cristãos têm experimentado unções do Espírito, por meio das quais foram capacitados a ganhar almas para Cristo e fazer outras obras cristãs e, no entanto, esses não falaram em outras línguas. Não se pode negar que existe um verdadeiro sentido no qual todas as pessoas verdadeiramente regeneradas têm o Espírito. Mas como é natural, surge a pergunta: "Que há de diferente e suplementar na experiência chamada batismo no Espírito Santo? Respondemos da seguinte maneira: Há um Espírito Santo, mas muitas operações desse Espírito; assim como há uma eletricidade, mas muitas operações dessa eletricidade, a qual aciona fábricas, ilumina as nossas casas, faz funcionar as geladeiras, e efetua muitos

outros trabalhos, da mesma maneira, o mesmo Espírito regenera, santifica, dá vigor, ilumina e reveste de dons especiais. O Espírito regenera a natureza humana na ocasião da conversão; depois, sendo o Espírito de santidade que habita no interior, ele produz o "fruto do Espírito", as características distintivas do caráter cristão. Em certas ocasiões, os crentes fazem uma consagração especial e recebem vitória sobre o pecado, e há conseqüente aumento do gozo e paz, experiência que, às vezes, tem sido chamada "santificação", ou uma "segunda obra da graça". Mas além dessas operações do Espírito Santo, há outra, cujo propósito especial é dar energia à natureza humana para um serviço para Deus, resultando em uma expressão externa dum caráter sobrenatural. Duma maneira geral, S. Paulo se refere a essa expressão exterior como "a manifestação do Espírito" (1Cor. 12:7), talvez em contraste com as operações mais quietas e secretas do Espírito. No Novo Testamento essa experiência é assinalada por expressões como: "descer sobre", "ser derramado" e "ser cheio com", expressões essas que dão a idéia de algo repentino e sobrenatural. Todas essas expressões são usadas em conexão com a experiência conhecida como o batismo no Espírito Santo. (Atos 1:5.) A operação do Espírito Santo descrita por essas expressões é tão distinta de suas manifestações quietas e usuais, que os eruditos criaram uma palavra para descrevê-la. Essa palavra é "carismático", duma palavra grega freqüentemente usada para designar um revestimento especial de poder espiritual. A. B. Bruce, erudito presbiteriano, escreve: A obra do Espírito era entendida como transcendente, milagrosa e carismática. O poder do Espírito Santo em um poder que vinha de fora, produzindo efeitos extraordinários que chamaram a atenção até do observador profano, como Simão o mago. Ao mesmo tempo que reconhece que os cristãos primitivos creram também nas operações santificadoras do Espírito (ele cita Atos 16:14), e sua inspiração de fé, esperança e amor em seus corações, o mesmo escritor conclui: O dom do Espírito Santo veio a significar... o dom de falar em estado de êxtase, e de profetizar com entusiasmo, e curar os doentes pela oração. O ponto que desejamos acentuar é o seguinte: o batismo com o Espírito Santo, que é um batismo de poder, é de caráter "carismático", a julgar pelas descrições dos resultados desse revestimento. Assim, ao mesmo tempo que admitimos livremente que cristãos são nascidos do Espírito, e que obreiros têm sido ungidos com o Espírito, afirmamos que nem todos os

cristãos têm experimentado a operação "carismática" do Espírito, acompanhada por expressão oral, o falar repentino e sobrenatural.

(c) Sem evidência inicial. Como sabemos que a pessoa recebeu revestimento "carismático" do Espírito Santo? Em outras palavras: Qual é a evidência de que a pessoa recebeu o batismo no Espírito Santo? A questão não se resolve pelos quatro Evangelhos, porque estes contêm profecias da vinda do Espírito, e uma profecia toma-se clara somente pelo seu cumprimento; nem tampouco se resolve pelas Epístolas, porque em sua maioria são instruções pastorais às igrejas estabelecidas nas quais o poder do Espírito com suas manifestações exteriores era considerado como a experiência normal de todo cristão. É, portanto, evidente que o assunto deve decidir-se pelo livro de Atos dos Apóstolos que registra muitos casos de pessoas que receberam o batismo no Espírito e descreve os resultados que se seguiram. Admitimos que em todos os casos mencionados no livro de Atos, os resultados do revestimento não são registrados; mas onde os resultados que se seguiram são descritos, sempre houve uma expressão imediata, sobrenatural, e exterior, convincente, não somente para quem recebeu, mas também para o povo ouvinte, de que um poder divino dominava essa pessoa; e em todos os casos houve um falar estático numa língua que essa pessoa nunca havia aprendido. Será essa declaração meramente a interpretação particular dum grupo religioso ou é reconhecida por outros grupos? O Dr. Rees, teólogo inglês, de idéias liberais, escreve: A glossolalia (o falar em línguas) era o dom mais conspícuo e popular dos primeiros anos da igreja. Parece que foi o acompanhamento regular e a evidência da descida do Espírito Santo sobre os crentes. O Dr. G. B. Stevens, da Universidade de Yale, em seu livro "Teologia do Novo Testamento", escreve: O Espírito era considerado como dom especial que nem sempre acompanhava o batismo e a fé. Os samaritanos não foram considerados como tendo o Espírito Santo quando creram na Palavra de Deus. Eles haviam crido e foram batizados, mais foi somente quando Pedro e João impuseram as mãos sobre eles que o dom do Espírito foi derramado. Evidentemente, aqui se vê algum revestimento ou experiência especial. Comentando Atos 19:1-7, ele escreve: não somente não receberam o Espírito Santo quando creram, nem mesmo depois que foram batizados em nome de Cristo, nas

unicamente quando Paulo impôs as mãos sobre eles é que veio o Espírito Santo e falaram em línguas e profetizaram. Aqui é obvio que o dom do Espírito é considerado como sinônimo do carisma estático (revestimento espiritual) de falar em línguas e profetizar. O Dr. A. B. MacDonald, ministro escocês, presbiteriano, escreve: A crença da igreja acerca do Espírito surgiu dum fato que experimentou. Bem cedo em sua carreira os discípulos notaram um novo poder que operava dentro deles. No princípio, sua manifestação mais extraordinária foi "falar em línguas", o poder de expressão oral extática numa língua não inteligível. Tanto esses que eram tomados por esse poder, como também os que viam e ouviam suas manifestações foram convencidos de que um poder do mundo superior atingira suas vidas, dotando-os de capacidades de expressão e de outros dons, os quais pareciam ser algo diferentes, e não apenas uma intensificação da capacidade que já possuíam. Pessoas que até então não pareciam ser nada além do comum, repentinamente se tornaram capazes de orar e de se expressar veementemente, em atitudes sublimes nas quais era manifesto que conversavam com o Invisível. Ele declara que o falar em línguas "parece ter sido o que mais atraia, e a manifestação mais proeminente do Espírito, no princípio". Há alguma passagem no Novo Testamento em que se faz distinção entre aqueles que receberam o revestimento de poder e aqueles que não o receberam? A. B. MacDonald, o escritor acima citado, responde afirmativamente. Ele assinala que a palavra "indoutos" em 1Cor. 14:16,23 (que ele traduz: "cristão particular") denota pessoas que se diferenciam dos incrédulos pelo fato de tomarem parte no culto e o compreendem até ao ponto de dizerem "Amém"; também são considerados diferentes dos demais crentes pelo fato de não serem capazes de tomar parte ativa nas manifestações do Espírito. Parece que uma área especial do local das reuniões era reservada para os "indoutos" (1Cor. 14:16). Weymouth traduz a palavra "indouto" pela expressão "alguns que carecem do dom". O dicionário grego de Thayer interpreta-a assim: "Um que carece do dom de línguas; um cristão que não é profeta." MacDonald descreve-o como "um que espera, ou que é mantido esperando pelo momento decisivo quando o Espírito desça sobre ele". Não obstante sua denominação ou escola de pensamento teológico, eruditos capazes admitem que a recepção do Espírito na igreja primitiva não era uma cerimônia nem uma teoria doutrinária, mas uma verdadeira experiência. O Cônego Streeter diz que Paulo pergunta aos gálatas se fora pela lei

ou pela pregação da fé que haviam recebido o dom do Espírito, "como se a recepção do Espírito fora algo bem definido e perceptível".

(d) Seu aspecto contínuo. A experiência descrita pela expressão "cheio do Espírito" está ligada à idéia de poder para servir. Devemos distinguir três fases dessa experiência.

1) A plenitude inicial quando a pessoa recebe o batismo no Espírito Santo.

2) Uma condição habitual indicada pelas palavras "cheios do Espírito Santo" (Atos 6:3; 7:55,11:24), palavras que descrevem a vida diária da pessoa espiritual, cujo caráter revela "o fruto do Espírito". A exortação "enchei-vos do Espírito" refere-se a essa condição habitual.

3) Unções para ocasiões especiais. Paulo estava cheio do Espírito, depois da sua conversão, mas em Atos 13:9 vemos que Deus lhe deu uma unção especial para resistir ao poder maligno dum mago. Pedro foi cheio do Espírito no dia de Pentecoste, mas Deus lhe concedeu uma unção especial quando esteve diante do concílio judaico (Atos 4:8). Os discípulos haviam recebido a plenitude ou o batismo do Espírito Santo no dia de Pentecoste, mas, em resposta à oração, Deus lhes deu uma unção especial para fortalecê-los contra a oposição dos líderes judaicos (Atos 4:31). Como disse o pastor F. B. Meyer, de saudosa memória: Tu podes ser um homem cheio do Espírito Santo quando estás no seio de tua família, mas antes de subires ao púlpito, deves ter a certeza de que estás especialmente equipado com uma nova unção do Espírito Santo.

(e) A maneira de sua recepção. Como poderá a pessoa receber esse batismo de poder?

1) Uma atitude correta é essencial. Os primeiros crentes que receberam o Espírito Santo "perseveraram unânimes em oração e súplicas" (Atos 1:14). O ideal seria a pessoa receber o derramamento de poder imediatamente após a conversão, mas normalmente há várias circunstâncias duma e de outra natureza que tornam necessário algum tempo de espera diante do Senhor.

2) A recepção do dom do Espírito Santo subsequente à conversão está ligada às orações dos obreiros cristãos. O escritor do livro dos Atos descreve da seguinte maneira as experiências dos convertidos samaritanos, que já haviam crido e haviam sido batizados: "Os quais (Pedro e João), tendo descido, oraram por eles para que recebessem o Espírito Santo... Então lhes impuseram as mãos, e receberam o Espírito Santo" (Atos 8: 15, 17). Weinel, teólogo alemão, fez um estudo minucioso das manifestações espirituais da época apostólica. Ele diz que "o que podem ser chamadas 'reuniões inspiradoras' realizavam-se constantemente até ao segundo século, por muito estranho que isso pareça às pessoas desconhecedoras do assunto". O Espírito Santo, declara ele, veio aos novos conversos pela imposição das mãos e oração e o próprio Espírito operava sinais e maravilhas. "Reuniões inspiradoras" parece tratar-se de cultos especiais para aqueles que desejavam receber o poder do Espírito Santo.

3) O recebimento do poder espiritual está relacionado com as orações em comum da igreja. Depois que os cristãos da igreja em Jerusalém haviam orado a fim de receberem coragem para pregar a Palavra, "moveu-se o lugar em que estavam reunidos; e todos foram cheios do Espírito Santo" (Atos 4:31). A expressão "moveu-se o lugar", significa algo espetacular e sobrenatural que convenceu os discípulos de que o poder que desceu no dia de Pentecoste estava ainda presente na igreja.

4) Um derramamento espontâneo, em alguns casos, pode fazer a oração e o esforço desnecessários, como foi o caso das pessoas que estavam na casa de Cornélio, cujos corações já haviam sido "purificados pela fê" (Atos 10:44; 15:9).

5) Visto que o batismo de poder é descrito como um dom (Atos 10:45), o crente pode requerer diante do trono da graça o cumprimento da promessa de Jesus: "Se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lhe pedirem?" (Luc. 11:13). Certa escola de pensamento teológico ensina que não se deve pedir o Espírito, pela seguinte razão: No dia de Pentecoste o Espírito Santo veio habitar permanentemente na igreja; desde então, todo aquele que é agregado à igreja pelo Senhor, é batizado em Cristo. Por esse mesmo fato participa do Espírito (1Cor. 12:13.). É verdade que o Espírito habita na igreja, mas isso não deve impedir que o crente o peça e o busque. Como ressaltou o Dr.

A. J. Gordon, que embora o Espírito fosse dado duma vez para sempre no dia de Pentecoste, isso não significa que todo crente haja recebido o batismo. O dom de Deus requer apropriação. Deus deu (João 3:16), nós devemos receber. (João 1:12.) Como pecadores aceitamos a Cristo; como crentes aceitamos o Espírito Santo. Como há uma fé para com Cristo para a salvação, assim há uma fé para com o Espírito para alcançar poder e consagração. O Pentecoste é uma vez para sempre; o batismo dos crentes é sempre para todos. A limitação de certas e grandes bênçãos do Espírito Santo ao reino ideal chamado "Era Apostólica", não bastante ser conveniente como meio de escapar às supostas dificuldades, pode tomar-se o meio de roubar aos crentes alguns dos seus direitos mais preciosos.

6) Oração individual. Saulo de Tarso jejuou e orou três dias antes de ser cheio do Espírito Santo (Atos 9: 9-17).

7) Obediência. O Espírito Santo é a pessoa que "Deus deu àqueles que lhe obedecem" (Atos 5:32).

V. OS DONS DO ESPÍRITO SANTO

1. Natureza geral dos dons.

Os dons do Espírito devem distinguir-se do dom do Espírito. Os primeiros descrevem as capacidades sobrenaturais concedidas pelo Espírito para ministérios especiais; o segundo refere-se à concessão do Espírito aos crentes conforme é ministrado por Cristo glorificado. (Atos 2:33.) Paulo fala dos dons do Espírito ("espirituais", no original grego) num aspecto tríplice. São eles: "charismata", ou uma variedade de dons concedidos pelo mesmo Espírito (1Cor. 12:4,7); "diakonai", ou variedade de serviços prestados na causa do mesmo Senhor; e "energemata", ou variedades de poder do mesmo Deus que opera tudo em todos. Refere-se a todos esses aspectos como "a manifestação do Espírito", que é dado aos homens para proveito de todos. Qual é o propósito principal dos dons do Espírito Santo? São capacidades espirituais concedidas com o propósito de edificar a igreja de Deus, por meio da instrução dos crentes e para ganhar novos convertidos (Efés 4: 7-13). Em 1Cor. 12:8-10, Paulo enumera nove desses dons, que podem ser classificados da seguinte maneira:

1. Aqueles que concedem poder para saber sobrenaturalmente: a palavra de sabedoria, a palavra de ciência, e de discernimento.

2. Aqueles que concedem poder para agir sobrenaturalmente: fê, milagres, curas.

3. Aqueles que concedem poder para orar sobrenaturalmente: profecia, línguas, interpretação. Esses dons são descritos como "a manifestação do Espírito", "dada a cada um, para o que for útil" (isto é, para o benefício da igreja). Aqui temos a definição bíblica duma "manifestação" do Espírito, a saber, a operação de qualquer um dos nove dons do Espírito.

2. Variedade de Dons.

(a) A palavra de sabedoria. Por essa expressão entende-se o pronunciamento ou a declaração de sabedoria. Que tipo de sabedoria? Isso se determinará melhor notando em quais sentidos se usa a palavra "sabedoria" no Novo Testamento. É aplicada à arte de interpretar sonhos e dar conselhos sábios (Atos 7:10); à inteligência demonstrada no esclarecer o significado de algum número ou visão misteriosos (Apo. 13:18; 17:9); prudência em tratar assuntos (Atos 6:3); habilidade santa no trato com pessoas de fora da igreja (Col. 4:5); jeito e discrição em comunicar verdades cristãs (Col. 1:28); o conhecimento e prática dos requisitos para uma vida piedosa e pura (Tia. 1:5; 3:13, 17); o conhecimento e habilidade necessários para uma defesa eficiente da causa de Cristo (Luc. 21:15); um conhecimento prático das coisas divinas e dos deveres humanos, unido ao poder de exposição concernente a essas coisas e deveres e de interpretar e aplicar a Palavra sagrada (Mat. 13:54; Mar. 6:2; Atos 6:10); a sabedoria e a instrução com que João Batista e Jesus ensinaram aos homens o plano de salvação. (Mat. 11:19.) Nos escritos de Paulo "a sabedoria" aplica-se a um conhecimento do plano divino, previamente escondido, de prover aos homens a salvação por meio da expiação de Cristo (1Cor. 1:30; Col. 2:3); por conseguinte, afirma-se que em Cristo "estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência" (Col. 2:3); a sabedoria de Deus é manifestada na formação e execução de seus conselhos. (Rom. 11:33.) A palavra de sabedoria, pois, parece significar habilidade

ou capacidade sobrenatural para expressar conhecimento nos sentidos supramencionados.

(b) A palavra de ciência é um pronunciamento ou declaração de fatos, inspirado dum modo sobrenatural. Em quais assuntos? Um estudo do uso da palavra "ciência" nos dará a resposta. A palavra denota: o conhecimento de Deus, tal como é oferecido nos Evangelhos (2Cor. 2:14), especialmente na exposição que Paulo fez (2Cor. 10:5); o conhecimento das coisas que pertencem a Deus (Rom. 11:13); inteligência e entendimento (Efês. 3:19); o conhecimento da fé cristã (Rom. 15:14; 1Cor. 1:5); o conhecimento mais profundo, mais perfeito e mais amplo da vida cristã, tal como pertence aos mais avançados (1Cor. 12:8; 13: 2,8,14; 6; 2Cor. 6:6; 8:7; 11:16); o conhecimento mais elevado das coisas divinas e cristãs das quais os falsos mestres se jactam (1 Tim. 6:20); sabedoria moral como se demonstra numa vida reta (2 Ped. 1:5) e nas relações com os demais (1Ped. 3:7); o conhecimento concernente às coisas divinas e aos deveres humanos (Rom. 2:20; Col. 2:3). Qual a diferença entre sabedoria e ciência? Segundo um erudito, ciência é o conhecimento profundo ou a compreensão das coisas divinas, e sabedoria é o conhecimento prático ou habilidade que ordena ou regula a vida de acordo com seus princípios fundamentais. O dicionário de Thayer declara que onde "ciência" e "sabedoria" se usam juntas, a primeira parece ser o conhecimento considerado em si mesmo; a outra, o conhecimento manifestado em ação.

(c) Fé (Weymouth traduz: "fé especial".) Esta deve distinguir-se da fé salvadora e da confiança em Deus, sem a qual é impossível agradar-lhe (Heb. 11:6). é certo que a fé salvadora é descrita como um dom (Efês. 2:8), mas nesta passagem a palavra "dom" é usada em oposição as "obras", enquanto em 1Cor. 12:9 a palavra usada significa uma dotação especial do poder do Espírito. Que é o dom de fé? Donald Gee descreve-o da seguinte maneira:... uma qualidade de fé, às vezes chamada por nossos teólogos antigos, a "fé miraculosa", parece vir sobre alguns dos servos de Deus em tempos de crise e oportunidades especiais duma maneira tão poderosa, que são elevados fora do reino da fé natural e comum em Deus, de forma que tem uma certeza posta em suas almas que os faz triunfar sobre tudo... possivelmente essa mesma qualidade de fé é o pensamento de nosso Senhor quando disse em Marcos 11:22: "Tende a fé de Deus" (Figueiredo). Era uma fé desta

qualidade especial de fé que ele podia dizer, que um grão dela podia remover uma montanha (Mat. 17:20). Um pouco dessa fé divina, que é um atributo do Todo-poderoso, posto na alma do homem — que milagres pode produzir! Vide exemplos da operação do dom em 1Reis 18:33-35; Atos 3:4.

(d) Dons de curar. Dizer que uma pessoa tenha os dons (note-se o plural, talvez referindo-se a uma variedade de curas) significa que são usados por Deus duma maneira sobrenatural para dar saúde aos enfermos por meio da oração. Parece ser um dom-sinal, de valor especial ao evangelista para atrair o povo ao Evangelho. (Atos 8:6,7; 28:8-10.) Não se deve entender que quem possui esse dom (ou a pessoa possuída por esse dom) tenha o poder de curar a todos; deve dar-se lugar à soberania de Deus e à atitude e condição espiritual do enfermo. O próprio Cristo foi limitado em sua capacidade de operar milagres por causa da incredulidade de povo (Mat. 13:58). A pessoa enferma não depende inteiramente de quem possua o dom. Todos os crentes em geral, e os anciãos da igreja em particular, estão dotados de poder para orar pelos enfermos. (Mar. 16:18; Tia. 5:14.)

(e) Operação de milagres, literalmente "obras de poder". A chave é Poder. (Vide João 14:12; Atos 1:8.) Os milagres "especiais" em Éfeso são uma ilustração da operação do dom. (Atos 19:11, 12; 5:12-15.)

(f) Profecia. A profecia, geralmente falando, é expressão vocal inspirada pelo Espírito de Deus. A profecia bíblica pode ser mediante revelação, na qual o profeta proclama uma mensagem previamente recebida por meio dum sonho, uma visão ou pela Palavra do Senhor. Pode ser também extática, uma expressão de inspiração do momento. Há muitos exemplos bíblicos de ambas as formas. A profecia extática e inspirada pode tomar a forma de exaltação e adoração a Cristo, admoestação exortativa, ou de conforto e encorajamento inspirando os crentes. — J. R. F. A profecia se distingue da pregação comum em que, enquanto a última é geralmente o produto do estudo de revelação existente, a profecia é o resultado da inspiração espiritual espontânea. Não se tenciona suplantar a pregação ou o ensino, senão completá-los com o toque da inspiração. A possessão do dom constituía a pessoa "profeta". (Vide Atos 15:32; 21:9; 1Cor. 14:29.) O propósito do dom de profecia do Novo Testamento é declarado em 1Cor. 14:3 — o profeta edifica, exorta e consola os

crentes. A inspiração manifestada no dom de profecia não está no mesmo nível da inspiração das Escrituras. Isso está implícito pelo fato de que os crentes são instruídos a provar ou julgar as mensagens proféticas. (Vide 1Cor. 14:29.) Por que julgá-las ou prová-las? Uma razão é a possibilidade de o espírito humano (Jer. 23:16; Ezeq. 13:2, 3) confundir sua mensagem com a divina, 1Tess. 5:19-20 trata da operação do dom de profecia. Os conservadores tessalonicenses foram tão longe em sua desconfiança quanto a esses dons (v. 20), que estavam em perigo de extinguir o Espírito (v. 19); mas Paulo lhes disse que provassem cada mensagem (V. 21) e que retivessem o bem (v. 21), e que se abstivessem daquilo que tivesse aparência do mal (v. 22). Deve a profecia ou a interpretação ser dada na primeira pessoa do singular, como por exemplo: "Sou eu, o Senhor, que vos estou falando, povo meu"? A pergunta é muito importante, porque a qualidade de certas mensagens tem feito muita gente duvidar se foi o Senhor mesmo quem falou dessa maneira. A resposta depende da idéia que tenhamos do modo da inspiração. Será mecânica? Isto é, Deus usa a pessoa como se fosse um microfone, estando a pessoa inteiramente passiva e tomando-se simplesmente um porta-voz? Ou, será o método dinâmico? Isto é, Deus vivifica dum modo sobrenatural o natureza espiritual (note: "meu espírito ora", 1Cor. 14:14), capacitando a pessoa a falar a mensagem divina em termos fora do alcance natural das faculdades mentais? Se Deus inspira segundo o primeiro método mencionado, a primeira pessoa do singular, naturalmente, seria usada; de acordo com o segundo método a mensagem seria dada na terceira pessoa; por exemplo: "o Senhor deseja que seu povo olhe para cima e que se anime, etc." Muitos obreiros experientes crêem que as interpretações e mensagens proféticas devem ser dadas na terceira pessoa do singular. (Veja-se Luc. 1:67-79; 1Cor. 14:14, 15.)

(g) Discernimento de espíritos. Vimos que pode haver uma inspiração falsa, a obra de espíritos enganadores ou do espírito humano. Como se pode perceber a diferença? Pelo dom de discernimento que dá capacidade ao possuidor para determinar se o profeta está falando ou não pelo Espírito de Deus. Esse dom capacita o possuidor para "enxergar" todas as aparências exteriores e conhecer a verdadeira natureza duma inspiração. A operação do dom de discernimento pode ser examinada por duas outras provas: a doutrinária (1João 4:1-6) e a prática (Mat. 7:15-23). A operação desse dom é ilustrada nas seguintes passagens:

João 1:47-50; 2:25; 3:1-3; 2Reis 5:20-26; Atos 5:3; 8:23; 16:16-18. Essas referências indicam que o dom capacita a alguém a discernir o caráter espiritual duma pessoa. Distingue-se esse dom da percepção natural da natureza humana, e mui especialmente dum espírito crítico que procura faltas nos outros.

(h) Línguas. "Variedade de línguas." "O dom de línguas é o poder de falar sobrenaturalmente em uma língua nunca aprendida por quem fala, sendo essa língua feita inteligível aos ouvintes por meio do dom igualmente sobrenatural de interpretação." Parece haver duas classes de mensagens em línguas: primeira, louvor em êxtase dirigido a Deus somente (1Cor. 14:2); segunda, uma mensagem definida para a igreja (1Cor. 14:5). Distingue-se entre as línguas como sinal e línguas como dom. A primeira é para todos (Atos 2:4); a outra não é para todos (1Cor. 12:30).

(i) Interpretação de línguas. Assim escreve Donald Gee: O propósito do dom de interpretação é tornar inteligíveis as expressões do êxtase inspiradas pelo Espírito que se pronunciaram em uma língua desconhecida da grande maioria presente, repetindo-se claramente na língua comum, do povo congregado. É uma operação puramente espiritual. O mesmo Espírito que inspirou o falar em outras línguas, pelo qual as palavras pronunciadas procedem do espírito e não do intelecto, pode inspirar também a sua interpretação. A interpretação é, portanto, inspirada, extática e espontânea. Assim como o falar em língua não é concebido na mente, da mesma maneira, a interpretação emana do espírito antes que do intelecto do homem. Nota-se que as línguas em conjunto com a interpretação tomam o mesmo valor de profecia. (Vide 1Cor. 14:5.) Por que, então, não nos contentarmos com a profecia? Porque as línguas são um "sinal" para os incrédulos (1Cor. 14:22). Nota: Já se sugeriu que os ministérios enumerados em Rom. 12:6-8 e em 1Cor. 12:28, também derem ser incluídos sob a classificação de "charismata" — ampliando-se dessa forma o alcance dos dons espirituais para incluir os ministérios inspirados pelo Espírito.

3. Regulamento dos dons.

A faísca que fende as árvores, queima casas e mata gente, é da mesma natureza da eletricidade gerada na usina que tão eficientemente ilumina as casas e aciona as fábricas. A diferença

está apenas em que a da usina é controlada. Em 1Coríntios capítulo 12, Paulo revelou os grandiosos recursos espirituais de poder disponível para a igreja; no cap. 14 ele mostra como esse poder deve ser regulado, de modo que edifique, em lugar de destruir, a igreja. A instrução era necessária, pois uma leitura desse capítulo demonstrará que a desordem havia reinado em algumas reuniões, devido à falta de conhecimento das manifestações espirituais. O capítulo 14 expõe os seguintes princípios para esse regulamento:

(a) Valor proporcional. (Vs. 5-10.) Os coríntios haviam-se inclinado demasiadamente para o dom de línguas, indubitavelmente por causa de sua natureza espetacular. Paulo lembra-lhes que a interpretação e a profecia eram necessárias para que o povo pudesse ter conhecimento inteligente do que se estava dizendo.

(b) Edificação. O propósito dos dons é a edificação da igreja, para encorajar os crentes e converter os descrentes. Mas, diz, Paulo, se um de fora entra na igreja e tudo que ouve é falar em línguas sem interpretação, bem concluirá: esse povo é demente. (Vs. 12, 23.) A operação desse dom é ilustrada nas seguintes passagens: João 1:47-50; 2:25; 3:1-3; 2 Reis 5:20-26; Atos 5:3; 8:23; 16:16-18. Essas referências indicam que o dom capacita a alguém a discernir o caráter espiritual duma pessoa. Distingue-se esse dom da percepção natural da natureza humana, e mui especialmente dum espírito crítico que procura faltas nos outros.

(c) Sabedoria. (Vs. 20) "Irmãos, não sejais meninos no entendimento." Em outras palavras: "Usai o senso comum."

(d) Autodomínio. (Vs. 32.) Alguns coríntios poderiam protestar assim: "não podemos silenciar; quando o Espírito Santo vem sobre nós, somos obrigados a falar. Mas Paulo responderia: "Os espíritos dos profetas estão sujeitos aos profetas." Isto é, aquele que possui o dom de línguas pode dominar sua expansão e falar unicamente a Deus, quando tal domínio seja necessário.

(e) Ordem. (Vs. 40.) "Mas faça-se tudo decentemente e com ordem." O Espírito Santo, o grande Arquiteto do universo com toda sua beleza, não inspirará aquilo que seja desordenado e vergonhoso. Quando o Espírito Santo está operando com poder,

haverá uma comoção e um movimento, e aqueles que aprenderam a render-se a ele não criarão cenas que não edifiquem.

(f) Suscetível de ensino. Infere-se dos versos 36 e 37 que alguns dos coríntios haviam ficado ofendidos pela crítica construtiva de seus dirigentes. Nota 1. Infere-se, pelo cap. 14 de I Coríntios, que existe poder para ser governado. Portanto, o capítulo seria sem nenhum significado para uma igreja que não experimenta as manifestações do Espírito. é muito certo que os coríntios haviam descarrilado quanto aos dons espirituais. Entretanto, ao menos tinham os trilhos e uma estrada! Se Paulo tivesse agido como alguns críticos modernos, teria removido até a estrada e os trilhos! Em lugar disso, ele sabiamente os colocou de novo sobre os trilhos para prosseguirem viagem! Quando a igreja do segundo e terceiro séculos reagiu contra certas extravagâncias, ela inclinou-se para o outro extremo e deixou muito pouco lugar para as operações do Espírito. Mas essa é apenas uma parte da explicação do arrefecimento do entusiasmo da igreja e a cessação geral das manifestações espirituais. Cedo na história da igreja começou um processo centralizador de sua organização e a formação de credos dogmáticos e inflexíveis. Ainda que isso fosse necessário como defesa contra as falsas seitas, tinha a tendência de impedir o livre movimento do Espírito e fazer do Cristianismo uma questão de ortodoxia mais do que vitalidade espiritual. Assim escreve o Dr. T. Rees: No primeiro século, o Espírito era conhecido por suas manifestações, mas do segundo século em diante era conhecido pela regra da igreja, e qualquer fenômeno espiritual que não estivesse em conformidade com essa regra era atribuído a espíritos maus. As mesmas causas, nos tempos modernos, têm resultado em descuido da doutrina e da obra do Espírito Santo, descuido reconhecido e lamentado por muitos dirigentes religiosos. Apesar desses fatos, o poder do Espírito Santo nunca deixou de romper todos os impedimentos do indiferentismo e formalismo, e operar com força vivificadora. Nota 2. Devemos diferenciar entre manifestações e reações. Tomemos a seguinte ilustração: a luz da lâmpada elétrica é uma manifestação da eletricidade; é da natureza da eletricidade manifestar-se na forma de luz. Mas quando alguém toma um choque elétrico e solta um grito ensurdecedor, não podemos dizer que o grito seja manifestação da eletricidade, porque não está na natureza da eletricidade manifestar-se em voz audível. O que aconteceu foi a reação da pessoa à corrente elétrica! Naturalmente a reação dependerá do

caráter e temperamento da pessoa. Algumas pessoas calmas e de "sangue frio" apenas suspirariam, ofegantes, sem dizer nada. Apliquemos essa regra ao poder espiritual. As operações dos dons em 1Cor. 12:7-10 são bíblicamente descritas como manifestações do Espírito. Muitas ações porém em geral chamadas "manifestações", realmente são reações da pessoa ao movimento do Espírito. Referimo-nos a tais ações como gritar, chorar, levantar as mãos e outras cenas. Que valor prático há no conhecimento dessa distinção?

1) Ajudar-nos a honrar e reconhecer a obra do Espírito sem atribuir a ele tudo o que se passa nas reuniões. Os críticos, ignorando a referida distinção, incorretamente concluem que a falta de elegância ou estética na manifestação de certa pessoa prova que ela não está inspirada pelo Espírito Santo. Tais críticos poderiam ser comparados ao indivíduo que, ao ver os movimentos grotescos de quem estivesse tomando forte choque elétrico, exclamasse: "A eletricidade não se manifesta assim"! O impacto direto do Espírito Santo é de tal forma comovente, que bem podemos desculpar a frágil natureza humana por não se comportar como se fosse sob uma influência mais gentil.

2) O conhecimento dessa distinção, naturalmente, estimulará a reagir ao movimento do Espírito duma maneira que sempre glorifique a Deus. Certamente é tão injusto criticar as extravagâncias dum novo convertido como criticar as quedas e tropeços da criancinha que aprende a andar. Mas ao mesmo tempo, orientado por 1Cor. 12, é claro que Deus quer que seu povo reaja ao Espírito, duma maneira inteligente, edificante e disciplinada. "Procurai abundar neles, para edificação da igreja" (1Cor. 12:12).

VI. O ESPÍRITO NA IGREJA

1. O advento do Espírito.

O que ocorreu no Pentecoste. O Salvador existia antes de sua encarnação e continuou a existir depois de sua ascensão; mas durante o período intermediário exerceu o que pode íamos chamar sua missão "temporal" ou dispensacional, e para cumpri-la veio ao mundo e, havendo-a efetuado, voltou para o Pai. Da mesma

maneira o Espírito veio ao mundo em um tempo determinado, para uma missão definida, e partirá quando sua missão tiver sido cumprida. Ele veio ao mundo não somente com um propósito determinado, mas também por um tempo determinado. Nas escrituras encontramos três dispensações gerais, correspondendo às três Pessoas da Divindade. O Antigo Testamento é a dispensação do Pai; o ministério terrestre de Cristo é a dispensação do Filho; e a época entre a ascensão de Cristo e sua segunda vinda é a dispensação do Espírito. O ministério do Espírito continuará até que Jesus venha, depois virá outro ministério dispensacional. O nome característico do Espírito durante essa dispensação é "o Espírito de Cristo". Toda a Trindade coopera na plena manifestação de Deus durante essas dispensações. Cada um exerce um ministério terreno: o Pai desceu no Sinai; o Filho desceu na encarnação; o Espírito desceu no dia de Pentecoste. O pai recomendou o Filho (Mat. 3:17); o Filho recomendou o Espírito (Apo. 2:11), e o Espírito testifica do Filho (João 15:26). Como Deus, o Filho cumpre para com os homens a obra de Deus o Pai, assim o Espírito Santo cumpre para com os homens a obra de Deus o Filho. John Owen, teólogo do século dezessete, demonstra como, através das dispensações, há certas provas de ortodoxia relacionadas com cada uma das três Pessoas. Antes do advento de Cristo, a grande prova era a unidade de Deus, Criador e Governante de tudo. Depois da vinda de Cristo a grande questão era se a igreja, ortodoxa quanto ao primeiro ponto, receberia agora o Filho divino, encarnado, sacrificado, ressuscitado e glorificado, segundo a promessa. E quando a operação desse teste quanto à divindade de Cristo havia reunido a igreja de crentes cristãos, o Espírito Santo tomou-se proeminente como a pedra de toque da verdadeira fé. "O pecado de desprezar sua Pessoa e de rejeitar sua obra na atualidade é da mesma natureza da idolatria da antiguidade, e da rejeição da Pessoa do Filho por parte dos judeus." Assim como o eterno Filho encarnou-se em corpo humano no seu nascimento, assim também o Espírito eterno se encarnou na igreja que é seu corpo. Isso ocorreu no dia de Pentecoste, "o nascimento do Espírito". O que foi a manjedoura para o Cristo encarnado, assim foi o cenáculo para o Espírito. Notemos o que ocorreu nesse memorável dia.

(a) O nascimento da igreja. "E, cumprindo-se o dia de Pentecoste." Pentecoste era uma festa do Antigo Testamento que se comemorava cinquenta dias depois da Páscoa, razão porque

era chamado "Pentecoste", que significa "cinquenta". (Vide Lev. 23:15-21.) Notemos sua posição no calendário de festas:

1) Primeiro vinha a festa da Páscoa, que comemorava a libertação de Israel do Egito na noite em que o anjo da morte matou os primogênitos egípcios enquanto o povo de Deus comia o cordeiro em suas casas assinaladas com sangue. Isto é um tipo da morte de Cristo, o Cordeiro de Deus, cujo sangue nos protege do juízo de Deus.

2) No sábado após a noite Pascal um molho de cevada, previamente disposto, era segado pelos sacerdotes e oferecido perante Jeová como as primícias da colheita. A regra era que a primeira parte da colheita devia ser oferecida a Jeová em reconhecimento do seu domínio e propriedade. Depois disso, o restante da colheita podia ser segado. Isto é um tipo das "primícias dos que dormem" (1Cor. 15:20). Cristo foi o primeiro a ser segado do campo da morte e a ascender ao Pai para nunca mais morrer. Sendo as primícias, ele é a garantia de que todos os que crêem nele o seguirão na ressurreição para a vida eterna.

3) Quarenta e nove dias deviam contar-se desde a oferta desse molho movido, e no quinquagésimo dia — o Pentecoste — dois pães (os primeiros pães feitos da nova colheita de trigo), eram movidos perante Deus. Antes que se pudessem fazer pães para comer, os primeiros deviam ser oferecidos a Jeová em reconhecimento de seu domínio sobre o mundo. Depois disso, outros pães podiam ser assados e comidos. O seguinte é o significado típico: Os cento e vinte no cenáculo eram as primícias da igreja cristã, oferecidas perante o Senhor pelo Espírito Santo, cinquenta dias depois da ressurreição de Cristo. Era o primogênito dos milhares e milhares de igrejas que desde então têm sido estabelecidas durante os últimos dezenove séculos.

(b) A evidência da glorificação de Cristo. A descida do Espírito Santo foi um "telegrama" sobrenatural, por assim dizer, anunciando a chegada de Cristo à destra do Pai. (Vide Atos 2:23.) Um homem perguntou a seus sobrinhos enquanto estes estudavam a sua lição da Escola Dominical: "Como sabem vocês que sua mãe está lá em cima?" "Eu a vi subir a escada", disse um. "Você quer dizer que a viu começar a subir", disse o tio. "Talvez ela não tenha chegado lá, e ela pode

não estar lá agora, mesmo que tenha estado lá." "Eu sei que ela está lá", afirmou o menor, "porque fui ao pé da escada, chamei-a e ela me respondeu." Os discípulos sabiam que seu Mestre havia ascendido, porque ele lhes respondeu pelo "som do céu"!

(c) A consumação da obra de Cristo. O êxodo não se completou senão cinquenta dias mais tarde, quando, no Sinai, Israel foi organizado como povo de Deus. Da mesma maneira, o benefício da expiação não foi consumado, no sentido pleno, até ao dia de Pentecoste, quando o derramamento do Espírito Santo foi um sinal de que o sacrifício de Cristo foi aceito no céu, e que o tempo de proclamar sua obra consumada havia chegado.

(d) A unção da igreja. Assim como o batismo do Senhor foi seguido por seu ministério na Galiléia, assim também o batismo da igreja foi um preparatório para um ministério mundial; um ministério, não como o dele, criador duma nova ordem de coisas, mas um de simples testemunho; entretanto, para ser levado a cabo unicamente pelo poder do Espírito de Deus.

(e) Habitação na igreja. Depois da organização de Israel no Sinai, Jeová desceu para morar no meio deles, sendo sua presença localizada no Tabernáculo. No dia de Pentecoste o Espírito Santo desceu para morar na igreja como um templo, sendo sua presença localizada no corpo coletivo e nos cristãos individuais. O Espírito assumiu seu ofício para administrar os assuntos do reino de Cristo. Esse fato é reconhecido em todo o livro de Atos; por exemplo, quando Ananias e Safira mentiram a Pedro, em realidade mentiam ao Espírito Santo que morava e ministrava na igreja.

(f) O começo duma nova dispensação. O derramamento pentecostal não foi meramente uma exposição miraculosa de poder com a intenção de despertar a atenção e convidar a que se inquirisse acerca da nova fé. Foi o princípio duma nova dispensação. Foi o advento do Espírito, assim como a encarnação foi o advento do Filho. Deus enviou seu Filho, e quando a missão do Filho havia sido cumprida, ele enviou o Espírito do seu Filho para continuar a obra sob novas condições.

2. O ministério do Espírito Santo.

O Espírito Santo é o representante de Cristo; a ele está entregue toda a administração da igreja até a volta de Jesus.

Cristo sentou-se no céu onde Deus "sobre todas as coisas o constituiu como cabeça da igreja", e o Espírito desceu para começar a obra de edificar o corpo de Cristo. O propósito final do Consolador é o aperfeiçoamento do corpo de Cristo. A crença na direção do Espírito estava profundamente arraigada na igreja primitiva. Não havia nenhum aspecto da vida em que não se reconhecesse seu direito de dirigir, ou em que não se sentisse o efeito de sua direção. A igreja entregou inteiramente sua vida à direção do Espírito; ela começou a rejeitar as formas fixas de adoração, até que no fim do século, a influência do Espírito começou a declinar e as práticas eclesiais ocuparam o lugar da direção do Espírito. A direção do Espírito é reconhecida nos seguintes aspectos da vida da igreja:

(a) Administração. Os grandes movimentos missionários da igreja primitiva foram ordenados e aprovados pelo Espírito. (Atos 8:29; 10:19, 44; 13:2, 4.) Paulo estava consciente de que todo o seu ministério era inspirado pelo Espírito Santo. (Rom. 15:18, 19.) Em todas as suas viagens ele reconhecia a direção do Espírito. (Atos 6:3; 20:28.)

(b) Pregação. Os cristãos primitivos estavam acostumados a ouvir o Evangelho pregado "pelo Espírito Santo enviado do céu" (1Ped. 1:12), o qual recebiam "com gozo do Espírito Santo" (1Tess. 1:6). "Porque nosso Evangelho não foi a vós somente em palavras, mas também em poder, e no Espírito Santo, e em muita certeza" (1Tess. 1:5). O pastor A. J. Gordon, há muitos anos fez a seguinte declaração: "Nossa época está perdendo seu contato com o sobrenatural: o púlpito está descendo ao nível da plataforma secular."

(c) Oração. Jesus, tal qual João, ensinou a seus discípulos um modelo de oração como guia em suas petições. Porém, antes de partir, ele falou de nova classe de oração, oração "em meu nome" (João 16:23), não repetindo seu nome como uma espécie de superstição, mas, sim, como um modo de se aproximar de Deus, unido espiritualmente a Cristo pelo Espírito. Desse modo oramos como se Jesus mesmo estivesse na presença de Deus. Paulo fala de "orando em todo o tempo com toda a oração e súplica

no Espírito" (Efés. 6:18). Judas descreve os verdadeiros cristãos como "orando no Espírito Santo" (v. 20). Em Romanos 8: 26, 27, vemos que o Espírito está fazendo em nós o mesmo que Cristo está fazendo por nós no céu, isto é, está intercedendo por nós. (Heb. 7:25.) Assim como na terra Cristo ensinou a seus discípulos como deviam orar, da mesma maneira, hoje, ele ensina a mesma lição por meio do Consolador ou Ajudador. Naquele tempo foi por uma forma externa; agora é por uma direção interna.

(d) Canto. Como resultado de ser cheios do Espírito, os crentes estarão "falando entre vós em salmos e hinos, e cânticos espirituais; cantando e salmodiando ao Senhor no vosso coração" (Efés. 5:18,19). "Falando entre vós" significa o canto congregacional. "Salmos" pode se referir aos salmos do Antigo Testamento, os quais eram cantados; "cânticos espirituais" denotam expressões espontâneas de melodia e louvor inspiradas diretamente pelo Espírito Santo.

(e) Testemunho. Na igreja primitiva não existia essa linha de separação entre o ministério e o povo leigo que hoje em dia se observa na cristandade. A igreja era governada por um grupo ou concílio de anciãos, mas o ministério de expressão pública não estava estritamente limitado a eles. A qualquer que estivesse dotado com algum dom do Espírito, quer fosse profecia, ensino, sabedoria, línguas ou interpretação, lhe era permitido contribuir com sua parte no culto. A metáfora "corpo de Cristo" descreve bem o funcionamento da adoração coletiva sob o controle do Espírito. Isso traz à nossa mente a cena dum grupo de membros, um após outro, contribuindo com sua função particular no ato completo da adoração, e todos, igualmente, dirigidos pelo mesmo poder animador

3. A ascensão do Espírito.

O que é certo de Cristo é certo do Espírito. Depois de concluir sua missão dispensacional, ele voltará ao céu num corpo que ele criou para si mesmo, esse "novo homem" (Efés. 2: 15), que é a igreja, o seu corpo. A obra distintiva do Espírito é "tomar deles um povo para o seu nome" (de Cristo) (Atos 15:14), e quando isso for realizado e houver "entrado a plenitude dos gentios" (Rom. 11:25), terá lugar o arrebatamento da igreja que, nas palavras do

pastor A. J. Gordon, é "o Cristo terreno (1Cor. 12:12,27) levantando-se para encontrar o Cristo celestial".

Assim como Cristo finalmente entregará seu reino ao Pai, assim também o Espírito Santo entregará sua administração ao Filho. Alguns têm chegado à conclusão de que o Espírito já não estará no mundo depois que a igreja for levada. Isso não pode ser, porque o Espírito Santo, como Deidade, é onipresente. O que sucederá é a conclusão da missão dispensacional do Espírito como o Espírito de Cristo, depois da qual ainda permanecerá no mundo com outra e diferente relação.

CAPÍTULO X: A IGREJA

Jesus projetou, claramente, a existência duma sociedade de seus seguidores que daria aos homens seu Evangelho e ministraria à humanidade no seu Espírito, e que trabalharia pelo aumento do reino de Deus como ele o fez. Ele não modelou nenhuma organização e nenhum plano de governo para essa sociedade... Ele fez algo mais grandioso que lhe dar organização — ele lhe concedeu vida. Jesus formou essa sociedade de seus seguidores chamando-os a unirem-se a ele, comunicando-lhes, durante o tempo em que esteve no mundo, tanto quanto fosse possível, de sua própria vida, de seu Espírito e de seu propósito. Ele prometeu continuar até ao fim do mundo concedendo sua vida à sua sociedade, à sua igreja. Podemos dizer que seu dom à igreja foi ele mesmo. — Robert Hastings Nichols.

I. A NATUREZA DA IGREJA

Que é a igreja? A questão pode ser solucionada considerando: 1) As palavras que descrevem essa instituição; 2) As palavras que descrevem os cristãos; 3) As ilustrações que descrevem a igreja.

1. Palavras que descrevem a igreja.

A palavra grega no Novo Testamento para igreja é "ekklesia", que significa "uma assembléia de chamados para fora". O termo aplica-se a:

- 1) Todo o corpo de cristãos em uma cidade (Atos 11:22; 13:1.)
- 2) Uma congregação, (1Cor. 14:19,35; Rom. 16:5.)
- 3) Todo o corpo de crentes na terra. (Efês. 5:32.)

2. Palavras que descrevem os cristãos.

(a) Irmãos. A igreja é uma fraternidade ou comunhão espiritual, no qual foram abolidas todas as divisões que separam a humanidade.

- "não há grego nem judeu": a mais profunda de todas as divisões baseadas na história religiosa é vencida;

- "não há grego nem bárbaro". a mais profunda de todas as divisões culturais é vencida;

- "não há servo ou livre". a mais profunda de todas as divisões sociais e econômicas é vencida;

- "não há macho nem fêmea". a mais profunda de todas as divisões humanas é vencida. (Vide Col. 3:11; Gál. 3:28.)

(b) Crentes. Os cristãos são chamados "crentes" porque sua doutrina característica é a fé no Senhor Jesus.

(c) Santos. São chamados "santos" (literalmente "consagrados ou piedosos") porque estão separados do mundo e dedicados a Deus.

(d) Os eleitos. Refere-se a eles como "eleitos", ou os "escolhidos", porque Deus os escolheu para um ministério importante e um destino glorioso.

(e) Discípulos. São "discípulos" (literalmente "aprendizes"), porque estão sob preparação espiritual com instrutores inspirados por Cristo.

(f) Cristãos. São "cristãos" porque sua religião gira em torno da Pessoa de Cristo.

(g) Os do Caminho. Nos dias primitivos muitas vezes eram conhecidos como "os do Caminho" (Versão Brasileira) (Atos 9:2) porque viviam de acordo com uma maneira especial de viver.

3. Ilustrações da igreja.

(a) O corpo de Cristo. O Senhor Jesus Cristo deixou este mundo há mais de dezenove séculos; entretanto, ele ainda está no mundo. Com isso queremos dizer que sua presença se faz sentir por meio da igreja, a qual é seu corpo. Assim como ele viveu sua vida natural na terra, em um corpo humano individual, assim também ele vive sua vida mística em um corpo tomado da raça humana em geral. Na conclusão dos Evangelhos não escrevemos: "Fim", mas, "Continua", porque a vida de Cristo continua a ter expressão por meio dos seus discípulos como se evidencia no livro de Atos dos Apóstolos e pela subsequente história da igreja. "Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós" (João 20:21). "Quem vos recebe, a mim me recebe" (Mat. 10:40). Antes de partir da terra, Cristo prometeu assumir esse novo corpo. Entretanto, usou outra ilustração: "Eu sou a videira, vós as varas" (João 15:5). A videira está incompleta sem as varas e as varas nada são à parte da vida que flui da videira. Se Cristo há de ser conhecido pelo mundo, terá que ser mediante aqueles que tomam o seu nome e participam de sua vida. Na medida em que a igreja se tem mantido em contato com Cristo, sua Cabeça, assim tem participado de sua vida e experiências. Assim como Cristo foi ungido no Jordão, assim também a igreja foi ungida no Pentecoste. Jesus andou pregando o Evangelho aos pobres, curando os quebrantados de coração, e pregando libertação aos cativos; e a verdadeira Igreja sempre tem seguido em suas pisadas. "Qual ele é, somos nós também neste mundo" (1João 4:17). Assim como Cristo foi denunciado como uma ameaça política e, finalmente, crucificado, assim também sua igreja, em muitos casos, tem sido crucificada (figurativamente falando) por governantes perseguidores. Mas tal qual o seu Senhor, ela ressuscitou! A vida de Cristo dentro dela a torna indestrutível. Este pensamento da identificação da igreja com Cristo certamente estava na mente de Paulo quando falou: "na minha carne cumprio o resto das aflições de Cristo, pelo corpo, que é a igreja" (Col. 1:24). O uso dessa ilustração faz lembrar que a igreja é um organismo e não meramente uma organização. Uma organização é um grupo de indivíduos voluntariamente associados com um propósito especial,

tal como uma organização fraternal ou um sindicato. Um organismo é qualquer coisa viva, que se desenvolve pela vida inerente. Usado figuradamente, significa a soma total das partes entrelaçadas, na qual a relação mútua entre elas implica uma relação do conjunto. Desse modo, um automóvel poderia ser considerado uma "organização" de certas peças mecânicas; o corpo humano é um organismo porque é composto de muitos membros e órgãos animados por uma vida comum. O corpo humano é um, embora seja composto de milhões de células vivas. Da mesma maneira o corpo de Cristo é um, embora composto de almas nascidas de novo. Assim como o corpo humano é vivificado pela alma, da mesma maneira o corpo de Cristo é vivificado pelo Espírito Santo. "Pois todos nós fomos batizados em um Espírito formando um corpo" (1Cor. 12:13). Os fatos supra citados indicam uma característica única da religião de Cristo. Assim escreve W. H. Dunphy: Ele — e unicamente ele — dos fundadores de religião, produziu um organismo permanente, uma união permanente de mentes e almas, concentradas em torno de sua Pessoa. Os cristãos não são meramente seguidores de Cristo, senão membros de Cristo e membros uns dos outros. Buda reuniu sua sociedade de "esclarecidos", mas a relação entre eles não passa de relação externa, de mestre para com o aluno. O que os une é sua doutrina, e não a sua vida. O mesmo pode dizer-se de Zoroastro, de Sócrates, de Maomé, e dos outros gênios religiosos da raça. Mas Cristo não somente é Mestre, ele é a vida dos cristãos. O que ele fundou não foi uma sociedade que estudasse e propagasse suas idéias, mas um organismo que vive por sua vida, um corpo habitado e guiado por seu Espírito.

(b) O templo de Deus. (1Ped. 2:5,6.) Um templo é um lugar em que Deus, que habita em toda parte, se localiza a si mesmo em determinado lugar, onde seu povo o possa achar "em casa". (1Reis 8:27.) Assim como Deus morou no Tabernáculo e no templo, assim também vive, por seu Espírito, na igreja. (Efés 2:21,22; 1Cor. 3:16,17.) Neste templo espiritual os cristãos, como sacerdotes, oferecem sacrifícios espirituais, sacrifícios de oração, louvor e boas obras.

(c) A noiva de Cristo. Essa é uma ilustração usada tanto no Antigo como no Novo Testamento para descrever a união e comunhão de Deus com seu povo. (2 Cor. 11:2; Efés. 5:25-27; Apoc. 19:7; 21:2; 22:17.) Mas devemos lembrar que é somente uma

ilustração, e não se deve forçar sua interpretação. O propósito dum símbolo é apenas iluminar um determinado lado da verdade e não o de prover o fundamento para uma doutrina.

II. A FUNDAÇÃO DA IGREJA

1. Considerada profeticamente.

Israel é descrito como uma igreja no sentido de ser uma nação chamada dentre as outras nações a ser um povo de servos de Deus. (Atos 7:38.) Quando o Antigo Testamento foi traduzido para o grego, a palavra "congregação" (de Israel) foi traduzida "ekklesia" ou "igreja". Israel, pois, era a congregação ou a igreja de Jeová. Depois de a igreja judaica o ter rejeitado, Cristo predisse a fundação duma nova congregação ou igreja, uma instituição divina que continuaria sua obra no terra (Mat. 16:18). Essa é a igreja de Cristo, que veio a ter existência no dia de Pentecoste.

2. Considerada Historicamente.

A igreja de Cristo veio a existir, como igreja, no dia de Pentecoste, quando foi consagrada pela unção do Espírito. Assim como o Tabernáculo foi construído e depois consagrado pela descida da glória divina (Êxo. 40:34), assim os primeiros membros da igreja foram congregados no cenáculo e consagrados como igreja pela descida do Espírito Santo. É muito provável que os cristãos primitivos vissem nesse evento o retorno da "Shekinah" (a glória manifesta no Tabernáculo e no templo) que, havia muito, partira do templo, e cuja ausência era lamentada por alguns dos rabinos. Davi juntou os materiais para a construção do templo, mas a construção foi feita por seu sucessor, Salomão. Da mesma maneira, Jesus, durante seu ministério terreno, havia juntado os materiais da sua igreja, por assim dizer, mas o edifício foi erigido por seu sucessor, o Espírito Santo. Realmente, essa obra foi feita pelo Espírito, operando mediante os apóstolos que lançaram os fundamentos e edificaram a igreja por sua pregação, ensino e organização. Portanto, a igreja é descrita como sendo "edificados sobre o fundamento dos apóstolos..." (Efés. 2:20).

III. OS MEMBROS DA IGREJA.

O Novo Testamento estabelece as seguintes condições para os membros da igreja:

- fé implícita no Evangelho e confiança sincera e de coração em Cristo como o único e divino Salvador (Atos 16:31);
- submeter-se ao batismo nas águas como testemunho simbólico da fé em Cristo; e
- confessar verbalmente essa fé. (Rom.10:9,10.)

No princípio, praticamente todos os membros da igreja eram verdadeiramente regenerados. "E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar" (Atos 2:47). Entrar na igreja não era uma questão de unir-se a uma organização, mas de tornar-se membro de Cristo, assim como o ramo é enxertado na árvore. No transcurso do tempo, entretanto, conforme a igreja aumentou em número e em popularidade, o batismo nas águas e a catequese tomaram o lugar da conversão. O resultado foi um influxo na igreja de grande número de pessoas que não eram cristãs de coração. E desde então, essa tem sido mais ou menos a condição da cristandade. Assim como nos tempos do Antigo Testamento havia um Israel dentro dum Israel, israelitas de verdade, bem como israelitas nominais, assim também no transcurso da história da igreja vemos uma igreja, dentro da igreja, cristãos verdadeiros no meio de cristãos apenas de nome. Portanto, devemos distinguir entre a igreja invisível, composta dos verdadeiros cristãos de todas as denominações, e a igreja visível, constituída de todos os que professam ser cristãos — a primeira, composta daqueles cujos nomes estão escritos no céu; a segunda, compreendendo aqueles cujos nomes estão registrados no rol de membros das igrejas. Nota-se a distinção em Mateus 13, onde o Senhor fala dos "mistérios do reino dos céus" — expressão essa que corresponde à designação geral "cristandade".

As parábolas nesse capítulo esboçam a história espiritual da cristandade entre o primeiro e o segundo advento de Cristo, e nelas aprendemos que haverá uma mistura de bons e maus na igreja, até a vinda do Senhor, quando a igreja será purificada e se fará separação entre o genuíno e o falso. (Mat. 13:36-43, 47-49.) O apóstolo Paulo expressa a mesma verdade quando compara a

igreja a uma casa na qual há muitos vasos, uns para honra e outros para desonra. (2Tim. 2:19-21). É a igreja sinônimo do reino de Deus? Que a igreja seja uma fase do reino entende-se pelo ensino de Mat. 16: 18, 19, pelas parábolas em Mat. 13, e pela descrição de Paulo da obra cristã como sendo parte do reino de Deus (Col. 4:11). Sendo "o reino dos céus" uma expressão extensa, podemos descrever a igreja como uma parte do reino. William Evans assim escreveu: "A igreja pode ser considerada como uma parte do reino de Deus, assim como o Estado de Illinois é parte dos Estados Unidos." A igreja prega a mensagem que trata do novo nascimento do homem, pelo qual se obtém entrada no reino de Deus (João 3:3-5; 1Ped. 1:23.)

IV. A OBRA DA IGREJA.

1. Pregar a salvação.

A obra da igreja é pregar o Evangelho a toda a criatura (Mat. 28:19, 20), e explanar o plano da salvação tal qual é ensinado nas Escrituras. Cristo tornou acessível a salvação por provê-la; a igreja deve torná-la real por proclamá-la.

2. Prover meios de adoração.

Israel possuía um sistema de adoração divinamente estabelecido, pelo qual se chegava a Deus em todas as necessidades e crises da vida. Assim também a igreja deve ser uma casa de oração para todos os povos, onde Deus é cultuado em adoração, oração e testemunho.

3. Prover comunhão religiosa.

O homem é um ser social; ele anela comunhão e intercâmbio de amizade. é natural que ele se congrege com aqueles que participam dos mesmos interesses. A igreja provê uma comunhão baseada na Paternidade de Deus e no fato de ser Jesus o Senhor de todos. É uma fraternidade daqueles que participam duma experiência espiritual comum. O calor dessa comunhão era uma das características notáveis da igreja primitiva. Num mundo

governado pela máquina política do Império Romano, em que o indivíduo era praticamente ignorado, os homens anelavam uma comunhão onde pudessem livrar-se do sentimento de solidão e desamparo. Em tal mundo, uma das características mais atraentes da igreja era o calor e a solidariedade da comunhão — comunhão em que todas as distinções terrenas eram eliminadas e os homens e mulheres tomavam-se irmãos e irmãs em Cristo.

4. Sustentar uma norma de conduta moral.

A igreja é "a luz do mundo", que afasta a ignorância moral; é o "sal da terra", que a preserva da corrupção moral. A igreja deve ensinar aos homens como viver bem, e a maneira de se preparar para a morte. Deve proclamar o plano de Deus para regulamentar todas as esferas da vida e sua atividade. Contra as tendências para a corrupção da sociedade, deve ela levantar a sua voz de admoestação.

Em todos os pontos de perigo deve colocar uma luz como sinal de perigo.

V. AS ORDENANÇAS DA IGREJA

O Cristianismo no Novo Testamento não é uma religião ritualista; a essência do Cristianismo é o contato direto do homem com Deus por meio do Espírito. Portanto, não há uma ordem de adoração dogmática e inflexível, antes permitindo à igreja, em todos os tempos e países, a liberdade de adotar o método que lhe seja mais adequado, para a expressão de sua vida. Não obstante, há duas cerimônias que são essenciais, por serem divinamente ordenadas, a saber, o batismo nas águas e a Ceia do Senhor. Em razão de seu caráter sagrado, elas, às vezes, são descritas como sacramentos, literalmente, "coisas sagradas", ou "juramentos consagrados por um rito sagrado". Também são elas mencionadas como ordenanças porque são "ordenadas" pelo próprio Senhor.

O batismo nas águas é o rito do ingresso na igreja cristã, e simboliza o começo da vida espiritual. A Ceia do Senhor é o rito de comunhão e significa a continuação da vida espiritual. O primeiro sugere a fé em Cristo; o segundo sugere a comunhão

com Cristo. O primeiro é administrado somente uma vez, porque pode haver apenas um começo da vida espiritual; o segundo é administrado freqüentemente, ensinando que a vida espiritual deve ser alimentada.

1. O batismo.

(a) O modo. A palavra "batizar", usada na fórmula de Mateus 28:19.20. significa literalmente mergulhar ou imergir. Essa interpretação é confirmada por eruditos da língua grega e pelos historiadores da igreja. Mesmo eruditos pertencentes a igrejas que batizam por aspersão admitem que a imersão era o modo primitivo de batizar. Além disso, há razões para crer que para os judeus dos tempos apostólicos, o mandamento de ser "batizado" sugeriria "batismo de prosélito", que significava a conversão dum pagão ao Judaísmo. O convertido estava de pé na água, até ao pescoço, enquanto era lida a lei, depois do que ele mesmo se submergia na água, como sinal de que fora purificado das contaminações do paganismo e que começara uma nova vida como membro do povo da aliança. De onde veio, então, a prática da aspersão e de derramar a água? Quando a igreja abandonou a simplicidade do Novo Testamento, e foi influenciada pelas idéias pagãs, atribuiu importância antibíblica ao batismo nas águas, o qual veio a ser considerado inteiramente essencial para se alcançar a regeneração. Era, portanto, administrado aos enfermos e moribundos. Posto que a imersão não era possível em tais casos, o batismo era administrado por aspersão. Mais tarde, por causa da conveniência do método, este generalizou-se. Também, por causa da importância da ordenança, era permitido derramar a água quando não havia suficiente para praticar a imersão. Notem a seguinte citação dum antigo escritor do segundo século, agora concernente ao batismo, batiza assim: havendo ensinado todas essas coisas, batiza em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, em água viva (corrente). E se não tiveres água viva, batiza em outra água; e se não podes em água fria, então em água morna. Mas se não tiveres nem uma nem outra, derrama água três vezes sobre a cabeça, em o nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Não obstante, o modo bíblico e original é imersão, o qual corresponde ao significado simbólico do batismo, a saber, morte, sepultura e ressurreição. (Rom. 6:1-4.)

(b) A fórmula. "Batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo" (Mat. 28:19). Como vamos reconciliar isso com o mandamento de Pedro: "...cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo"? (Atos 2:38). Estas últimas palavras não representam uma fórmula batismal, porém uma simples declaração afirmando que recebiam batismo as pessoas que reconheciam Jesus como Senhor e Cristo. Por exemplo, o "Didaquê", um documento cristão escrito cerca do ano 100 A.D., fala do batismo cristão celebrado em nome do Senhor Jesus, mas o mesmo documento, quando descreve o rito detalhadamente, usa a fórmula trinitária. Quando Paulo fala que Israel foi batizado no Mar Vermelho "em Moisés", ele não se refere a uma fórmula que se pronunciasse na ocasião; ele simplesmente quer dizer que, por causa da passagem milagrosa através do Mar Vermelho, os israelitas aceitaram Moisés como seu guia e mestre como enviado do céu. Da mesma maneira, ser batizado em nome de Jesus significa encomendar-se inteira e eternamente a ele como Salvador enviado do céu, e a aceitação de sua direção impõe a aceitação da fórmula dada por Jesus no capítulo 28 de Mateus. A tradução literal de Atos 2:38 é: "seja batizado sobre o nome de Jesus Cristo". Isso significa, segundo o dicionário de Thayer, que os judeus haviam de "repousar sua esperança e confiança em sua autoridade messiânica". Note-se que fórmula trinitária é descrita duma experiência. Aqueles que são batizados em nome do triúno Deus, por esse meio estão testificando que foram submergidos em comunhão espiritual com a Trindade. Desse modo pode-se dizer acerca deles: "A graça do Senhor Jesus Cristo e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com vós todos" (2 Cor. 13:13).

(c) O recipiente. Todos os que sinceramente se arrependem de seu pecado, professam a fé no Senhor Jesus, são elegíveis para o batismo. Na igreja apostólica o rito era acompanhado das seguintes expressões exteriores:

- 1) Profissão de fé. (Atos 8:37.)
- 2) Oração. (Atos 22:16.)
- 3) Voto de consagração. (1 Ped. 3:21.)

Visto que os infantes não têm pecados de que se arrepender e não podem exercer a fé, logicamente são excluídos do batismo nas águas. Com isso não os estamos impedindo que venham a Cristo (Mat. 19:13,14), pois eles podem ser consagrados a Jesus em culto publico.

(d) A eficácia. O batismo nas águas, em si não tem poder para salvar; as pessoas são batizadas, não para serem salvas, mas porque já são salvas. Portanto, não podemos dizer que o rito seja absolutamente essencial para a salvação. Mas podemos insistir em que seja essencial para a integral obediência a Cristo. Como a eleição do presidente da nação se completa pela sua posse do governo, assim a eleição do convertido pela graça e pela glória de Deus se completa por sua pública admissão como membro da igreja de Cristo.

(e) O significado. O batismo sugere as seguintes idéias:

1) Salvação. O batismo nas águas é um drama sacro (se nos permitem falar assim), representando os fundamentos do Evangelho. A descida do convertido às águas retrata a morte de Cristo efetuada; a submersão do convertido fala da morte ratificada, ou seja, o seu sepultamento; o levantamento do converso significa a conquista sobre a morte, isto é a ressurreição de Cristo.

2) Experiência. O fato de que esses atos são efetuados com o próprio convertido demonstra que ele se identificou espiritualmente com Cristo. A imersão proclama a seguinte mensagem: "Cristo morreu pelo pecado para que este homem morresse para o pecado." O levantamento do convertido expressa a seguinte mensagem: "Cristo ressuscitou dentre os mortos a fim de que este homem pudesse viver uma nova vida de justiça."

3) Regeneração. A experiência do novo nascimento tem sido descrita como uma, "lavagem" (literalmente "banho", Tito 3:5), porque por meio dela, os pecados e as contaminações da vida de outrora foram lavados. Assim como o lavar com água limpa o corpo, assim também Deus, em união com a morte de Cristo e pelo Espírito Santo, purifica a alma. O batismo nas águas

simboliza essa purificação. "Levanta-te, e lava os teus pecados (isto é, como sinal do que já se efetuou)" (Atos 22:16).

4) Testemunho. "Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo" (Gál. 3:27). O batismo nas águas significa que o convertido, pela fé, "vestiu-se" do caráter de Cristo de modo que os homens podem ver a Cristo nele, como se vê o uniforme no soldado. Pelo rito de batismo, o convertido, figurativamente falando, publicamente veste o uniforme do reino de Cristo.

2. A ceia de Senhor. Pontos principais.

Define-se a Ceia do Senhor ou Comunhão como o rito distintivo da adoração cristã, instituído pelo Senhor Jesus na véspera de sua morte expiatória. Consiste na participação solene do pão e vinho, os quais, sendo apresentados ao Pai em memória do sacrifício inexaurível de Cristo, tornam-se um meio de graça pelo qual somos incentivados a uma fé mais viva e fidelidade maior a ele. Os seguintes são os pontos-chave dessa ordenança:

(a) Comemoração. "Fazei isto em memória de mim." Cada ano, no dia 4 de julho, o povo norte-americano recorda de maneira especial o evento que o fez um povo livre. (*) Cada vez que um grupo de cristãos se congrega para celebrar a Ceia do Senhor, estão comemorando, dum modo especial, a morte expiatória de Cristo que os libertou dos pecados. Por que recordar a sua morte mais do que qualquer outro evento de sua vida? Porque a sua morte foi o evento culminante de seu ministério e porque somos salvos, não meramente por sua vida e seus ensinamentos, embora sejam divinos, mas por seu sacrifício expiatório.

(b) Instrução. A Ceia do Senhor é uma lição objetiva que expõe os dois fundamentos do Evangelho:

1) A encarnação. Ao participar do pão, ouvimos o apóstolo João dizer: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (João

* Por ser Dia de Independência dos Estados Unidos da América. (Nota do tradutor)

1:14); ouvimos o próprio Senhor declarar: "Porque o pão de Deus é aquele que desce do céu e dá vida ao mundo" (João 6:33).

2) A expiação. Mas as bênçãos incluídas na encarnação nos são concedidas mediante a morte de Cristo. O pão e o vinho simbolizam dois resultados da morte: a separação do corpo e da vida, e a separação da carne e do sangue. O simbolismo do pão partido é que o Pão deve ser quebrantado na morte (Calvário) a fim de ser distribuído entre os espiritualmente famintos; o vinho derramado nos diz que o sangue de Cristo, o qual é sua vida, deve ser derramado na morte a fim de que seu poder purificador e vivificante possa ser outorgado às almas necessitadas.

(c) Inspiração. Os elementos, especialmente o vinho, nos lembram que pela fé podemos ser participantes da natureza de Cristo, isto é, ter "comunhão com ele". Ao participar do pão e do vinho da Ceia, o ato nos recorda e nos assegura que, pela fé, podemos verdadeiramente receber o Espírito de Cristo e ser o reflexo do seu caráter.

(d) Segurança. Este cálice é o Novo Testamento no meu sangue"! (1 Cor. 11:25). Nos tempos antigos a forma mais solene de aliança era o pacto de sangue, que era selado ou firmado com sangue sacrificial. A aliança feita com Israel no Monte Sinai foi um pacto de sangue. Depois que Deus expôs as suas condições e o povo as aceitou, Moisés tomou uma bacia cheia de sangue sacrificial e aspergiu a metade sobre o altar do sacrifício, significando esse ato que Deus se havia comprometido a cumprir a sua parte do convênio; em seguida, ele aspergiu o resto do sangue sobre o povo, comprometendo-o, desse modo, a guardar também a sua parte do contrato (Êxo. 24:3-8). A nova aliança firmada por Jesus é um pacto de sangue. Deus aceitou o sangue de Cristo (Heb. ?); portanto, comprometeu-se, por causa de Cristo, a perdoar e salvar a todos os que vierem a ele. O sangue de Cristo é a divina garantia de que ele ser benévolo e misericordioso para aquele que se arrepende. A nossa parte nesse contrato é crer na morte expiatória de Cristo. (Rom. 3:25,26.) Depois, então poderemos testificar que foram aspergidos com o sangue da nova aliança. (1Ped. 1:2.)

(e) Responsabilidade. Quem deve ser admitido ou excluído da Mesa do Senhor? Paulo trata da questão dos que são dignos do sacramento em 1Cor. 11:20-34. "Portanto, qualquer que comer este pão, ou beber este cálice do Senhor indignamente, será culpado (uma ofensa ou pecado contra) do corpo e do sangue do Senhor." Quer isso dizer que somente aqueles que são dignos podem chegar-se à Mesa do Senhor? Então, todos nós estamos excluídos! Pois quem dentre os filhos dos homens é digno da mínima das misericórdias de Deus? Não, o apóstolo não está falando acerca da indignidade das pessoas, mas da indignidade das ações. Sendo assim, por estranho que pareça, é possível a uma pessoa indigna participar dignamente. E em certo sentido, somente aqueles que sinceramente sentem a sua indignidade estão aptos para se aproximar da Mesa; os que se justificam a si mesmos nunca serão dignos. Outrossim, nota-se que as pessoas mais profundamente espirituais são as que mais sentem a sua indignidade. Paulo descreve-se a si mesmo como o "principal dos pecadores" (1Tim. 1:15). O apóstolo nos avisa contra os atos indignos e a atitude indigna ao participar desse sacramento. Como pode alguém participar indignamente? Praticando alguma coisa que nos impeça de claramente apreciar o significado dos elementos, e de nos aproximarmos em atitude solene, meditativa e reverente. No caso dos coríntios o impedimento era sério, a saber, a embriaguez.

VI. A ADORAÇÃO DA IGREJA.

Das epístolas de Paulo inferimos que havia duas classes de reuniões para adoração: uma consistia em oração, louvor, e pregação; a outra era um culto de adoração, conhecido como a "Festa de Amor" ("ágape", em língua grega). O primeiro era culto público; o segundo era um culto particular ao qual eram admitidos somente os cristãos.

1. O culto público.

O culto público, segundo o historiador Robert Hastings Nichols, era "realizado pelo povo conforme o Espírito movesse as pessoas". Citamos um trecho dos escritos desse historiador: Oravam a Deus e davam testemunhos e instruções espirituais. Cantavam os Salmos e também os hinos cristãos, os quais começaram a ser escritos no primeiro século. Eram lidas e explicadas as Escrituras do Antigo Testamento, e havia leitura ou recitação decorada dos relatos das palavras e dos atos de Jesus. Quando os apóstolos enviavam cartas às igrejas, a exemplo das Epístolas do Novo Testamento, essas também eram lidas. Esse singelo culto podia ser interrompido a qualquer momento pela manifestação do Espírito na forma de profecia, línguas e interpretações, ou por alguma iluminação inspirada sobre as Escrituras. Essa característica da adoração primitiva é reconhecida por todos os estudantes sérios da história da igreja, não importando sua filiação denominacional ou escola de pensamento. Pela leitura de 1Cor. 14:24, 25 sabemos que essa adoração inspirada pelo Espírito era um meio poderoso de atrair e evangelizar os não-convertidos.

2. O culto particular.

Lemos que os primeiros cristãos perseveraram no "partir do pão" (Atos 2:42). Descrevem essas palavras uma refeição comum ou a celebração da Ceia do Senhor? Talvez ambas. É possível que houvesse acontecido o seguinte: no princípio a comunhão dos discípulos entre si era tão unida e vital que tomavam suas refeições em comum. Ao sentarem-se à mesa para pedir a bênção de Deus sobre o alimento, vinha-lhes à lembrança a última Páscoa de Cristo, e assim essa bênção sobre o alimento espontaneamente se estendia em culto de adoração. Dessa forma, em muitos casos, é difícil dizer se os discípulos faziam uma refeição comum ou participavam da Comunhão. A vida e a adoração a Deus estavam intimamente relacionadas naqueles dias! Porém muito cedo os dois atos, o partir do pão e a Ceia do Senhor, foram distinguidos, de forma que o segundo se tomou a ordem do culto: em determinado dia os cristãos reuniam-se para comer uma refeição sagrada de comunhão, conhecida como a Festa de Amor, a qual era uma refeição alegre e sagrada, simbolizando o amor fraternal. Todos

traziam provisões e delas participavam todos em comum. Em 1Cor. 11:21,22 Paulo censura o egoísmo daqueles que comiam seus alimentos sem distribuí-los entre os pobres. Ao terminar a Festa de Amor, celebrava-se a Ceia do Senhor. Na igreja de Corinto alguns se embriagavam durante o "ágape" e participavam do sacramento nessa condição indigna. Mais tarde, no primeiro século, a Ceia do Senhor foi separada do "ágape" e celebrada na manhã do Dia do Senhor.

VII. A ORGANIZAÇÃO DA IGREJA

1 - O Governo da Igreja.

É evidente que o propósito do Senhor era que houvesse uma sociedade de seus seguidores que comunicasse seu Evangelho aos homens e o representasse no mundo. Mas ele não moldou nenhuma organização ou plano de governo; não estabeleceu nenhuma regra detalhada de fé e prática. Entretanto, ele ordenou os dois singelos ritos de batismo e comunhão. Ao mesmo tempo, ele não desprezou a organização, pois sua promessa concernente ao Consolador vindouro deu a entender que os apóstolos seriam guiados em toda a verdade concernente a esses assuntos. O que ele fez para a igreja foi algo mais elevado do que organização: ele lhe concedeu sua própria vida, tornando-a em organismo vivo. Assim como o corpo vivo se adapta ao meio ambiente, semelhantemente, ao corpo vivo de Cristo foi dada liberdade para selecionar suas próprias formas de organização, segundo suas necessidades e circunstâncias. Naturalmente, a igreja não era livre para seguir nenhuma manifestação contrária aos ensinamentos de Cristo ou à doutrina apostólica. Qualquer manifestação contrária aos princípios das Escrituras é corrupção. Durante os dias que se seguiram ao Pentecoste, os crentes praticamente não tinham nenhuma organização, e por algum tempo faziam os cultos em suas casas e observavam as horas de oração no templo. (Atos 2:46.) Isso foi completado pelo ensino e comunhão apostólicos. Ao crescer numericamente a igreja, a organização originou-se das seguintes causas: primeira, oficiais da igreja foram escolhidos para resolver as emergências que surgiam, como, por exemplo, em Atos 6:1-5; segunda, a posse de dons espirituais separava certos indivíduos para a obra do ministério.

As primeiras igrejas eram democráticas em seu governo, circunstância natural em uma comunidade onde o dom do Espírito Santo estava disponível a todos, e onde toda e qualquer pessoa podia ser dotada de dons para um ministério especial. É verdade que os apóstolos e anciãos presidiam às reuniões de negócios e à seleção dos oficiais; mas tudo se fez em cooperação com a igreja. (Atos 6:3-6; 15:22; 1Cor. 16:3; 2Cor. 8:19; Fil. 2:25.) Pelo que se lê em Atos 14:23 e Tito 1:5, poderá entender-se que Paulo e Barnabé nomearam anciãos sem consultar a igreja; mas historiadores eclesiásticos de responsabilidade afirmam que eles os "nomearam" da maneira usual, pelo voto dos membros da igreja. Vemos claramente que no Novo Testamento não há apoio para uma fusão das igrejas em uma "máquina eclesiástica" governada por uma hierarquia. Nos dias primitivos não havia nenhum governo centralizado abrangendo toda a igreja. Cada igreja local era autônoma e administrava seus próprios negócios com liberdade. Naturalmente os "Doze Apóstolos" eram muito respeitados por causa de suas relações com Cristo, e exerciam certa autoridade. (Vide Atos 15.)

Paulo exercia certa supervisão sobre as igrejas gentílicas; entretanto, essa autoridade era puramente espiritual, e não uma autoridade oficial tal como se outorga numa organização. Embora que cada igreja fosse independente da outra, quanto à jurisdição, as igrejas do Novo Testamento mantinham relações cooperativas umas com as outras. (Rom. 15:26, 27; 2Cor. 8:19; Gál. 2:10; Rom. 15:1; 3João 8.) Nos séculos primitivos as igrejas locais, embora nunca lhes faltasse o sentimento de pertencerem a um só corpo, eram comunidades independentes e com governo próprio, que mantinham relações umas com as outras, não por uma organização política que as reunisse todas elas, mas por uma comunhão fraternal mediante visitas de delegados, intercâmbio de cartas, e alguma assistência recíproca indefinida na escolha e consagração de pastores.

2. O ministério da igreja.

No Novo Testamento são reconhecidas duas classes de ministério:

- 1) O ministério geral e profético geral, porque era exercido com relação às igrejas de modo geral mais do que em

relação a uma igreja particular, e profético, por ser criado pela possessão de dons espirituais.

2) O ministério local e prático local porque era limitado a uma igreja, e prático, porque tratava da administração da igreja.

(a) O ministério geral e profético.

1) Apóstolos. Eram homens que receberam sua comissão do próprio Cristo em pessoa (Mat. 10:5; Gál. 1:1), que haviam visto a Cristo depois de sua ressurreição (Atos 1:22; 1Cor. 9:1); haviam gozado duma inspiração especial (Gál. 1:11,12; 1Tess. 2:13); exerciam um poder administrativo sobre as igrejas (1Cor. 5:3-6; 2Cor. 10:8; João 20:22, 23); levavam credenciais sobrenaturais (2Cor. 12:12), e cujo trabalho principal era estabelecer igrejas em campos novos. (2Cor. 10:16.) Eram administradores da igreja e organizadores missionários, chamados por Cristo e cheios do Espírito. Os "doze" apóstolos de Jesus, e Paulo (que por sua chamada especial constituía uma classificação à parte), eram apóstolos por preeminência; entretanto, o título de apóstolo também foi outorgado a outros que se ocupavam na obra missionária. A palavra "apóstolo" significa simplesmente "missionário". (Atos 14:14; Rom. 16:7.) Tem havido apóstolos desde então? A relação dos doze para com Cristo foi uma relação única que ninguém desde então pôde ocupar. Sem dúvida, a obra de homens tais como João Wesley, com toda razão, pode ser considerada como apostólica.

2. Profetas. Eram os dotados do dom de expressão inspirada. Desde os primeiros dias até ao fim do século constantemente apareceram, nas igrejas cristãs profetas e profetisas. Enquanto o apóstolo e o evangelista levavam sua mensagem aos incrédulos (? 2:7,8), o ministério do profeta, era particularmente entre os cristãos. Os profetas viajavam de igreja em igreja, tanto como os evangelistas o fazem na atualidade; não obstante, cada igreja tinha profetas que eram membros ativos dela.

3. Mestres. Eram os dotados de dons para a exposição da Palavra. Tal qual os profetas, muitos deles viajavam de igreja em igreja.

(b) O ministério local e prático. O ministério local, que era nomeado pela igreja, com base de certas qualidades (1Tim. cap. 3), incluía os seguintes:

1. Presbíteros, ou anciãos, aos quais foi dado o título de "bispo", que significa supervisor, ou que serve de superintendente. Exerciam a superintendência geral sobre a igreja local, especialmente em relação ao cuidado pastoral e à disciplina. Seus deveres eram, geralmente de natureza espiritual. Às vezes se chamam "pastores". (Efés. 4:11, Vide Atos 20:28.) Durante o primeiro século cada comunidade cristã era governada por um grupo de anciãos ou bispos, de modo que não havia um obreiro só fazendo para a igreja o que um pastor faz no dia de hoje. No princípio do terceiro século colocava-se um homem à frente de cada comunidade com o título de pastor ou bispo.

2. Associados com os presbíteros havia um número de obreiros ajudantes chamados diáconos (Atos 6:1-4; 1Tim. 3:8-13; Fil. 1:1) e diaconisas (Rom. 16:1; Fil. 4:3), cujo trabalho parece, geralmente, ter sido o de visitar de casa em casa e exercer um ministério prático entre os pobres e necessitados (1Tim. 5:8-11). Os diáconos também ajudavam os anciãos na celebração da Ceia do Senhor.

CAPÍTULO XI: AS ÚLTIMAS COISAS

"Assim diz o Senhor... Eu sou o primeiro, e eu sou o último..." (Isa.44:6).

Deus já escreveu, tanto o primeiro como o último capítulo da história de todas as coisas. No livro de Gênesis lemos acerca da origem de todas as coisas do universo, da vida, do homem, da sociedade humana, do pecado e da morte. Nas Escrituras proféticas, mui especialmente no livro do Apocalipse, revela-se como essas coisas alcançarão seu alvo máximo e a consumação. Muitos, como Daniel, perguntam assim: "Qual será o fim dessas coisas?" (Dan. 12:8). Somente Deus pode responder à pergunta e a resposta se encontra nas Escrituras.

I. A MORTE

A morte é a separação da alma do corpo pela qual o homem é introduzido no mundo invisível. Essa experiência descreve-se como "dormir" (João 11:11; Deut. 31:16), o desfazer da casa terrestre deste Tabernáculo (2Cor. 5:1), deixar este tabernáculo (2Ped. 1:4), Deus pedindo a alma (Luc. 12:20), seguir o caminho por onde não tornará (Jo 16:22), ser congregado ao seu povo (Gên. 49:33), descer ao silêncio (Sal. 115:17), expirar (Atos 5:10), tornar-se em pó (Gên.3:19), fugir como a sombra (Jo 14:2), e partir (Fil. 1:23).

A morte é o primeiro efeito externo ou manifestação visível do pecado, e será o último efeito do pecado, do qual seremos salvos. (Rom. 5:12; 1Cor. 15:26.) O Salvador aboliu a morte e trouxe à luz a vida e a incorrupção pelo evangelho, (1Tim. 1:10.) A palavra "abolir" significa anular ou tornar negativo. A morte fica anulada como sentença condenatória e a vida é oferecida a todos. Entretanto, embora a morte física continue

a manifestar-se, ela torna-se uma porta que conduz a vida para aqueles que aceitam a Cristo.

Qual a conexão entre a morte e a doutrina da imortalidade? Há dois termos, "imortalidade" e "incorrupção" que se usam em referência à ressurreição do corpo, (1Cor. 15:53,54.) A imortalidade significa não estar sujeito à morte, e nas Escrituras emprega-se em referência ao corpo e não à alma (embora esteja implícita a imortalidade da alma. Mesmo os cristãos estão sujeitos à morte por serem mortais os seus corpos. Depois da ressurreição e do arrebatamento da igreja, os cristãos desfrutarão da imortalidade. Isto é, receberão corpos glorificados que não estarão sujeitos à morte.

Os ímpios também serão ressuscitados. Mas isso quer dizer que desfrutarão dessa imortalidade do corpo? Não; sua inteira condição é a de morte, e separação de Deus. Embora tenham existência, não gozam de comunhão com Deus e nem da glorificação do corpo, a qual realmente constitui a imortalidade. Conscientemente existirão numa condição de sujeição à morte. A sua ressurreição não é a "ressurreição da vida", mas a "ressurreição para a condenação" (João 5:29). Se a "imortalidade", à qual se referem as Escrituras, se referisse ao corpo, como se justificaria a referência à imortalidade da alma? Tanto no Antigo como no Novo Testamento, a morte é a separação do corpo e da alma; o corpo morre e volta ao pó, a alma ou o espírito continua a existir conscientemente no mundo invisível dos espíritos desencarnados.

Assim o homem é mortal, estando o seu corpo sujeito à morte, embora seja imortal a sua alma, que sobrevive à morte do corpo.

Qual a distinção entre imortalidade e vida eterna? A imortalidade é futura (Rom. 2:7; 1Cor. 15:53,54), e refere-se à glorificação dos nossos corpos mortais na ocasião da ressurreição. A vida eterna refere-se principalmente ao espírito do homem: é uma possessão que não é afetada pela morte do corpo. A vida eterna alcançará sua perfeição na vinda de Cristo, e será vivida em um corpo glorificado que a morte não mais poderá destruir.

Todos os cristãos, quer vivos quer falecidos, já possuem a vida eterna, mas somente na ressurreição terão alcançado a imortalidade

II. O ESTADO INTERMEDIÁRIO.

Pela frase "estado intermediário" queremos dizer o estado dos mortos no período entre o falecimento e a ressurreição.

1. A opinião das Escrituras.

Deve ser observado que os justos não receberão sua recompensa final nem os ímpios seu castigo final, enquanto não se realizarem as suas respectivas ressurreições. Ambas as classes estão num estado intermediário, aguardando esse evento. Os cristãos falecidos vão estar "com o Senhor", mas não recebem ainda o galardão final. O estado intermediário dos justos descreve-se como um estado de descanso (Apo. 14:13), de espera e repouso (Apo. 6:10,11), de serviço (Apo. 7:15), e de santidade (Apo. 7:14). Os ímpios também passam para um estado intermediário, onde aguardam o castigo final, que se realizará depois do juízo do Grande Trono Branco, quando a Morte e o Hades serão lançados no lago de fogo. (Apo. 20:14.)

2. Opiniões errôneas.

(a) Purgatório. A Igreja Católica Romana ensina que mesmo os mais fiéis precisam dum processo de purificação antes de se tornarem aptos para entrar na presença de Deus. Também adotam essa opinião certos protestantes que, crendo na doutrina de "uma vez salvo, salvo para sempre", embora reconhecendo a palavra divina "sem a santidade ninguém verá o Senhor", concluem que haja um "purgatório" onde os crentes carnis e imperfeitos se purifiquem da sua escória. Esse processo, segundo dizem, realizar-se-á durante o Milênio enquanto os vencedores estão remando com Cristo. Todavia, não existem nas Escrituras evidências para tal doutrina, e existem muitas evidências contrárias a ela. Assim escreveu John S. Banks, erudito metodista: As Escrituras falam da felicidade intermediária dos mortos em Cristo. (Luc. 16:22; 23:3; 2Cor. 6:6,8.) Certamente os cristãos em geral, depois de longo tempo de crescimento na graça, estão tão aptos para o céu quanto o malfeitor penitente crucificado ao lado de Cristo, ou quanto

Lázaro mencionado na parábola. Também as Escrituras atribuem ao sangue de Cristo ilimitada eficácia. Se, de fato, as Escrituras ensinassem tal estado intermediário, diríamos que seu poder purificador seria originário da expiação de Cristo, corno dizemos dos meios de graça no estado presente; mas, uma vez que as Escrituras não ensinam tal doutrina, podemos apenas considerar esse estado como obra de super erro (mais do que o exigido, extra). Essa doutrina tenta prover o que já está amplamente provido. O Novo Testamento reconhece apenas duas classes de pessoas; as salvas e as não-salvas. O destino de cada classe determina-se agora, na vida presente, que é o único período probatório. Com a morte termina esse período probatório, seguindo-se o julgamento segundo as obras praticadas no corpo. (Heb. 9:27; 2 Cor. 5:10.)

(b) O espiritismo ensina que é possível alguém comunicar-se com os espíritos de pessoas falecidas, sendo essas comunicações conseguidas por meio dum "médium". Mas notemos:

1) A Bíblia proíbe, expressamente, consultar tais "médiuns"; a própria proibição indica a presença do mal e o perigo de tal prática. (Lev. 19:31; 20:6, 7; Isa. 8:19.) É inútil os espíritas citarem o exemplo de Saul, visto que esse desafortunado pereceu por ter consultado a feiticeira, (1Crôn.10:13.)

2) Os mortos estão sob o controle de Deus, o Senhor da vida e da morte, e, por conseguinte, não podem estar sujeitos aos médiuns. Vide, por exemplo, (Apo. 1:18; Rom. 14:9.) Os espíritas citam o caso da pitonisa que evocou o espírito de Samuel e o relato da aparição de Moisés e Elias no Monte da Transfiguração. Mesmo que fosse Samuel que aparecera a Saul, seria por divina permissão, e o mesmo pode íamos dizer acerca de Moisés e Elias. A passagem que relata o caso do rico e Lázaro prova que aos mortos não é permitido comunicar-se com os vivos. (Luc. 16.)

3) Embora muitos fenômenos espíritas hajam sido provados fraudulentos, existe neles alguma realidade. Visto que os mortos não se podem comunicar com os vivos, somos obrigados a concluir que as manifestações espíritas são resultados de forças estranhas psíquicas ou que as mensagens têm sua origem em espíritos mentirosos e sedutores, (1Reis 22:22; 1Tim. 4:1.) Muitos dos que abraçam o espiritismo ou consultam médiuns são os que perderam

sua fé cristã. Aqueles que crêem nas Escrituras gozam de suficiente luz para iluminar as regiões do além túmulo.

(c) Sono da alma. Certos grupos, como os Adventistas do Sétimo Dia, crêem que a alma permanecerá num estado inconsciente até à ressurreição. Essa crença, conhecida como "sono da alma", é também adotada por indivíduos em outros grupos religiosos. É verdade que a Bíblia descreve a morte como um sono, mas isso em razão de o crente, ao falecer, perder a consciência para com o mundo cheio de fadiga e sofrimento e acordar num reino de paz e felicidade. O Antigo Testamento ensina que, embora o corpo entre na sepultura, o espírito que se separou do corpo entra no Seol (traduzido "inferno" na versão de Almeida), onde vive em estado consciente. (Vide Isa. 14:9-11; Sal. 16:10; Luc. 16:23; 23:43; 2Cor. 5:8; Fs. 1:23; Apo. 6:9.)

III. A RESSURREIÇÃO.

1. Importância da ressurreição.

Os coríntios, como os demais gregos, eram um povo de grande capacidade intelectual, e amantes de especulações filosóficas. Ao ler-se os primeiros dois capítulos da primeira Epístola aos Coríntios, nos quais Paulo declara a imensurável superioridade da revelação sobre a especulação humana, observamos que alguns dos membros da igreja de Corinto também eram partidários dessas especulações. Dotado de penetração incomum, ele previu que, sob a influência do espírito grego, o Evangelho poderia dissipar-se em lindo, porém impotente sistema de filosofia e ética. De fato, já se havia manifestado essa tendência. Alguns dos membros da igreja em Corinto estavam influenciados por uma antiga doutrina grega de imortalidade, a qual ensinava que ao morrer o corpo pereceria para sempre, mas que a alma continuaria a existir. Em verdade, dizia esse ensino, era bom que o corpo perecesse pois só servia como estorvo e impedimento à alma. Ensinava-se na igreja de Corinto que, apesar de a alma ou o espírito viver depois da morte, o corpo era destruído para sempre e não seria ressuscitado; que a única ressurreição que o homem experimentaria seria a ressurreição espiritual da alma,

ressurreição de sua morte nos delitos e pecados. (Vide Efês. 2:1, compare 2Tim. 2:17,18.) O apóstolo desafiou a veracidade desse ensino, dizendo: "Se se prega que Cristo ressuscitou dos mortos, como dizem alguns dentre vós que não há ressurreição de mortos?" (1Cor. 15:12). Tomando esse erro como ponto de partida, Paulo expôs a doutrina verdadeira, entregando ao mundo o grande capítulo da ressurreição (1Coríntios 15). Como base do seu argumento a doutrina bíblica sobre o homem, a qual, em contradição à doutrina pagã, declara que o corpo humano é suscetível de santificação (1Cor. 6:13-20), redenção e está incluído na salvação do homem. No princípio Deus criou tanto o espírito como o corpo, e quando o espírito e o corpo se uniram como unidade vivente, o homem tomou-se em "alma vivente". O homem foi criado imortal no sentido de que ele não precisava morrer, mas mortal no sentido de que poderia morrer se desobedecesse a Deus. Se o homem tivesse permanecido fiel, ele se teria desenvolvido ao máximo sobre a terra e, então, possivelmente teria sido trasladado, pois a trasladação parece ser o meio perfeito que Deus usa para remover da terra os seres humanos. Mas o homem pecou, perdeu o direito à árvore da vida, e em resultado disso começou a morrer, processo que culminou na separação do espírito do corpo.

E a morte física foi a expressão externa da morte espiritual, a qual é a consequência do pecado. Visto que o homem se compõe tanto de alma como de corpo, a sua redenção deve incluir a vivificação de ambos, da alma e do corpo. Embora o homem se torne justo perante Deus e vivo espiritualmente (Efês. 2:1), seu corpo morrerá como resultado da sua herança racial de Adão. Mas desde que o corpo é parte integrante de sua personalidade, sua salvação e sua imortalidade não se completam enquanto seu corpo não for ressuscitado e glorificado. Assim ensina o Novo Testamento. (Vide Rom. 13:11; 1Cor. 15:53,54; Fil. 3:20,21.) O argumento de Paulo nos versos 13 a 19 é o seguinte: Ensinar que não há ressurreição é ferir a realidade da salvação e a esperança da imortalidade. Ele desenvolve o argumento da seguinte maneira: se não há ressurreição do corpo, então Cristo, que tomou para si um corpo humano, não ressurgiu dentre os mortos. Se Cristo não ressurgiu dentre os mortos, então a pregação de Paulo é vã; pior ainda, é falsa e enganosa. Se a pregação é vã, então também são vãs a fé e a esperança daqueles que a aceitam. Se Cristo de fato não ressuscitou dentre os mortos, então não há salvação do

pecado; pois de que maneira poderíamos saber que sua morte foi realmente expiatória diferente de qualquer outra morte a não ser que ele ressuscitasse? E se o corpo do Mestre não ressuscitou, que esperança haverá para aqueles que nele confiam? E se todas essas suposições fossem verdadeiras, então o sacrifício, a autonegação, e o sofrimento por causa de Cristo teriam sido em vão (Vs. 19, 30-32.)

2. Natureza da ressurreição.

É relativamente fácil declarar a fato da ressurreição, mas ao tentarmos explicar como Cristo foi ressuscitado encontramos grande dificuldade, pois se trata de leis misteriosas, sobrenaturais, além da compreensão das nossas mentes. Entretanto, sabemos que a ressurreição do corpo será caracterizada pelos seguintes aspectos:

(a) Relação. Haverá alguma relação com o velho corpo, fato que Paulo ilustra pela comparação do grão de trigo, (1Cor. 15:36, 37.) O grão é lançado na terra, morre, e o ato de dissolução fertiliza o germe da vida no grão, de maneira que se transforma em linda e viçosa planta. "Somente pela dissolução das partículas da matéria na semente torna-se produtivo o germe de vida (o que jamais se observou pelo microscópio)." Qual o poder que vitaliza o corpo humano, tornando-o capaz da gloriosa transformação do corpo ressurreto? O Espírito Santo! (Vide 1Cor. 6:19.) Falando de ressurreição, Paulo expressa as palavras de 2Cor. 5:5, que um erudito na língua grega assim traduziu: " Para essa mudança fui preparado por Deus, que me deu Seu Espírito como sinal e primeira porção."

(b) Realidade. Certas pessoas não se interessam em ir para o céu, pensando que a vida ali será uma existência insubstancial e vaga. Ao contrário, a existência no céu será tão real quanto a presente, de fato, ainda mais real. Os corpos glorificados serão reais e tangíveis e havemos de conhecer-nos e conversar uns com os outros, e estaremos plenamente ocupados em atividades celestiais. Jesus no seu corpo ressuscitado era muito

real para seus discípulos; embora glorificado, era ele o mesmo Jesus.

(c) Incorrúpção. "Levantado em incorrúpção e em poder", o corpo ressuscitado será livre de enfermidade, dor, debilidade, e da morte. (Apo. 21:4.)

(d) Glória. Nossos velhos corpos são perecíveis, sujeitos à corrúpção e ao cansaço, porque são corpos "naturais", próprios para uma existência imperfeita num mundo imperfeito; mas o corpo de ressurreição será próprio para a gloriosa imortalidade no céu. Quando Pedro o Grande, da Rússia, trabalhava como mecânico na Holanda, a fim de aprender a arte da construção naval, ele usava a roupa humilde de mecânico; mas, ao voltar ao seu palácio, ele vestia-se com os trajes reais ornados de jóias. Assim o espírito do homem, originalmente inspirado por Deus, agora passa uma existência dentro dum corpo perecível (Fil. 3:21); mas na ressurreição será revestido de um corpo glorioso, próprio para ver a Deus face a face.

(e) ?. Poderá atravessar o espaço com a rapidez de relâmpago, em razão da enorme energia com que estará dotado.

(f) Sutileza, isto é, o poder de penetrar as substâncias sólidas. Ao andarmos pela terra em um corpo glorificado, não seremos impedidos por coisas mínimas como sejam um muro ou uma montanha, simplesmente os atravessaremos! (Vide João 20:26.)

Existem muitas coisas que não entendemos e não podemos entendê-las ainda, acerca da vida futura; "ainda não é manifesto o que havemos de ser". Entretanto, isto sabemos: "agora somos filhos de Deus", e... "quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque assim como é o veremos" (1João 3:1,2).

IV. A VIDA FUTURA.

1. Ensino do Antigo Testamento.

Ao estudar-se o ensino do Antigo Testamento concernente à vida futura, deve-se ter em mente que a obra redentora de Cristo tem exercido grande efeito sobre a nossa relação com a morte e a vida.

Cristo "aboluiu a morte, e trouxe à luz a vida e a incorrupção pelo Evangelho" (2Tim. 1:10). Cristo trouxe plenitude de luz e absoluta confiança quanto à vida vindoura. Ele também efetuou uma grande libertação dos santos do tempo do Antigo Testamento, que estavam guardados no estado intermediário, libertação que lhes proporcionou muito mais felicidade. Muito embora a revelação vétero-testamentária não seja tão ampla quanto a do Novo Testamento, concernente à vida após a morte, encontramos ali a referida doutrina. A doutrina do Antigo Testamento sobre a imortalidade baseia-se na relação entre o homem e Deus. O homem, criado à imagem de Deus, é dotado de capacidade para conhecer a Deus e com ele ter comunhão. Isso significa que o homem é mais do que animal, e que sua existência ultrapassa os limites do tempo. Foi criado para viver e não para morrer. Mas o pecado trouxe a morte ao mundo e, assim, ao homem. A morte, no seu aspecto físico, é a separação do corpo da alma. A morte, entretanto, não implica extinção da alma. O Antigo Testamento consistentemente ensina que a personalidade do homem sobrevive a morte. O corpo do homem era depositado na sepultura enquanto a alma ia para o lugar denominado "Seol" (traduzido "inferno", "o poço", e "a sepultura") a morada dos espíritos dos finados. Prova-se que o "Seol" não era o céu pelo fato de ser descrito como estando "em baixo" (Prov. 15:24), terra mais baixa (Ezeq. 32:18), e o meio do inferno (desceram) (Ezeq. 32:21). Que não era um lugar de felicidade suprema, prova-se pelas seguintes descrições: um lugar sem lembrança de Deus (Sal. 6:5), de crueldade (Cant. de Salomão 8:6, Versão Brasileira), lugar de dor (Jo 24:19 Versão Brasileira), lugar de tristeza (Sal. 18:5 Versão Brasileira), e era um lugar do qual aparentemente ninguém voltava. Jo 7:9 (Versão

Brasileira).^{*} O Seol, não desfrutando do brilho da pessoa de Cristo ressuscitado, é um lugar sombrio que inspira receio, e, por conseguinte, alguns dos santos do Antigo Testamento receavam ir para esse lugar como a criança receia entrar num quarto escuro. (Vide o Sal. 88 e Isa. 38.) Seol era habitado tanto pelos justos (Jo 14:13; Sal. 88:3; Gên. 37:34,35) como pelos ímpios (Prov. 5:3-5; 7:27; Jo 24:19; Sal. 31:17). Do caso do rico e Lázaro concluímos que havia duas seções no Seol um lugar de sofrimento para os ímpios (Luc. 16:23,24) e outro para os justos, um lugar de descanso e conforto (Luc. 16:25). Contudo, os santos do Antigo Testamento não estavam sem esperança. O Santo de Deus, o Messias, desceria ao Seol; o povo de Deus seria redimido do Seol. (Sal. 16:10; 49:15; Versão Brasileira.)

Essa profecia cumpriu-se quando Cristo, após sua morte, desceu ao mundo inferior dos espíritos dos finados (Mat 12:40; Luc. 23:42,43), e libertou do Seol os santos do Antigo Testamento, levando-os consigo para o Paraíso celestial. (Efés. 4:8-10.) Essa passagem parece indicar que houve uma mudança nesse mundo dos espíritos, e que o lugar ocupado pelos justos que aguardam a ressurreição foi trasladado para as regiões celestiais. (Efés. 4:8; 2Cor. 12:2.) Desde então, os espíritos dos justos sobem para o céu e os espíritos dos ímpios descem para a condenação. (Apo. 20:13,14.) Outras evidências do ensino do Antigo Testamento sobre a vida futura são as seguintes:

1) A frase "congregado ao seu povo" (Gên. 25:8) ou "aos pais", usada por Abraão, Moisés, Arão e Davi, deve referir-se à existência consciente após a morte e ao sepultamento, pois esses homens não foram enterrados nos túmulos ancestrais.

2) As trasladações de Enoque e Elias provam com certeza a existência duma vida futura de felicidade na presença de Deus.

3) As palavras de Cristo em Mat. 22:32 representam meramente uma forte expressão da própria crença dos judeus. De outra forma nenhuma influência teriam sobre os ouvintes.

4) A doutrina da ressurreição dentre os mortos é claramente exposta no Antigo Testamento. (Jo 19:26; Dan. 12:1,2.) 5) Quando Jacó disse: "Com choro hei de descer ao meu filho até a sepultura"

^{*} Em todas essas referências, deve o leitor fazer o confronto das versões de Almeida e Brasileira. (Nota do Tradutor).

(literalmente "Seol", e assim traduzida na Versão Brasileira) (Gên. 37:35), de maneira nenhuma ele se referia à sepultura literal, pois ele supunha que o corpo de José fora devorado por uma fera.

2. Ensino do Novo Testamento.

O Novo Testamento reconhece a existência no além túmulo, na qual a vida espiritual continua sob novas e melhores condições. Entrar nessa vida é o supremo alvo do homem. (Mar. 9:43.) Aceitando o próprio Cristo, o crente já na vida presente passou da morte para a vida. (João 3:36.) Isso, entretanto, é somente o princípio; sua plenitude pertence à existência que começa com a "ressurreição da vida". (João 5:29.) Existe uma vida vindoura (1Tim. 4:8); agora está oculta, mas se manifestará quando Cristo, que é nossa vida, aparecer (Col. 3:4). Cristo dará a coroa da vida prometida àqueles que o amam (Tia. 1:12). Mesmo o estado dos que faleceram em Cristo é algo melhor do que a presente vida nele (Fil. 1:21). Mas a plenitude de vida, qual terra da Promissão, e o seu direito de primogenitura como filhos de Deus, serão revelados na vinda de Cristo. (Rom. 8:17; Gál. 4:7.) A morte física não pode interromper a comunhão entre o cristão e seu Senhor. "Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; e todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá (João 11:25,26). Com essas palavras Jesus assegurou a Marta e Maria que seu irmão não havia perecido, mas estava seguro. Com efeito, Jesus dizia o seguinte: "Eu amava vosso irmão e com ele tive doce comunhão. Compreendendo quem eu sou, lembrando o meu poder, pensais que eu permitiria à morte interromper essa comunhão, que para nós ambos era uma grande delícia?" Existem muitos argumentos formais a favor da imortalidade. Mais do que a lógica fria o que mais satisfaz é justamente saber que estamos em comunhão com Deus e com o seu Cristo.

Vamos imaginar o caso dum crente fiel que durante muitos anos gozou de preciosa comunhão com o Filho de Deus, ouviu sua voz e sentiu sua presença. Agora que ele está prostrado no leito de morte ouviremos então o Filho de Deus dizer-lhe: "Andamos juntos, gozamos de doce comunhão, mas chegou a hora do eterno adeus"? Não, assim não aconteceria! Aqueles que estão "em Cristo" (1Tess. 4:14-17) não podem ser separados dele nem pela vida e

nem pela morte (Rom. 8:38). Para aquele que viveu conscientemente na presença de Cristo, ser separado de Cristo pela morte é coisa impossível. Para aqueles que estão unidos ao amor de Deus, é inconcebível separar-se desse amor para entrar num estado do nada e desolação. Cristo diz a todos os crentes: "Está Lázaro, está alguém, unido a mim? Ele confia em minha pessoa? Tudo que sou e todo o poder que em mim reside operarão em sua vida. Teu irmão está unido a mim pelos laços da confiança e do amor, e visto que eu sou a Ressurreição e a Vida, esse poder operará nele."

V. O DESTINO DOS JUSTOS.

1. Natureza do céu.

Os justos são destinados à vida eterna na presença de Deus. Deus criou o homem para ser ele conhecido pelo homem, amado e servido por ele no presente mundo, como também gozar eternamente de sua presença no mundo vindouro.

O cristão durante a sua vida terrestre experimenta pela fé a presença do Deus invisível, mas na vida vindoura essa experiência da fé tornar-se-á um fato consumado. Ele verá a Deus face a face, terá a experiência que alguns teólogos chamam a "Visão Beatifica".

O céu descreve-se por vários títulos:

1) Paraíso (literalmente, jardim), lembrando-nos a felicidade e o contentamento dos nossos primeiros pais ao participarem de comunhão e conversação com o Senhor Deus. (Apo. 2:7; 2Cor. 12:4)

2) "Casa de meu Pai", com suas muitas mansões (João 14:2) expondo o conforto, descanso e comunhão do lar.

3) O país celestial, a caminho do qual estamos viajando, como Israel naquele tempo se destinava a Canaã, a Terra da Promissão. (Heb. 11:13-16.)

4) Uma cidade, sugerindo a idéia duma sociedade organizada. (Heb. 11:10; Apo. 21:2.) Devemos distinguir as seguintes três fases na condição dos cristãos que partiram desta vida: primeira, existe

um estado intermediário de descanso enquanto aguardam a ressurreição; segunda, depois da ressurreição segue-se o juízo sobre as obras (2Cor. 5:10; 1Cor. 3:10-15); terceira, ao fim do Milênio descerá do céu a Nova Jerusalém, o lar final dos remidos (Apoc. 21). A Nova Jerusalém descerá do céu, faz parte do céu, e, portanto, é o céu no pleno sentido da palavra. Sempre que Deus se revela pela sua presença pessoal e glória celeste, aí é céu, e dessa maneira podemos descrever a Nova Jerusalém. (Apo. 22:3,4.) Por que desce essa cidade do céu? O propósito final de Deus é trazer o céu à terra. (Vide Deut. 11:21.) Ele tornará "a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra" (Efés. 1:10); então Deus será "tudo em todos" (1Cor. 15:28).

Embora a Nova Jerusalém não chegue até a terra, ela será visível aos moradores terrestres, pois "as nações andarão à sua luz" (Apo. 21:24).

2. Necessidade do céu.

O estudo das religiões revela o fato de que a alma humana instintivamente crê que existe céu. Esse instinto foi implantado no coração do homem pelo próprio Deus, o Criador dos instintos humanos. Os argumentos que provam a existência da vida futura não são formulados principalmente para que os homens acreditem nessa vida, mas porque os homens já acreditam, e desejam trazer a inteligência sujeita às mais profundas instituições do coração.

Também o céu é essencial às exigências da justiça. Os sofrimentos dos justos sobre a terra e a prosperidade dos ímpios exigem um estado futuro no qual se faça plena justiça. A Bíblia ensina que tal lugar existe. Platão, o mais sábio dos gregos, opinou que a vida futura era uma probabilidade, e aconselhou os homens a colherem as melhores opiniões a respeito, e a embarcar nelas como que numa balsa, e navegar perigosamente os mares da vida, "a não ser que com mais segurança pudesse achar um navio melhor, ou uma palavra divina". Essa palavra divina que os sábios desejaram são as Escrituras Sagradas, nas quais se ensina a existência da vida futura, não como opinião ou teoria, mas como fato absoluto.

3. As bênçãos do céu.

(a) Luz e beleza. (Apo. 21:23; 2:5.) A melhor linguagem humana é inadequada para descrever as gloriosas realidades da vida futura. Nos caps. 21 e 22 do Apocalipse o Espírito emprega linguagem que nos ajuda a compreender algo das belezas do outro mundo. A toupeira que vive no buraco na terra não pode compreender como é a vida da águia que se eleva acima das altas montanhas. Vamos imaginar um mineiro que nascesse em uma mina 500 metros abaixo da superfície e que aí passasse todos os seus dias, sem nunca ter visto a superfície da terra. Como seria difícil tentar descrever-lhe as delícias visuais de verdes árvores, campos floridos, rios, pomares, picos de montanhas, e o céu estrelado. Ele nada disso apreciaria, pois seus olhos não viram, seus ouvidos não ouviram e não entrou em seu coração o conhecimento dessas coisas.

(b) Plenitude de conhecimento, (1Cor. 13:12.) O sentimento expresso pelo sábio Sócrates ao dizer: "Uma coisa sei, é que nada sei", tem sido repetido pelos sábios daquele tempo. O homem está rodeado dos mistérios e anseia pela sabedoria. No céu esse anseio será satisfeito absolutamente; os mistérios do universo serão desvendados; problemas teológicos difíceis desvanecerão. Então gozaremos de melhor qualidade de conhecimento, o conhecimento de Deus.

(c) Descanso. (Apo. 14:13; 21:4.) Pode-se formar certa concepção do céu contrastando-o com as desvantagens da vida presente. Pense em tudo que neste mundo provoca: fadiga, dor, luta e tristeza, e considere que no céu essas coisas não nos perturbarão.

(d) Servir. Existem pessoas acostumadas a uma vida muito ativa que não se interessam pelo céu, pensando que o céu seja lugar de inatividade, onde seres etéreos passem o tempo tocando harpa. Essa, porém, não é uma concepção exata. É verdade que os redimidos tocarão harpas, pois o céu é lugar de música. "Haverá

trabalho a fazer também. "... Estão diante do trono de Deus, e o servem de dia e de noite no seu templo." (Apo. 7:15); "... e os seus servos o servirão"... (Apo. 22:3). Aquele que colocou o homem no primeiro paraíso, com instruções sobre como cuidar dele, certamente não deixará o homem sem ter o que fazer no segundo paraíso.

(e) Gozo. (Apo. 21:4.) O maior prazer experimentado neste mundo, mesmo que ampliado um milhão de vezes, ainda não expressaria o gozo que espera os filhos de Deus nesse reino. Se um poderoso rei, possuidor de ilimitadas riquezas, quisesse construir um palácio para sua noiva, esse palácio seria tudo quanto a arte e os recursos pudessem prover. Deus ama seus filhos infinitamente mais que qualquer ser humano. Possuindo recursos inexauríveis, ele pode fazer um lar cuja beleza ultrapasse tudo quanto a arte e imaginação humanas poderiam conceber. "Vou preparar-vos lugar."

(f) Estabilidade. O gozo do céu será eterno. De fato, a permanência é uma das necessidades para que a felicidade seja perfeita. Por muito gloriosas que sejam a beleza e a felicidade celestiais, saber que essas coisas acabariam já é suficiente para que o gozo perca sua perfeição. Lembrar-se de que inevitavelmente tudo findará, seria um empecilho ao gozo perfeito. Todos desejam o estado permanente: saúde permanente, paz permanente e prosperidade permanente. A instabilidade e insegurança são temidas por todos. Mas a felicidade no céu é justamente a divina promessa de que o seu gozo nunca há de terminar nem diminuir de intensidade.

(g) Gozos Sociais. (Heb. 12:22, 23; 1Tess. 4:13-18) Por natureza, o homem é um ser social. O homem solitário é anormal. Se na vida presente os gozos sociais proporcionam tanta felicidade, como não será muito mais gloriosa a amável comunhão social no céu. Nas relações humanas, mesmo as pessoas mais chegadas a nós têm suas faltas e características que destroem a sua personalidade. No céu os amigos e parentes não terão faltas. Os gozos sociais nesta vida fazem-se acompanhar de

desapontamento. Muitas vezes os próprios familiares nos causam grandes tristezas; as amizades acabam e o amor desvanece. Mas no céu não haverá os mal-entendidos e nenhuma rixa; tudo será bom e belo, sem sombra e sem defeito, cheio de sabedoria celestial e resplandecente com a glória de Deus.

(h) Comunhão com Cristo. (João 14:3; 2Cor. 5:8; Fil. 1:23.) "Ao qual, não o havendo visto, amais; no qual, não o vendo agora, mas crendo, vos alegrais com gozo inefável e glorioso" (1Ped. 1:8). Naquele dia seremos como ele é; os nossos corpos serão como o seu glorioso corpo; nós o veremos face a face; aquele que pastoreou o seu povo no vale das lágrimas, no céu conduzirá esse povo de gozo em gozo, de glória em glória, e de revelação em revelação.

VI. O DESTINO DOS ÍMPIOS.

1. O ensino bíblico.

O destino dos ímpios é estar eternamente separados de Deus e sofrer eternamente o castigo que se chama a segunda morte. Devido à sua natureza terrível, é um assunto diante do qual se costuma recuar; entretanto, é necessário tomar conhecimento dele, pois é uma das grandes verdades da divina revelação. Por essa razão o manso e amoroso Cristo avisou os homens dos sofrimentos no inferno. Sua declaração acerca da esperança do céu aplica-se também à existência do inferno "se não fosse assim, eu vo-lo teria dito" (João 14:2). O inferno é um lugar de: extremo sofrimento (Apo. 20:10), onde é lembrado e sentido o remorso (Luc. 16:19-31), inquietação (Luc. 16:24), vergonha e desprezo (Dan. 12:2), vil companhia (Apo. 21:8) e desespero (Prov. 11:7, Mat. 25:41).

2. Opiniões errôneas.

(a) O universalismo ensina que todos os homens, no fim, serão salvos, argumentando que Deus é amoroso demais para excluir alguém do céu. Essa teoria é refutada pelas seguintes passagens: Rom. 6:23; Luc. 16:19-31; João 3:36 e outras. Na

realidade, é a misericórdia de Deus que exclui do céu o ímpio, pois este não se acomodaria no ambiente celestial como também o justo não teria prazer em estar no inferno.

(b) O restauracionismo. A doutrina da restauração de todas as coisas ensina que o inferno não é eterno, e, sim, apenas uma experiência temporária que tem por fim purificar o pecador para que possa entrar no céu. Se assim fosse, então o fogo infernal teria mais poder do que o sangue de Cristo. Também, a experiência nos ensina que a punição, em si, não regenera; ela pode restringir mas não transformar. Os partidários dessa escola de pensamento afirmam que a palavra "eterno", na língua grega, significa "duração de século ou época" e não duração sem fim. Mas, segundo Mat. 25:41, se a punição dos ímpios tiver fim, então o terá também a felicidade dos justos. Assim comenta o Dr. Maclaren: Reverentemente aceitando as palavras de Cristo como palavras de perfeito amor e sabedoria infalível, este autor... receia que, na avidez de discutir a duração, o fato solene da realidade da futura retribuição seja ofuscado, e os homens discutam sobre o "terror do Senhor" a ponto de não sentirem mais receio a seu respeito. Os hábitos tendem a se fixar. A tendência do caráter é tornar-se permanente; não há razão para crer que Deus futuramente, mais do que no presente, obrigue a pessoa a ser salva.

(c) Segundo período probatório. Ensina que todos, no tempo entre a morte e a ressurreição, terão outra oportunidade para aceitar a salvação. As Escrituras, entretanto, ensinam que na morte já se fixou o destino do homem. (Heb. 9:27.) Além disso, quantos aceitarão a presente oportunidade se pensarem que haverá outra? E, segundo as leis da natureza humana, se negligenciarem a primeira oportunidade, estarão menos dispostos a aceitar a segunda.

(d) Aniquilamento. Ensina que Deus aniquilará os ímpios. Os partidários dessa doutrina citam 2 Tess. 1:9 e outras passagens que afirmam que os ímpios serão destruídos. Contudo, o sentido da palavra, como usada nas Escrituras, não é "aniquilar",

mas causar ruína. Se a palavra perdição (Almeida) nesse verso significa aniquilar, então a palavra "eterna" no mesmo verso seria supérflua, pois aniquilamento só pode ser eterno. Também citam passagens que expõem a morte como a pena do pecado. Mas, nesses casos, refere-se à morte espiritual e não à morte física, e morte espiritual significa separação de Deus. A promessa de vida feita ao obediente não significa o dom de "existência", pois esse dom todos os homens o possuem. E se a vida, como um galardão, não significa mera existência, então a morte também não significa mera perda

VII. A SEGUNDA VINDA DE CRISTO.

1. O fato de sua vinda.

O fato da segunda vinda de Cristo é mencionado mais de 300 vezes no Novo Testamento. Paulo refere-se ao evento umas cinqüenta vezes.

Alguém já disse que a segunda vinda é mencionada oito vezes mais do que a primeira. Epístolas inteiras (Cl e 2Tess.) e capítulos inteiros (Mat. 24, Mat. 13) são dedicados ao assunto. Sem dúvida, é uma das doutrinas mais importantes do Novo Testamento.

2. A maneira de sua vinda.

Será de maneira pessoal (João 14:3; Atos 1:10,11; 1Tess. 4:16; Apo. 1:7; 22:7), literal (Atos 1:10; 1Tess. 4:16, 17; Apo. 1:7; Zac. 14:4), visível (Heb. 9:28; Fps. 3:20; Zac. 12:10) e gloriosa (Mat. 16:27; 25:31; 2Tess. 1:7-9; Gál. 3:4). Há interpretações que procuram evitar a opinião de que a vinda de Cristo seja literal e pessoal. Alguns ensinam que a morte é a segunda vinda de Cristo. Mas a Bíblia mostra que a segunda vinda é o contrário da morte, pois os mortos em Cristo ressuscitarão nessa ocasião. Com a morte iremos para Cristo, mas na sua vinda ele virá para nos buscar. Certas passagens (Mat. 16:28; Fil. 3:20) perdem seu significado se substituíssemos morte por segunda vinda. Finalmente, a morte é um inimigo, enquanto a vinda de Cristo é a gloriosa esperança. Alguns sustentam que a

segunda vinda foi a descida do Espírito no dia de Pentecoste. Outros ensinam que Cristo veio no tempo da destruição de Jerusalém no ano 70 A.D., mas em cada um desses casos não houve ressurreição dos mortos, nem o arrebatamento dos vivos, nem outros eventos preditos que acompanharão o segundo advento.

3. O Tempo da sua vinda.

Tentativas houve para determinar a data da vinda de Cristo, mas em nenhuma delas o Senhor veio na hora marcada pelos homens! Ele declarou que o tempo exato de sua vinda está oculto nos conselhos divinos. (Mat. 24:36-42; Mar. 13:21, 22.) é bom que seja assim.

Quem gostaria de saber com antecedência a hora exata de sua morte? Tal conhecimento teria o efeito de perturbar e inutilizar a pessoa. Basta que saibamos que a morte pode vir a qualquer instante; portanto, devemos trabalhar "enquanto é dia pois a noite vem quando ninguém pode trabalhar". O mesmo raciocínio serve quanto ao fim da presente dispensação. Esse dia também não nos foi revelado, mas sabemos quẽ será repentino (1Cor. 15:52; Mat. 24:27) e inesperado (2Ped. 3:4; Mat. 24:48-51; Apo. 16:15). O Senhor avisa seus servos: "Negociai até que eu venha"

Damos em seguida uma visão geral do ensino de Cristo sobre o tempo da sua vinda: após a destruição de Jerusalém os judeus serão desterrados entre todas as nações, expulsos de sua terra, a qual passará a ser subjugada pelos gentios até ao fim dos tempos, quando Deus julgará as nações gentias (Luc. 21:24). Durante esse período os servos de Cristo levarão sua obra avante (Luc. 19:11-27) pregando o Evangelho a todas as nações (Mat. 24:14).

Será um tempo de demora durante o qual muitas vezes a igreja será tentada a duvidar do retomo do seu Senhor (Luc. 18:1-8), quando alguns se prepararão e outros se tornarão negligentes, enquanto o Noivo demora (Mat. 25:1-11). Ministros infiéis desviar-se-ão, dizendo consigo mesmos: "O meu Senhor tarda a vir" (Luc. 12:45).

"Muito tempo depois" (Mat. 25:19), "... meia-noite (Mat. 25:6), a hora e no dia dos quais nenhum dos seus discípulos sabe (Mat. 24:36, 42,50), o Senhor repentinamente aparecerá para ajuntar seus servos e julgá-los segundo as suas obras (Mat. 25:19; e 2Cor. 5:10). Mais tarde, depois de ter sido pregado universalmente o Evangelho e após o mundo havê-lo rejeitado, quando o povo estiver vivendo completamente ignorante quanto à iminente catástrofe, como nos dias de Noé (Mat. 24:37-39) e nos dias da destruição de Sodoma (Luc. 17:28, 29) virá o Filho do homem em glória e poder para julgar as nações do mundo e sobre elas reinar (Mat. 25:31-46).

4. Sinais de sua vinda.

As Escrituras ensinam que a aparição de Cristo inaugurando a Idade Milenial será precedida por um tempo agitado de transição, no qual haverá distúrbios físicos, guerras, crises econômicas, declínio moral, apostasia religiosa, infidelidade, pânico geral e perplexidade. A última parte desse período transitório chama-se "A Grande Tribulação", durante a qual o mundo inteiro estará sob o domínio dum governo contra Deus e anticristão. Crentes em Deus serão brutalmente perseguidos, e a nação judaica, em particular, passará pela fornalha da aflição.

5. O propósito de sua vinda.

(a) Em relação à igreja. Assim escreve o Dr. Pardington: Assim como a primeira vinda do Senhor se estendeu sobre um período de 30 anos, assim a segunda vinda influirá em vários eventos. Na primeira vinda ele foi revelado como o Menino de Belém; mais tarde como o Cordeiro de Deus, ao ser batizado, e como o Redentor no Calvário. Na segunda vinda aparecerá aos seus secreta e repentinamente para trasladá-los às Bodas do Cordeiro. Essa aparição chama-se o arrebatamento ou "Parousia" (que significa "aparição" ou "presença" ou "chegada" na língua grega). Nessa ocasião os crentes serão julgados para determinar as suas recompensas por serviços prestados (Mat. 25:14-30). Após o arrebatamento, segue-se um período de terrível tribulação, que terminará na revelação, ou manifestação aberta de

Cristo proveniente do céu, quando ele estabelecerá seu reino messiânico sobre a terra.

(b) Em relação a Israel. Aquele que é a Cabeça e Salvador da igreja, do povo do céu, é também o prometido Messias de Israel, do povo terrestre. Como Messias, ele libertará esse povo da tribulação, congregá-lo-á dos quatro cantos da terra, restaurá-lo-á na sua antiga terra e sobre ele reinará como seu, há muito prometido, Rei sobre a Casa de Davi.

(c) Em relação ao anticristo. O espírito do anticristo já está no mundo (1João 4:3; 2:18; 2:22), mas ainda virá outro anticristo final (2Tess. 2:3). Nos últimos dias ele se levantará dentre o velho mundo (Apo. 13:1) e tornar-se-á o soberano sobre um Império Romano ressuscitado que dominará todo o mundo. Assumirá grande poder político (Dan. 7:8, 25), comercial (Dan. 8:25; Apo. 13:16, 17) e religioso (Apo. 17:1-15). Ele será anti-Deus e anti-Cristo, e perseguirá os cristãos numa tentativa de extinguir o Cristianismo. (Dan. 7:25; 8:24; Apo. 13:7, 15). Sabendo que os homens desejam ter alguma religião, ele estabelecerá um culto baseado na divindade do homem e na supremacia do Estado. Como personificação desse Estado, ele exigirá o culto do povo, e formará um sacerdócio para fazer cumprir e promulgar esse culto. (2Tess. 2:9,10; Apo. 13: 12-15.) O anticristo levará ao extremo a doutrina da supremacia do Estado, a qual ensina que o governo é o supremo poder, em torno do qual tudo, incluindo a própria consciência do homem, tem que lhe estar subordinado. Visto que não existe poder ou lei mais elevados do que o Estado, segundo eles, Deus e sua lei precisam ser abolidos para se prestar culto ao Estado. A primeira tentativa para estabelecer o culto ao Estado está registrada em Daniel cap. 3. Nabucodonosor orgulhou-se do poderoso império que edificara. "não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei?..." (Dan. 4:30). Tão deslumbrado ficou ele diante do poderio e governos humanos, que o Estado para ele se tomou como um deus. Que melhor maneira para impressionar os homens com sua glória, do que ordenar-lhes que o símbolo desse governo fosse venerado! Portanto, ele edificou uma grande imagem dourada e mandou que todos os povos se prostrassem diante dela, sob pena de morte. A imagem não foi a de uma divindade local,

mas representava o próprio Estado. Recusar cultuar a imagem era considerado ateísmo ou traição. Ao instituir essa nova religião, Nabucodonosor como que dizia ao povo: "Quem vos deu as belas cidades, as boas estradas, e belos jardins? O Estado! Quem vos provê de alimentos e serviço, quem funda escolas e patrocina templos? O Estado! Quem vos defende dos ataques dos inimigos? O Estado! não será então o Estado, esse poderio, um deus? Portanto, que maior deus quereis do que vosso exaltado governo? Prostrai-vos perante o símbolo da grande Babilônia!" E se Deus não o tivesse humilhado do seu orgulho blasfemo (Dan. 4:28-37), Nabucodonosor talvez teria exigido o culto de sua própria pessoa como chefe do Estado. Como os três filhos hebreus (Dan. 3) foram perseguidos por se recusarem a curvar-se perante a imagem de Nabucodonosor, assim os cristãos do primeiro século sofreram porque se recusaram a render homenagens divinas à imagem de César. Havia tolerância de todas as religiões no Império Romano, mas sob a condição de que fosse venerada a imagem de César como símbolo do Estado. Os cristãos foram perseguidos, não tanto por sua lealdade a Cristo, mas porque se recusaram a adorar a César e dizer: "César é Senhor." Recusaram-se a cultuar o Estado como deus. A Revolução francesa oferece outro exemplo dessa política. Deus e Cristo foram lançados fora e um deus, ou deusa, se fez da "Pátria" (o Estado). Assim disse um dos líderes: "O Estado é supremo em todas as coisas. Quando o Estado se pronuncia, a igreja não tem nada a dizer." A lealdade ao Estado elevou-se à posição de religião. A assembléia decretou que em todas as vilas fossem levantados altares com a seguinte inscrição: "O cidadão nasce, vive e morre por La Patrie." Preparou-se um ritual para batismos, casamentos e enterros civis. A religião do Estado possuía seus hinos e orações, seus jejuns e festas. O Novo Testamento reconhece o governo humano como divinamente ordenado para a manutenção da ordem e da justiça. O cristão, por conseguinte, deve lealdade à sua pátria. Tanto a igreja como o estado têm sua parte no programa divino, e cada qual deve limitar-se à sua esfera. Deus deve receber o que lhe pertence, e César deve receber o que lhe pertence. Mas acontece que muitas vezes César exige coisas que são de Deus, resultando que a igreja, muito contra sua vontade, entra em choque com o governo. As Escrituras prevêm que esses conflitos futuramente chegarão ao seu ponto máximo. A última civilização será anti-Deus, e o anticristo, seu chefe, o ditador mundial, tornará as leis desse superestado

supremas sobre todas as demais leis", e exigirá o culto à sua pessoa como a personificação do Estado. As mesmas Escrituras predizem a vitória de Deus e que sobre as ruínas do império mundial" anticristão, ele levantará seu reino no qual Deus é supremo — o Reino de Deus. (Dan. 2:34, 35, 44; Apo. 11:15; 19:11-21.)

(d) Em relação às nações. As nações serão julgadas, os reinos do mundo destruídos, e todos os povos estarão sujeitos ao Rei dos reis. (Dan. 2:44; Miq. 4:1; Isa. 49:22, 23; Jer. 23:5; Luc. 1:32; Zac. 14:9; Isa. 24:23; Apo. 11:15.) Cristo regerá as nações com vara de ferro; tirará toda a opressão e injustiça da terra e inaugurará a Idade áurea de mil anos. (Sal. 2:7-9; 72; Isa. 11:1-9; Apo. 20:6.) "Depois virá o fim, quando houver entregado o reino a Deus, o Pai, e quando houver aniquilado todo o império, e toda potestade e força" (1Cor. 15:24). Há três estágios na obra de Cristo como Mediador: Sua obra como Profeta, cumprida durante seu ministério terrestre; sua obra como Sacerdote, começada na cruz e continuada durante a dispensação atual; e sua obra como Rei, começando com a sua vinda e continuando durante o Milênio. Depois do Milênio ter cumprido sua obra de unir a humanidade a Deus, de forma que os habitantes do céu e da terra formem uma só grande família onde Deus será tudo e estará em todos. (Efés. 1:10; 3:14, 15.)

Contudo, Cristo continuará a reinar como o Deus-homem, e partilhar do governo divino, pois "o seu reino não terá fim" (Luc. 1:33).

QUESTIONÁRIO.

Introdução.

1. Como se define a doutrina cristã?
2. Que outro nome se pode dar a este estudo?
3. Que é teologia?
4. Que relação existe entre doutrina e religião?
5. Que diferença existe entre doutrina e dogma?
6. Dê quatro pontos que demonstram o valor da doutrina.
7. Cite cinco classificações da doutrina e dê uma explicação sobre cada uma.
8. Mencionar os onze temas em consideração.

Capítulo I – As Escrituras.

1. Expressar em poucas palavras por que necessitamos das Escrituras.
2. Por que as Escrituras tomaram forma de livro?
3. Mencione dois versículos que demonstram a inspiração das Escrituras.
4. Dê uma definição de inspiração, baseada na declaração de Pedro. (2 Ped. 1:21.)
5. Quais as condições existentes na igreja que motivaram essa declaração?
6. Mencione cinco aspectos positivos da inspiração das Escrituras e seu oposto negativo.
7. Compare a "inspiração" com a "iluminação" ou "esclarecimento".
8. Explique em que sentido a inspiração é viva e não mecânica.
9. Em que nos fundamentamos para afirmar que a inspiração das Escrituras é completa e não meramente parcial?
10. Inspirou Deus também as palavras, ou somente os pensamentos dos escritores? Dê uma prova.

11. Apontar a distinção entre revelação e inspiração e dar um exemplo.
12. Existem palavras não inspiradas nos registros inspirados? Dê um exemplo.
13. Que prova há no Antigo Testamento de que este foi escrito por inspiração de Deus? Cite algumas referências bíblicas.
14. Dar algumas referências bíblicas que demonstrem que Paulo e outros autores do Novo Testamento falaram com autoridade divina.
15. Mencionar seis coisas a respeito da Bíblia que sustentam a afirmação de que ela é inspirada.
16. De que maneira nosso coração confirma a inspiração das Escrituras?

Capítulo II - Deus

1. As Sagradas Escrituras não procuram demonstrar formalmente a existência de Deus. Por quê?
2. Por que procuramos provar a existência de Deus? (Três pontos.)
3. Mencionar três fontes ou esferas das quais podemos deduzir a existência de Deus.
4. Indicar cinco provas da existência de Deus nesses três pontos.
5. Mostrar de que maneira o universo demonstra a existência de Deus.
6. De que maneira o desígnio e a beleza do universo demonstram a existência de Deus?
7. De que maneira a natureza do homem, por meio da consciência, demonstra a existência de Deus?
8. Demonstrar como a atuação divina na história humana prova a existência de Deus.
9. A crença universal em Deus demonstra o quê?
10. Que é ateísmo?
11. Dar os cinco nomes bíblicos mais comuns de Deus, e uma explicação com respeito a cada um deles.
12. Mencionar e definir brevemente cinco crenças errôneas a respeito de Deus.
13. Que diferença existe entre os nomes de Deus e seus atributos?

14. Que significa "atributo" de Deus?
15. Dar a classificação dos atributos de Deus, e o significado de cada um.
16. Mencione três atributos sem relação entre si e dê a definição de cada um.
17. Mencionar as duas coisas incluídas na onipotência de Deus.
18. Que significa "onipresença" de Deus?
19. Que significa a palavra "onisciente"? Cite Vários versículos que demonstram que Deus é onisciente.
20. Definir a sabedoria de Deus em relação à sua onisciência e onipotência.
21. Que é a providência?
22. Em que sentido a doutrina acerca de Deus ajuda e estimula a fé?
23. Quais são os atributos morais de Deus? (6 pontos.)
24. Que significa a "santidade" de Deus?
25. De que maneira pode o homem santificar a Deus?
26. Que é a justiça?
27. Sabendo que Deus é bom e amoroso, como se explica o mal e o sofrimento no mundo?
28. Mencionar cinco maneiras em que Deus demonstra a sua justiça.
29. Mencionar a obra individual e a função de cada uma das Pessoas da Trindade, explicando de que maneira as três Pessoas estão em exercício de suas funções.
30. Por que era difícil definir a doutrina da Trindade?
31. Demonstrar pelas Escrituras que o sabelianismo é um erro.
32. Por que o Antigo Testamento não ensina clara e diretamente sobre a doutrina da Trindade?
33. Onde podemos encontrar o princípio da doutrina da Trindade no Antigo Testamento?
34. Dar algumas referências bíblicas em que o Pai, e o Filho, e o Espírito Santo são mencionados separadamente no Antigo Testamento.

35. Quais são os dois grandes fatos que a igreja primitiva reconheceu com respeito a Deus?
36. Dar algumas passagens do Novo Testamento que mencionam as três Pessoas divinas.
37. Dar três ilustrações relativas à Trindade, tomadas respectivamente do universo físico, da personalidade do homem, e das relações humanas.

Capítulo III – Os anjos

1. Dar cinco palavras que descrevam a natureza dos anjos, e uma explicação para cada uma.
2. Mencionar seis classes de anjos e identificar cada uma.
3. Que características têm os anjos? (5 pontos.)
4. Que obra realizam? (3 pontos.)
5. Escrever sobre a origem de Satanás.
6. Dar os seis títulos ou nomes pelos quais Satanás é conhecido.
7. Mencionar algumas circunstâncias que mostram Satanás como "adversário" operando contra o Messias e a igreja.
8. Descrever a natureza e a esfera das atividades de Satanás.
9. Com que motivo realiza Satanás suas atividades contra nós?
10. Que restrições colocou Deus sobre as atividades de Satanás?
11. Escrever sobre a carreira de Satanás, desde a sua origem até o seu julgamento final.
12. Quais são as duas classes em que se dividem os espíritos maus?
13. Escrever o que sabe a respeito dos anjos decaídos e de sua habitação.
14. De que maneira adquiriram poder sobre o homem? Como foi quebrado esse poder?
15. Há redenção para eles? Qual o seu destino final?
16. Como os Evangelhos descrevem os demônios?
17. Quais os efeitos da sua habitação nos seres humanos?
18. Descrever a alteração de personalidade duma pessoa possuída de demônios.

19. Qual o motivo que influi nos demônios a fim de se apoderarem do corpo humano?
20. Estabeleça alguns paralelos entre a possessão de demônios e a habitação do Espírito Santo.

Capítulo IV - O homem

1. Que é a doutrina de "criação especial"?
2. Em oposição ... criação especial, que teoria surgiu? Que ensina?
3. Que é uma espécie? Que pode uma espécie produzir?
4. Houve alguma vez a transmutação de espécie?
5. Qual a prova pela qual se conhece a distinção entre as espécies?
6. Que testemunho apresenta o Dr. Etheridge para demonstrar a falsidade da evolução?
7. Segundo Gênesis 2:7, de que substância se compõe o homem?
8. Segundo o Novo Testamento, quais são as três substâncias de que se compõe o homem?
9. Descreva o espírito do homem.
10. De que maneira é o espírito do homem diferente de todas as coisas conhecidas e criadas?
11. De que maneira o espírito do homem está relacionado com a qualidade de seu caráter?
12. Como é a natureza da alma do homem?
13. Que diferença existe entre a alma do homem e a dos animais?
14. Cite os dois pontos de vista com respeito à origem da alma.
15. Descrever em poucas palavras a relação entre a alma e o corpo. (4 pontos.)
16. Quais são os cinco instintos mais importantes?
17. De que maneira se revelam estes instintos nos capítulos 1 e 2 de Gênesis?
18. Explique as palavras "consciência", "corpo do pecado", "mente carnal", e "a carne".
19. Dê exemplos da perversão dos instintos dados por Deus que forma a base do pecado.
20. Quais as conseqüências dessa perversão?

21. Qual o remédio para essa perversão?
22. Qual o centro da vida física, e onde se encontram as diretrizes da vida espiritual e da alma? (3 pontos.)
23. Que relação existe entre a alma e o sangue?
24. Quais são os três termos que se aplicam ao corpo?
25. Descrever os cinco elementos que constituem a imagem divina no homem.

Capítulo V - O pecado

1. Descrever em poucas palavras o ateísmo, o determinismo, o hedonismo, a ciência cristã, e a evolução.
2. Dê um resumo da história relacionada ... origem do pecado, explicando as palavras "tentação", "culpa", "juízo", e "redenção".
3. Definir a natureza do pecado como se revela no Antigo Testamento, demonstrando como opera nas esferas; moral, conduta fraternal, santidade, verdade, e sabedoria.
4. Dê nove palavras ou expressões do Novo Testamento que descrevam o pecado.
5. Explicar como o pecado é tanto um ato como um estado. Quais as duas conseqüências?
6. Que efeito teve o pecado sobre a imagem divina no homem?
7. Que é o "pecado original"?
8. Citar Vários versículos que descrevam a condição moral da alma.
9. Descrever o conflito interno do homem. De que maneira pode-se obter a paz?
10. Explicar a passagem que diz, "Porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás."
11. Que significa a palavra "destruição" quando usada em referência à sorte dos ímpios?

Capítulo VI - O Senhor Jesus Cristo

1. Citar os sete nomes de Cristo que respondem à pergunta: "Quem é Cristo?"

2. Que significa o título: "Filho de Deus"?
3. Que sabia Jesus de si mesmo, quando era menino?
4. Em que ocasião ele afirmou que era Filho de Deus? Que expressão usou?
5. Que confirmação teve Jesus acerca de sua divindade?
6. Quais as reivindicações de Jesus quanto ... sua divindade?
7. Que diria você com respeito ... autoridade de Cristo?
8. Descreva a pureza de Cristo.
9. De que maneira testemunharam os seus discípulos com respeito à divindade dele?
10. Explicar de que maneira a igreja primitiva adorou ao Pai e ao Filho.
11. Que significa o nome "Palavra de Deus"?
12. Dê uma exposição do título "Senhor", com respeito à deidade, exaltação e soberania de Cristo.
13. Que significa o título: "Filho do homem", aplicado a Cristo?
14. Por qual ato, ou meio, o Filho de Deus veio a ser Filho do homem?
15. Que significa a encarnação?
16. Por que o Filho de Deus se fez Filho de homem? (3 pontos.)
17. Que significa o título "Cristo"?
18. Demonstre como as profecias relativas ao Messias foram cumpridas em Jesus.
19. Descrever a esperança messiânica dos judeus e como Jesus se comportou em relação a ela.
20. Dê ampla definição do título, "Messias". Explique por que o Messias teria que morrer.
21. Que significa o título "Filho de Davi"?
22. Em que sentido era Jesus "Senhor" de Davi e ao mesmo tempo seu "Filho"?
23. Explicar o título "Pai da eternidade".
24. Que significa o nome "Jesus"?
25. Quais são os três ofícios de Cristo?

26. Faça um comentário com respeito ao ministério de Cristo como Profeta.
27. Faça um comentário do ministério de Cristo como Sacerdote.
28. Faça um comentário do ministério de Cristo como Rei.
29. Qual foi a obra suprema que Jesus realizou?
30. Qual a característica única da religião cristã? Que significa?
31. Por que a ressurreição de Cristo é importante para o Cristianismo?
32. Que significado tem a ressurreição? (3 pontos.)
33. Que significado tem a ascensão de Cristo? (6 pontos.)
34. Explicar como Cristo é o nosso Mediador.
35. Que tipo de petição faz Jesus a seu Pai durante o seu ministério intercessório?
36. Mencionar três considerações que dão força à sua advocacia. (3 pontos.)
37. Quais os valores práticos da doutrina da ascensão? (5 pontos.)

Capítulo VII - A Expição

1. Por que estudamos os sacrifícios do Antigo Testamento?
2. Quando foi lançado o plano da expiação? Cite um versículo para apoiar sua afirmativa.
3. Quando foi a expiação instituída na terra?
4. Descrever o primeiro sacrifício e o que significa.
5. Quais as duas idéias fundamentais que deram origem aos sacrifícios praticados, mesmo pelos pagãos, em todos os tempos e em toda parte? Explicar o significado.
6. Que revela Romanos 1:19-32 com respeito à queda das nações na idolatria? Quais os três passos nessa degradação?
7. Que propôs Deus fazer por meio de Abraão?
8. Quais os quatro sacrifícios oferecidos pelos israelitas, e com que propósito?
9. De que maneira cumpriu Cristo o propósito desses sacrifícios?
10. Até que ponto eram "bons" os sacrifícios do Antigo Testamento?

11. Mencionar os quatro aspectos em que o sacrifício do Novo Testamento é melhor do que o do Antigo Testamento.
12. Que foi revelado a Jeremias acerca da redenção futura?
13. Faça um comentário sobre Hebreus 10:17, 18 e 10:6-10.
14. Em que base foram salvos os crentes do Antigo Testamento? Explicar o processo.
15. Que pensamento sugere Hebreus 9:15?
16. Que benefícios desfrutaram os crentes do Novo Testamento, que não desfrutaram os do Antigo Testamento?
17. Que afirmam os escritores modernistas liberais com respeito à morte de Cristo? Que dizem os Evangelhos?
18. Como devemos considerar sua morte?
19. Que cerimônia comemora a redenção da humanidade?
20. Que significa a santidade de Deus?
21. Que perturba as relações entre o homem e Deus?
22. Essencialmente, que é o pecado?
23. Qual a função da expiação?
24. Que é que provoca a ira de Deus?
25. Que revela a cruz de Cristo?
26. Explicar as duas respostas falsas acerca da expiação.
27. Explicar como, por meio da expiação, Deus demonstra o seu caráter misericordioso e ao mesmo tempo justo.
28. Quais são as cinco palavras que descrevem a natureza da expiação? Dê uma breve explicação de cada uma.
29. Explicar a palavra "expiação". Qual a idéia principal?
30. Citar alguns versículos que demonstrem que a morte de Cristo foi expiatória.
31. Explicar a palavra "propiciação".
32. Explicar a palavra "substituição".
33. Que significa "redenção"?
34. Que significa "reconciliação"?

35. Mencionar os cinco efeitos da expiação e o significado de cada um.

Capítulo VIII - A Salvação

1. Mencionar os três aspectos da salvação.
2. Dê uma explicação para cada um desses aspectos.
3. Essas bênçãos são simultâneas ou consecutivas? Explicar.
4. Em relação ao termo "justificação", que termo judicial se emprega com relação a Deus, a Cristo, ao pecado, e ao arrependimento? Explique cada caso.
5. Em relação à palavra "salvação", que outra expressão descreve a nossa situação perante Deus, Cristo, o pecado, e a regeneração?
6. Em relação à vida santificada, quais os termos que descrevem Deus, Cristo, o pecado, a expiação, e o arrependimento?
7. Como se consegue receber as três bênçãos da graça: justificação, regeneração, e santificação?
8. A salvação é objetiva ou subjetiva?
9. De que maneira alcançamos estes aspectos: externo e interno?
10. Quais são as condições da salvação?
11. Qual a diferença entre o arrependimento e a fé?
12. Pode haver fé sem arrependimento?
13. Definir o arrependimento. De que maneira o Espírito Santo ajuda a pessoa a arrepender-se?
14. A fé é atividade humana ou divina?
15. Qual é então a fé que salva?
16. Que é "conversão"?
17. Como se distingue a conversão da salvação?
18. Como cooperam as atividades divinas e humanas na conversão?
19. Que significa "justificação"?
20. Qual a diferença entre justificação e perdão?
21. Qual o livro do Novo Testamento que apresenta o plano da salvação em forma sistemática e detalhada?

22. Que revela essa epístola com respeito aos passos da degradação dos gentios e sua condenação?
23. Por que os judeus também foram condenados?
24. Que é "justiça" e como o homem a consegue?
25. Qual era o propósito da lei?
26. Qual a importância da palavra "agora" em Romanos 3:21?
27. Fez Deus alguma promessa aos israelitas segundo a qual a justiça sem a lei seria revelada? Referências.
28. Como interpretaram os judeus o propósito da lei?
29. Definir a "graça" como a fonte da justificação.
30. É Deus misericordioso e justo ao mesmo tempo, quando perdoa o pecado? Em que base pode ele fazer isso?
31. Quando está uma pessoa sob a lei? Quando está sob a graça?
32. Que verdade descobriu Lutero?
33. Dê alguns pontos de Lewis Sperry Chafer com respeito ao que é e o que não é a salvação.
34. Mencionar quatro operações da graça que indicam a operação interna da influência divina.
35. Explique a justificação com base na justiça de Cristo.
36. Que é "imputação"?
37. Que efeito na conduta exterior tem a justiça imputada?
38. Qual é o meio pelo qual o homem recebe a justificação?
39. Que relação existe entre a fé e as obras?
40. Explique os ensinamentos de Paulo e de Tiago em relação à justificação pela fé, e o valor das obras.
41. Que é "regeneração"?
42. Quais as cinco palavras que descrevem a regeneração no Novo Testamento?
43. Explicar de que maneira a religião cristã é única, comparada com as demais.
44. Explicar a profunda necessidade do homem regenerar-se, segundo o que foi revelado a Nicodemos.
45. Qual o destino mais elevado do homem?
46. Quais os meios da regeneração, do lado divino e humano?

47. Descrever os três efeitos da regeneração.
48. A palavra "santo" tem cinco sentidos. Quais são eles?
49. Em que sentido é a santificação absoluta e progressiva?
50. Quais os meios divinos para a santificação?
51. Em que sentido é o crente santificado pelo sangue de Cristo?
52. Que passagem indica a existência de um aspecto progressivo na santificação pelo sangue?
53. Que diz o livro de Atos, capítulo 10, acerca da santificação pelo Espírito Santo?
54. Como pode um homem santificar-se pela Palavra?
55. Mencionar três pontos errôneos com respeito a santificação e demonstrar o erro de cada um.
56. Qual o método bíblico da santificação? Demonstrar como Paulo tratou o assunto da provisão subjetiva e objetiva nos capítulos 6 a 8 de Romanos.
57. Explicar as três "mortes" nas quais o crente participa.
58. Que significa a palavra "perfeição" no Antigo Testamento?
59. Quais são os dois aspectos da perfeição apresentados no Novo Testamento? Descreva-os.
60. é possível a uma pessoa salva, que se tenha desviado, salvar-se finalmente?
61. Descrever a doutrina de João Calvino.
62. Que é a predestinação?
63. Descrever a doutrina de Arminio.
64. Por que o livre arbítrio figura na salvação do homem?
65. Demonstrar pelas Escrituras a possibilidade de o crente cair da graça.
66. Expressar o equilíbrio entre o Calvinismo e o Arminianismo.
67. Uma vez salva, a pessoa é salva eternamente? Dar as razões.

Capítulo IX - O Espírito Santo

1. Quantos livros do Novo Testamento contêm referências ao Espírito Santo?

2. Faça uma lista dos nomes do Espírito Santo.
3. Quais os atributos do Espírito Santo que demonstram a sua Deidade?
4. Dê provas de que o Espírito Santo é uma Pessoa e não somente uma "influência".
5. Alguns acham difícil formar um conceito claro do Espírito Santo. Dê razões sobre isso.
6. É o Espírito Santo uma personalidade distinta na Trindade? Expresse as razões que reforcem sua resposta.
7. Por que o Espírito é chamado "Espírito de Cristo"? (Quatro razões.)
8. Que significado tem a expressão "o Consolador"?
9. Que significado tem o nome "Espírito Santo" e "O Espírito Santo da Promessa"?
10. De que maneira o Consolador é o "Espírito da Verdade" e o "Espírito da Graça"?
11. Explique os nomes "Espírito da Vida" e "Espírito de Adoção".
12. Mencione seis símbolos do Espírito Santo e dê uma explicação de cada um.
13. Escreva a respeito da atuação da terceira Pessoa da Trindade na "criação".
14. Escreva sobre a obra do Espírito "dinâmico" nos "obreiros" e nos "oradores".
15. Como o Espírito Santo é descrito no Antigo Testamento de modo geral?
16. Que nos revela o Antigo Testamento com respeito ao derramamento geral do Espírito Santo?
17. Qual a característica que distinguia o povo de Deus na antiga dispensação?
18. Qual a característica que distingue o povo de Deus sob a nova dispensação?
19. De que maneira está o derramamento do Espírito Santo relacionado com a vinda do Messias?
20. Quais as três características distintas da obra do Espírito na presente dispensação?

21. Quais as seis crises e aspectos do ministério e da vida de Cristo?
22. Explique a tríplice obra do Espírito Santo tal como se menciona em João 16:7-11.
23. Que relação tem o Espírito Santo com a regeneração?
24. Que significa "habitação interior"?
25. Faça um comentário relativo ao Espírito Santo na santificação.
26. Qual a característica principal da promessa de Cristo em Atos 1:8?
27. Que manifestações sobrenaturais acompanham o cumprimento dessa promessa?
28. Quais os termos que se aplicam para descrever o revestimento de poder?
29. Qual a característica especial desse revestimento?
30. Demonstrar que há algo de adicional e diferente na experiência descrita como batismo no Espírito Santo.
31. Qual é a evidência de que a pessoa recebeu o batismo no Espírito Santo?
32. Descrever três fases do aspecto continuo dessa experiência.
33. Como poderá a pessoa receber esse batismo de poder?
34. Que relação tem o Espírito Santo com a nossa glorificação? (3 pontos.)
35. Quais os pecados contra o Espírito Santo?
36. Que distinção há entre os "dons" e o "dom" do Espírito?
37. Dê a classificação dos nove dons do Espírito e citações bíblicas. (3 pontos.)
38. Que significa a palavra "sabedoria"?
39. Dê algumas ilustrações a respeito do dom da palavra de ciência.
40. Que significa a palavra "conhecimento" como usada nos Evangelhos? (2 Cor. 10:5.)
41. Qual a diferença entre "sabedoria" e "ciência"?
42. Que é o dom da fé?
43. Qual o valor especial dos dons de curar?

44. Explique a operação de milagres.
45. Explique a diferença entre "profecia" e "predição".
46. Qual o propósito do dom de profecia?
47. Por que os crentes são instruídos a provar ou julgar as mensagens proféticas? (1Cor. 14:29.)
48. Qual o propósito do dom de discernimento?
49. Que é o dom de línguas?
50. Qual o propósito do dom de "interpretação"?
51. Mencionar os seis princípios que regulam os dons.
52. Estabeleça a diferença entre a "manifestação" do Espírito e a "reação" do crente.
53. Que valor prático há no conhecimento dessa diferença ou distinção?
54. Que se requer daqueles que recebem os dons? (5 pontos.)
55. Descreva as três provas que se aplicam para distinguir entre os verdadeiros dons e os falsos.
56. Que diferença existe entre o fruto do Espírito e os dons do Espírito? (P g. 207.)
57. Quais as três grandes dispensações?
58. Que significado simbólico têm os pães oferecidos na festa de Pentecoste?
59. Que sentido teve para os discípulos a descida do Espírito Santo, quanto à chegada de Jesus no céu?
60. Em que cinco aspectos da vida da igreja o controle do Espírito é reconhecido?
61. Em que sentido haverá uma "ascensão" do Espírito.

Capítulo X - A Igreja

1. A que se aplica o termo "eclesia"?
2. Que palavras se empregam para descrever o crente?
3. Quais as três coisas que servem como ilustrações da igreja?
4. Historiar como, de certo modo, a igreja veio a substituir Israel.
5. Como nasceu ou se fundou a igreja do Novo Testamento?

6. Quais as condições exigidas para se pertencer à igreja?
7. Faça uma distinção entre a igreja visível e a invisível.
8. é a igreja sinônimo do reino de Deus?
9. Em que consiste a obra da igreja? Cite 4 pontos.
10. Quais as cerimônias da igreja?
11. Qual a forma bíblica do batismo?
12. De onde vem a prática da aspersão e infusão?
13. De que maneira se reconcilia a fórmula "em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo" com o mandamento de Pedro de ser batizado em o nome de Jesus?
14. Quem são os escolhidos para o batismo?
15. Por que não se deve batizar as crianças?
16. O batismo nas águas é essencial para a salvação? Para que é essencial?
17. Dê o significado do batismo no que se refere à salvação, experiência, regeneração, e testemunho.
18. Quais as cinco características da cerimônia da Ceia do Senhor?
19. Descrever os cultos públicos da igreja.
20. Descrever o culto particular (de portas fechadas) da igreja.
21. O Senhor Jesus fundou a igreja como "organização" ou como "organismo"vivo? Dê a razão.
22. Descrever a organização da igreja desde seus primórdios através dos primeiros séculos.
23. Descrever o ministério geral e profético da igreja.
24. Descrever o ministério prático e local da igreja.

Capítulo XI - As últimas coisas

1. Que é a morte? Que versículos bíblicos a descrevem? Cite referências.
2. Que significa a imortalidade? A que se aplica?
3. Quando o crente alcançar a imortalidade?
4. Que justificativa há para se falar da imortalidade da alma?
5. Qual a distinção entre imortalidade e vida eterna?

6. Que significa o estado intermediário?
7. Dê o ponto de vista bíblico com respeito ao estado intermediário no que toca aos justos e aos ímpios.
8. Que ensina a Igreja Católica com respeito ao estado intermediário?
9. De acordo com a Bíblia, qual o único período de prova para o homem?
10. Expressar o que ensina o espiritismo com respeito aos mortos.
11. Citar versículos bíblicos para demonstrar que a crença denominada "sono da alma" é errônea.
12. Escrever amplamente referindo-se à importância da ressurreição, segundo o ensino de Paulo. Dê 7 pontos.
13. Mencionar aquilo que caracterizar o corpo ressurreto. (6 Pontos.)
14. Expressar amplamente o ensino do Antigo Testamento com referência à alma do homem depois da morte.
15. Quem habitará no Seol?
16. Quais as esperanças dos crentes do Antigo Testamento?
17. De que maneira se cumpriu esta esperança por meio de Cristo?
18. Que outras evidências temos no Antigo Testamento com referência ao ensino da vida futura?
19. Expressar amplamente os ensinamentos do Novo Testamento com respeito à vida futura do crente.
20. Por meio de que nomes ou expressões se descreve o céu? (4 pontos.)
21. Indicar as três fases da condição dos crentes que já partiram.
22. Por que é essencial que haja um lugar como o céu?
23. Descrever as bênçãos do céu. (8 pontos.)
24. Expressar o ponto de vista bíblico com relação ao destino dos ímpios.
25. Mencionar quatro pontos de vista falsos com respeito ao destino final do homem.
26. Quantas vezes é mencionada a vinda de Cristo no Novo Testamento?
27. Como será, em detalhe, a sua vinda? (4 pontos.)

28. Demonstrar o erro das interpretações que negam o retomo literal do Senhor.

29. Que ensinou o Senhor Jesus e com respeito à época da sua vinda?

30. Que precederá o Milênio?

31. Diga de maneira ampla o propósito da vinda de Cristo:

(A) em relação à igreja

(B) em relação a Israel.

(C) em relação ao anticristo.

(D) em relação às nações.